



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FÍSICA GLEB WATAGHIN

JESSICA PRUDENCIO TRUJILLO SOUZA

**COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E
JUNDIAÍ: UMA ANÁLISE DA CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

CAMPINAS

2016

JESSICA PRUDENCIO TRUJILLO SOUZA

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ: UMA ANÁLISE DA CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestra em Ensino de Ciências e Matemática.

Autora: Jessica Prudencio Trujillo Souza

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Messori Bagnolo

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA
ALUNA JESSICA PRUDENCIO
TRUJILLO SOUZA E ORIENTADA PELA
PROFA. DRA. CAROLINA MESSORA
BAGNOLO

CAMPINAS

2016

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Física Gleb Wataghin
Lucimeire de Oliveira Silva da Rocha - CRB 8/9174

T769c Trujillo Souza, Jessica Prudencio, 1987-
Comitês de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí :
uma análise da Câmara Técnica de Educação Ambiental / Jessica Prudencio
Trujillo Souza. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Carolina Messori Bagnolo.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Física Gleb Wataghin.

1. Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.
2. Educação ambiental. 3. Bacias hidrográficas. I. Bagnolo, Carolina
Messori, 1979-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Física Gleb
Wataghin. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Basin Committees of the Piracicaba, Capivari and Jundiaí : an
analysis of the Environmental Education Technical Chamber

Palavras-chave em inglês:

Basin Committees of the Piracicaba, Capivari and Jundiaí
Environmental education
Watersheds

Área de concentração: Ensino de Ciências e Matemática

Titulação: Mestra em Ensino de Ciências e Matemática

Banca examinadora:

Carolina Messori Bagnolo [Orientador]
Ivan Amorosino do Amaral
Sandro Tonso

Data de defesa: 12-08-2016

Programa de Pós-Graduação: Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Carolina Messoria Bagnolo

Prof. Dr. Ivan Amorosino do Amaral

Prof. Dr. Sandro Tonso

Os membros da Comissão Examinadora acima assinaram a Ata de Defesa, que se encontra no processo de vida acadêmica da aluna.

“Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente, aos vinte e cinco anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser.”

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar o dom da vida, por me fazer ter esperança e perseverança. Sem a fé que tenho não conseguiria terminar esse trabalho.

Aos meus Pais, Júlio e Edna por me escolherem como filha, por tanto amor, alegrias, exemplos de vida e sabedoria. Por serem minha inspiração!

Ao meu esposo Thadeu, meu companheiro, amigo em todas as horas, por não me deixar desistir do mestrado, por ter sempre palavras de ternura e gestos de amor e compreensão.

Ao Duke, nosso filhote beagle peludo, por alegrar os nossos dias, por me retribuir carinho e me fazer ser uma pessoa melhor a cada dia.

A toda minha família por me proporcionar momentos de descontração, de saber que o seio da nossa família tem muita união, cumplicidade e amor, em especial minhas irmãs Érika e Vanessa e meus irmãos Fábio e André, que por muitas vezes não entendem o que faço, mas me apóiam; meus sobrinhos, Thiago, Igor, Thor, Guilherme e Athos pela vitalidade e juventude; meus cunhados Anderson “Dô” e Nonato e minha cunhada Fernanda pelas conversas “fiadas” e risadas. Aos meus sogros Eunice e Cláudio por toda a ajuda, aconselhamentos, amor e carinho. A todos e todas da Família Prudencio Trujillo e Sobral de Souza.

Aos meus amigos e amigas, em especial a Carol mesmo estando do outro lado do oceano sempre me apoiou em tudo, inclusive nessa pesquisa; aos meus amigos e amigas educadores e educadoras do SESC-Campinas por todas as discussões, reflexões acerca do mundo e pelas comemorações intensas.

Ao Prof. Jorge Megid Neto por abrir as portas do mestrado para mim, por estar presente em toda a minha estada na Unicamp, por sempre me auxiliar em questões acadêmicas e pessoais, por ser meu co-orientador informal.

À minha orientadora Profa. Carolina Messoro Bagnolo por me orientar nessa pesquisa, por aprendermos juntas, com erros e acertos.

A todos e todas do grupo de pesquisa Formar-Ciências pelas discussões, amadurecimentos e práticas acadêmicas, em especial ao Prof. Ivan Amaral pelas longas e importantes conversas acerca do mundo e tantos aprendizados que tive; às amigas Gláucia

pelos desabafos mútuos, pelos conselhos e pelas cervejas e coxinhas às quintas-feiras, Silvana e Marilac pelas longas conversas, desabafos e trocas de experiências.

Aos integrantes do grupo Estado da Arte da Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil pelas reflexões e discussões tão importantes no campo da EA.

Às pessoas do grupo Outras Margens por enriquecer minhas percepções de mundo e por me fazer acreditar que podemos ser melhor tendo menos injustiças socioambientais, em especial ao Prof. Sandro Tonso por me fazer olhar o mundo, a sociedade de outras formas, companheiro de alguns anos, que mesmo estando distante, estamos pertos e, à minha amiga Elenara e meu amigo Wagner, companheiros de reflexões, de trabalhos, de alegrias e de angústias.

Às pessoas que participam da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ por compartilhar os momentos das reuniões e eventos, em especial às coordenadoras da CT-EA por contribuírem com essa pesquisa.

Aos professores participantes do meu exame de qualificação, Prof. Ivan e Sandro, por todas as considerações relevantes e reflexões suscitadas importantes para o encaminhamento, construção e escrita dessa dissertação.

À Universidade Estadual de Campinas –Unicamp por toda a estrutura física e vivência acadêmica e, em especial, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática – PECIM pelas contribuições valorosas dos professores e professoras não só durante as disciplinas, mas em outros momentos de conversas e discussões.

RESUMO

Os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Comitês PCJ) são constituídos por diversas Câmaras Técnicas, incluindo a Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA), responsável por promover o debate e a problematização das questões socioambientais nessa região. Nesse contexto, a questão orientadora desta pesquisa é: quais concepções de Educação Ambiental (EA) são abordadas na CT-EA no âmbito dos Comitês PCJ? Busco, assim, alcançar os seguintes objetivos: identificar e discutir as concepções de EA presentes nos documentos orientadores da CT-EA dos Comitês PCJ; identificar e discutir as concepções de EA presentes nas práticas (reuniões e oficinas) da CT-EA e nos discursos de duas gestoras da Câmara expressos em entrevistas; analisar a coerência e/ou incoerência das concepções de EA constatadas, dentro dos documentos da CT-EA, das práticas da CT-EA e das entrevistas, e uma análise comparativa entre as práticas, as entrevistas e os documentos. As fontes de dados e os respectivos instrumentos são constituídos pelos documentos orientadores, entrevistas semi-estruturadas com a Coordenadora e Coordenadora Adjunta da CT-EA com auxílio de gravador e transcrição das entrevistas a posteriori e observações das práticas transcritas em um diário de campo. No sentido de atingir esses objetivos, foram criadas duas categorias de análise *Concepções* de EA e *Coerência/Incoerência* de concepções e práticas. A análise segundo a primeira categoria foi desenvolvida conforme três indicadores: perspectiva de ambiente, nível de participação dos membros da CT-EA e nível de transformação da realidade. A análise de acordo com a segunda categoria foi desenvolvida em uma primeira fase, analisando separadamente documentos, práticas e entrevistas, e, em uma segunda fase, comparando-se entrevistas, práticas e documentos. Ambas as categorias de análise se sustentam no referencial teórico de Layrargues e Lima (2014). Como resultados, foram apreendidas diversas concepções de EA dos documentos, sendo as Políticas de EA dos Comitês PCJ apresentadas com viés de EA Crítica, viés também presente no discurso das gestoras da CT-EA. As práticas efetivadas nas reuniões e oficinas denotam variadas concepções de EA, indicando uma falta de clareza e ou entendimento sobre o proposto na Política de EA que serve como base para o funcionamento dessa Câmara.

Palavras – chave: Educação Ambiental, Comitê de Bacias Hidrográficas, Comitês PCJ.

ABSTRACT

The River Basin Committees of the Piracicaba, Capivari and Jundiá (PCJ Committees) consist of various Technical Chambers, including the Environmental Education Technical Chamber (TC-EE), responsible for promoting debate and questioning of environmental issues in this region. In this way, the guiding question of this research is: what conceptions of environmental education (EE) are addressed in this TC-EE Committees? Thus, I find to achieve the following objectives: to identify and discuss the EE concepts present in the guiding documents of the TC-EE of PCJ Committees; to identify and discuss the EE concepts on the practices TC-EE and speeches of two managers of the Chamber expressed in interviews; to analyze the consistency and/or inconsistency of EE concepts noted within the CT-EE documents, the practices and interviews, and a comparative analysis of practices, interviews and documents. The data sources and their instruments are made by guiding documents, semi-structured interviews with the Coordinator and Assistant Coordinator of TC-EE with recorder aid and transcribing the interviews retrospectively and observations of practices transcribed in a field diary. In order to achieve these goals, it was created two categories of analysis *Conceptions* of EE and *Coherence/Incoherence* of conceptions and practices. The analysis according to the first category was developed as three indicators: environmental perspective, level of participation of members of the TC-EE and the level of transformation of reality. The analysis according to the second category was carried out in a first phase, separately analyzing documents, practices and interviews, and a second phase comparing interviews, practices and documents. Both categories of analysis are supported in the theoretical framework of Layrargues and Lima (2014). As result, many were inferred EE concepts of documents and the EE of the PCJ Committees Policies presented a Critical EE bias, also present in the discourse of coordinators of TC-EE. The practical effect in the meetings and workshops denote different conceptions of EE, indicating a lack of clarity and understanding or the proposed EE policy that serves as the basis for the operation of this Chamber.

Keywords: Environmental Education, Watershed Committee, PCJ Committees.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: GRÁFICOS DEMONSTRANDO OS USOS DA ÁGUA NO MUNDO, EM PAÍSES DE ALTA RENDA E EM PAÍSES DE BAIXA RENDA	22
FIGURA 2: CONSUMO DE ÁGUA EM SEUS DIFERENTES USOS NO BRASIL	25
FIGURA 3: RELAÇÃO ENTRE RECURSOS HÍDRICOS, SUPERFÍCIE E POPULAÇÃO NAS REGIÕES DO BRASIL	26
FIGURA 4: UTILIZAÇÃO DA ÁGUA PELOS DIFERENTES SETORES DA SOCIEDADE COMPREENDENDO AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA – CAPIVARI – JUNDIAÍ.	27
FIGURA 5: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS 21 COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (CBH) DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	32
FIGURA 6: ÁREA DE ABRANGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO PCJ (PIRACICABA – CAPIVARI – JUNDIAÍ) NO ESTADO DE SÃO PAULO E MINAS GERAIS	36
FIGURA 7: ESTRUTURA DOS COMITÊS PCJ	37

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: INSTRUMENTOS PARA UMA BOA GESTÃO DAS ÁGUAS SEGUNDO A LEI FEDERAL Nº 9.433, DE 08 DE JANEIRO DE 1997.	29
QUADRO 2: CRIAÇÃO DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS NO BRASIL POR DIVERSAS E COMBINADAS MOTIVAÇÕES.	33
QUADRO 3: COORDENAÇÕES E SEUS MANDATOS DESDE O PERÍODO FORMAL DE IMPLANTAÇÃO DA CT-EA, 2003 A 2015.	39
QUADRO 4: ENTIDADES TITULARES QUE COMPÕE O ATUAL COLEGIADO DA CT-EA DOS COMITÊS PCJ (2013 – 2015).	40
QUADRO 5: PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONCLUÍDOS COM FINANCIAMENTO DO FEHIDRO.	41
QUADRO 6: ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A COORDENADORA DA CT-EA DOS COMITÊS PCJ.	69
QUADRO 7: ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A COORDENADORA-ADJUNTA DA CT-EA DOS COMITÊS PCJ.	70
QUADRO 8: DATAS E LOCAIS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS E REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DA CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS COMITÊS PCJ.	71

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1: TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A COORDENADORA DA CT-EA.....	117
APÊNDICE 2: TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A COORDENADORA-ADJUNTA DA CT-EA.....	136

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I: DELIBERAÇÃO QUE APROVA A CRIAÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ.....	141
ANEXO II: DELIBERAÇÃO QUE APROVA A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA OS COMITÊS PCJ	144
ANEXO III: DELIBERAÇÃO QUE APROVA A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS COMITÊS PCJ	147
ANEXO IV: DELIBERAÇÃO QUE APROVA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA OS COMITÊS PCJ.....	151
ANEXO V: DELIBERAÇÃO QUE ESTABELECE DIRETRIZES PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL A SEREM APRESENTADAS NO ÂMBITO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL REFERENTES AOS EMPREENDIMENTOS SUBMETIDOS AOS COMITÊS PCJ	158
ANEXO VI: ATAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS OBSERVADAS.....	160

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS NO CORPO DO TEXTO

ANA	<i>Agência Nacional de Águas</i>
ANVISA	<i>Agência Nacional de Vigilância Sanitária</i>
AT	<i>Alto Tietê</i>
CBH-BS	<i>Comitês de Bacia Hidrográfica da Baixada Santista</i>
CBH-PCJ	<i>Comitês de Bacias Hidrográficas do rio Piracicaba, Capivari e Jundiá</i>
CETESB	<i>Companhia Ambiental do Estado de São Paulo</i>
CT	<i>Câmara Técnica</i>
CT-EA	<i>Câmara Técnica de Educação Ambiental</i>
CT-PL	<i>Câmara Técnica de Planejamento</i>
EA	<i>Educação Ambiental</i>
FEHIDRO	<i>Fundo Estadual de Recursos Hídricos</i>
ONG	<i>Organização Não Governamental</i>
PCJ	<i>Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá</i>
PCNP	<i>Professor(a) Coordenador(a) de Núcleo Pedagógico</i>
PECIM	<i>Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática – Multiunidades</i>
SESC	<i>Serviço Social do Comércio</i>
SESI	<i>Serviço Social da Indústria</i>
SIGRH	<i>Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos</i>
UGRHI	<i>Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos</i>
UNESCO	<i>Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura</i>
UNESP	<i>Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”</i>
UNICAMP	<i>Universidade Estadual de Campinas</i>
UNICEF	<i>Fundo das Nações Unidas para as Crianças</i>
USP	<i>Universidade de São Paulo</i>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - ÁGUA E SUAS DIFERENTES RELAÇÕES: UM BREVE PANORAMA	19
1.1 <i>Água como Elemento Natural</i>	20
1.2 <i>A Escassez de Água e as Declarações Internacionais sobre a Água</i>	21
1.3 <i>Água no Brasil: Desigualdades Naturais, Sociais e de Setores Econômicos</i>	24
1.4 <i>Água como Recurso: seu Gerenciamento e Legislações Federais e Estadual no Brasil</i>	27
1.4.1 <i>Bacia Hidrográfica como Unidade de Gestão.....</i>	30
1.4.2 <i>Comitês de Bacias Hidrográficas.....</i>	31
CAPÍTULO 2 - COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ.....	34
2.1 <i>Câmara Técnica de Educação Ambiental</i>	38
2.2 <i>Pesquisas acadêmicas sobre Comitês de Bacias Hidrográficas e suas contribuições para esta pesquisa.....</i>	43
CAPÍTULO 3 - A QUESTÃO AMBIENTAL: PROBLEMA SOCIAL COM EMERGÊNCIA EDUCACIONAL ...	48
3.1 <i>O contexto histórico da questão ambiental e seus reflexos na educação</i>	49
3.2 <i>O surgimento do campo Educação Ambiental</i>	56
3.3 <i>Os diferentes discursos no campo da EA e o referencial teórico dessa pesquisa.....</i>	59
CAPÍTULO 4 -PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	65
4.1 <i>Problemática e Objetivos da Pesquisa.....</i>	66
4.2 <i>Elementos e Etapas da Pesquisa.....</i>	66
4.2.1 <i>Fontes de dados</i>	66
4.2.2 <i>Fases da investigação.....</i>	67
CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	76
5.1 <i>Concepções de Educação Ambiental</i>	77
5.1.1 <i>Análise dos Documentos Orientadores da CT-EA.....</i>	77
5.1.2 <i>Análise das Reuniões e Oficinas da CT-EA.....</i>	87
5.1.3 <i>Análise das Entrevistas.....</i>	96
5.2 <i>Coerência e/ou Incoerência na(s) Concepção(ões) de EA da CT-EA</i>	105
5.2.1 <i>Análise entre as Entrevistas, as Reuniões e os Documentos Orientadores</i>	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS.....	112
APÊNDICES	117
ANEXOS	141

APRESENTAÇÃO

Com o intuito de contextualizar a temática desta pesquisa apresento os caminhos que percorri na minha trajetória profissional. Caminhos esses onde defini minhas escolhas e meu envolvimento com a Educação Ambiental (EA), e pelos quais estou em constante aprendizado. Essas trilhas foram minha sustentação para que eu elaborasse esta dissertação e sinalizo não só os capítulos que a compõe, mas todo o seu processo de construção.

Graduei-me em Ciências Biológicas pela Universidade Católica de Santos, no ano de 2008. Nesse período de graduação fiz diversos estágios dentro da grande área da biologia e a maior parte deles na área de educação ambiental. Hoje compreendo que aqueles estágios propunham uma EA conservadora, que culpabilizava o indivíduo e se tornava acrítica quanto ao modelo de desenvolvimento imposto a nós. Na época, essas questões me intrigavam.

Ao final da graduação comecei a lecionar em uma escola no município de Cubatão, no curso Técnico em Meio Ambiente. Nessa época, ano de 2009, ingressei em um curso de especialização em Gestão Ambiental na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Campus Experimental do Litoral Paulista - São Vicente, e lá todo aquele estranhamento em dissociar o ser humano da natureza voltou à tona. Conheci um educador que participava de uma organização não-governamental (ONG), me encantei pelo trabalho que ali se fazia e comecei a participar como voluntária. É uma ONG que trabalha questões socioambientais, numa perspectiva crítica, na região da Baixada Santista.

Nessa ONG tive a oportunidade de conhecer e fazer parte das reuniões ordinárias do Comitê de Bacias Hidrográficas da Baixada Santista (CBH-BS). Participei de dois eventos chamados “Diálogos Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos”. Esse evento promove a discussão do campo da educação ambiental e dos variados projetos de educação ambiental promovidos nos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo. Nesses encontros, tive a oportunidade de ouvir e conhecer pessoas muito representativas da perspectiva de Educação Ambiental Crítica, tais como os professores Sandro Tonso, Marcos Sorrentino, Philippe Pomier Layrargues e tantos/as outros/as que me acrescentaram muito nesse início de caminhada no campo da Educação Ambiental. O meu interesse por política pública se aflorou participando dessa ONG e do CBH-BS.

No ano de 2011, atuei como educadora socioambiental, por um período curto de três meses, no Serviço Social do Comércio (SESC) – Itaquera, junto à exposição “Energia”. Foi minha primeira experiência em trabalhar EA crítica, reflexiva, transformadora em um espaço não formal de aprendizagem.

Ao final de 2012, fui aprovada em um processo seletivo para trabalhar no SESC - Campinas, na mesma exposição “Energia”. No início de 2013, na fase de estudos sobre a exposição, percebo uma visão de mundo com a qual me identifico expressada pelos educadores Sandro Tonso, Daniel Perez, Marcelo Pupo, Wilon Mazalla Neto, além de educadores e educadoras da equipe de trabalho que têm diversos tipos de formações acadêmicas, com visões de mundo diferentes. Conheci também mais a fundo um autor incrível por trazer suas experiências com a educação de pessoas jovens e adultas e com as pessoas do campo, legitimando os oprimidos, mostrando o papel e força que temos na sociedade: Paulo Freire. Nesse momento tomo a decisão em trabalhar com Educação Ambiental e consigo me aprofundar mais nessas questões participando como aluna especial na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), numa disciplina de graduação que tratava de Educação Ambiental, aberta a todos os graduandos da universidade e a pessoas externas interessadas, disciplina esta sob coordenação do Prof. Sandro Tonso.

Nessa mesma época, em busca de mais conhecimentos sobre o campo da EA, me aproximei do Prof. Jorge Megid Neto, onde fui convidada a participar das reuniões do Grupo de Pesquisa FORMAR-Ciências, da Faculdade de Educação/Unicamp, sendo muito bem recebida pelos(as) demais pesquisadores(as) professores(as), mestrandos(as) e doutorandos(as). Nesse grupo comecei a esboçar um projeto de pesquisa visando participar do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PECIM) sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Carolina Messoro Bagnolo, também pesquisadora do grupo. Fui aprovada no processo seletivo e meu projeto adentrava ao mundo da política pública, relacionando os Comitês de Bacias Hídricas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ) com a EA.

Meu objetivo inicial era analisar um projeto de uma ONG financiado pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), com atuação em educação ambiental no Comitê de Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Comitês PCJ). No entanto, começaram a surgir dificuldades nessa proposta quando, em entrevista com a coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ, esta afirmou que o FEHIDRO estava cancelando os projetos de EA. Em conversa com um integrante da ONG, que seria foco

do estudo, também tive essa mesma informação. Em função dessa situação, eu e minha orientadora decidimos alterar nosso foco de pesquisa, passando a ter como objeto de estudo a Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ e como intenção principal de pesquisa analisar a(s) concepção(ões) de EA dessa CT-EA.

Como parte integrante de minha formação acadêmica (que não deixa de ser uma formação pessoal), também comecei a participar do Projeto de Estado da Arte em Educação Ambiental (Projeto EArte), realizando análise de teses e dissertações produzidas no Brasil. O projeto envolve um grupo interinstitucional vinculados à Unicamp, Unesp - campus Rio Claro e USP - campus Ribeirão Preto. Participar desse grupo me fez olhar com outras lentes os rumos das pesquisas em EA realizadas no Brasil.

Nessa caminhada dentro da Unicamp, um momento que não posso deixar de comentar foi meu envolvimento e dedicação no curso de extensão comunitária “Educação Ambiental, Escola e Sociedade”, promovido pelos integrantes do grupo de pesquisa FORMAR-Ciências, tendo como ação a formação continuada de professores. Foi uma experiência muito enriquecedora, principalmente por poder compartilhar dos conhecimentos e experiências do Prof. Ivan Amorosino do Amaral.

Outro importante momento de minha formação é fazer parte do grupo de estudos “Outras Margens” - Unicamp, no qual discutimos questões de educação socioambiental e educação do campo, que tanto incomodam àqueles que desejam um mundo social e ambientalmente equilibrado.

Minha caminhada junto à Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês de Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí se inicia logo no primeiro semestre do mestrado (fevereiro/2014), quando começo a fazer minha pesquisa de campo, juntamente com aprofundamento teórico e as disciplinas do mestrado, que foram muito importantes para a estruturação da pesquisa em seu caráter teórico e metodológico, bem como para o processo de escrita dessa dissertação.

Assim, a presente pesquisa tem como objeto de estudo a Câmara Técnica de Educação Ambiental do Comitê de Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí tendo como questão orientadora: *Quais concepções de Educação Ambiental são abordadas na Câmara Técnica de Educação Ambiental no âmbito dos Comitês PCJ?*

Assim, no que se refere à Câmara Técnica de Educação Ambiental, busco alcançar os seguintes objetivos:

- Identificar e discutir as concepções de EA presentes nos documentos orientadores¹ da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ.
- Identificar e discutir as *Concepções*² de EA presentes nas reuniões e oficinas da CT-EA e no discurso de duas gestoras da Câmara.
- Analisar a *Coerência*³/*Incoerência* das concepções de EA identificadas, comparando os documentos da CT-EA, as práticas⁴ da CT-EA e os discursos das gestoras.

O texto da dissertação está organizado em cinco capítulos. No primeiro, “Água e Suas Diferentes Relações: Um Breve Panorama”, abordo a questão da água e a sua utilização e seu gerenciamento e legislações.

O segundo capítulo, intitulado “Comitês de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí”, traz uma descrição do meu objeto de estudo: a câmara técnica de educação ambiental dos comitês de bacias hidrográficas do PCJ.

O terceiro capítulo, “A Questão Ambiental: problema social com emergência educacional” é composto pelo debate da problemática e crise ambiental reconhecidas como pressupostos da EA, trazendo o surgimento deste campo no Brasil e os diferentes discursos do campo, assim como elucidando o referencial teórico dessa pesquisa.

No quarto capítulo, “Procedimentos Metodológicos”, esclareço a problemática da pesquisa, os objetivos, os instrumentos e fontes de dados e categorias e indicadores de análise dos dados.

No quinto capítulo, “Análise dos Dados e Resultados”, faço a análise dos dados com base nas categorias estabelecidas.

Ao final, como Considerações Finais, realizo uma síntese sobre os principais resultados, faço uma reflexão sobre o que poderia ter sido feito durante essa pesquisa para melhorar os dados obtidos, indico as possíveis contribuições dessa dissertação e aponto possíveis temas de estudo para outras pesquisas sobre a temática.

Por fim, o texto traz as Referências utilizadas e os Apêndices, como: Transcrição da entrevista realizada com a Coordenadora da CT-EA; Transcrição da entrevista realizada com

¹ Os documentos orientadores são compostos pela Deliberação de criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ; pelas Políticas de Educação Ambiental dos Comitês PCJ; pelo Programa de Educação Ambiental dos Comitês PCJ; e a Deliberação em que são estabelecidas diretrizes para programas de educação ambiental a serem apresentados no âmbito do licenciamento ambiental.

² Utilizarei o termo *concepção* estando de acordo com o dicionário Michaelis, que coloca como definição: “ato de percepção, de conceber e gerar, ideia que a pessoa formula da sua própria atuação”.

³ Utilizarei o termo *coerência* estando de acordo com o dicionário Michaelis, que coloca como definição: aquilo que tem nexos, que é lógico.

⁴ O termo “práticas” refere-se às reuniões e oficinas (atas e observações da pesquisadora).

a Coordenadora-Adjunta da CT-EA bem como os Anexos: Deliberação de criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ; Deliberação que estabelece diretrizes sobre projetos de EA no âmbito do licenciamento ambiental; Políticas de Educação Ambiental dos Comitês PCJ; Programa de Educação Ambiental dos Comitês PCJ; Atas das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias observadas.

CAPÍTULO 1

ÁGUA E SUAS DIFERENTES RELAÇÕES: UM BREVE PANORAMA

A água

*“Límpida e fria
cristalina e amiga
a água clarinha
escorria e descia
descia e viajava
e criava o riacho.
E o rio que lá ia
no seu caminho
De cima pra baixo
fazia um espelho
no remanso do lago
onde à noite a lua
acendia o seu facho.”*

Carlos Rodrigues Brandão

O comportamento humano de exploração da natureza, do crescente domínio sobre ela e sua objetivação se agravou mais ainda pelo mercado capitalista e pelo consumismo. A partir disso, os elementos da natureza começaram a ser tratados como *recursos*, a exemplo, *recurso* ambiental, *recurso* hídrico, *recurso* mineral, entre outros, como um substantivo da natureza. Esse termo *recurso* está imbuído de uma concepção utilitarista, antropocêntrica, exploratória e reducionista da natureza e é usado indiscriminadamente por muitas pessoas desatentas ou não de seu sentido. Portanto, na presente dissertação me posiciono contrária ao uso desse termo, utilizando termos como elemento da natureza, restante da natureza ou componente natural para me afirmar nessa temática socioambiental, entendendo que a natureza tem maior potencial e influência sobre todas as formas de vida além de um viés de exploração comercial. Em algumas partes do texto eu utilizo o termo *recurso*, querendo demonstrar seu sentido utilitarista, exploratório e antropocêntrico.

1.1 Água como Elemento Natural

A água tem fundamental importância na manutenção da vida no nosso planeta, portanto falar da relevância deste elemento é falar da sobrevivência das diversas espécies, da conservação e do equilíbrio da biodiversidade e das relações de dependência entre seres vivos e ambientes naturais (BACCI; PATACA, 2008).

A presença e a ausência da água escrevem a história, criam culturas, determinam a ocupação de territórios, extinguem e dão vida às espécies, determina o futuro das gerações. O uso racional deste componente natural foi fundamental, como podemos perceber na história da civilização, para o processo de sedentarização de comunidades até então nômades, que encontraram nos rios Tigre, Eufrates (antiga Mesopotâmia) e Nilo (Egito) um ambiente propício para tal, permitindo a agricultura e os cuidados com os animais. Ao longo de milhares de anos, nossa espécie ocupou territórios, cresceu e se desenvolveu tendo como base esse elemento tão importante e valioso. Porém, ao longo da história da humanidade, muitas modificações aconteceram na relação do ser humano com o restante da natureza e, por consequência, na sua relação com a água (BACCI; PATACA, 2008).

Nessa relação do ser humano com a água pode-se notar uma alteração no modo de concebê-la, não bastando considerá-la somente como elemento natural necessário à manutenção e reprodução da vida, passando a ser vista como *recurso* hídrico, ou seja, numa perspectiva utilitária e antropocêntrica, sendo utilizada indiscriminadamente, encontrando novas utilidades para a água, sem avaliar as consequências ambientais em relação à sua

quantidade e à qualidade disponível no planeta (FRACALANZA, 2005; BACCI; PATACA, 2008).

Levando em consideração as diferentes relações que a sociedade estabelece com este elemento natural, que se alteraram historicamente, hoje vivemos uma crise hídrica em escala global. Analiso neste capítulo os motivos desta escassez e as discussões internacionais e locais para as possíveis soluções deste problema.

1.2 A Escassez de Água e as Declarações Internacionais sobre a Água

É conhecido que a água doce representa uma parcela mínima da água existente no planeta Terra e sua escassez é um fenômeno mundial que vem se manifestando de forma heterogênea em função de diversos fatores determinantes como clima, padrões de industrialização, desigualdade social, grandes concentrações de populações e uso agrícola (AMARAL, 2009).

A supereconomicização, desigualdade social e a má gestão são fatores primordiais na escassez da água. Mas há locais em que a escassez resulta de fatores geológicos, geográficos e climáticos. A própria disponibilidade mundial de água doce e potável é um fator restritivo, particularmente durante o aumento da população.

Essa escassez advém da desigualdade social e da falta de manejo e uso sustentável dos componentes naturais. As diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento se chocam e evidenciam que a crise mundial desse elemento natural está diretamente ligada às desigualdades sociais, que vão desde a falta de acesso à água tratada (35% da população mundial) até a falta de saneamento básico (43% da população mundial). A cada ano, 10 milhões de pessoas morrem em decorrência de doenças intestinais transmitidas pela água, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) (CETESB, 2015).

Em uma situação de escassez de água devido à má gestão desse elemento ocasionando a poluição, o desperdício e sua distribuição desigual, verificam-se diversos conflitos entre as populações e seus governantes, relacionados à sua apropriação frente a uma demanda dada. Neste contexto, torna-se imprescindível haver um gerenciamento desse componente natural para cuidar de sua utilização pelos diferentes grupos no território e administrar possíveis conflitos (CAMPOS; FRACALANZA, 2010).

O relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), “Water for people, water for life” (Água para as pessoas, Água para a vida) (2003), traz gráficos (Figura 1) demonstrativos dos usos da água no mundo em países de alta renda e em países de baixa renda. Fazendo uma análise destes gráficos, percebemos que nos países de alta renda há um maior consumo de água nas atividades industriais, enquanto que nos países de baixa renda o maior consumo de água é para a agroindústria. Sabemos que ambas as atividades prejudicam a qualidade e a quantidade de água disponível e são os maiores consumidores desse *recurso*.

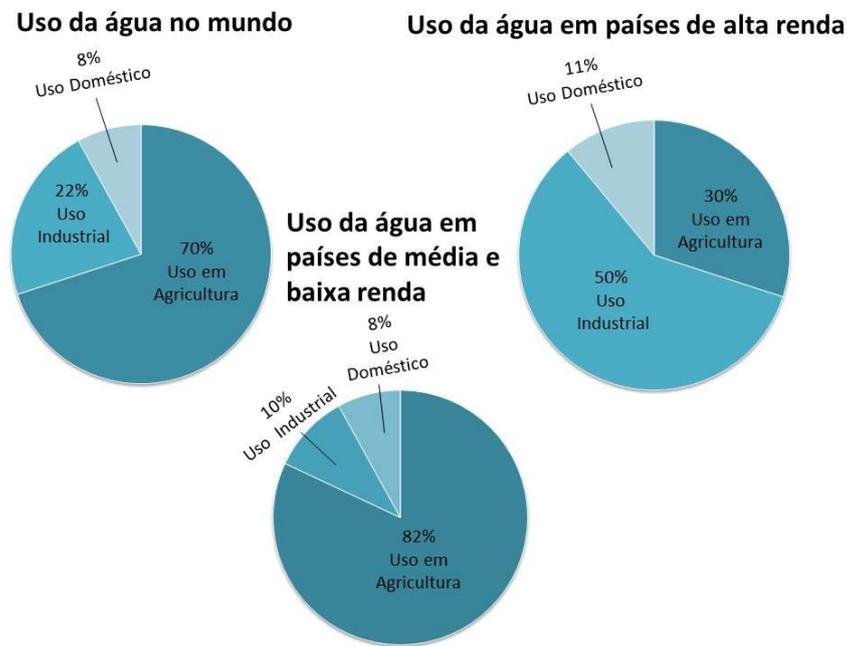


Figura 1: Gráficos demonstrando os usos da água no mundo, em países de alta renda e em países de baixa renda. (Fonte: *Water for people, water for life* – Unesco, 2003)

Com a poluição e o consumo desequilibrado desse elemento, principalmente pela irrigação e a pela indústria, um alerta entre alguns países foi necessário para que estes se unissem em prol da elaboração de acordos que regulamentassem o uso da água. Dessa forma, a primeira conferência internacional abordando temas referentes à água foi a Conferência das Nações Unidas sobre a Água, realizada em Mar Del Plata, na Argentina (1977). Nela ampliou-se o discurso sobre a importância de uma maior atenção ao planejamento integrado do uso da água, sendo recomendada a adoção de medidas para possibilitar a participação efetiva da sociedade civil no processo de planejamento e tomada de decisões, englobando usuários e autoridades públicas. Diante dos acordos estabelecidos se chegou a dois resultados

expressivos, o Plano de Ação e a Década Internacional da Água (SELBORNE, 2001; CUNHA *et al.*, 2010; MALHEIROS *et al.*, 2013).

O Plano de Ação adotado reconheceu a conexão intrínseca entre os projetos de desenvolvimento de *recursos* hídricos e suas significativas repercussões físicas, químicas, biológicas, sanitárias e sócio-econômicas, e reconheceu também que todos os povos, independente de suas condições sociais e econômicas têm o direito de ter acesso à água potável em quantidade e de boa qualidade para as suas necessidades básicas (VARGAS, 2000). A Década Internacional da Água, datada de 1980, buscou a integração de temas referentes aos *recursos* hídricos com enfoque principal em questões referentes ao saneamento básico, deixando de discutir outras temáticas ligadas às diversas utilidades da água (CUNHA *et al.*, 2010).

Em 1992 em Dublin, Irlanda, aconteceu a Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente, um encontro preparatório da futura Conferência do Rio de Janeiro, em que foi formulado um plano de ações para as décadas seguintes. Esse plano foi baseado em 4 princípios:

1º - A água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial para a manutenção da vida, para o desenvolvimento e para o meio ambiente; 2º - O envolvimento e o gerenciamento da água deve ser baseado em uma abordagem participativa, envolvendo usuários, planejadores e encarregados de elaboração de políticas, em todos os níveis; 3º - As Mulheres desempenham um papel essencial na provisão, no gerenciamento e na salvaguarda da água; 4º - A água tem um valor econômico em todos os seus usos e deve ser reconhecida como um bem econômico (CUNHA *et al.*, 2010, p. 4).

Nessa conferência, entre as diversas deliberações homologadas, a condição de elevar a água como um bem econômico, propondo uma gerência na escala das bacias hidrográficas foi a deliberação que teve maior destaque internacional (CUNHA, 2009).

Além dessas duas conferências citadas, o Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum (Comissão Mundial sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, 1987), o Relatório Cuidando da Terra (1991, da União Conservacionista Mundial, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e do Fundo Mundial para a Natureza), e a Agenda 21 (Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, Rio de Janeiro, 1992) trouxeram mudanças importantes na forma como pensamos sobre a água e os ecossistemas.

Trazendo como ponto a Agenda 21, está firmado que a utilização dos aquíferos é prioritária para as necessidades básicas e a salvaguarda dos ecossistemas. Um princípio fundamental que emergiu dessa mudança foi o de que a vida das pessoas e o meio ambiente estão profundamente interligados, e que os processos ecológicos mantêm o planeta capacitado a sustentar a vida, proporcionando-nos alimento, ar para respirar e boa parte do que chamamos de qualidade de vida (SELBORNE, 2001).

Esses encontros centraram-se no debate sobre a valorização da água, discutindo novas políticas e questões de esquemas de privatização e de elaboração e implantação de tarifas de água diante do direito público da sociedade ao acesso e uso desse elemento natural (LEFF, 2010).

A privatização da água se embasa no discurso de uso racional e de uma melhor gestão desse *recurso*, fazendo com que os usuários paguem pelo custo real do seu abastecimento. Segundo Leff (2010) essa apropriação capitalista da natureza, por meio das privatizações, interfere na gestão dos ecossistemas e das bacias hidrográficas e se faz de modo equivocado implicando na menor parcela de participação da sociedade na gestão desses bens naturais. A privatização diminui a participação da sociedade nas tomadas de decisão, além de aumentar os custos para a população, assim como tende a aumentar a desigualdade de acesso à água entre empresa e alguns setores da sociedade.

1.3 Água no Brasil: Desigualdades Naturais, Sociais e de Setores Econômicos

No Brasil o consumo de água pelos diferentes setores da sociedade se apresenta da seguinte forma, segundo a Agência Nacional de Águas (BRASIL, 2007): 69% do consumo de água é destinado à irrigação, 11% para o uso urbano e doméstico, 11% para criação de animais, 7% para a indústria e 2% para o setor rural (Figura 2).

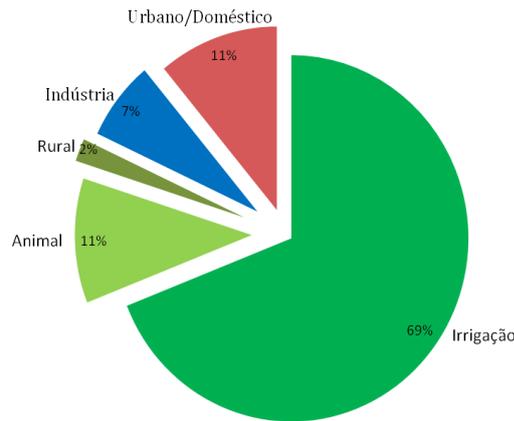


Figura 2: Consumo de água em seus diferentes usos no Brasil (Fonte: http://arquivos.ana.gov.br/planejamento/estudos/sprtew/2/pdf/volume_2_ANA.pdf).

O alto consumo de água pela irrigação se dá por conta do agronegócio, das monoculturas para grande exportação, principalmente de grãos, e essas atividades exploratórias em larga escala acabam por influenciar na escassez de água potável devido à contaminação pelo grande uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Vale ressaltar que o Brasil é o maior país consumidor de agrotóxicos do mundo, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2015). Todos esses elementos, somados às mudanças climáticas (ocasionadas pelo desmatamento e poluição atmosférica) e a má gestão dos recursos hídricos, levam o Brasil a uma crise hídrica sem precedentes.

Essa crise está embasada numa multiplicidade de aspectos – sociais, econômicos, culturais, tecnológicos e ambientais – retratados no aumento da pobreza, na falta de saneamento básico, na poluição dos rios e aquíferos, na derrubada de matas, na expansão agropecuária, na urbanização e industrialização, na ocupação das áreas de mananciais, na má gestão dos elementos naturais disponíveis. Crise deflagrada pela visão de mundo centrada no utilitarismo dos componentes naturais e no modo de desenvolvimento imposto à sociedade e suas relações atuais com o ambiente (BACCI; PATACA, 2008). Nessa crise que vivemos no Brasil, principalmente nas regiões semi-áridas e atualmente na região sudeste, percebemos⁵ essa visão utilitarista dos bens naturais, o que agrava mais esse cenário.

Indo ao encontro das multiplicidades de aspectos citados anteriormente, o pesquisador Antônio Donato Nobre(2014) em um relatório de seus estudos sobre a região Amazônica,

⁵A crise hídrica no Brasil: nas regiões semi-áridas acontecem os efeitos de fenômenos naturais e também agravamento da disponibilidade hídrica por meio das grandes monoculturas extrativistas; na região sudeste, acontece a falta de chuvas, agravada pelo desmatamento da Amazônia e pela má gestão política.

constatou que há uma influência direta na relação das chuvas dessa região para as regiões Sudeste e Sul do país, por intermédio dos chamados rios voadores (massas de ar úmidas que são movimentadas na atmosfera levando vapor d'água para outras regiões). Ele diz ainda que o aumento do desmatamento da floresta amazônica afeta os fluxos de umidade nessas regiões e que no verão dos anos de 2013/2014 essa umidade da Amazônia não chegou até a região Sudeste e Sul. Esse estudo reforça o entendimento de que ações antrópicas alteram o clima em larga escala e não somente o clima local.

Pensando na utilização e distribuição da água nas regiões do Brasil, cada uma com características ambientais, sociais e econômicas distintas, Granja e Warner (2006) fazem uma relação entre os *recursos* hídricos, a população e a superfície (território) nas várias regiões do Brasil, conforme indica a Figura 3. Conseguimos perceber que na região Sudeste há uma grande população com crescimento urbano descontrolado (nas periferias principalmente, impulsionado pela especulação imobiliária) e a presença de outros setores representativos no consumo de água, como as indústrias e o agronegócio, comparado com a disponibilidade hídrica e o território.

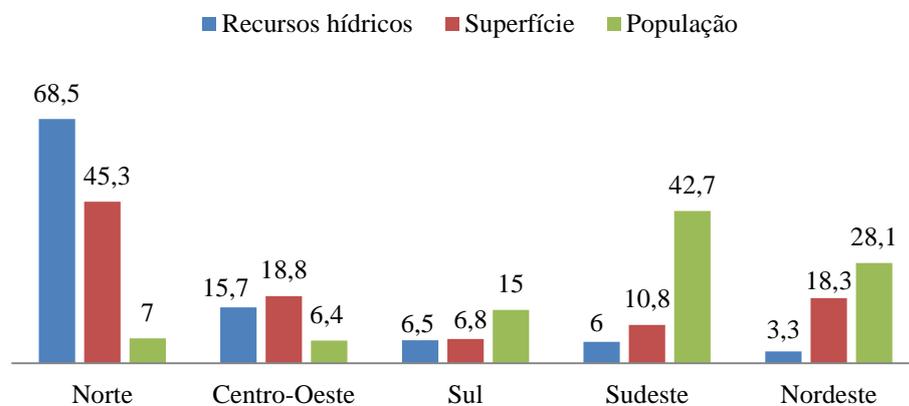


Figura 3: Relação entre recursos hídricos, superfície e população nas regiões do Brasil (Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n6/09.pdf>).

A região Norte e Nordeste tem o gráfico mutuamente invertido, sendo que na região norte há uma grande disponibilidade hídrica, enquanto que na região nordeste prevalece a maior população. A região nordeste sofre com a escassez permanente e uma crise sazonal com períodos de estiagem cada vez mais extensos (AMARAL, 2009).

Num cenário local, nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ), localizadas nos estados de São Paulo e Minas Gerais, o consumo da água pelos

diferentes setores (ver Figura 3) é diferente do padrão de uso a nível de país (Figura 4), onde a maior taxa de consumo encontra-se no setor urbano/doméstico.

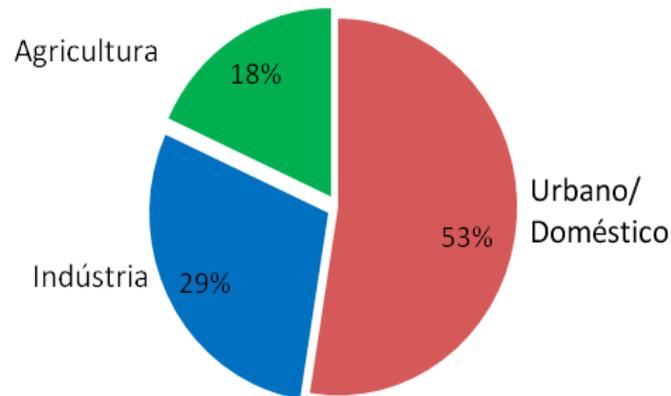


Figura 4: Utilização da água pelos diferentes setores da sociedade compreendendo as bacias hidrográficas dos rios Piracicaba – Capivari – Jundiá. (Fonte: Plano de Bacias PCJ 2010 – 2020).

As diferentes utilidades da água se dá de forma diferente e desigual nas regiões do Brasil por determinantes como relevo, clima, distribuição populacional e interesses econômicos.

Como uma forma de evitar a escassez desse bem natural e melhorar sua qualidade, existe uma série de legislações para o gerenciamento dos *recursos* hídricos.

1.4 Água como Recurso: seu Gerenciamento e Legislações Federais e Estadual no Brasil

A *Provisão das águas*, documento datado de 1720, estabelecia aos guardas-mores⁶ a repartição das águas conforme a disponibilidade dos que mineravam, e ninguém podia se apropriar das águas de córregos sem uma licença por escrito destes funcionários (ESCHWEGE, 1979; FONSECA; PRADO FILHO, 2006; REZENDE, 2013). Segundo Fonseca e Prado Filho (2006), este documento pode ser considerado um marco para a gestão dos recursos hídricos no Brasil, mesmo não sendo o interesse da Coroa Portuguesa em preservar a água e sim sua utilização com parcimônia, tendo em vista apenas um viés econômico e não de cunho ecológico, uma vez que preocupações deste tipo eram escassas nesse período.

⁶ Os guarda-mores eram antigos oficiais da casa real. Também era um título de oficial do chefe da polícia aduaneira nos portos e representante fiscal a bordo dos navios.

Ao longo da história do Brasil, após a época da Coroa Portuguesa, os recursos hídricos voltaram a ser tratados politicamente, em âmbito Federal, a partir do século XX com o Código das Águas, o Código das Águas Minerais, a Constituição Federal Brasileira e a Política Nacional de Recursos Hídricos.

O Código das Águas (Decreto nº 24.643 de 1934) impôs condições para o aproveitamento da água superficial principalmente para a energia hidráulica. Naquela época era garantido o direito do uso gratuito da água superficial como uma necessidade da vida, presente no artigo 34 do referido Decreto, assim como no artigo 109 era tratada a qualidade das águas. Com relação à água subterrânea, os artigos que tratam desse tema estabelecem importantes diretrizes para disciplinar seu aproveitamento. Mesmo sendo um Decreto antigo, ainda hoje ele é considerado, porém não pode ser aplicado integralmente devido à falta de leis complementares e regulamentos (PAULA, 2002).

O Código das Águas Minerais (Decreto-Lei nº 7.841 de 08 de agosto de 1945) determinou e padronizou o aproveitamento das águas minerais brasileiras. Apesar de tantas modificações, esse Decreto-Lei ainda está em vigor, com normas sobre como poderão aproveitar a água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários (PAULA, 2002).

Já a Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, trouxe a proteção dos recursos hídricos e atribuiu ao poder público a garantia a um meio ambiente sadio e equilibrado para toda a população, conforme seu artigo 225.

A Política Nacional de Recursos Hídricos foi instituída pela Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Essa política criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. É uma lei atual, importante e avançada para a ordenação territorial tendo como característica a descentralização das ações e do poder, trazendo instrumentos para a boa gestão da água, conforme consta no Quadro 1. Este documento tem como princípios básicos:

- A adoção da bacia hidrográfica como uma unidade de planejamento.
- Os diversos usos da água (meio urbano, residencial, rural e industrial).
- O reconhecimento da água como um bem finito e vulnerável.
- A gestão descentralizada e participativa.

Quadro 1: Instrumentos para uma boa gestão das águas segundo a Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997.

<i>Plano Nacional de Recursos Hídricos</i>	<i>Outorga de direito de uso dos recursos hídricos</i>	<i>Cobrança pelo uso da água</i>	<i>Enquadramento dos corpos de água em classes de uso</i>	<i>Sistema Nacional de Informações sobre os Recursos Hídricos</i>
Cita alguns esforços políticos com relação à dimensão da Gestão de Águas como a busca do diálogo entre diferentes municípios banhados por uma mesma bacia hidrográfica. Ressalta-se a consolidação da gestão da bacia hidrográfica, a consolidação da gestão participativa e a inclusão da temática da água como prioridade nas agendas políticas dos governos e dos demais segmentos que participam do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (TONSO, 2013).	O usuário recebe autorização, concessão ou permissão para fazer uso da água. É um elemento central para o uso racional dos recursos hídricos.	Cria condições de equilíbrio entre a disponibilidade de água e a demanda.	Permite fazer a ligação entre a gestão da qualidade e da quantidade de água disponíveis nos mananciais.	Encarregado de coletar, organizar, criticar e difundir a base de dados relativa aos recursos hídricos, o balanço de cada manancial e cada bacia como subsídios para gestores, usuários, sociedade civil para o processo decisório.

Fonte: Elaborado pela autora desta dissertação.

Com relação à instituição, o novo sistema cria organismos como o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (decide sobre grandes questões do setor); os Comitês de Bacias Hidrográficas (fórum de decisão na bacia hidrográfica); as Agências de Águas (destinadas a gerir os recursos recebidos da cobrança pelo uso da água); e as Organizações Cíveis de Recursos Hídricos (entidades atuantes no planejamento e gestão do uso dos recursos hídricos) (SETTI *et al.*, 2001).

Nas legislações estaduais, os Estados sendo detentores de domínio sobre a água exercem sua competência legislativa, o gerenciamento e seu poder de polícia. Assim, vários

Estados brasileiros instituíram políticas e sistemas de gerenciamento dos recursos hídricos. No Estado de São Paulo, a questão da água é tratada na Constituição do Estado de São Paulo e na Política Estadual dos Recursos Hídricos.

A Constituição do Estado de São Paulo, de 1989, traz em seu Capítulo IV, disposições sobre meio ambiente, recursos naturais e saneamento. Nesse capítulo é tratada a proteção à qualidade das águas, vetando o lançamento de esgotos e efluentes urbanos e industriais sem o devido tratamento em qualquer corpo d'água. O Estado também instituiu por lei o Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SIGRH), composto pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas, Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos, Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Agências de Bacias. O SIGRH visa a execução da Política Estadual de Recursos Hídricos e a formulação, aplicação e atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PAULA, 2002).

A Política Estadual dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, criou órgãos de coordenação e integração participativa como o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ) e do Alto Tietê (AT). Esses comitês vieram a instalar-se dois anos depois no caso do Comitê PCJ e três anos depois no caso do Comitê AT. Essa lei determina que o gerenciamento das águas deva ser descentralizado, participativo e integrado e ainda determina que o Estado deva incentivar a formação de consórcios entre os municípios “tendo em vista a realização de programas de desenvolvimento e de proteção ambiental de âmbito regional” conforme o parágrafo 3º do artigo 5º.

1.4.1 Bacia Hidrográfica como Unidade de Gestão

A Política Estadual dos Recursos Hídricos (Lei nº 7.663/91) determina as bacias hidrográficas como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos, e que o manejo integrado é fundamental para assegurar que estes recursos sejam utilizados de maneira sustentável (PAULA, 2002). Porém, como sistemas complexos que são, os recursos hídricos têm muitos usos e usuários e as ações de alguns podem ter efeito de longo alcance para muitos outros. As interdependências e os conflitos estão inerentes na gestão de bacias hidrográficas (BARBI, 2007).

A água tem uma característica muito específica no contexto social e, considerando as várias dimensões essenciais dela, esta se torna eixo central das relações sociais dentro de uma

bacia hidrográfica. Quando ocorre a poluição e a escassez, potencializam-se os conflitos sociais que, de outro modo, já são inerentes às classes sociais, onde as periferias ficam com escassez de água enquanto que os bairros nobres das cidades ficam abastecidos juntamente com o setor industrial e agrícola (PAULA, 2002).

1.4.2 Comitês de Bacias Hidrográficas

A criação de Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) no Brasil foi inspirada no modelo francês para a gestão dos recursos hídricos, com avanços na questão de participação social, com uma gestão descentralizada e compartilhada (BARBI, 2007).

Poucos estudos têm se debruçado sobre a motivação da descentralização da gestão da água no Brasil, que faz com que os atores sociais, em níveis locais, aceitem maiores responsabilidades. Alguns examinam as causas da descentralização como resultado de barganhas políticas onde diferentes atores sociais buscam acesso a recursos financeiros (ABERS; JORGE, 2005).

Embora não estejam muito claras as razões da descentralização da gestão das águas, o fato é que isso possibilita a participação da sociedade na gestão, apontando para uma ação democrática.

Os CBH foram criados em níveis estaduais e federal a partir de 1990 e possuem uma estrutura participativa chamada “tripartite paritária”, contando com a presença do Estado, dos Municípios e da Sociedade Civil (PAULA, 2002; BARBI, 2007; ABERS *et al.*, 2009). Essa dinâmica possibilita uma melhor interação entre os diversos atores envolvidos, porém existe a dificuldade de esses diversos atores apresentarem visões divergentes sobre o processo e os objetivos de gestão e isso pode dificultar a busca de soluções mais benéficas para o coletivo (BARBI, 2007).

Conforme a Lei nº 7.663/91, dentre as atribuições dos CBH estão a responsabilidade pela promoção de debates sobre as questões relacionadas ao uso da bacia, a mediação administrativa dos conflitos relacionados aos recursos hídricos, a aprovação e execução do Plano Nacional de Recursos Hídricos, além do estabelecimento de critérios para obras de interesse comum ou coletivo daquela bacia. Também são responsáveis pela cobrança pelo uso da água e aplicação desses recursos na própria bacia (PAULA, 2002; BARBI, 2007).

Os Comitês têm autonomia para a escolha de seu colegiado bem como as suas regras de funcionamento, sendo regidos por um estatuto em consonância com a lei estadual (MALHEIROS *et al.*, 2013).

No Estado de São Paulo foram criadas 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) e 21 Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) (Figura 5).



Figura 5: Distribuição espacial dos 21 Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) do Estado de São Paulo. (Fonte: COMITÊ PCJ, 2014).

As Unidades de Gerenciamentos de Recursos Hídricos (UGRHI) são unidades físico-territoriais nas quais devem ocorrer a compatibilização, consolidação e integração dos planos, normas e procedimentos técnicos e administrativos a serem formulados ou adotados no processo de gestão descentralizada dos recursos hídricos (PAULA, 2002).

Inicialmente a divisão das UGRHI levou em conta os aspectos físicos (hidrologia, clima, solo, entre outros), mas, posteriormente, o critério foi sociopolítico por meio do desenvolvimento econômico e social das regiões (SETTI *et al.*, 2001).

No estudo de caso realizado por Abers e Jorge (2005) abrangendo 16 Comitês de Bacias Hidrográficas pelo Brasil, foi realizado um levantamento sobre as principais motivações para a criação dos Comitês de Bacias (Quadro 2).

Quadro 2: Criação de Comitês de Bacias Hidrográficas no Brasil por diversas e combinadas motivações.

Motivo de Criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas	Quantidade de Comitês
Acontecimento de um evento crítico (inundação, vazamento acidental de óleo, seca acentuada, entre outros)	2
Agravamento das condições ambientais da bacia (comprometimento gradativo da qualidade ou escassez da água, entre outros)	8
Conflito pelo uso da água	9
Atendimento da lei estadual ou federal	10
Possibilidade de acesso a recursos financeiros	1
Exigência ou recomendação relacionada à concessão de empréstimo internacional	1

Fonte: Abers e Jorge (2005).

Com esses dados conseguimos perceber que a demanda pela criação de Comitês surgiu no Brasil por variados motivos e com diversos atores da sociedade envolvidos e essa forma de gestão descentralizada permite uma maior apropriação dos assuntos relacionados à bacia hidrográfica junto à população para a tomada de decisões.

Enfim, neste capítulo apresentei um breve panorama sobre a disponibilidade e as diferentes apropriações da água no mundo e as intenções em preservá-la por meio de declarações e acordos internacionais, bem como as principais formas de gestão desse *recurso* e como elemento natural nos territórios por meio das legislações. No próximo capítulo contextualizarei o objeto de estudo da presente pesquisa no que se refere à sua estruturação e funcionamento.

CAPÍTULO 2

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

“Como um rio, que nasce de outros, saber seguir, junto com outros sendo e noutros se prolongando e construir o encontro com as águas grandes do oceano sem fim.”

Thiago de Mello

Em 1989, aconteceu a fundação do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, entidade esta que visa buscar a integração regional para a recuperação dos recursos hídricos e pela implantação do sistema oficial de Gestão dos Recursos Hídricos (LAHÓZ, 2006).

Como já dito, no âmbito estadual, em 1991, ocorreu a promulgação da Lei Paulista n.º 7663, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos. Esta lei baseia-se em preceitos de descentralização no gerenciamento e gestão participativa e democrática, o que tornou possível, em 1993, a instalação do Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ, Comitês PCJ). Foi o primeiro Comitê de Bacia do Estado de São Paulo, sendo composto por entidades federais, municipais e da sociedade civil. Esse fórum de discussão tornou-se um espaço de fundamental importância para a promoção de discussões de assuntos relacionados aos recursos hídricos nas bacias PCJ (LAHÓZ, 2006). A gestão descentralizada e participativa dos comitês de bacias hidrográficas deu maior legitimidade para os atores sociais de mobilização local e regional (FERREIRA *et al.*, 2003).

Nesse sentido de criação dos Comitês PCJ, no início da década de 1990, houve certa convergência política entre prefeitos de municípios das três bacias: Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Dessa forma, ocorreu a criação dos Comitês PCJ como forma de gestão e acordos políticos de interesse. Pensando geologicamente e no espaço geográfico, o conceito de bacia hidrográfica não se enquadra aos Comitês PCJ, pois eles são compostos por três bacias e sete sub-bacias principais.

No âmbito federal, no ano de 1997 foi promulgada a lei 9.433, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, praticamente com o mesmo espírito da lei 7.663/91 de São Paulo, porém, com adaptações necessárias de abrangência em todo o território nacional. Isto possibilitou em 2003, a instalação do Comitê Federal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí englobando alguns municípios do Estado de Minas Gerais (Comitê PCJ Federal) (LAHÓZ, 2006). Desta forma, os Comitês PCJ atualmente abrangem 65 municípios do Estado de São Paulo e 5 municípios do Estado de Minas Gerais (CBH-PCJ e PCJ Federal), conforme mostrado na Figura 6.

Os Comitês PCJ aprovaram, no ano de 2003, normas gerais para criação e funcionamento de Câmaras Técnicas. A primeira Câmara Técnica criada foi a de Planejamento, coordenada pelo Secretário-executivo do CBH-PCJ ou do PCJ Federal, que tem, dentre outras, as funções de integrar e articular as ações das demais Câmaras Técnicas.

As Câmaras Técnicas são equipes compostas por membros de órgãos ou entidades com ou sem participação nos Plenários do CBH-PCJ ou do PCJ Federal, tendo caráter consultivo, podendo ser permanentes ou transitórias.

Dentro dos Comitês PCJ, atualmente, existem as seguintes Câmaras Técnicas expostas na Figura 7. Nesta pesquisa, o foco se centrará na análise da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ.

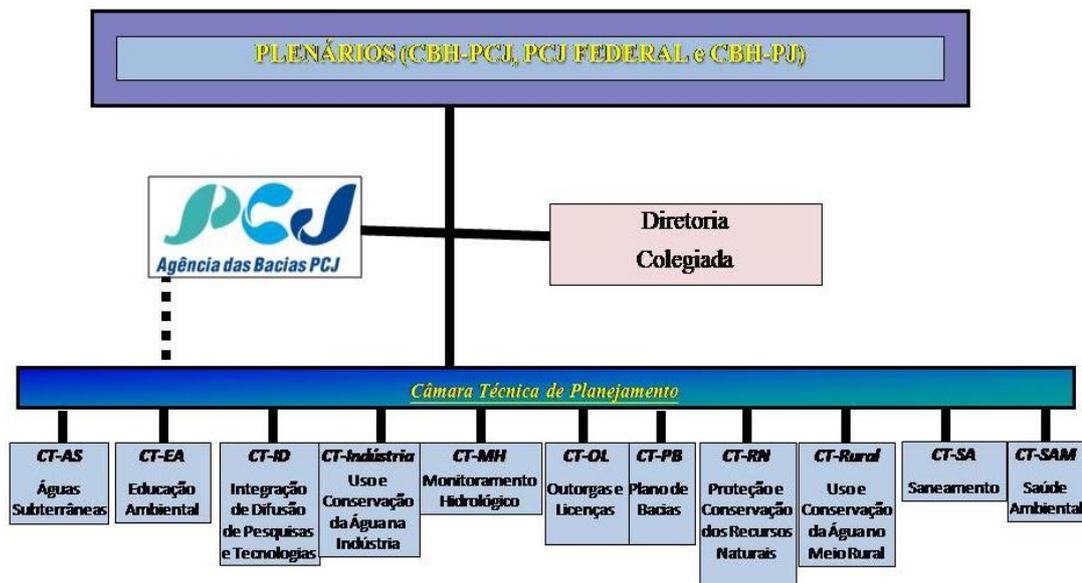


Figura 7: Estrutura dos Comitês PCJ. (Fonte: www.comitespcj.org.br)

De acordo com a Deliberação dos Comitês PCJ nº 039/09, de 28/08/2009 e com modificação na Deliberação dos Comitês PCJ nº 115/11, de 28/06/2011, em seu art. 7º, as Câmaras Técnicas (CT) devem ser compostas por membros indicados formalmente, sendo representantes de órgãos e entidades dos Governos Estaduais de São Paulo e Minas Gerais; do Governo Federal; dos Municípios; da Sociedade Civil e dos Usuários de Recursos Hídricos (SÃO PAULO, 2011).

O mandato dos membros das CT é de 2 anos, iniciando-se nos meses de junho subsequentes à eleição da Diretoria Integrada dos Comitês PCJ. Os novos membros poderão ser aceitos e empossados pelo plenário da própria Câmara Técnica, sendo que o término do

mandato desses novos membros coincidirá com o dos demais membros empossados. Serão excluídas das Câmaras Técnicas as entidades para as quais se registre número de faltas superior a duas reuniões consecutivas ou quatro alternadas, independentemente de haver justificativa de ausência. (SÃO PAULO, 2011).

As CT contarão com um Coordenador(a) e um Coordenador-Adjunto(a), eleitos(as) dentre seus membros, e cujos órgãos ou entidades tenham condições de fornecer suporte técnico e administrativo ao desenvolvimento dos seus trabalhos, sendo seus mandatos coincidentes com o mandato dos demais membros da respectiva Câmara Técnica.(SÃO PAULO, 2011).

As Câmaras Técnicas devem elaborar anualmente um Plano de Trabalho mínimo, compatível com o Plano de Bacias e cronogramas de trabalho dos Comitês PCJ e são responsáveis pela sua execução (SÃO PAULO, 2011).

2.1 Câmara Técnica de Educação Ambiental

Os processos de Educação Ambiental (EA) voltados aos recursos hídricos começaram a ser debatidos no âmbito dos Comitês PCJ no ano de 1999, estimulados pela publicação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99). Oficialmente, a Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) foi criada em 2003 por meio da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº002/03, de 22/05/2003.

Seu colegiado é composto por pessoas da sociedade civil e dos órgãos e entidades dos governos federal, estaduais e municipais das grandes áreas de recursos hídricos, meio ambiente, educação, saúde, agricultura e saneamento, iniciando os trabalhos para estabelecer a Política e o Programa de Educação Ambiental para as Bacias PCJ (PALMIERE *et al.*, 2013).

Criada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 002/03, de 22/05/03, normatizada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 010/04, de 22/05/04, Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 039/09, de 28/08/09 e, Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 115/11, de 28/06/11, as atribuições da CT-EA são: I - Propor uma Política de Educação Ambiental a partir da proposta do programa de Educação Ambiental elaborada pela Câmara Técnica de Proteção e Conservação dos Recursos Naturais - CT RN e pelo Grupo Técnico de Difusão e Pesquisas Tecnológicas - GT ID para os Comitês CBH-PCJ e PCJ FEDERAL;II - Auxiliar na consolidação da Política de Educação Ambiental do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL;III - Avaliar e acompanhar a implementação da proposta da Política de Educação Ambiental no CBH-PCJ e PCJ FEDERAL;IV - Auxiliar na divulgação da Política de Educação Ambiental dos comitês e das ações decorrentes de sua aplicação nos diversos segmentos da sociedade inclusive em fóruns, congressos e outros eventos do gênero;V - Subsidiar o

CBH-PCJ e o PCJ FEDERAL com pareceres, dados e outras atividades, para a tomada de decisões e na elaboração do Plano de Bacias e do Relatório de Situação do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL;VI - Elaborar, aprovar e alterar, quando couber, seu Regimento Interno e Plano de Trabalho (SÃO PAULO, 2011).

Funcionamento e Gestão da Câmara Técnica de Educação Ambiental

Na CT-EA, as Reuniões Ordinárias acontecem bimestralmente e podem ocorrer Reuniões Extraordinárias e Oficinas nesse intervalo. São distribuídas ao longo das bacias hidrográficas na qual a área é delimitada pelas ações dos Comitês PCJ.

Do ano de 2003 ao mês de julho de 2015, a CT-EA teve cinco coordenações⁷, sendo uma coordenação com dois mandatos, conforme o Quadro 3 e realizou 66 reuniões ordinárias e 9 reuniões extraordinárias, segundo as Atas disponíveis no site www.comitespcj.org.br.

Quadro 3: Coordenações e seus mandatos desde o período formal de implantação da CT-EA, 2003 a 2015.

Coordenações	Mandatos	
	2003-2005	2005-2007
Coordenadora: Cecília de Barros Aranha (DAEE)	2003-2005	2005-2007
Coordenadora: Vera Lúcia Namura (CETESB)	2007-2009	
Coordenadora: Maria Fernanda Spina Chiochetti (Prefeitura Municipal de Campinas)	2009-2011	
Coordenador-adjunto: Filipe Marcelo Gonçalves Becari (Fórum das Entidades Cívicas)		
Coordenadora: Maria Fernanda Spina Chiochetti (Prefeitura Municipal de Campinas)	2011-2013	
Coordenador-adjunto: Filipe Fábio Araújo Piola (Prefeitura Municipal de Piracaia)		
Secretária: Maria Luisa Bonazzi Palmieri (SMA/CEA)		
Coordenadora: Maria Fernanda Spina Chiochetti (P.M. de Campinas)	2011-2013	
Coordenadora-adjunta: Dorisney Ribeiro de Campos (Prefeitura Municipal de Extrema/MG)		
Secretária: Maria Luisa Bonazzi Palmieri (SMA/CEA)		
Coordenadora: Maria Luisa Bonazzi Palmieri (IF)	2013-2015	
Coordenadora-adjunta: Dorisney Ribeiro de Campos (Associação Atrativos do Salto)		
Secretário: Carlos Henrique de Oliveira (Diretoria de Ensino de Piracicaba).		

(Fonte: www.comitespcj.org.br)

⁷ No período de 2011 a 2013 houve dois mandatos com estruturas de coordenação diferentes.

Na época do trabalho de campo desta pesquisa, a CT-EA era composta por um representante titular e um ou mais suplentes de cada uma das entidades titulares, conforme indica o Quadro 4.

Quadro 4:Entidades Titulares que compõe o atual colegiado da CT-EA dos Comitês PCJ (2013 – 2015).

Entidades Titulares da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ	
Secretaria de Estado da Segurança Pública - 4ª Cia de Polícia Ambiental	Associação de Proteção Ambiental Jaguatibaia - Jaguatibaia A.P.A.
Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Americana – AEAA	Prefeitura Municipal de Águas de São Pedro
Associação dos Engenheiros da SABESP – AESABESP	Prefeitura Municipal de Americana
Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE	Prefeitura Municipal de Bragança Paulista
Associação dos Atrativos do Salto	Prefeitura Municipal de Cabreúva
Casa do Amor Fraternal	Prefeitura Municipal de Capivari
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB	Prefeitura Municipal de Cordeirópolis
Departamento de Água e Esgoto de Jundiá - DAE Jundiá	Prefeitura Municipal de Hortolândia
Departamento de Água e Esgoto de Santa Bárbara D'Oeste – DAE Santa Bárbara D'Oeste	Prefeitura Municipal de Itapeva
Diretoria de Ensino de Campinas da Região Leste	Prefeitura Municipal de Itatiba
Diretoria de Ensino de Campinas da Região Oeste	Prefeitura Municipal de Limeira
Diretoria de Ensino de Americana e Região	Prefeitura Municipal de Piracicaba
Diretoria de Ensino de Bragança Paulista e Região	Prefeitura Municipal de Rio Claro
Diretoria de Ensino de Capivari e Região	Prefeitura Municipal de Salto
Diretoria de Ensino da Região de Limeira	Prefeitura Municipal de Sumaré
Diretoria de Ensino da Região de Piracicaba	Prefeitura Municipal de Vargem
Diretoria da Região de Ensino de Sumaré	Prefeitura Municipal de Vinhedo
Foz do Brasil Organização Odebrecht	Piracicaba 2010 - Realizando o Futuro - Pira 21
Fundação Energia e Saneamento	Serviço Autônomo de Água, Esgoto e Meio Ambiente de Salto - SAAE Ambiental Salto
Associação dos Amigos Pescadores Protetores da Bacia do Rio Piracicaba – GRUDE	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP
Secretaria de Estado da Saúde - Grupo de Vigilância Sanitária XX/Piracicaba	Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A – SANASA
Instituto Florestal – IF	Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba – SEMAE
Instituto de Estudos do vale do Tietê – INEVAT	Secretaria Municipal de Educação de Salto - SEME/Salto
Instituto Vale das Garças	Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SMA
Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ	Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

(Fonte: www.comitespcj.org.br)

Projetos de Educação Ambiental

Antes de sua criação formal, a CT-EA já realizava ações de EA no âmbito dos Comitês PCJ desde o ano de 1998, com práticas escolares e não escolares.

Dentro dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo, os projetos de EA são financiados pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), criado pela Lei 7.663/91, que tem como objetivo dar suporte financeiro à Política Estadual de Recursos Hídricos e tem como diretrizes, objetivos e metas a realização de programas de proteção, recuperação, controle e conservação de recursos hídricos.

Os projetos de EA são financiados para tomadores tais como: pessoas jurídicas de direito público, da administração direta ou indireta do Estado e dos municípios; concessionárias de serviços públicos nos campos de saneamento, meio ambiente e de aproveitamento múltiplo de recursos hídricos; pessoas jurídicas de direito privado, usuárias de recursos hídricos; consórcios intermunicipais regularmente constituídos; associações de usuários de recursos hídricos; e Universidades e demais instituições de ensino superior ou entidades especializadas em pesquisa, desenvolvimento tecnológico públicos e capacitação de recursos humanos no campo dos recursos hídricos (CETESB, 2014). Porém, a partir de 2013, o FEHIDRO não está financiando os projetos de EA, demanda espontânea, por uma decisão dos Comitês PCJ, por divergências internas dentro dos Comitês PCJ com a CT-EA. Essa questão está elucidada na análise dos dados dessa pesquisa.

Segundo o sistema virtual do FEHIDRO, 11 projetos de EA foram pleiteados entre os anos de 2004 e 2010, sendo concluídos, conforme indica o Quadro 5. Os projetos pleiteados tinham duração de um ano, porém no sistema acessado encontra-se um maior prazo entre data de início do projeto e data final, devido à prestação de contas e outros fatores não explicitados.

Quadro 5: Projetos de Educação Ambiental Concluídos com financiamento do FEHIDRO.

Nome do Empreendimento	Tomador	Data de Assinatura	Data Final
Curso Dirigido de Educação na Gestão de Recursos Hídricos	Fórum Permanente de Entidades Civas que Exercem Atividades Ambientais nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí	30/12/2004	20/05/2009
Conscientização e Capacitação de Produtores Rurais para a Recuperação e Preservação de Nascentes	Sindicato Rural de Campinas	02/01/2006	09/08/2012
Programa de Educação Ambiental - Construindo a Integração: Sistema Educa PCJ	UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas	26/12/2007	15/08/2013

Multiplicando Conhecimentos para Gestão das Águas - Educação Ambiental Voltada à Gestão dos Recursos Hídricos	Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá	26/12/2007	09/08/2012
Guardiões de Nascentes e Rios: Ações de Educação Ambiental e Mobilização Comunitária no Entorno do Reservatório de Água do Rio Atibainha, em Nazaré Paulista-Sp.	IPE - Instituto de Pesquisas Ecológicas	19/12/2008	14/05/2013
Construção de uma Cartilha Participativa voltada para Bacias Hidrográficas: Elaboração de Material Didático e Educação Ambiental para a Sub-Bacia do Ribeirão Piracicamirim	Instituto Terra Mater	15/01/2009	15/04/2013
Capacitação em Gestão Estratégica de Recursos Hídricos voltada ao Usuário Industrial	Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá	10/02/2009	06/01/2012
Água é Vida, Lixo é Dinheiro - Educação Ambiental para a Separação do Lixo Domestico na APA Cabreúva	Associação Japi	27/02/2009	15/01/2014
Educação Ambiental Programa Vida - Valorização Indaiatubana da Água	Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Indaiatuba	18/03/2010	27/08/2013
Projeto de Capacitação e Conscientização de Professores e Alunos da Rede Municipal de Ensino sobre a valorização das Bacias Hidrográficas do Município de Limeira como Parte Integrante do CBH-PCJ	Prefeitura Municipal de Limeira	03/05/2010	27/01/2014
Contratação de Serviços Profissionais para Elaboração e Execução do Projeto de Educação Ambiental ações voltadas para o uso Racional da Água no Município	Prefeitura Municipal de Corumbataí	04/04/2011	07/08/2014

(Fonte: São Paulo, 2014).

2.2 Pesquisas acadêmicas sobre Comitês de Bacias Hidrográficas e suas contribuições para esta pesquisa

Buscando situar a presente pesquisa no conjunto da produção científica com temática semelhante, realizei uma busca online de teses e dissertações nas seguintes plataformas de pesquisas: Banco do Projeto EArte –Estado da Arte da Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil; Scielo - ScientificElectronic Library Online; Periódico da CAPES - Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior e Web of Science. Minha opção por buscar teses e dissertações, e não artigos, foi para obter relatos de pesquisas com maior extensão e profundidade no que se refere à exposição teórico-metodológica da investigação e de seus resultados, o que geralmente não se consegue nos artigos. Além disso, no contexto da pesquisa científica brasileira, sabemos que a grande maioria dos artigos publicados em periódicos científicos são oriundos de produções no âmbito da pós-graduação.

Inicialmente, fiz uma busca simples utilizando as seguintes palavras-chave isoladamente: “Comitê de Bacia Hidrográfica” ou “Bacia Hidrográfica” ou “Piracicaba, Capivari e Jundiá”. Foram obtidos mais de 3.000 teses e dissertações com base nessas palavras-chave, o que me obrigou a um refinamento da busca. Realizei a combinação de termos, usando ferramentas de “busca avançada”. Localizei, então, 73 trabalhos, entre teses e dissertações.

Desse total, selecionei, a partir da leitura dos resumos, 7 trabalhos cuja temática se aproximava da presente pesquisa, compreendendo 4 dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado. Dessas, localizei os respectivos textos completos de 6 trabalhos, que passo a descrever sucintamente.

A pesquisa de Morgado (2008) tem por título “A influência do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ) na descentralização da gestão hídrica brasileira - avaliação quantitativa da participação da sociedade civil de 1993-2003”, sendo uma dissertação de mestrado. Tem por objetivo retratar a trajetória e a influência histórica do CBH-PCJ na implantação da gestão hídrica estadual e federal, bem como avaliar quantitativamente a participação da sociedade civil nas reuniões deliberativas dos Comitês PCJ ao longo de dez anos. A pesquisa buscou responder qual o índice de representação da sociedade civil nas reuniões em relação aos demais representantes. A pesquisadora coletou dados por meio de revisão bibliográfica, entrevistas e listas de presença das reuniões ordinárias e extraordinárias.

Como resultados, a autora faz uma análise da participação da sociedade civil a partir das listas de presença, trazendo o que foi aprovado em cada reunião, porém não traz a

participação no sentido qualitativo das discussões. Traz também alguns problemas identificados nas entrevistas com representantes de sindicatos rurais, como o fato de serem responsáveis pela produção de alimentos e por isso quererem a isenção de cobrança pelo uso da água, além de uma remuneração por proteger nascentes e não poluir. Falam, ainda, da falta de financiamento e investimento no setor rural e que suas presenças nas reuniões dos comitês PCJ são inviáveis pelo gasto com deslocamento e pela falta de atrativo dos encontros, por não obterem recursos destinados a essa área.

O trabalho de Leal (2000), “*Gestão das Águas no Pontal do Paranapanema - São Paulo*”, tese de doutorado, teve por objetivo compreender como a política hídrica e o sistema de gestão podem representar uma oportunidade de intervenção e resolução da degradação ambiental e como o Comitê de Bacias Hidrográficas do Pontal do Paranapanema (CBH-PP) pode vir a se constituir em um fórum ambiental da Unidade Hidrográfica de Gestão dos Recursos Hídricos do Pontal do Paranapanema (UGRHI-PP). A pesquisa utilizou documentos oficiais e projetos de educação ambiental, bem como entrevistas a membros do comitê como material principal de análise.

Como resultado de seu trabalho, o autor traz uma série de propostas para que seja construído um fórum ambiental naquela bacia a partir dos dados das entrevistas de análises dos projetos de educação ambiental ocorridos no âmbito do comitê.

Depreendo da leitura desse trabalho que a concepção de educação ambiental observada pelo autor nas práticas educacionais daquela região é a concepção de EA Conservadora. Por exemplo, dentre as práticas de EA são identificadas semana da água, exposições temáticas, palestras, caminhadas, passeatas, plantio de mudas, apresentação de vídeos, peças de teatro, dança, música e poesias, lançamento de programas de coleta seletiva de lixo, navegação de barco no rio Paraná, entre outras atividades.

Também a concepção de EA do autor é, segundo minha ótica, de natureza conservadora, pois evidencia uma visão simplista da questão socioambiental, acrítica e comportamental, como pode ser observado na seguinte passagem:

[...] a Educação Ambiental assume o papel de importante e eficiente instrumento de gestão, uma vez que possui interfaces evidentes com a política hídrica, estando diretamente voltada ao desenvolvimento da cidadania e de novas relações sociedade <=>natureza. A Educação Ambiental pode possibilitar mudanças positivas no comportamento e atitudes das pessoas, individual e coletivamente, com benefícios para as águas, seja pelo seu uso racional, seja pelo respeito aos recursos naturais decorrentes desta transformação cultural (LEAL, 2000, p. 190).

O próximo trabalho que relato trata da dissertação de Kobota (2006), sob título “A Educação Ambiental como Ferramenta da Gestão Participativa na Microbacia do Rio Cambucaes, Silva Jardim, RJ”. Teve por objetivo geral analisar as atividades de educação ambiental como processo desencadeador da melhoria da qualidade ambiental da microbacia do rio Cambucaes. Como objetivos específicos, buscou analisar as mudanças de comportamento de alunos e professores em relação à microbacia do rio Cambucaes, provocadas por programas de educação ambiental, bem como avaliar como as atividades de educação ambiental do Consórcio Intermunicipal Lagos São João mobilizaram a participação de professores e alunos na gestão da microbacia do rio Cambucaes.

Consistiu de uma pesquisa descritiva, com base em revisão bibliográfica, pesquisa de campo e aplicação de questionários a professores e alunos de duas escolas públicas em dois momentos. O questionário dos alunos tinha a pretensão de desvelar a visão do público estudado sobre a temática ambiental e sobre a microbacia antes do trabalho de campo ali realizado. O questionário dos professores teve como objetivo saber o entendimento destes sobre a temática ambiental, de que forma a EA foi trabalhada, de quais projetos participou, e se houve realização ou não de trabalhos de campo nesses projetos. Os questionários foram aplicados antes e depois de oficinas de EA. Na segunda aplicação, foi adicionada uma questão referente às ações de proteção ambiental do rio Cambucaes.

Como conclusões, a pesquisadora menciona que os resultados da atuação das oficinas de EA indicaram uma contribuição no enriquecimento da concepção sobre a proteção do meio ambiente e uma atuação efetiva no sentido de alunos e professores se envolverem como participantes ativos na gestão do seu entorno, o que inclui a microbacia do rio Cambucaes.

O próximo trabalho consiste na dissertação de mestrado de Xavier (2006), intitulada “A contribuição dos Comitês de Bacia Estadual e Federal à gestão das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, em São Paulo - ações mais relevantes, perspectivas e desafios (1993-2006)”. A pesquisa fez um levantamento da gestão hídrica no âmbito dos Comitês PCJ, evidenciando sua estrutura e funcionamento. Desenvolveu análise de documentos relativos a políticas e deliberações sobre o tema, atas de reuniões e projetos financiados pelo FEHIDRO.

Como resultado principal, Xavier (2006) apresenta os Comitês PCJ têm uma estrutura de gestão integrada principalmente a partir da criação das câmaras técnicas e grupos de trabalho e é considerado um espaço participativo em virtude, segundo o autor, do número de pessoas presentes nas plenárias.

Na dissertação de mestrado de Taniguti (2006), sob título “Capacitação de Agentes Multiplicadores para a Semana da Água – 2005: concepções e práticas de educação ambiental”, fez-se um estudo de caso com o objetivo de conhecer as concepções e práticas do referido curso de agentes multiplicadores. Foram utilizados como fontes de dados os materiais didáticos do curso, entrevistas semi estruturadas e observações das práticas do curso com uso de diário de campo e registros fotográficos. Como referencial teórico para análise das concepções de EA foi utilizado Lima (2002) e para as concepções de aspectos relacionados às dimensões dos conhecimentos, dos valores e da participação política foi utilizado Carvalho (2001, 2006).

Como conclusões, o trabalho identificou duas concepções de EA no curso em análise, a vertente crítica e a vertente conservadora. Os aspectos relacionados às dimensões dos conhecimentos, dos valores e da participação política também apresentaram característica dualista e contraditória com aspectos emancipatórios e conservadores.

Por fim, apresento a tese de doutorado de Bustos (2003), intitulada “Educação Ambiental sob a ótica dos Recursos Hídricos”, e que teve por objetivos desenvolver uma metodologia para a elaboração de projetos de EA, analisar a eficiência, os problemas e conflitos resultantes da metodologia de projetos de EA financiados pelo FEHIDRO entre 1996-2000, além de discutir a importância alcançada pela educação ambiental nos empreendimentos das instituições públicas. A pesquisa teve como base a Bacia do Alto Tietê. As fontes e instrumentos de dados foram levantamento bibliográfico, entrevistas com questões fechadas com os tomadores dos projetos de EA financiados pelo FEHIDRO e análise dos projetos.

Como resultados, Bustos (2003) coloca que os projetos de EA buscavam a participação da comunidade e que o financiamento do FEHIDRO é de extrema importância para que esses projetos aconteçam. Indica a metodologia com visão sistêmica e participativa, visando fortalecer as ações dos atores sociais envolvidos.

Pode-se observar que, dentre as seis pesquisas analisadas, todas trazem o histórico da gestão dos recursos hídricos no Brasil, sendo três trabalhos situados no âmbito dos Comitês PCJ. Vários trabalhos buscam entender as concepções de EA dos sujeitos envolvidos na investigação (agentes educadores ambientais; professores; alunos), e/ou as concepções de EA presentes em programas, cursos ou projetos de educação ambiental. Nenhuma pesquisa se propôs a trabalhar as concepções de EA no interior do(s) comitê(s) de bacia(s) como estrutura

política. Também não foi evidenciada nenhuma análise das concepções de EA presentes nas políticas e deliberações existentes sobre o tema.

Os trabalhos, via-de-regra, utilizaram análise de documentos oficiais e de projetos ou cursos de EA, além de aplicação de questionários e/ou entrevistas aos sujeitos envolvidos na pesquisa. A presente pesquisa também recorrerá às fontes documentais e entrevistas como material principal de análise, além da observação *in loco* das reuniões da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês de Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Além de evidenciar as concepções de EA presentes em documentos oficiais e nos discursos de gestores da Câmara, também buscará verificar se existe coerência (ou incoerência) entre documentos, discursos e práticas dos envolvidos nas ações dessa CT-EA.

Em suma, neste capítulo dissertei sobre os Comitês PCJ, trazendo aspectos de sua criação e funcionamento a partir da implantação das Câmaras Técnicas. Buscando contextualizar o objeto de estudo dessa pesquisa, elucidei características organizacionais e funcionais da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ. Por fim, comentei algumas dissertações e teses sobre CBH, procurando mostrar as contribuições que podem trazer para o delineamento metodológico desta pesquisa, bem como as lacunas que observamos e buscamos superar com esta investigação.

No capítulo subsequente, irei abordar a crise ambiental como característica intrínseca da educação ambiental e dialogar com concepções de EA de diversos autores e com os autores que compõem o referencial teórico desta pesquisa.

CAPÍTULO 3

A QUESTÃO AMBIENTAL: PROBLEMA SOCIAL COM EMERGÊNCIA EDUCACIONAL

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”

Paulo Freire

3.1 O contexto histórico da questão ambiental e seus reflexos na educação

Desde os primórdios da história humana, o desenvolvimento social sempre produziu impactos com diversas intensidades sobre o ambiente. Porém esses nunca foram tão profundos e abrangentes como atualmente. Por isso, refletir sobre os limites da ação do ser humano sobre o meio ambiente, bem como a respeito da sobrevivência humana e das demais espécies nunca foram temas de discussão política (LIMA, 2011).

Esses impactos tornam-se mais profundos a partir da Revolução Industrial (século XVIII), onde o ser humano passou a interferir significativamente nos ciclos naturais do planeta iniciando uma série de impactos socioambientais diversos (BRÜGGER, 2004). Esses impactos começaram a partir da grande extração de minérios, da devastação de florestas, da industrialização desenfreada, da pauperização crescente dos trabalhadores em diversas localidades do mundo e da caça extensiva de animais (FOLADORI, 2001).

Dentre esses impactos, destacam-se as mudanças no mundo do trabalho, onde os trabalhadores servis e produtores independentes foram substituídos pelo trabalhador assalariado. Para que isso ocorresse, foi necessário que estes trabalhadores fossem expulsos de suas terras e buscassem as cidades como alternativa de vida. Esses trabalhadores, que até então viviam no campo, passam a viver nas cidades e a trabalhar nas fábricas em troca de um salário. Inaugura-se, assim, um novo estilo de vida, essencialmente urbano, com todos os problemas a ela subjacentes, como a falta de saneamento básico, condições precárias de moradia e epidemias. Além destes problemas, a exploração do trabalho e as enfermidades decorrentes desta exploração, atingem níveis nunca antes vistos em outros modos de produção. (FOLADORI, 2001).

Segundo Foladori (2001, p.110), o capitalismo:

Criou, pela primeira vez na história, uma população excedente à produção, como modalidade regular e que o sistema auto-reproduzia. Recriou vetustas formas de exploração do trabalho, como a escravidão negra capitalista no sul dos Estados Unidos. E avançou sobre o globo terrestre submetendo as sociedades pré-capitalistas à órbita do capital, com o que conduziu à destruição tendencial da diversidade cultural. Mas esse duplo efeito da industrialização capitalista sobre a própria espécie humana e sobre o restante da natureza raras vezes foi contemplado em sua interconexão mais profunda, como o fruto de um mesmo processo e idênticas causas. Antes, prevaleceram os interesses econômicos e sociais que fizeram surgir movimentos conservacionistas e românticos de defesa do meio ambiente, que esqueceram que os povos subjugados e as classes exploradas e oprimidas também faziam parte do ambiente.

Nesse contexto de crise de civilização causada pelo capitalismo, com o aumento da poluição, degradação ambiental e desigualdade social, Foladori (2001) coloca que os problemas ambientais são reproduzidos por três principais “agentes”: a depredação de recursos, a poluição por causa de detritos e a superpopulação e pobreza.

No entanto, quero trazer como ponto importante o último “agente” mencionado por Foladori (2001), em que parte da população não está incorporada no ciclo do capital. São, neste contexto, pessoas excluídas da/pela sociedade. Assim corrobora Santos (2002), assinalando que essas pessoas são produções de não-existências, ou seja, são pessoas excluídas, são pensamentos excluídos, ações excluídas, causadas pelas monoculturas do saber e do tempo linear e pelas lógicas da classificação social impostas pela escala dominante e produtivista. Santos (2002) contextualiza essas monoculturas, sendo a:

- *monocultura do saber e do rigor do saber* onde o saber científico é a única forma de se ter a verdade e de produzir conhecimentos. Toda forma de conhecimento e sabedoria produzidos por meios não científicos são desvalorizados.

- *monocultura do tempo linear* na qual se impõe um único tipo de desenvolvimento ligado às noções de progresso, industrialização, crescimento econômico e tecnológico e assim inferioriza e exclui os demais meios de desenvolvimento humano os considerando primitivos ou atrasados.

- *monocultura da naturalização das diferenças* por meio da qual se definem hierarquias entre os seres humanos com base nas diferenças como sexo, origem racial, cor de pele, profissão, entre outros. São definidos poderosos e oprimidos.

- *monocultura da universalidade* em que assuntos de escala global são dominantes sobre os de escala regional e local, anulando e inferiorizando formas de vida e culturas locais.

- *monocultura da produtividade*, onde as formas de produção capitalista se impõem sobre as demais formas de produção. O crescimento econômico é reconhecido como desenvolvimento, riquezas como recursos e a produção de algo com “valor” reconhecido pelo mercado capitalista. Somente o que é “produtivo” tem valor.

Essas monoculturas trazem características de exclusão e inferiorização de grande parte da sociedade, reforçando que o poder da racionalidade econômica e tecnológica está acima dos conhecimentos culturais e populares. Essas monoculturas refletem no não reconhecimento

e no não pertencimento das pessoas na sociedade. Essas questões sociais produzem infelicidades, desigualdades e crises de todas as ordens, inclusive ambiental (TONSO, 2010).

Como forma de criticar a sociedade industrial capitalista emergente no século XVIII, o conservacionismo⁸, que tem sua possível origem nos Estados Unidos ao final do século XIX e início do século XX, surge como uma “solução” para os problemas ambientais, com a criação das sociedades protetoras da natureza. Esse pensamento conservacionista ganha corpo com a criação de parques nacionais e reservas de fauna e flora nos principais países capitalistas (FOLADORI, 2001). No caso do Brasil, o primeiro parque nacional foi criado em 1937⁹.

Embora essa perspectiva conservacionista tenha se iniciado no século XIX, a sociedade se torna ciente de seu poder destrutivo a partir da segunda metade do século XX (LIMA, 2011). Um possível marco nesta “tomada de consciência” seria o lançamento das bombas atômicas sobre o Japão e os testes nucleares realizados pela extinta União Soviética, pelos Estados Unidos, pela Grã-Bretanha e pela França no período do pós-guerra. Estes, no entendimento de McCornick (1992), representaram o primeiro problema ambiental global e se transformaram em marco do desenvolvimento da questão ambiental e na história do ambientalismo. Não menos importantes que esta corrida bélica que marcou o século passado, devemos levar em consideração uma maior conscientização por parte da sociedade global em relação à poluição hídrica e atmosférica, a crise de energia e de alimentos e uma maior atenção ao estilo de vida predatório (LEFF, 2002; LIMA, 2011)

Diante dessa crise que se alastrou pelo mundo, o movimento ambientalista emergiu em vários lugares em tempos diferentes e por razões variadas. As questões ambientais mais antigas eram questões locais (principalmente pós-revolução industrial) e, uma vez desveladas,

⁸ Segundo as definições da Lei 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades Conservação) e as propostas por Diegues (2004), o *Preservacionismo* é uma corrente de pensamento ecológico com bases em uma linha ecocêntrica, tendo uma visão de natureza com um valor intrínseco, não devendo servir aos interesses exploratórios do ser humano, buscando a preservação de áreas naturais e a proteção e integridade de espécies, habitats, ecossistemas e dos processos ecológicos, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, garantindo assim a sua intocabilidade. Nessas áreas é vetada qualquer forma de exploração dos recursos naturais com exceção dos casos previstos pela lei como a pesquisa, lazer e ações de educação ambiental. Por sua vez, o *Conservacionismo* tem como finalidade a utilização da natureza para uso do ser humano, atribuindo aos recursos naturais seu uso racional. Em sua concepção a natureza é lenta e o processo de manejo pode torná-la eficiente, sendo essas idéias precursoras do conceito de desenvolvimento sustentável.

⁹ Parque Yellowstone, criado em 1872 e Parque Yosemite, em 1885, ambos nos Estados Unidos; a Reserva de fauna e flora no Parque Algoquín, Canadá, em 1893; primeira reserva da Vida Natural em Malleco, Chile, em 1905 (FOLADORI, 2001, p. 113 – 114). No Brasil o Parque Nacional do Itatiaia foi criado em 1937.

as pessoas se uniam em grupos constituindo grandes movimentos nacionais e multinacionais¹⁰ (MCCORMICK, 1992).

Os primeiros alertas dos ambientalistas, na década de 1960, não encontravam sustentação no pensamento ecológico da época (pensamento conservacionista e preservacionista), ainda com dificuldades em sua estruturação e auto-afirmação científicas. Esses alertas se irradiavam em várias direções e assim não repercutiam significativamente na “sociedade arrogante encastelada numa tradição científica e onipotente, que caminhava inebriada para os braços da ideologia consumista” (AMARAL, 1995, p. 72).

A despeito dessa situação, o considerado “acontecimento ambiental”, ou seja, onde o meio ambiente começou a ser um dos centros das atenções a nível global, enquanto fenômeno histórico e cultural, ganha visibilidade social e política com o surgimento do ecologismo contestatório, pelos movimentos contraculturais nos anos 1960 (CARVALHO, 2000).

Ao mesmo tempo em que a sociedade adquiria uma consciência mais clara sobre os possíveis efeitos da atividade humana sobre o restante da natureza, o modelo capitalista de produção levava à utilização de produtos químicos tóxicos na agricultura em larga escala ocasionando a poluição, contaminação e morte de diversos organismos vivos (FOLADORI, 2001).

Essas práticas nocivas ao ambiente, encontram-se denunciadas no livro escrito por Rachel Carson, *Silent Spring* (1962), que marca a emergência desse movimento ecológico contra as sociedades industrializadas, demonstrando nessa obra o silenciamento dos pássaros pela ação de pesticidas e inseticidas na natureza (CARVALHO, 2000).

Nos anos das décadas de 1960 e 1970, há uma centralidade dos debates sobre o problema ambiental, ao mesmo tempo em que a política imperialista mostrava, com a Guerra do Vietnã e a grande utilização de desfolhantes químicos, que a forma de produção do modelo capitalista deveria ser o ponto de partida para a análise da crise ambiental (FOLADORI, 2001).

Em 1968 foi criado o chamado Clube de Roma, uma associação livre composta por cientistas, empresários e políticos de diversos países, constituindo um espaço para refletir, debater e formular propostas para os problemas ambientais (MCCORNICK, 1992). O Clube

¹⁰Alguns exemplos de problemas ambientais onde movimentos ambientalistas atuaram: os acidentes nucleares de Chernobyl (1986); vazamento de gases tóxicos de uma fábrica de pesticidas na Índia (1984) e vazamento de produtos tóxicos no Rio Reno (1986); contaminação radioativa pelo Césio-137 em Goiânia, Goiás – Brasil (1987).

de Roma fez apontamentos acerca das seguintes questões: industrialização acelerada, o rápido crescimento demográfico, a escassez de alimentos, o esgotamento de recursos não renováveis e a degradação ambiental. Esse grupo apresentou uma visão ecocêntrica, segundo a qual a natureza deveria ser intocável, e o grande problema era a pressão da população sobre os recursos naturais. Como solução, propunha um menor crescimento da população e a redução das atividades industriais.

No ano de 1972, o Clube de Roma encomendou um relatório ao Instituto Tecnológico de Massachussets (MIT), formado por um grupo de pesquisadores liderado por Dennis L. Meadows. Esse relatório, intitulado *Limites do Crescimento*, fazia uma projeção para cem anos, sem levar em conta o progresso tecnológico e a possibilidade de descoberta de novos materiais. Apontava que, para atingir a estabilidade econômica e respeitar a limitação dos recursos naturais, seria necessário congelar o crescimento da população global e do capital industrial, ou seja, reduzir o consumo em 75% dos “recursos” não renováveis atuais e reduzir o crescimento da população, podendo assim evitar o colapso que prediz tal modelo (HERRERA, 1974). Tal posição significava uma rediscussão da velha tese de Malthus¹¹ sobre os perigos do crescimento da população mundial. A tese do Crescimento Zero era um ataque direto às teorias econômicas vigentes naquele momento (MCCORMICK, 1992).

Essa perspectiva de “crescimento zero” esteve presente nos debates internacionais por um bom período, juntamente com as manifestações de opiniões favoráveis e contrárias, ao que ficou conhecido como *zerismo* (MCCORMICK, 1992).

As soluções que propuseram os países desenvolvidos, assim como a retomada do debate malthusiano, estavam condicionadas por uma inserção em um particular contexto socioeconômico e político. Respondia aos interesses dos países desenvolvidos e somente em função deles podiam aparecer como únicas e pré-determinadas (HERRERA, 1974).

O Brasil se posicionou contrário à proposta do relatório *Meadows* juntamente com outros países do Terceiro Mundo, os quais julgavam injusta a ideia de reduzir o crescimento econômico enquanto os países ricos já tinham degradado a natureza de seus territórios e assegurado para si um padrão elevado de desenvolvimento social e econômico (LIMA, 2011).

¹¹ A Teoria Populacional proposta por Malthus (1798) dizia que os recursos naturais estavam crescendo, à época, de forma linear enquanto que a população humana estava crescendo de maneira exponencial. Isso então causaria uma escassez de recursos naturais no futuro (Acesso em: www.filoczar.com.br/Dicionarios/DICIONARIO-DE-SOCIOLOGIA.pdf).

Dessa forma, pesquisadores da Fundação Bariloche (situada na América Latina), contestaram tais ideias, produzindo um documento chamado “Limites para a Pobreza” ou “Modelo Mundial Latinoamericano”.

O relatório *Meadows* havia declarado explicitamente que a pressão demográfica levou à distribuição desigual dos recursos para as pessoas, e a Comissão Bariloche levou a explicação ao oposto, afirmando que a pobreza e a desigualdade são os principais motores do crescimento populacional e que o documento “Limites para o Crescimento” tenderia a assegurar que as injustiças atuais do sistema global se mantivessem nos sistemas globais. Outra diferença fundamental entre esses dois documentos está na afirmação do “Modelo Mundial Latinoamericano” de que os maiores problemas que a sociedade global enfrenta não são problemas físicos (como escassez de alimento, espaço, entre outros) e sim sociopolíticos (GALLOPÍN, 2004).

Esses relatórios tiveram repercussão internacional, principalmente, no direcionamento do debate que ocorreu, no mesmo ano de 1972, na Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre o Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo. Nessa Conferência foi colocada a Educação Ambiental (EA) como sendo importante para refletir sobre a crise ambiental mundial, porém ainda com uma visão ecocêntrica (RINK, 2014). Em meio a esse afloramento de encontros globais e discussões sobre as questões ambientais, começaram a ser discutidos os objetivos, as normas e as diretrizes sobre a EA.

Na Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1977, em Tbilisi (na antiga URSS), reforça-se a educação orientada para a resolução dos problemas ambientais globais e locais, sendo desenvolvida de forma interdisciplinar em espaços escolares e não escolares (AMARAL, 2001; BARBOSA, 2015).

No Brasil, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o debate político-cultural era intenso, sendo de fundamental importância para a formação de muitos educadores ambientais. O ecologismo contracultural integra-se ao conjunto dos chamados *novos movimentos sociais*, caracterizados pelas demandas culturais de reconhecimento das identidades de gênero, etnia, idade e sexo, configurando uma nova cultura política entre os movimentos sociais. O pensamento ecologista brasileiro contemporâneo surgiu nesse contexto, formando-se por um grupo de pessoas de diferentes áreas de atividades humanas: cientistas, artistas, escritores e militantes, com o intuito em estimular a participação política de forma radical e pacífica,

atraindo a nova geração para a questão ambiental e, como consequência, para a educação ambiental (REIGOTA, 2000; CARVALHO, 2008).

Os anos 1980 no Brasil foram os anos da abertura política, que se seguiram ao fim do regime militar, onde se destaca o movimento pelas "diretas já", em 1984. Foi uma década de esperança e crescimento dos movimentos sociais, na reconquista dos direitos civis e políticos apossados pelo golpe militar, bem como no avanço dos direitos sociais, que deram sustentação ao processo de elaboração da nova Constituição Brasileira de 1988. Nos anos 1980 e 1990, houve uma aproximação entre as lutas ecológicas e os movimentos sociais urbanos, os movimentos sociais em geral e a ação política da educação popular (CARVALHO, 2008).

Em 1987, a Comissão Brundtland, das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, elaborou o relatório *Nosso Futuro Comum*, dando maior visibilidade à proposta de desenvolvimento sustentável e um novo direcionamento ao debate socioambiental. Essa proposta difere e avança em relação às propostas da Conferência de Estocolmo, propondo uma abordagem multidimensional de desenvolvimento, buscando integrar aspectos econômicos, ecológicos, sociais, políticos e culturais, sendo um marco de superação do ecocentrismo (LIMA, 2011).

Nessa Comissão foi recomendada a redação de uma carta sobre desenvolvimento sustentável, sendo esta elaborada somente na Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como RIO-92, no evento paralelo ao evento oficial, denominado “Cúpula da Terra”, no chamado Fórum Global. Esse espaço contou com a participação de dezenas de Organizações Não-Governamentais (ONG) e Movimentos Sociais de todo o mundo. Essa carta foi redigida, sendo chamada de *Carta da Terra*. Nesse mesmo evento foi pensado e escrito conjuntamente o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis* (GADOTTI, 2010).

A *Carta da Terra* é equivalente à *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, apropriada para a atualidade, baseada em princípios e valores de liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito à natureza e responsabilidade compartilhada. É parte de um projeto social global de construção de uma sociedade com desenvolvimento econômico sustentado e justiça social (GADOTTI, 2010).

O *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis* é considerado um marco para um projeto pedagógico da Educação Ambiental (EA) e tem buscado construir uma visão interdisciplinar para a compreensão das questões que afetam as relações entre as pessoas e seu ambiente com a intervenção de diversas áreas do conhecimento e diferentes saberes (CARVALHO, 2008).

Além dos marcos históricos internacionais da questão ambiental, Leff (2010) traz um olhar sobre essa crise como reflexo da forma como enxergamos o mundo, como o compreendemos e com o qual o temos transformado; é um processo de dissociação entre razão e sentimento, conhecimento e ética, sociedade e natureza, originando assim uma crise da razão que se reflete na degradação ambiental e na perda de sentidos de existência das pessoas. Sobre esta crise da razão, Leff (2010, p.181) coloca que:

A crise ambiental é uma crise do conhecimento e um esvaziamento dos sentidos existenciais que dão suporte à vida humana. Diante das certezas e do controle que a ciência procurava outorgar para uma vida segura, preservada da violência da natureza e da perversidade humana submetida à fatalidade, hoje outro terror nos invade: o terror que gerou o forçamento do mundo pelo domínio do poder da ideia universal, da submissão do diverso ao uno, da diferença ao mesmo.

Dentre todo o cenário da questão ambiental delineado anteriormente, a educação ambiental surge como uma tentativa e como possibilidade de superar essa crise da razão e, muitos(as) autores(as) trazem em suas discussões que um dos pressupostos da EA é o debate sobre a crise ambiental (BARBOSA, 2015). É um campo do saber construído mundial e nacionalmente, nas últimas décadas do século XX, tendo como objetivo responder a um conjunto de problemas exteriorizados nas relações que envolvem a sociedade, a educação e o meio ambiente. Seu rápido crescimento e institucionalização desembocaram em múltiplas ações, debates e reflexões buscando compreender os significados, as especificidades e o potencial desse novo campo social (LIMA, 2011).

Dessa forma, a educação aparecia e era lembrada nos diversos espaços de discussão da temática, sendo colocada como um dos instrumentos relevantes na busca de respostas para a crise ambiental (LIMA, 2011).

3.2 O surgimento do campo Educação Ambiental

São muitos os exemplos concretos que ilustram e constituem a questão ambiental na sociedade contemporânea, como o potencial nuclear mundial, sendo bélico ou pacífico,

técnicas modernas de engenharia genética, os problemas ambientais globais¹², guerras patrocinadas ou motivadas pela exploração dos “recursos” naturais, as numerosas pessoas que sobrevivem do lixo. Esses diversos problemas socioambientais nos indicam que a questão ambiental não é uma questão passageira, não é um fenômeno provisório, mas algo que veio a se instaurar em nossa sociedade. São problemas que envolvem as diversas relações entre a sociedade e o restante da natureza e as relações entre os próprios seres humanos, ocasionando assim uma degradação humana, social e ambiental (LIMA, 2011).

Nesse sentido, em busca de relações sustentáveis entre os seres humanos e destes com o restante da natureza, a educação foi reconhecida como tendo um papel importante para a mudança das mentalidades em relação à problemática ambiental, ao lado de outras iniciativas políticas, jurídicas, institucionais, econômicas e tecnológicas, segundo os primeiros analistas da crise ambiental contemporânea (LIMA, 2011).

A partir do reconhecimento do potencial da educação como elemento relevante no enfrentamento da crise ambiental, surgiram as primeiras iniciativas de EA, que se desencadearam como processos sinérgicos, despertando ações esparsas nos movimentos da sociedade civil e nas atividades (em geral espontâneas e pontuais) de educadores(as) e de escolas interessados(as) na problemática e na formulação de respostas para sua superação (LIMA, 2011).

O campo ambiental se dá no encontro das relações entre a sociedade e o restante da natureza tendo como reflexos o surgimento de subcampos sociais e educacionais, entre os quais está presente a EA, mas que também incluem a gestão ambiental, a sociologia ambiental, o direito ambiental, a economia ambiental e tantos outros novos arranjos (LIMA, 2011).

Em meio a esse cenário de crise e emergência da educação como alternativa de mudança social, surgem várias interpretações sobre o que é EA, sendo realizadas inúmeras práticas educativas, com extensa diversidade de conceitos, práticas e metodologias. Essa diversidade, segundo Reigota (2000), é bastante positiva, devido a nossa realidade ambiental ser complexa. Assim, a EA como campo do saber, nasce como um fenômeno complexo e multidimensional, sendo constituída por contribuições de disciplinas e matrizes político-pedagógicas e filosóficas, diversos atores e movimentos sociais (LIMA, 2011). Nesse contexto, a busca por um único conceito da EA no Brasil foi abandonada pela percepção da

¹² Como exemplo: Mudanças climáticas, perda da biodiversidade, danos à camada de ozônio.

pluralidade de olhares e atores que a formava. Isso conduziu esforços de diferenciação desses conhecimentos e posicionamentos pedagógicos, políticos e epistemológicos (RINK, 2014).

No Brasil, os autores Layrargues e Lima (2014) fizeram um esforço para contextualizar o surgimento da EA a partir da percepção de diferentes concepções político-pedagógicas. Segundo estes autores, “[...] já não era mais possível referir-se genericamente a Educação Ambiental sem qualificá-la, ou seja, sem declarar filiação a uma opção político-pedagógica que referenciasse os saberes e as práticas educativas realizadas (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 26).

Num primeiro momento, a EA era concebida como um saber e uma prática essencialmente conservacionista tendo como caminho o despertar de uma nova sensibilidade humana para com a natureza, desenvolvendo-se a lógica do “conhecer para amar, amar para preservar”. Essa postura se deu pelo fato de, a princípio, a crise ambiental ter escancarado os efeitos da degradação dos ambientes naturais, assim como pelas ciências ambientais naquela época ainda não estarem fortalecidas o suficiente para compreender a complexidade das relações entre sociedade e o restante da natureza. (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Na década de 1990, a vertente conservacionista deixou de ser preponderante, ao menos entre os educadores que participavam de coletivos sobre a temática¹³, e outros dois caminhos começavam a se delinear: a vertente crítica, surgindo como uma alternativa à vertente conservacionista; e a vertente pragmática, derivação da vertente conservacionista, ainda não tão nítida entre os(as) educadores(as), sustentada inicialmente pela problemática do lixo urbano-industrial nas cidades (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Alguns/algumas educadores(as) começaram a construir uma concepção como “alternativa” à concepção conservacionista e pragmática. Essa concepção “alternativa”, denominada como concepção crítica de EA, surge a partir da necessidade de incluir no debate ambiental a compreensão dos mecanismos de reprodução da sociedade, das relações entre o ser humano e o restante da natureza, sendo mediadas pelas relações socioculturais e de classes historicamente construídas, trazendo uma abordagem pedagógica que problematiza os contextos de sociedade em sua conexão com o restante da natureza. Sendo assim, nessa perspectiva, não era possível compreender os problemas ambientais dissociados dos conflitos sociais, até porque a crise ambiental não manifestava problemas da natureza, mas sim na

¹³ Os autores Layrargues e Lima (2014) trazem esses Coletivos como um espaço para a reflexão, debate e publicação de trabalhos sobre Educação Ambiental, definindo os rumos epistemológicos e políticos do campo.

natureza. Esses problemas ambientais tinham origem nas relações sociais, nos modelos de sociedade e de desenvolvimento dominantes (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

No entanto, no decorrer dos anos 1990, houve um crescente estímulo internacional à metodologia da resolução de problemas ambientais locais nas atividades de EA. Essa metodologia veio acompanhada pelo discurso da responsabilização individual da questão ambiental, efeito da lógica do “cada um fazer a sua parte” como contribuição cidadã ao enfrentamento da crise ambiental (LAYRARGUES; LIMA, 2014). Dessa forma, a visão pragmática da EA acontece de forma ativa e intensa no Brasil a partir desse período.

3.3 Os diferentes discursos no campo da EA e o referencial teórico dessa pesquisa

No campo da EA, os(as) diversos(as) autores(as) fizeram suas classificações, denominando-as como “corrente”, “concepção”, “vertente”, “tendência” ou “modalidade” em EA, de acordo com suas características pessoais de como enxergam o mundo dentre os diferentes aspectos político, filosófico, pedagógico, ambiental, social, cognitivo, entre outros e a possível interface de alguns desses. Assim sendo, não fica explícito pelos(as) autores(as) quais foram os diversos critérios que os(as) fizeram construir tal(ais) classificação(ões).

A primeira tentativa de classificar o campo da EA na literatura brasileira pode ser creditada à Sorrentino (1995; 1997). Ele classificou a EA em concepções: *conservacionista*, *educação ao ar livre*, *gestão ambiental* e *economia ecológica*.

A concepção *Conservacionista*¹⁴ de EA trazida pelo autor, busca a divulgação dos impactos sobre a natureza causados pelos atuais modelos de desenvolvimento, impedindo o contato humano com a flora e fauna, tendo então a preocupação em preservar os elementos da natureza intocados da ação humana. Por sua vez, a *Educação ao Ar Livre* tem como adeptos os naturalistas, os escoteiros, os grupos de montanhistas, entre outros, tendo como proposta a sensibilização pelo contato com a natureza. Assumem a EA em caminhadas ecológicas ou no turismo ecológico, por exemplo. A concepção *Gestão Ambiental* desenvolve uma crítica ao sistema capitalista e à sua lógica predatória em defesa dos recursos naturais e da participação democrática da sociedade civil na resolução dos problemas socioambientais que vivencia. Por fim, na concepção *Economia Ecológica*, estão presentes o conceito de desenvolvimento sustentável e sociedades sustentáveis (SORRENTINO, 1997).

¹⁴ O uso dos termos conservacionista e preservacionista é usado indiscriminadamente pelo autor atribuindo-lhes os mesmos significados.

Reconhecendo a diversidade de abordagens da questão ambiental, Brügger (1994) delinea duas grandes tendências de EA. A primeira, de caráter crítico, seria pautada pelas ciências humanas e sociais, em que os fatores sócio-históricos se sobressaem sobre os fatores técnicos ou naturais na explicação da problemática ambiental. Essa tendência está bastante restrita ao ensino formal, sobretudo ao ensino superior. A outra, denominada pela autora como *Adestramento Ambiental*, reforça uma visão limitada do ambiente, em que os problemas ambientais são tratados exclusivamente sob a ótica das dimensões naturais e técnicas, excluindo os fatores sociais e políticos. Bagnolo (2010), fazendo uma análise dessas tendências, traz para a discussão que a segunda tendência apresentada tem prevalecido sobre a primeira devido ao fato de ter ocorrido uma fragmentação dos saberes, empobrecendo o diálogo entre as ciências humanas e as ciências naturais e exatas. A ausência desse diálogo deve ser superada para que possamos dar conta da problemática ambiental, ainda mais num contexto onde o saber instrumental, mecânico e tecnicista tem prevalecido.

No mesmo sentido, Amaral (2006) também se utiliza da classificação de Brügger (1994), *Adestramento Ambiental*, e declara que essa tendência possui forte teor instrumental sendo desprovida de reflexões críticas nas práticas educativas, individualizando a responsabilidade ambiental, negligenciando os fatores políticos e econômicos que recaem sobre o meio ambiente, realizando uma fragmentação, compartimentação e reducionismo de sua imagem. Busca o desenvolvimento de posturas e atitudes ambientalmente corretas sem a preocupação com os seus pressupostos sociais, políticos e econômicos. Além dessa tendência, o autor se refere ainda às tendências *desenvolvimento sustentável*, *ecologismo radical* e a *tendência crítica*.

Na tendência *Desenvolvimento Sustentável* busca-se o equilíbrio entre ambiente e o desenvolvimento econômico, tendo uma visão antropocêntrica, estando a ciência e a tecnologia a serviço da resolução dos problemas ambientais. O *Ecologismo Radical* preconiza o retrocesso dos atuais padrões de relação entre ser humano e restante da natureza, com o banimento do capitalismo e suas formas desenfreadas de exploração do mundo natural. Atribui à ciência e às tecnologias responsabilidades pela crise ambiental na qual vivemos e prioriza a ética preservacionista, considerando todos os seres vivos com idêntico valor, inclusive o ser humano (AMARAL, 2006).

A última tendência de EA trazida pelo autor é a *Crítica*, segundo a qual há uma articulação entre diretrizes programáticas e metodológicas que procuram oferecer uma alternativa às críticas feitas às demais tendências, como o antropocentrismo e o cientificismo

exagerados. Nessa tendência, não se considera a EA como algo dissociado da educação em geral. Cabe citar que o autor pontua que suas tendências de EA muitas vezes se misturam na prática ou até mesmo tem caráter contraditório, segundo o critério político-pedagógico (AMARAL, 2006).

Compreendendo as diversas possibilidades teóricas e práticas do campo da EA, tanto no âmbito formal quanto no não-formal, cabe citar que existem diversas outras classificações realizadas por diferentes outros(as) autores(as) que não serão aqui mencionados, a exemplo, Carvalho (1995; 2002), Guimarães (2000), Sauv  (2005), entre outros(as).

Nessa pesquisa utilizo como referencial teórico as *Macrotend ncias* de EA descritas por Layrargues e Lima (2014). A escolha desse referencial teórico tem como embasamento e alinhamento o viés político-pedagógico presente na classifica o por eles apresentadas, sendo que os autores abarcam em suas vertentes ideias de outros(as) autores(as).

Nesse referencial, são elencados três macrotendências, sendo elas a *Macrotendência Conservacionista*, a *Macrotendência Pragmática* e a *Macrotendência Crítica* (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

A *Macrotendência Conservacionista*¹⁵ tem liga o com os princípios da ecologia, valorizando a dimensão afetiva do ser humano para com o restante da natureza e na mudança do comportamento individual em rela o ao ambiente, com viés antropoc trico.

  uma tendência conservadora que faz com que as a o es no âmbito da educa o e da sociedade não questionem a estrutura social posta pelo modelo capitalista predatório, propondo a o es em pequena escala e pontuais. Tem sua consolida o histórica com a o es que vinculam a EA   “pauta verde”, como biodiversidade, unidades de conserva o, ecoturismo e experiências agroecológicas, porém apresentando um limitado potencial de contribuir para a transforma o social devido ao fato de estar distanciada das dinâmicas sociais e políticas e seus conflitos (LAYRARGUES; LIMA, 2014). Os autores colocam que essa tendência não parece ser hegem nica no campo da EA na primeira década do século XXI, onde a tendência pragmática tem um forte papel.

A *Macrotendência Pragmática*, que abrange, sobretudo, as correntes da Educa o para o Desenvolvimento Sustent vel¹⁶- contextualizadas também por Sorrentino (1995, 1997)

¹⁵Conforme descrito anteriormente, a *Macrotendência Conservacionista* se expressa pela concep o conservacionista (SORRENTINO, 1995; 1997), do adestramento ambiental (BRÜGGER, 1994; AMARAL, 2006), pelo autoconhecimento e pelas atividades de senso-percep o ao ar livre (SORRENTINO, 1995; 1997) e, em parte, pelo ecologismo radical (AMARAL, 2006).

e Amaral (2006) - e para o Consumo Sustentável, tem como cunho o ambientalismo de resultados, do pragmatismo contemporâneo e da ecologia de mercado, decorrente da hegemonia neoliberal imposta mundialmente desde a década de 1980 e no contexto brasileiro desde os anos 1990.

Essa tendência tem como fio condutor a dominância da lógica do mercado sobre as outras camadas e setores sociais, a ideologia do consumo como principal objetivo, a preocupação com a produção crescente de resíduos sólidos, a revolução tecnológica como última fronteira do progresso e, nos mecanismos empresariais, a presença da economia e consumo verde, da responsabilidade socioambiental, de certificações e desenvolvimento limpo e ecoeficiência. Dessa forma, essa macrotendência converge com a noção do Consumo Sustentável, relacionando-se também com a economia de energia ou de água, o mercado de carbono, as tecnologias ecológicas, a diminuição da “pegada ecológica” e demais contextos colocados pelo conservadorismo dinâmico que trabalham mudanças superficiais, tecnológicas e comportamentais. (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

A ascensão dessa macrotendência na sociedade produz novos e polêmicos sentidos de identidade para a EA. Essa ascensão se deve ao fato de estarmos:

[...] no contexto neoliberal em que a economia de mercado impõe sua lógica e seus valores, em que o padrão de consumo de bens eletrônicos desponta como um fator de bem estar e símbolo da modernidade, em que a crise ambiental expõe seu desafio decisivo por meio da ameaça das mudanças climáticas (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 31).

Tem como característica a ausência de reflexão, que permite a compreensão das causas e consequências dos problemas ambientais. Essa ausência se configura pela crença da neutralidade da ciência, resultando na percepção despolitizada das relações sociais e com o restante da natureza. Outra característica é a busca desenfreada por ações factíveis que tragam resultados vislumbrando um futuro sustentável. Esses elementos reduzem as possibilidades de enfrentamento político da crise (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Importante destacar que os autores colocam que ambas macrotendências (conservacionista e pragmática) representam uma mesma linhagem de pensamento que foi se

¹⁶ Foi instituído pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) a década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005 – 2014). Essa concepção traz ambigüidade e contradições sobre a proposta de desenvolvimento sustentável; a impositividade e baixa participação com que a proposta da Unesco foi construída; o esvaziamento de traços identitários e históricos da EA; as diferenças entre a educação de países dos hemisfério Sul e Norte, entre outras considerações trazidas por Lima (2003).

ajustando conforme as imposições econômicas e políticas do momento atual, neoliberal e pragmático.

Essas macrotendências têm a mesma origem de pensamento, mas com atuações distintas:

Ambas são comportamentalistas e individualistas, mas a forma conservacionista é uma versão mais ingênua e enviesada de grupos mais ligados às ciências naturais que entendem a crise ambiental e a Educação Ambiental dessa maneira, ora porque não têm uma reflexão sociológica da questão ambiental ora porque entendem que politicamente é melhor não misturar ecologia e política [...] Agora, esse conservacionismo precisava se adequar às mudanças tecnológicas e econômicas e às pressões do mercado por mudanças “cosméticas” dentro da ordem. Isso tudo dentro de um contexto de disputa discursiva no interior do campo que vai delimitando o que é permitido e proibido dizer sobre o assunto, quais atores e discursos são legítimos e quais não são. Assim, o contexto que delimita a vertente pragmática de Educação Ambiental é definido pelo capitalismo de mercado e as mudanças possíveis tem de se conformar nesses limites, nunca além disso (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 32).

Por fim, os autores contextualizam a *Macrotendência Crítica*¹⁷, que está imbuída dos elementos que constituem as correntes de Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e Gestão Ambiental. Sustenta-se da ideia crítica de dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do Capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental. Opõem-se às tendências conservadoras, buscando contextualizar e politizar o debate ambiental e problematizar as contradições dos modelos de desenvolvimento e de sociedade (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

A Educação Ambiental Crítica tende a alinhar-se com o pensamento da complexidade, percebendo que as questões contemporâneas, como é o caso da questão ambiental, não encontram respostas em soluções reducionistas. Dessa maneira, demonstra potencial para desconstruir as falsas dualidades que o paradigma cartesiano impôs nas relações entre indivíduo e sociedade, sujeito e objeto do conhecimento, saber e poder, natureza e cultura, ética e técnica, entre outras dualidades (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Neste sentido, a modernidade atual, que impõe novos ritmos e tempos, cheia de desafios e incertezas, não permite reducionismos, exigindo-se a abertura, inclusão e diálogo sobre as diversas questões sociais, caracterizando um pensamento crítico.

¹⁷ A *Macrotendência Crítica* abarca a concepção de Gestão Ambiental trazida por Sorrentino (1995, 1997) e a tendência Crítica proposta por Brügger (1994), atualizada e ampliada por Amaral (2006), assim como, parcialmente, o ecologismo radical (Amaral, 2006).

Os autores constatam que a EA crítica teve um grande crescimento, principalmente acadêmico, na última década e que isso demonstra condições de ocupar um lugar central no campo da EA, que atualmente é ocupado pela macrotendência pragmática.

Neste capítulo busquei desenhar, mesmo que superficialmente, a questão ambiental com seus desdobramentos sociais, ambientais e políticos, atentando para a questão socioambiental como produção de desigualdades e exclusões sociais. Fiz um retrospecto histórico inicial da problemática e crise ambiental como pressupostos da emergência da Educação Ambiental, trazendo para a discussão a multiplicidade de discursos no campo da EA, contextualizando o referencial teórico adotado nesta pesquisa. No próximo capítulo, apresentarei o delineamento metodológico da pesquisa.

CAPÍTULO 4

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“A melhor maneira que a gente tem de fazer possível amanhã alguma coisa que não é possível de ser feita hoje, é fazer hoje aquilo que hoje pode ser feito. Mas se eu não fizer hoje o que hoje pode ser feito e tentar fazer hoje o que hoje não pode ser feito, dificilmente eu faço amanhã o que hoje também não pude fazer.”

Paulo Freire

4.1 Problemática e Objetivos da Pesquisa

Essa pesquisa tem como objeto de estudo a Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês de Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, a qual é composta por pessoas de Órgãos/Instituições Estaduais, Municipais, Privadas e Organizações Não-Governamentais. A escolha desse objeto de pesquisa se deu pelo fato de a mesma existir desde o ano de 2003 com vários projetos de EA sendo executados e com grande representatividade nos municípios onde atua.

Nesse contexto, essa pesquisa apresenta a seguinte questão orientadora: *Quais concepções de Educação Ambiental são abordadas na Câmara Técnica de Educação Ambiental no âmbito dos Comitês PCJ?*

Assim, no que se refere à Câmara Técnica de Educação Ambiental, busco alcançar os seguintes objetivos, que serão detalhados nos procedimentos metodológicos dessa pesquisa:

- Identificar e discutir as concepções de EA presentes nos documentos orientadores da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ.
- Identificar e discutir as concepções de EA presentes nas reuniões e oficinas da Câmara e nos discursos de duas gestoras manifestadas em entrevistas.
- Analisar a coerência e/ou incoerência das concepções de EA presentes, comparando os documentos da CT-EA, as práticas¹⁸ da CT-EA e as entrevistas, e, em segundo momento, realizar uma análise comparativa entre as práticas, as entrevistas e os documentos.

Para alcançar os objetivos foi realizado um estudo de caso. O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga o fenômeno (caso) em profundidade e em seu contexto real (YIN, 2014). Possui características essenciais para um estudo qualitativo como: *particularidade* (estudo focalizado em uma situação particular), *descrição* (o produto final de um estudo de caso é uma descrição densa do estudo), *heurística* (o estudo de caso ilumina o leitor a compreender a situação estudada) e *indução* (busca-se estudar o caso da maneira mais naturalística possível, de modo que a situação observada estimula compreensões e interpretações no pesquisador) (MERRIAM, 1988 apud ANDRÉ, 2005).

4.2 Elementos e Etapas da Pesquisa

4.2.1 Fontes de dados

As fontes de dados e os respectivos instrumentos desta pesquisa estão constituídos por:

¹⁸O termo “práticas” refere-se às reuniões e oficinas (atas e observações) e entrevistas.

- Documentos Orientadores (a Deliberação de criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ;As Políticas de Educação Ambiental dos Comitês PCJ; o Programa de Educação Ambiental dos Comitês PCJ;e, a Deliberação que trata sobre as diretrizes para programas de educação ambiental a serem apresentados no âmbito do licenciamento ambiental) escritos pelos membros da CT-EA e pelos Comitês PCJ, sendo esses documentos obtidos por meio eletrônico;
- Entrevistas Semi-estruturadas com a Coordenadora e Coordenadora-Adjunta da CT-EA com auxílio de um gravador e a transcrição das entrevistas *a posteriori*;
- Atas e Observações das Reuniões e Oficinas da CT-EA onde eu, como pesquisadora observadora, fiz anotações em diário de campo.

Meu contato inicial com a CT-EA dos Comitês PCJ foi feito via e-mail à Coordenadora da CT-EA, quando marcamos uma entrevista. Após esse encontro, a pesquisa foi delineada como sendo um estudo de caso, de caráter qualitativo, em que o objeto de estudo seria a CT-EA e, então, passei a observar as reuniões da Câmara. Esse delineamento da pesquisa aconteceu após a entrevista, pois inicialmente a ideia do projeto de pesquisa era analisar as concepções de educação ambiental de alguns projetos financiados pelo FEHIDRO propostos por Organizações não-governamentais atuantes na CT-EA dos Comitês PCJ. Após essa entrevista pude constatar que esses projetos não estavam mais sendo financiados, por isso o objeto da pesquisa foi alterado passando a ser a CT-EA, no conjunto de seus documentos norteadores e de suas práticas.

4.2.2 Fases da investigação

Essa pesquisa foi realizada em três fases: 1ª Fase - Análise dos Documentos da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ; 2ª Fase - Pesquisa de Campo; e 3ª Fase - Análise dos Dados obtidos.

1ª Fase - Análise dos Documentos Orientadores da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ

Foram analisados os documentos da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ (Deliberação de criação da CT-EA dos Comitês PCJ, as Políticas de EA dos Comitês PCJ, o Plano de EA dos Comitês PCJ e a Deliberação onde são estabelecidas diretrizes para programas de EA a serem apresentados no âmbito do licenciamento ambiental) com relação à(s) concepção(ões)de EA ali presente(s). A pesquisa documental leva em

consideração documentos de fontes primárias (uso de documentos de arquivos públicos), conforme descrição de Marconi e Lakatos (2011).

As deliberações (Anexo I, II, III, IV e V) são escritas pelos membros da CT-EA. Esse documento segue então para a aprovação da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e, nessa assembléia, o texto pode sofrer modificações. Se forem realizadas muitas modificações no documento, o texto volta para os membros da CT-EA fazerem a última análise antes de sua aprovação. As deliberações também podem ser elaboradas por membros dos Comitês PCJ, pela CT-PL.

Os documentos referidos foram obtidos por meio de busca na *internet* no *site* dos Comitês PCJ (www.comitespcj.or.br), onde todos os arquivos devem ficar disponíveis para os usuários. Além da internet, existem os materiais impressos que são entregues para os membros da CT-EA em algumas reuniões.

2ª Fase - Pesquisa de Campo

Os dados de campo da CT-EA foram coletados a partir de entrevistas com representantes da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ (Coordenadora e Coordenadora-Adjunta), com o uso de roteiros semi-estruturados, gravação de áudio e transcrição. O uso de roteiro semi-estruturado permitiu liberdade à pesquisadora para adaptar as perguntas a determinadas situações da entrevista ou alterar a ordem dos tópicos pré-definidos.

Segundo Freire (1992), a entrevista proposta pelo diálogo busca uma condição de horizontalidade e igualdade na relação. Além disso, conforme Szymanski *et al.* (2004), a entrevista face a face é uma situação de interação humana em que estão em jogo percepções, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações do entrevistador e entrevistado.

As análises das entrevistas semi-estruturadas por meio das transcrições das mesmas foram realizadas com base em Szymanski *et al.* (2008), levando em consideração o contato inicial da entrevistadora com as entrevistadas, a condução das entrevistas, a transcrição das entrevistas e sua pré-análise realizada pelas entrevistadas.

Outros dados de campo foram as observações das reuniões e oficinas da CT-EA, com a elaboração de um diário de campo, bem como a leitura e análise das atas das reuniões observadas. Segundo Marconi e Lakatos (2011), a pesquisa de campo é utilizada com o objetivo de conseguir informações ou conhecimentos sobre um problema para o qual se busca

uma resposta, ou comprovação de uma hipótese, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Entrevistas

A primeira entrevista foi realizada com a coordenadora da CT-EA (ver roteiro Quadro 6) em fevereiro de 2014. Nessa entrevista, o roteiro foi direcionado para questões estruturais da CT-EA. O primeiro contato com a coordenadora foi realizado via e-mail e então marcamos a entrevista, que foi realizada no local de trabalho da entrevistada (Instituto Florestal - Estação Tupi). Apresentei minha proposta de pesquisa de mestrado e então começamos a entrevista com um roteiro pré-definido. A entrevistada foi bastante solícita e nossa entrevista teve duração de 2 horas e 21 minutos (ver transcrição no Apêndice 1).

Quadro 6: Roteiro da entrevista com a coordenadora da CT-EA dos Comitês PCJ.

ROTEIRO
1. Dentro do CBH-PCJ, qual a contribuição da CT-EA?
2. Como é composta a CT-EA?
3. Qual a concepção de Educação Ambiental da CT?
4. Como foi o processo de formação das pessoas que compõe a CT – EA com relação a tal concepção?
5. Geralmente a maior parte dos projetos propostos para execução na CT-EA são do Estado, Município ou Sociedade Civil?
6. Qual o papel da sociedade civil na CT-EA e no CBH-PCJ?
7. Os projetos de EA propostos contam com o financiamento somente do FEHIDRO? Se não, quais outros financiadores?
8. Como funciona a parceria do CBH-PCJ com as Diretorias de Ensino? Teve/tem algum grande projeto com alguma DE?
9. Com relação aos projetos em execução (com financiamento do FEHIDRO), todos estão sendo realizados? Como está o andamento?
10. Qual o retorno dos projetos para a CT-EA?
11. A CT-EA acompanha os projetos (início, meio, fim e após realização)?

Fonte: Elaborado pela autora dessa dissertação.

Quase ao final das observações de campo, senti necessidade de realizar uma entrevista com a coordenadora-adjunta da CT-EA (ver Quadro 7), principalmente por não compreender questões sobre a gestão de projetos e demandas. Desta forma, direcionei nossa conversa para questões de projetos de EA com relação ao FEHIDRO e a revisão da Política de EA dos Comitês PCJ. Essa entrevista aconteceu em fevereiro de 2015.

Quadro 7: Roteiro da entrevista com a coordenadora-adjunta da CT-EA dos Comitês PCJ.

ROTEIRO
1. Dentro do CBH-PCJ, qual a contribuição da CT-EA?
2. Como é composta a CT-EA? Como funciona a gestão da CT-EA?
3. Qual a concepção de Educação Ambiental da CT?
4. Como foi/é o processo de formação das pessoas que compõe a CT-EA com relação a tal concepção?
5. Com relação à Política de EA dos Comitês PCJ, como está o andamento? Por que reformularam a política de EA dos Comitês PCJ que já existia?
6. Os projetos de EA contam com o financiamento somente do FEHIDRO? Se não, quais outros financiadores? Como está a relação da CT-EA com o FEHIDRO atualmente? Diferença entre demanda espontânea e induzida. Como isso refletiu/reflete na CT-EA?
7. Com a saída da atual coordenadora o que poderá mudar na CT-EA?

Fonte: Elaborado pela autora dessa dissertação.

Nosso encontro foi marcado antes de uma oficina de construção de vídeos educacionais, realizada na Diretoria de Ensino do município de Bragança Paulista. Nossa conversa durou 27 minutos (ver transcrição no Apêndice 2), pois não tínhamos mais tempo para esse diálogo. No entanto, foi uma conversa bem esclarecedora de alguns pontos que não estavam até então claros para mim, como a relação da CT-EA com o FEHIDRO e com o restante das Câmaras Técnicas que compõem os Comitês PCJ.

Para efeito dessa pesquisa, as identidades das coordenadoras da CT-EA foram mantidas em sigilo, sendo usados nomes fictícios, como Clarice para a Coordenadora e Júlia para a Coordenadora-Adjunta.

Observações das Reuniões e Oficinas

Para auxiliar a presente pesquisa, foram realizadas, no período de fevereiro de 2014 a junho de 2015, observações de seis reuniões ordinárias, duas reuniões extraordinárias e duas oficinas da CT-EA (ver Quadro 8).

Quadro 8: Datas e Locais das Reuniões Ordinárias e Reuniões Extraordinárias da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ.

REUNIÕES ORDINÁRIAS	
DATA	LOCAL – MUNICÍPIO
18/02/2014	UNICAMP – Campinas
27/05/2014	FAAL – Limeira
02/12/2014	Câmara dos Vereadores – Capivari
10/02/2015	SENAI – Americana
14/04/2015	CATI – Campinas
09/06/2015	Engenho – Piracicaba
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	
25/03/2014	Núcleo de Apoio ao Professor – Bragança Paulista
29/07/2014	SAAE – Atibaia
OFICINAS – Vídeos Educomunicativos	
03/02/2015	Centro de Conhecimento da Água – Campinas
04/02/2015	Centro de Conhecimento da Água – Campinas

Na primeira reunião da CT-EA que observei, fui apresentada pela coordenação à plenária como pesquisadora observadora. Os membros mostraram-se bastante receptivos e demonstraram bastante interesse em saber mais sobre a pesquisa.

Como pesquisadora observadora, pude constatar que, ao começo de todas as reuniões ordinárias e extraordinárias, existia um café da manhã e esse era um momento onde os membros e visitantes da CT-EA conversavam e interagiam. Após esse lanche, os membros se reuniam sempre em fileiras, sendo esta a disposição física das cadeiras nos ambientes das reuniões. À frente, ficavam coordenadora e coordenadora-adjunta. O secretário ficava sentado escrevendo a Ata e passando a lista de presença.

As reuniões eram conduzidas pela coordenadora e, em sua ausência, pela coordenadora-adjunta. Ao iniciar a reunião, a Ata da reunião anterior entrava em votação para a sua aprovação. Quando os membros indicavam que não a haviam lido, era realizada uma leitura rápida e, *a posteriori*, a palavra era aberta aos membros que quisessem acrescentar itens e, por fim, a Ata seguia para a aprovação.

Após a aprovação da Ata, era apresentada (em projeção de slides) pela coordenação uma pauta de assuntos pré-definidos e, então, começava-se a discussão sobre os itens constantes. Durante a reunião os membros podiam se manifestar livremente.

Ao final, existia um momento para “informes”, que ficava aberto para algum membro se manifestar sobre qualquer item da pauta ou realizar a divulgação sobre cursos, eventos entre outros.

Quando as reuniões duravam todo o período do dia, os membros, nem todos, se organizavam para almoçar juntos e esse também era um momento de troca de ideias e conversas. Também acontecia de alguns irem embora nesse intervalo, não participando da segunda parte da reunião no período da tarde.

Todas as observações das reuniões foram registradas em um diário de campo. Nesse diário, eu anotei o número de pessoas presentes em cada encontro¹⁹, bem como o local e data, seguidos pelos itens da pauta. Registrei também a dinâmica das reuniões quanto ao espaço físico, condução da reunião e postura dos membros em suas falas.

Segundo Minayo (2011), o diário de campo é o principal instrumento no trabalho de observação. É fundamental que as observações realizadas sejam registradas diariamente, de forma sistemática e detalhada em um caderno, caderneta ou em forma digital, servindo assim como fonte de dados para posterior análise. Como é impossível descrever todas as situações vivenciadas, as anotações feitas em campo são selecionadas de acordo com o tema estudado, por isto é importante ter-se clareza do objetivo da pesquisa.

Nas oficinas de vídeos educacionais que observei, também havia um café da manhã, porém a dinâmica de trabalho era bem diferente das reuniões ordinárias. Primeiramente os membros se reuniam em um auditório e sentavam-se em um grande círculo. Depois de discussões sobre o tema proposto, os trabalhos eram divididos em pequenos grupos e posteriormente coletivizados com todos na parte final da oficina.

Atas

As Atas (Anexo VI) são documentos redigidos pelo secretário da CT-EA ao longo de cada reunião, seja ordinária ou extraordinária. Nessas Atas constam a data, local e horário da reunião, a lista de todos os participantes presentes (membros, entidades e visitantes) e os encaminhamentos segundo a pauta pré-estabelecida. Possui um campo “informes” onde podem ser inseridos assuntos que surgirem ao longo da reunião. Essas Atas são assinadas pelo Coordenador(a), Coordenador(a)-Adjunto(a) e Secretário(a) e enviadas às Secretarias Executivas dos CBH-PCJ e PCJ Federal, onde são verificadas as presenças e ausências das

¹⁹ O termo “encontro” refere-se às reuniões da CT-EA observadas.

instituições. A Ata também segue via e-mail para todos os membros da CT-EA e, na reunião seguinte, faz-se a aprovação dessa ata em questão.

3ª Fase - Análise de Dados

Tendo como subsídio o referencial teórico delineado por Layrargues e Lima (2014) e tendo como objetivo auxiliar a resolução do problema dessa pesquisa, os dados foram analisados segundo duas categorias: Concepção²⁰ de EA e Coerência/Incoerência da(s) concepção(ões) de EA.

Na primeira etapa, no intuito de desvelar a perspectiva de EA da CT-EA, foram analisados os Documentos Orientadores; as Reuniões (Atas e Observações); e as Entrevistas. Para isso foram utilizados os seguintes indicadores de análise:

- Perspectiva de Ambiente: ecológica, utilitarista e/ou multidimensional.

Segundo Layrargues e Lima (2014), a perspectiva ecológica de ambiente tem como base a ciência ecológica priorizando a conservação e a preservação da natureza. No campo da EA, esse pensamento indica uma EA Conservadora, quando não assume um posicionamento ecologista radical.

A perspectiva utilitarista de ambiente, por sua vez, considera a natureza como recurso ambiental, preocupando-se com questões de produção e de consumo, acompanhadas ou não por preocupações de sustentabilidade, sinalizando uma concepção Pragmática de EA.

Por fim, a perspectiva multidimensional de ambiente traz um olhar amplo considerando não só a natureza, mas as dimensões sociais, culturais e políticas também. Nesse sentido, essa perspectiva aponta para uma EA Crítica.

- Nível de Participação dos Membros da CT-EA: horizontal colaborativa e/ou verticalizada.

No sentido de participação horizontal colaborativa, entendo como uma participação efetiva acontecendo de forma pró-ativa, onde o ator social participa das discussões durante as

²⁰ Para efeito do texto, utilizarei o termo concepção, perspectiva e viés como tendo os mesmos sentidos e significados.

reuniões, envolve-se em grupos de trabalho, em oficinas, na elaboração e colaboração de deliberações, documentos e outras ações²¹ da CT-EA.

Com relação à participação verticalizada, entendo como uma participação hierárquica entre os membros ou até mesmo de forma impositiva e autoritária durante as reuniões. Esta forma impositiva se manifesta no aumento do tom da voz em discussões, expressões orais imperativas, entre outras manifestações.

- Transformação da Realidade: política, multidimensional, ecológica e/ou informativa.

Entendo a transformação da realidade política quando a CT-EA propõe mudanças ou formulação de novas políticas públicas em que o campo da EA seja incluído.

O viés multidimensional visa mudanças na sociedade em geral, por meio de intervenções políticas, culturais, econômicas, educacionais, sociais, com posturas reflexivas e críticas.

A transformação de realidade sob o viés ecológico prevê ações acríicas e pontuais visando melhorias no meio ambiente “ecológico” tendo cunho conservacionista, tendo como exemplos ações como plantio de mudas, despoluição de rios, obras de saneamento, contemplação da natureza, entre outros.

Por fim, a transformação de realidade numa perspectiva informativa, quando as ações são pontuais e se pautam em questões de produção e distribuição de materiais e campanhas “educativas” de cunho informativo, como exemplo: semana da água, semana do meio ambiente, entre outros.

Em uma segunda etapa de análise, verifiquei a coerência/incoerência da(s) concepção(ões) de EA presentes, realizando o cruzamento de dados a partir das análises: entre os documentos orientadores; entre as reuniões; entre as entrevistas. Em um segundo momento, realizei a análise comparando as entrevistas com as reuniões e com os documentos, realizando uma triangulação de fontes de dados, segundo Alves-Mazotti e Gewandsznajder (2001).

²¹ Um exemplo que pude presenciar foi a elaboração do folder da campanha sobre estiagem – 2014

Neste capítulo elucidei o problema e objetivos desta pesquisa, trazendo os elementos de instrumentos e coleta de dados, e as fases de análise dos dados com as categorias e seus respectivos indicadores. No próximo capítulo apresentarei detalhadamente a análise dos dados que compõem essa dissertação.

CAPÍTULO 5

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática.”

Paulo Freire

Como forma de analisar os dados dessa pesquisa, inicialmente parto das *Concepções de EA*, com base em seus indicadores presentes nos documentos orientadores, observações e entrevistas, sendo essa análise constituída por três fases:

- análise dos *Documentos Orientadores da CT-EA*.
- análise das *Reuniões e Oficinas* (Atas e Observações de Campo).
- análise das *Entrevistas*.

Após essas três fases, realizei uma análise comparativa entre os documentos orientadores; entre as reuniões; e entre as entrevistas. Em um segundo momento, realizei a análise entre entrevistas, reuniões e documentos, no sentido de verificar uma *Coerência* e/ou *Incoerência* entre eles referentes às concepções de EA apresentadas.

5.1 Concepções de Educação Ambiental

5.1.1 Análise dos Documentos Orientadores da CT-EA

Os documentos orientadores da CT-EA que constituem o *corpus* documental desta pesquisa são:

- Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 002/03, de 22/05/2003, que aprova a criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ (Anexo I);
- Deliberação CT-EA PCJ nº 001/04, de 09/09/2004, que aprova a Política de Educação Ambiental para os Comitês PCJ (Anexo II);
- Deliberação dos Comitês PCJ nº 231/15, de 12/08/15, onde é aprovada a nova Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ (Anexo III);
- Deliberação CT-EA PCJ nº 003/2004, de 08/11/2004, onde é aprovado o Programa de Educação Ambiental da Câmara Técnica de Educação Ambiental para os Comitês PCJ (Anexo IV);
- Deliberação dos Comitês PCJ nº 204/2014, de 08/08/2014, onde são estabelecidas diretrizes para programas de educação ambiental a serem apresentados no âmbito do licenciamento ambiental referentes aos empreendimentos submetidos à análise dos Comitês PCJ (Anexo V).

No geral, os documentos são apresentados seguindo um padrão em que, inicialmente, são colocadas considerações gerais e, logo em seguida, são descritos os artigos que podem conter objetivos, diretrizes, instrumentos e ações propostas pela referida deliberação.

- Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 002/03, de 22/05/2003

Esse documento, que aprova a criação da CT-EA dos Comitês PCJ, é uma deliberação que considera diversas leis, entre elas a Política Nacional de Recursos Hídricos e a Política Nacional de Educação Ambiental. Considera também o Programa de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, que na época estava em fase de elaboração, bem como a demanda de projetos apresentados a órgãos financiadores voltados a EA para a gestão de recursos hídricos.

A deliberação traz em suas considerações gerais uma visão utilitarista de ambiente, caracterizando uma EA pragmática no que tange o uso racional da água e da gestão dos recursos hídricos:

Considerando a importância da Educação Ambiental como ferramenta para o envolvimento da população com os programas de uso racional da água e recursos naturais na gestão dos recursos hídricos (SÃO PAULO, 2003, p. 1).

Esse trecho propõe uma EA como ferramenta adestradora de comportamento da população e não como processo de conscientização, corroborando com a macrotendência pragmática de Layrargues e Lima (2014), em que é preconizado o ambientalismo de resultados.

O primeiro artigo do Documento traz uma lista de entidades e órgãos que compunham a CT-EA no momento de sua criação, sendo dezoito órgãos ou instituições federais, estaduais e municipais, três entidades do setor privado e dezesseis representantes da sociedade civil organizada.

Os demais artigos não tratam nenhum aspecto relevante segundo os indicadores de análise que estou utilizando.

- Deliberação CT-EA PCJ nº 001/04, de 09/09/2004 e Deliberação dos Comitês PCJ nº 231/15, de 12/08/15

A Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ foi aprovada no ano de 2004 sendo, posteriormente, submetida a um processo de revisão, sendo aprovada no ano de 2015. Para esta pesquisa analisei ambos os documentos²².

Como característica geral, a *Primeira Política de EA* considera como elementos importantes a Política Nacional dos Recursos Hídricos, as causas e consequências da deterioração das bacias hidrográficas ao longo da história, a EA como sendo um processo de formação de cidadãos e a importância da EA na gestão dos recursos hídricos.

A *Política de EA Atual* considera a presença da EA no Plano Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos (São Paulo e Minas Gerais) e no Plano de Bacias dos Comitês PCJ, as Políticas Nacional e Estaduais de EA (São Paulo e Minas Gerais), o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o Conselho Nacional de Meio Ambiente, Conselho Nacional de Educação e o Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Nesse cenário, a *Política de EA Atual* abarca a EA tanto no âmbito formal quanto não formal.

Começo a análise pela *Primeira Política de EA*, documento composto pelos seguintes itens: considerações, objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos. Ao início do documento, nas considerações preliminares, percebo estar presente uma concepção de EA crítica, pois as causas e consequências dos processos de deterioração das bacias hidrográficas ao longo da história são associadas ao processo de extração, consumo e uso dos elementos naturais gerando resíduos e relações socioeconômicas desiguais:

Considerando que historicamente, a deterioração das bacias hidrográficas e da qualidade de vida da população é resultado do processo de extração/uso/consumo de recursos ambientais, sua consequente geração de resíduos e relações socioeconômicas desiguais. [...] que o processo de gestão de recursos hídricos necessita da Educação Ambiental para a sua real efetivação integrando os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais (São Paulo, 2004, p. 1).

O trecho indica uma perspectiva de ambiente multidimensional, assim como o anseio em integrar aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais na gestão da bacia hidrográfica, o que está em sintonia com a EA Crítica trazida por Carvalho (2008) e Layrargues e Lima (2014). Ao mesmo tempo, tais considerações iniciais já sinalizam para a discussão da desigualdade presente na sociedade atual.

²² Para efeito desse texto denomino a Política de EA dos Comitês PCJ do ano de 2004 como “*Primeira Política de EA*” e a Política de EA dos Comitês PCJ do ano de 2015 como “*Política de EA Atual*”.

Considerando que a Educação Ambiental constitui-se em eficaz processo na formação de cidadãos responsáveis pela construção e manutenção de justas e equilibradas relações socioambientais (SÃO PAULO, 2004, p. 1).

O artigo 1º da *Primeira Política de EA* versa sobre seus objetivos. Dentre os seis objetivos colocados, quatro trazem em seu cerne as questões de transformação da realidade visando uma mudança na política geral dos comitês, além da inserção da EA nas políticas territoriais da bacia.

Integrar a educação ambiental na Gestão dos Recursos Hídricos, de forma com que esta se torne um componente essencial e permanente dos Planos de Bacia dos Comitês CBH-PCJ e PCJ Federal [...]. Promover a integração entre as Câmaras Técnicas dos Comitês CBH-PCJ e PCJ Federal e demais Comitês [...]. Priorização e inclusão das ações de EA no Plano de Bacias [...]. Incentivar a efetiva inserção da EA nas políticas públicas no território das Bacias PCJ. (SÃO PAULO, 2004, p. 1-2).

Nesse sentido, consigo depreender do documento uma proposta de nível de participação da CT-EA de forma horizontal e colaborativa, em que a CT deve participar dos processos dos comitês PCJ como um todo, havendo uma integração e articulação com as demais câmaras técnicas.

Outros objetivos propostos são o de “promover práticas e aprimorar seus conhecimentos em EA” e “difundir e produzir materiais educativos buscando a implementação e o desenvolvimento de diferentes dimensões de EA” (SÃO PAULO, 2004, p. 1). Esses últimos objetivos demonstram uma busca pela transformação da realidade, embora não fique claro quais são as práticas de EA que serão promovidas, nem quais dimensões de EA serão desenvolvidas. Também o documento não explicita como será o processo de produção e de divulgação dos materiais educativos, nem para quais públicos e, ainda, se realmente serão materiais construídos coletivamente segundo alguma demanda socioambiental.

O segundo artigo é composto pelos princípios da política de EA e, de maneira geral, depreendo do documento uma perspectiva multidimensional de ambiente, pois há uma compreensão da interdependência entre os aspectos naturais, sociais, econômicos, políticos e culturais dentro da bacia hidrográfica.

Compreensão integrada do meio ambiente: a compreensão da interdependência entre os diferentes aspectos que compõem o meio ambiente tais como: os naturais, sociais, econômicos, políticos e culturais para uma visão de conjunto da bacia hidrográfica (SÃO PAULO, 2004, p. 2, grifo original).

Com relação ao nível de participação dos membros da CT-EA, não fica explícita nenhuma forma de participação e colaboração entre seus membros com os comitês e com a comunidade. Porém, ao considerar o incentivo à participação democrática e propostas de ações articuladas entre diversos setores da sociedade, considero isto vinculado ao indicador transformação da realidade, e consigo perceber, mesmo que não explicitado no texto, o anseio da participação dos membros da CT-EA e, de forma mais explícita, a participação da população em geral.

Em suas diretrizes, artigo 3º, o documento traz a intenção de promover a articulação da CT-EA com as demais Câmaras Técnicas dos comitês PCJ, bem como de desenvolver ações de formação continuada de educadores ambientais.

Em suma, a partir da análise do documento, exemplificada pelas menções e citações selecionadas, podemos inferir que o documento traz uma visão de EA crítica, principalmente por evidenciar um nível de participação dos membros da CT de forma horizontal colaborativa suscitando uma participação democrática, por trazer uma noção multidimensional de ambiente, apontar a necessidade de se discutir as desigualdades socioeconômicas vinculadas ao uso dos elementos da natureza, bem como a necessidade de se estabelecer processos de EA que tratem a realidade das comunidades e os problemas ambientais dali oriundos como mudança política.

A *Política de EA Atual* faz considerações gerais articuladas às Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA e ao Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis de Responsabilidade Global. Essas considerações apontam para uma EA Crítica, pois no Tratado para Sociedades Sustentáveis de Responsabilidade Global traz uma visão holística em busca da reflexão e do processo de construção permanente: “a EA como um processo dinâmico em permanente construção que deve propiciar a reflexão, o debate e sua própria modificação” (SÃO PAULO, 2015, p. 1).

Consigo depreender, dentre os doze objetivos colocados nesse novo documento, uma perspectiva multidimensional de ambiente e o anseio de transformação da realidade tanto na forma de mudanças políticas, quanto numa visão multidimensional. Para contextualizar, cito os objetivos 1 e 2:

1. Colaborar nos processos de construção de sociedades ambientalmente responsáveis, economicamente viáveis, culturalmente diversas, politicamente atuantes, socialmente justas e hidricamente sustentáveis;
2. Integrar a educação ambiental na gestão dos recursos hídricos, como componente essencial e permanente do Plano de Bacias PCJ colaborando

para atingir a eficácia, eficiência e efetividade dos programas e projetos de gestão integrada dos recursos hídricos (SÃO PAULO, 2015, p. 1).

Como princípios da EA nos Comitês PCJ, de maneira geral, a perspectiva de ambiente tem aspecto multidimensional, em que se reconhece o ambiente como sendo interdependente entre diversos fatores e aspectos que o compõe e reconhece questões socioambientais valorizando os saberes locais. Como nível de participação, o documento aponta para a construção coletiva e contínua de conhecimentos, articulação entre as demais CT dos comitês PCJ e a produção coletiva de materiais educacionais, sendo essa produção caracterizada como transformação da realidade juntamente com a proposta de construir a cidadania por meio da participação em espaços de tomada de decisão. Esse olhar nos mostra uma concepção de EA Crítica, corroborando com o referencial teórico Layrargues e Lima (2014).

As diretrizes são colocadas no sentido de incentivar processos de EA tanto no âmbito formal da educação quanto no âmbito não formal. Como nível de participação, a 7ª diretriz coloca “Realizar processos para formação dos membros dos Comitês PCJ”. Esse é um ponto importante dentro da CT-EA, porém não se diz como será feito esse processo de formação.

Em resumo, a partir da análise do documento, exemplificada pelas citações colocadas, podemos perceber que o documento traz uma visão de EA crítica, principalmente por reconhecer o ambiente como sendo interdependente entre fatores e aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e ecológicos, por articular a produção coletiva de materiais educacionais como proposta para a transformação de realidade com a tomada de decisão em diversos espaços de participação.

Comparação entre as duas Políticas de EA dos Comitês PCJ

Para essa pesquisa, é de extrema relevância a realização de uma análise comparativa entre essas duas políticas. As observações de campo das reuniões e oficinas da CT-EA foram guiadas pelas orientações constantes na *Primeira Política de EA*, e eu pude acompanhar o processo de atualização e aprovação da *Política Atual de EA* durante alguns registros observados.

Fazendo uma leitura comparativa das duas Políticas de EA dos Comitês PCJ, em linhas gerais, a *Política de EA Atual* se embasa em processos de gestão participativa e processos educacionais enquanto que a *Primeira Política de EA* traz questões mais relacionadas a EA dentro dos Comitês PCJ e fortalecimento de questões regionais e locais.

A *Política de EA Atual* considera a importância e o adentramento da EA em diversas leis e conselhos, abrangendo tanto os processos de educação ambiental formal quanto não formal. Nesse sentido, essa política traz um viés mais holístico do campo da EA do que o proposto pela primeira política.

Com relação aos objetivos propostos pelas duas políticas, consigo identificar uma coesão entre eles, com alguma modificação na redação dos artigos, porém nos mesmos contextos. Somente dois objetivos propostos pela *Política Atual de EA* trazem um olhar antes não trazido pela primeira. São eles:

1. Colaborar nos processos de construção de sociedades ambientalmente responsáveis, economicamente viáveis, culturalmente diversas, politicamente atuantes, socialmente justas e hidricamente sustentáveis²³;
12. Incentivar a efetiva inserção da educação ambiental nas políticas públicas no território das Bacias PCJ. (SÃO PAULO, 2015, p. 1-2).

Com relação aos “Princípios” trazidos por ambas as Políticas, no geral, a *Política de EA Atual* apresenta uma visão mais integradora de EA, debruçando-se sobre perspectivas de compreensão integrada e crítica de ambiente; construção coletiva de processos e mudanças; valorização de saberes da população; fomento à educomunicação.

As diretrizes propostas pela *Primeira Política de EA* foram contempladas e diluídas nas propostas da *Política Atual de EA*. No entanto, a terceira diretriz da *Primeira Política de EA*, a saber: “Promover e incentivar as ações conjuntas entre as Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ Estadual e Federal” (SÃO PAULO, 2004, p. 2) não foi contemplada dentre as diretrizes da *Política Atual de EA*. Nesse documento atual, essa questão vem como princípio: “Articulação entre as Câmaras Técnicas: atuação articulada entre as câmaras Técnicas dos Comitês PCJ e os demais comitês com relação à comunicação e ações conjuntas” (SÃO PAULO, 2015, p. 2). Faz-se necessário compreender o que é diretriz e o que é princípio para olhar essa mudança²⁴. Essa mudança é relevante, tendo atualmente a questão da articulação entre as CT como base de atuação da política de EA dos Comitês PCJ.

Um ponto ausente na *Política Atual de EA* é o Programa de Educação Ambiental da Câmara Técnica de Educação Ambiental para os Comitês PCJ (Deliberação CT-EA nº

²³Corroborar com o documento “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” – Fórum Global, Rio-92 – 2º Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento.

²⁴Diretriz é um caminho a ser seguindo, um plano; e Princípio, é a base, o que sustenta (Fonte: Dicionário Michaelis *online* disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/> - Acessado em 20 de abril de 2016).

003/2004), que é colocado como um instrumento pela *Primeira Política*, porém fica excluído do texto da *Política Atual de EA*, considerando apenas a Deliberação dos Comitês PCJ nº 204/14, em que são estabelecidas diretrizes para programas de EA a serem apresentados no âmbito do licenciamento ambiental referentes aos empreendimentos submetidos à análise dos Comitês PCJ. Tanto o Programa de EA dos Comitês PCJ quanto a Deliberação de programas de EA no âmbito do licenciamento ambiental serão analisados a seguir.

- Deliberação CT-EA PCJ nº 003/2004, de 08/11/2004

A Deliberação CT-EA nº 003/2004 aprova o Programa de Educação Ambiental da Câmara Técnica de Educação Ambiental para os Comitês PCJ.

Esse documento é composto por introdução, objetivos e programas propostos. Dentro do item “Programas Propostos”, são trazidos sete programas e seus subprogramas. Traz como principal consideração a importância desse programa de EA como parte integrante do Plano de Bacias²⁵.

Consigo depreender do documento, na parte introdutória, sinaliza uma concepção de EA Conservadora, pois fica explícito o entendimento da EA como forma de mudanças do comportamento humano. Segundo Brügger (1994), essa visão configura um *adestramento ambiental*. Nessa concepção de EA, há um teor instrumental caracterizado pela mudança de comportamento, sendo desprovida de reflexões críticas, buscando o desenvolvimento apenas de posturas e atitudes corretas, sem a preocupação com os pressupostos sociais, políticos e econômicos.

Também o documento aponta para a dissociação entre ser humano e o restante da natureza, não apresentando assim uma visão integradora de ambiente. Os autores Foladori (2001) e Grün (2009) dissertam sobre o contexto histórico da dissociação entre ser humano e o restante da natureza causada principalmente pela revolução científica de Galileu, pelo pensamento antropocêntrico de Francis Bacon e pelo cartesianismo de Descartes, onde a natureza começa a ser concebida como uma soma de partes, sendo possível seu reordenamento, podendo ser explorada de forma crescente. Dessa forma, houve um

²⁵ “Os Planos de Bacias Hidrográficas são planos diretores, de natureza estratégica e operacional, que têm por finalidade fundamentar e orientar a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, compatibilizando os aspectos quantitativos e qualitativos do uso das águas, de modo a assegurar as metas e os usos neles previstos, na área da bacia ou região hidrográfica considerada” (Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/planos-de-bacias/>. Acessado em 11 de abril de 2016).

silenciamento da natureza nos currículos escolares, o que reflete em muitas das ações em sociedade.

Esse Programa de Educação Ambiental tem como eixo a gestão integrada dos *recursos* hídricos. São elencadas seis diretrizes que trazem uma visão utilitarista de ambiente e uma visão pragmática de EA, pois fica evidente a EA como forma de projetos e práticas pontuais desconexas e sem maiores reflexões e críticas, a exemplo:

Apoiar o desenvolvimento de oficinas de recursos hídricos de forma sistemática e contínua (exposições, feiras de ciências, preparação de aulas práticas, kits e outros) (SÃO PAULO, 2004, p. 4).

Os objetivos apresentam uma visão antropocêntrica de ambiente e uma visão pragmática de EA, apoiando e incentivando o desenvolvimento de metodologias e técnicas para a prática da EA, de modo a se buscar o desenvolvimento sustentável.

Promover a qualificação de recursos humanos [...]. Apoiar e incentivar o desenvolvimento de metodologias e técnicas para subsidiar as práticas em educação ambiental como parte do desenvolvimento sustentável (SÃO PAULO, 2004, p. 1).

Outro objetivo do Programa de EA é o estímulo ao financiamento de empresas a projetos e atividades de EA e à aplicação de tecnologias ambientais²⁶:

6) Estimular empresas a participarem do financiamento de projetos destinados à aplicação de tecnologias ambientais apropriadas, bem como para o desenvolvimento de projetos e atividades de educação ambiental voltadas a técnicos, docente e à comunidade em geral (SÃO PAULO, 2004, p. 2).

Claramente entende a EA como gestão ambiental e como resolução de problemas ambientais, o que, segundo Amaral (2003), aponta para uma visão utilitarista e antropocêntrica, em que a ciência e a tecnologia estão a serviço da resolução dos problemas, sem contextualizá-los no cenário complexo da dinâmica ambiental.

Tomando como ponto os Programas Propostos²⁷ nesse documento e fazendo uma análise geral, a concepção de EA mais evidente é a Pragmática, caracterizada pela busca da

²⁶ Importante destacar que as empresas, a partir de um momento histórico no Brasil, assumem um papel central na sociedade, por meio do qual todas as relações sociais devem se organizar, e os discursos referentes a ética, flexibilidade, responsabilidade, respeito ao ambiente começaram a compor os novos caminhos da cultura das organizações, em especial as de grande porte e com ligações com o mercado internacional (BAGNOLO, 2012).

²⁷ Os Programas Propostos são: Programa 1 - Capacitação de Recursos Humanos; Programa 2 - Instrumentos e Metodologias em Educação Ambiental; Programa 3 - Produção e Difusão de Conhecimentos; Programa 4 -

melhoria da qualidade da água, pelo incentivo a campanhas de uso racional, por propor que a EA seja incorporada antes e depois de obras de saneamento. De acordo com Layrargues e Lima (2014), esse tipo de EA não promove uma reflexão sobre as causas da problemática ambiental, mas atua na busca operacional pelo desenvolvimento sustentável. Apesar de o documento trazer questões de formação de agentes de educação ambiental, traz também a visão de qualificação, de capacitar “recursos humanos”. Nesse caso, apesar de fazer alusão à difusão de práticas educativas, o termo “recurso” está imbuído do sentido de uso, exploração, o que corrobora a visão reducionista e utilitarista de EA.

Além da maior evidência da presença de uma EA Pragmática, em alguns pontos é sinalizada uma perspectiva de EA Conservadora também se faz presente.

As perspectivas de ambiente indicadas em todos os programas propostos são as visões utilitarista e ecológica, onde há uma grande preocupação com a conservação e o uso racional dos recursos hídricos, além de levantamentos de fauna e flora e estudos geo-ambientais.

- Deliberação dos Comitês PCJ nº 204/2014, de 08/08/2014

Essa deliberação estabelece diretrizes para programas de educação ambiental a serem apresentados no âmbito do licenciamento ambiental referentes aos empreendimentos submetidos à análise dos Comitês PCJ.

Esse documento considera a EA importante para a mitigação dos impactos ambientais negativos causados por empreendimentos nas bacias PCJ. Nesse sentido, sugere implicitamente que a EA tem o caráter de suavizar e diminuir os impactos negativos antrópicos. Essa é uma concepção de EA pragmática, pois a enxerga como forma de resolução de problemas ambientais.

No demais, traz somente os itens que devem constar nos programas de EA apresentados aos comitês PCJ para o licenciamento do empreendimento.

Como nível de participação, os membros da CT-EA analisam esses programas e podem solicitar modificações. A aprovação desse programa depende dessa análise; a plenária da CT-EA aprovará ou não o documento e, caso favorável, é aprovado junto aos Comitês PCJ.

Dos documentos analisados, consegui depreender da *Primeira Política de EA* e da *Política Atual de EA* uma concepção Crítica de EA, em que há a busca por entender o ambiente de forma multidimensional por meio de processos permanentes e coletivos. Contrastando com essa perspectiva, o Programa de Educação Ambiental dos Comitês PCJ demonstra, no geral, uma visão de EA Pragmática visando à resolução dos problemas ambientais buscando a melhoria da qualidade e quantidade de água.

Percebendo que a deliberação sobre aprovação de projetos de educação ambiental no âmbito do licenciamento ambiental foi aprovada em agosto de 2014, momento em que a CT-EA estava atualizando sua *Política de EA*, considero haver uma certa incoerência teórica e prática, onde a *Política Atual de EA* tem como característica um viés crítico enquanto que essa deliberação enxerga a EA como mitigadora dos problemas ambientais, demonstrando um viés pragmático.

5.1.2 Análise das Reuniões e Oficinas da CT-EA

Nessa pesquisa, considero como materiais a serem analisados as atas e os registros no diário de campo das observações das reuniões e oficinas da CT-EA.

- Atas

As atas são documentos redigidos durante as reuniões. Em cada ata, consta uma lista com os membros e instituições presentes, quais instituições estiveram ausentes, pessoas convidadas e se essas faziam parte de alguma instituição. Após essa lista, há uma descrição geral da reunião contendo a sua abertura, a apreciação da ata anterior, itens de pauta e o andamento do encontro.

No geral as atas trazem poucas discussões que são feitas durante as reuniões, expondo breves relatos, decisões tomadas, encaminhamentos e as demandas para a próxima reunião.

Sendo assim, considero difícil trabalhar com esse material (Anexo VI), pois seus conteúdos textuais são resumidos e não trazem em seu cerne as discussões em suas totalidades ocorridas nas reuniões. Mesmo identificando essa limitação, propus-me a analisar esses documentos relativos às reuniões observadas.

Fazendo a leitura das oito atas de reuniões observadas e tendo como base o indicador de análise perspectiva de ambiente, o que mais deparei delas foram as perspectivas ecológica e utilitarista de ambiente, pois são relatadas ações como semana da água, plantio de mudas, reaproveitamento de água de chuva e consumo de água. Esses relatos aparecem no campo “informes” ou “outros assuntos”, ou seja, são ações que aconteceram na comunidade e os membros presentes à reunião estão expondo para os demais membros da CT-EA esses acontecimentos.

Essas práticas apontam para uma concepção de EA Conservadora e EA Pragmática, pois na perspectiva conservadora acontecem ações pontuais como semana da água, por exemplo; também é sinalizada uma visão utilitarista de ambiente, pelas ações de redução do consumo de água, caracterizando uma EA Pragmática.

A única ata analisada que aponta para uma perspectiva de ambiente multidimensional foi a da reunião onde se discutiu a revisão da Política de EA dos Comitês PCJ, a partir da palestra do Prof. Marcos Sorrentino, sendo sua fala no sentido de uma visão social, cultural e política:

[...] para que a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ seja efetiva, é preciso pactuar com todos os habitantes desse território, considerando todos os desejos e sonhos individuais e coletivos, de forma que as pessoas conectem seus projetos de vida individual com projetos da coletividade. Ressaltou que o processo de educação ambiental não pode acontecer somente na escola, pois educação não acontece somente na infância, adultos também precisam ser educados (Ata da 17ª Reunião Extraordinária da CT-EA, p. 2).

Com relação ao nível de participação dos membros da CT-EA, a participação horizontal e colaborativa fica bastante evidente em todas as atas, no sentido de colaboração e discussão de temas.

Foi solicitado contribuição dos membros para enriquecimento do texto [...] (Ata da 63ª Reunião Ordinária da CT-EA, p. 2).

Após a palestra houve debate sobre o tema, com diversas manifestações dos membros da CT-EA e complementações do palestrante (Ata da 17ª Reunião Extraordinária da CT-EA, p. 2).

Ao mesmo tempo em que há evidência da busca pela participação horizontal, também existem evidências da participação de forma verticalizada entre os membros da própria CT e com outras instâncias dos Comitês PCJ:

Foram recomendadas modificações nas imagens e no corpo do texto pelos membros dessa Câmara Técnica e a proposta final da CT-EA foi aprovada. A coordenadora reforçou que esta proposta seria enviada para o GT Estiagem e dependeria da aprovação deste, podendo ainda sofrer modificações. (Ata 65ª Reunião Ordinária da CT-EA, p. 2).

Nesse ponto, a aprovação e alterações no texto elaborado pela CT-EA, seria feito pelos membros do GT Estiagem, ou seja, membros de outras câmaras técnicas.

Outro trecho que demonstra uma participação verticalizada:

A partir dessas ideias houve um amplo diálogo sobre o tema e foi escolhida a seguinte proposta [...]. A coordenadora reforçou que a ideia não é a reprovação do Programa e sim no apoio para que seja um programa bem elaborado para que se alcance os resultados esperados (Ata 65ª Reunião Ordinária da CT-EA, p. 2).

Na participação de forma verticalizada percebo uma centralização das atividades na coordenação da CT-EA e a influência que a CT-EA pode sofrer de outras instâncias dos Comitês PCJ.

Sob o viés da categoria de análise “Transformação da Realidade”, encontro a característica informativa:

A Coordenadora Adjunta da Câmara Técnica de Educação Ambiental apresentou a Proposta para elaboração de material pedagógico. Sugeriu que o material educativo deva ser elaborado com as Diretorias de Ensino juntamente com a empresa contratada (Ata da 63ª Reunião Ordinária da CT-EA, p. 3).

Sob o viés de uma transformação de realidade ecológica, foi apresentada uma proposta pelo Serviço Social da Indústria (SESI) para reduzir o consumo de água. A coordenadora da CT-EA sugeriu um grupo de trabalho para dar continuidade às propostas desta instituição para atingir a meta de diminuição de 20% na redução do consumo, sendo aprovada pelos membros da CT-EA (Atas das Reuniões Ordinárias 68ª e 69ª da CT-EA).

Como característica multidimensional de transformação de realidade, aponto uma ação da CT-EA juntamente com outras instâncias dos Comitês PCJ e uma empresa contratada, que são os Encontros sobre Eventos Extremos: “[...] reforçou a respeito do formato dos encontros, no sentido de despertar a real situação crítica da água na atualidade” (fala do educador da empresa contratada - Ata 70ª Reunião Ordinária da CT-EA, p. 2).

Em geral as atas, mesmo desprovidas de aspectos de discussões e tomadas de decisão, consegui depreender características que indicam concepções de EA que se enquadram nos vieses de EA conservadora e pragmática, demonstrando uma perspectiva ecológica de ambiente, com um nível de participação horizontalizado e por vezes verticalizado.

- Observações da pesquisadora durante as reuniões e oficinas da CT-EA

O diário de campo foi construído por mim, a partir das observações realizadas nas reuniões e oficinas da CT-EA, sendo registrado o local da reunião ou oficina, quantas pessoas estavam presentes, itens da pauta e postura da coordenação e dos demais participantes da CT-EA frente às discussões propostas.

a) Reuniões Ordinárias e Extraordinárias

Tendo em vista as categorias de análise, trago um exemplo da perspectiva de ambiente multidimensional, registrada durante a discussão sobre o *slogan* da campanha sobre estiagem com a produção de um *folder*. Os participantes da CT-EA levantaram questões sobre o uso da água ir além da questão doméstica, ou seja, além do uso da água nas residências, com o discurso reducionista de economia de água durante o banho, por exemplo, tratando a questão de forma ampla. Ao mesmo tempo, indo de encontro a essa perspectiva, questões como economia de água foram inseridas na mesma elaboração de material impresso, o que remete a uma EA Pragmática e Comportamental.

Com esse mesmo viés pragmático e comportamental, nas Atas das reuniões 68ª e 69ª, foi relatado um projeto apresentado por alunos/alunas do SESI, sobre como reaproveitar a água em casa e questões sobre economia de água na escola, contando com apoio da CT-EA. Foi criado um grupo de trabalho com os membros da CT-EA para que esse grupo de pessoas auxiliasse os alunos/alunas e a coordenação do SESI a trabalharem questões sobre consumo de água na escola. Nesse contexto, depreendo uma perspectiva de ambiente utilitarista, pois a

ação pretendeu o desenvolvimento sustentável por meio de práticas acrílicas e comportamentais, conforme as palavras de Layrargues e Lima (2014).

No sentido do olhar sobre a perspectiva de ambiente, a iniciativa da CT-EA junto com uma empresa (com atuação socioambiental) e demais setores dos Comitês PCJ em realizar eventos para a discussão de contextos hidrológicos extremos se deu de forma multidimensional, onde foram colocados diversos aspectos sobre a temática: ecológico, político, social, econômico. Essa empresa propôs a participação dos membros da CT-EA de forma horizontal colaborativa com atuação tanto na construção dos temas do evento como na sua organização, sinalizando para uma EA crítica.

Como nível de participação dos membros da CT-EA, consegui observar em todas as reuniões poucas pessoas, e quase sempre as mesmas participando, além de muito ruídos de conversas paralelas e muito colegas que interrompiam falas de outros.

Durante uma reunião, os(as) professores(as) coordenadores(as) de núcleo pedagógicos (PCNP) não sabiam ao certo seus papéis de participação na CT-EA, deixando isso explícito em uma fala de uma professora:

[...] não estamos entendendo o item 2 e 3 [da política de EA] por isso não estamos opinando – fala de uma professora.

Mesmo com a afirmação da professora, as coordenadoras e demais membros ficaram surpresos com a colocação, mas não retrucaram e seguiram com a revisão da Política de EA. Isso demonstra uma falta de articulação da CT-EA com as Diretorias de Ensino. Esse acontecimento está situado dentro do fenômeno de marginalidade que se dá quando as pessoas ficam às margens de um processo sem nele intervir, ocorrendo a sua não participação (BORDENAVE, 1993).

Mesmo assim, a coordenação sempre incentivava uma maior participação dos membros, o que é um indicativo de busca por relações mais horizontais entre os participantes.

Numa certa ocasião, houve um desabafo da coordenadora adjunta da CT-EA, com relação à produção dos vídeos educacionais. Essa fala tem um tom imperativo no sentido de chamar atenção dos membros da CT-EA para suas obrigações, feita de forma não dialógica, mas por um meio um pouco coercitivo:

[...] ausência de retorno é sofrida para o GT e para a coordenação, recebeu e-mail, responda. Ser membro não é só participar da reunião, tem lição de casa. – fala da coordenadora adjunta da CT-EA dos Comitês PCJ.

Percebo nessa situação um indicativo das relações sociais que se processavam na CT-EA, onde alguns membros não estavam interessados nos assuntos ou não se sentiam encorajados a darem suas opiniões e por isso não se engajavam nas ações. No sentido de pertencimento do grupo, a liderança faz a diferença nesse processo de participação dos atores sociais, pois:

A atmosfera geral de um grupo deriva em parte do estilo de liderança existente e que pode ser autoritário, democrático ou permissivo. Tal atmosfera afetará tanto a produtividade do grupo como o grau de satisfação e de responsabilidade de seus membros (BORDENAVE, 1993, p. 49).

Também pude notar a questão de uma relação “truculenta” da CT-EA com demais instâncias dos Comitês PCJ a partir das falas:

O primeiro logo venceu, mas a agência de bacias escolheu o décimo. Ficou o primeiro e pronto. Tem que ter uma maior compreensão de um processo participativo, educacional, para a agência, educar, fazer ouvir [...] – fala da Júlia, coordenadora adjunta da CT-EA dos Comitês PCJ.

Alguns estão apostando no fracasso [da CT-EA], tem que ter paciência – fala de uma professora.

A primeira fala acima apresentada demonstra uma postura firme da coordenação da CT-EA perante a decisão de outras instâncias dos Comitês PCJ, dando maior validação para os processos participativos e de interação dos membros da câmara.

Como nível de transformação de realidade, consigo apreender uma visão informativa com a produção e distribuição de folder sobre a crise hídrica, um material com muitos dados técnicos, pouco explicativo e reflexivo, com uma visão individualista e falta de informação dos membros da CT-EA. Corroborando essa visão segue a fala da coordenadora da CT-EA e anotações minhas do diário de campo:

[...] material simples e informativo – fala da Clarice, coordenadora da CT-EA.

[...] no folder fala sobre economia de água [...] impacto da escrita “você” e não “nós” no folder [...]. Tem integrantes da CT-EA que não sabem que a água das bacias PCJ é usada para abastecer os municípios da área do PCJ – anotações da pesquisadora no diário de campo (65ª Reunião Ordinária da CT-EA, 27/05/2015).

Outro nível de transformação de realidade que observo é a política com viés multidimensional, em que houve um extenso trabalho da CT-EA em reformular a Política de

Educação Ambiental dos Comitês PCJ. Nesse sentido, ocorreram muitas discussões sobre os termos e conceitos a serem usados, tendo como premissa abranger o ambiente como um todo, ou seja, ecológico, cultural, social, político, dentro do território dos Comitês PCJ. Seguem abaixo os diálogos dos membros da CT-EA durante sua 18ª Reunião Extraordinária:

[...] no item 10 do Art. 1º fica fortalecer as organizações ou fortalecer a atuação protagonista das organizações? [...] item 11, uso do termo coletivo educador – membros da CT-EA. Alguns repudiam esse termo – fala da Júlia, Coordenadora Adjunta da CT-EA.

[...] item 5 Art. 2º, preferência para a palavra transversalidade [...] – fala da Clarice, Coordenadora da CT-EA (29/07/2014).

Ao mesmo tempo em que houve uma preocupação com os termos e conceitos, não houve uma explicação dos conteúdos da política para o plenário, como por exemplo, o porquê do uso do termo transversalidade.

Nas reuniões da CT-EA não houve um momento de formação, ou seja, um momento onde são colocados os objetivos da CT-EA, qual EA está sendo proposta, o que é aquele espaço e porque ele existe, o que os participantes esperam daquele espaço. Essa discussão será retomada na análise das entrevistas, pois esse ponto aparece durante os depoimentos.

Tratando-se ainda do viés político, em uma discussão ocorrida na 70ª Reunião Ordinária da CT-EA sobre a eleição dos membros dos Comitês PCJ, foi colocada a falta de interesse das organizações da sociedade civil no comitê:

[...] desapontamento pela falta de entidades da sociedade civil. *Porque esse enfraquecimento?* Não sei, pela falta de valorização [...] – diálogo entre os membros da CT-EA.

[...] está faltando água, quem tem interesse está sentado na cadeira. E a população? – fala da Júlia, coordenadora adjunta da CT-EA.

O comitê deve ser mais parceiro do Ministério Público – fala de um membro da CT-EA (14/04/2015).

Outro ponto de transformação de realidade colocado foi o viés ecológico a partir da formação de um grupo de trabalho para auxiliar o SESI na diminuição do consumo de água na escola. Considero essa ação com viés ecológico buscando a redução do uso da água e uma ação de EA comportamental e acrítica e pragmática.

b) Oficinas

No diário de campo anotei as oficinas observadas registrando o local, número de participantes, dinâmica e estrutura da oficina e o conteúdo das discussões.

Houve uma série de encontros sobre construção e produção de vídeos educacionais das bacias hidrográficas do PCJ. Observei duas oficinas iniciais desse processo, em que as ações sinalizaram a busca de uma EA crítica com perspectiva de ambiente multidimensional, com um nível de participação dos membros da CT-EA de forma horizontal colaborativa e com viés de transformação de realidade política, multidimensional, mas também informativa.

Num primeiro momento, a dinâmica, conduzida pela coordenadora adjunta, se deu em forma de roda de conversa, em que cada um dizia o que achava ser um processo educacional. As respostas foram bem interessantes, variadas e complementares, a exemplo das seguintes: *fazer junto; sensibilizar a ideia por meio de material de comunicação; informação para educar e conceitos ambientais; interligação de educação e comunicação; processo coletivo; disparador de reflexão* (Oficina 1, 03/02/2015). Identifico nessas respostas um cunho crítico reflexivo.

Observei que à frente desse processo ficou a coordenadora adjunta e que, em muitas de suas falas, havia a busca por uma educação reflexiva, com um olhar sobre o todo, valorizando moradores locais e principalmente o processo participativo na construção dos vídeos ser participativo. Segue sua fala nesse sentido:

O processo de educação se apropria de meios técnicos de produção de um material; são vozes; diversidade [...] fazer junto e aprender junto, não é uma estrutura engessada, é livre, aberta [...] (Fala da Júlia - Oficina 1, 03/02/2015).

A coordenadora também faz uma fala no sentido de uma perspectiva de ambiente multidimensional:

Pensar nas vozes que não estão sendo colocadas. O que queremos mostrar na realidade? Aberto a sugestões e ideias (Fala da Clarice - Oficina 1, 03/02/2015).

Ainda me debruçando sobre a perspectiva de ambiente, alguns participantes durante as dinâmicas de trabalho em grupo apontaram uma visão conservadora e ecológica de ambiente, remetendo-se sempre às nascentes de água, com um olhar ecológico da questão ambiental. Outro grupo ficou muito centrado em dados técnicos e termos técnicos. Foi levantada a ideia

de que parou de chover e por isso estamos sem água. Uma participante questionou essa ideia dizendo ser muito simplista.

Durante as discussões de como fazer o vídeo e suas cenas, colocaram a ideia de uma criança fechando uma torneira na escola. A coordenadora adjunta critica essa ideia:

[...] só estão indo para o doméstico e a indústria e os agricultores? Está igual à Rede Globo (Oficina 2, 04/02/2015 – fala da Júlia, coordenadora adjunta).

Percebo, assim, que os participantes se utilizavam do senso comum ao sugerir ideias para a construção destes materiais, ressaltando medidas pragmáticas (como economia de água) e sugerindo uma culpabilização do indivíduo.

Por mais relevante que seja a etapa inicial do educar, onde se incluem os planos da sensibilização, do reconhecimento do ambiente, da ação particular no universo e de ações comportamentais individuais, os mesmos não bastam como ações válidas e suficientes para a transformação da sociedade. É preciso articular o cotidiano com a dimensão macrosocial com uma atuação política que gere transformações individuais e coletivas, ao mesmo tempo, e a partir disso a universalização das experiências locais bem-sucedidas (LOUREIRO, 2012).

Como nível de transformação de realidade, percebo uma característica de multidimensionalidade com abrangência de diversos temas dentro das bacias hidrográficas do PCJ, como por exemplo, trazer questões regionais sobre a importância socioeconômica, projetos de EA, programa referência de pagamentos por serviços ambientais (PSA), reflorestamento, captação de água de chuva, mas ainda a característica informativa da ação se sobressai.

Um ponto importante de ressaltar nessas oficinas são os exemplos que as pessoas da empresa de construção de vídeos contratada davam, os quais tinham relação com educação ambiental conservadora e pragmática. Como exemplo de economia da água, foram citados até ciclos ambientais bíblicos (ciclo Noé, ciclo José – ciclos de água formulados pela Igreja Católica), conceitos esses com visão de EA restrita, simplista, individualista, mas que foi percebida e descartada pelas coordenadoras da CT-EA e alguns/algumas professores (as).

Levando em consideração esse processo inicial de construção dos vídeos educacionais, o processo foi bastante participativo e consigo, no geral, caracterizar essas oficinas como tendo indícios de uma EA Crítica, buscando a integração, a participação, um olhar amplo para a questão ambiental e a busca pelo pertencimento do indivíduo naquele local

da bacia hidrográfica, mas em alguns momentos as características de EA Conservadora e Pragmática também aparecem.

Essas ações de produção e veiculação de vídeos educacionais, com o propósito de comunicar e informar a população, são relevantes e, de acordo com Bordenave (1993, p. 68), “sem comunicação não pode existir a participação. De fato, a intervenção das pessoas na tomada de decisões requer pelo menos dois processos comunicativos: o de informação e o de diálogo”. As pessoas estando interessadas no assunto, conhecendo seus canais de reivindicação para melhorias, poderão de fato transformar a sociedade em uma sociedade participativa.

Comparando as observações de campo, entre as reuniões (ordinárias e extraordinárias) e as oficinas, as reuniões aconteciam de forma mais burocrática com diversas demandas de trabalho e por mais que a coordenação tentasse implementar um processo participativo, poucas pessoas participavam. Nas oficinas o processo participativo era maior e geralmente tinha um grupo menor de pessoas e mais interessadas nos assuntos abordados.

Em síntese, os registros das reuniões e oficinas demonstram que não há uma só concepção de EA, as variadas concepções que se misturam. Nas ações da CT-EA pode-se depreender variadas e distintas concepções, indicando que não há uma compreensão e clareza dos participantes e da coordenação sobre qual concepção de EA a CT-EA deve sustentar suas práticas.

5.1.3 Análise das Entrevistas

A elaboração das questões dos roteiros semi-estruturados foi realizada tendo em vista perceber a(s) concepção(ões) de EA, a formação dos membros e a dinâmica da CT-EA, não englobando demais questões sobre as categorias de análise definidas nessa pesquisa, como perspectiva de ambiente, nível de participação dos membros da CT-EA e transformação de realidade. Essas categorias foram criadas após a realização das duas entrevistas, mas, fazendo uma leitura das transcrições dessas, consigo encontrar indícios das categorias estabelecidas nas falas das entrevistadas.

Começarei a análise pela primeira entrevista, realizada com a Coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, *Clarice*. Essa entrevista foi realizada na Estação Experimental de Tupi, no dia 10 de fevereiro de 2014.

Suponho ser importante ter conhecimento sobre a concepção de EA da coordenadora da CT-EA porque ela pode delinear os caminhos da CT e influenciar de alguma forma as ações e decisões com sua visão.

No sentido de desvelar a concepção de educação ambiental da entrevistada, nosso diálogo permeou essa questão e, em vários momentos, ela cita acreditar que a educação ambiental deve ser crítica:

Não é fácil, principalmente se a gente tem uma visão mais crítica da educação ambiental, não vai querer avaliar algo simplesmente com pergunta e resposta: o que é meio ambiente? Se melhorou a resposta é porque a ação de educação ambiental deu resultado? Será? Não, é só com mudança de comportamento, porque pode ser um adestramento ambiental, a pessoa pode estar fazendo aquilo, mas sem estar pensando [...].

Dentro da CT-EA, enquanto coordenadora, ela coloca a EA para os Comitês PCJ como um ponto a ser abordado no Plano de Bacias de forma integrada, corroborando com uma visão mais crítica da EA:

Por compreender que a educação ambiental é parte fundamental no processo de mudança necessária para o atendimento pleno dos objetivos do plano de bacias, entende-se que as ações e metas do plano de educação ambiental devem ser propostas no conjunto das proposições e metas do plano de bacias e não como algo a parte. Então a ideia não é fazer um capítulo de educação ambiental dentro do plano também, é fazer educação ambiental de forma mais integrada com todo o plano.

Ao mesmo tempo, percebo que a CT-EA não é reconhecida dentro da estrutura dos Comitês PCJ:

A educação ambiental é sempre vista como algo menos importante. Então é difícil dentro do próprio comitê conseguir mostrar a importância, que a educação ambiental é algo sério, que não é algo superficial e para fazer marketing, não é só isso – fala da Clarice, coordenadora da CT-EA.

Ela ainda coloca a questão de que muitos projetos foram cancelados pela Coordenadoria de Educação Ambiental do Estado de São Paulo, com recursos do FEHIDRO, e isso motivou ainda mais falta de credibilidade da CT-EA perante os comitês PCJ. A seguir, apresento o que foi dito à coordenadora:

Não, a gente não financia nada para a educação ambiental enquanto vocês não tiverem um plano de educação ambiental, porque vários projetos foram cancelados [...] e a educação ambiental não dá resultados, é jogar dinheiro no lixo (não usaram essas palavras), então a gente só financia a hora que vocês tiverem certinho o que vocês querem: tenham um plano de educação ambiental.

Buscando entender a posição e a importância da CT-EA dentro dos comitês PCJ, por meio do diálogo com outras instâncias dos comitês, a entrevistada diz que muitas ações nesse sentido estão acontecendo. Como exemplo, cita a busca do diálogo com as demais CT e a proposição de ajudas e parcerias em trabalhos.

A postura da CT-EA em colocar seu ponto de vista, citada pela coordenadora como sendo de uma educação ambiental crítica, perante os comitês PCJ não acontece, como colocado abaixo:

[...] se a gente chegar no discurso assim de que é educação ambiental mais crítica, não sei o que, a gente já é descartada na hora. Educação ambiental, ficar usando palavra mais difícil, sócio biodiversidade, educomunicação, enfim... O que eles entendem? O que eles esperam da educação ambiental muitas vezes? Simplesmente divulgar o comitê e fazer as pessoas usarem de forma racional a água e tal, e não é o que a gente entende, não é o que a nossa política fala. Então, tem um conflito e aí o que a gente tenta fazer? É entrar na linguagem deles trazendo os nossos valores e a nossa forma de agir.

Nessa fala da coordenadora ela não só ressalta a falta de clareza sobre EA que os (as) participantes dos Comitês PCJ tem, como ela própria assume uma postura de pré-julgamento dos (as) participantes dizendo que eles (as) não irão entender os termos e conceitos utilizados.

Nesse cenário, em que a EA é vista como pouco importante dentro dos comitês PCJ, e que a CT-EA não se posiciona claramente dentro dos comitês PCJ, identificam-se posturas que só reforçam o olhar de que a EA ali praticada possui teor conservador, comportamental e informativo.

Dessa forma, Loureiro (2012) traz questões sobre as consequências da falta de posicionamento, dizendo que o processo de concretização da compreensão de uma educação ambiental crítica e emancipatória dependem de alguns princípios que são indispensáveis:

[...] dialogar sem explicitar diferenças e conflitos estruturais significa escamotear o autoritarismo inerente às concepções que querem se afirmar como verdades absolutas ou atemporais ou que procuram afirmar a verdade científica e técnica como superiores, ignorando outros saberes. Em termos educacionais e políticos, uma verdade construída pelo questionamento, pelo enfrentamento democrático de ideias e conhecimentos, é muito mais legítima

e representativa dos anseios existentes e coerente com o entendimento do ambiente em sua complexidade (LOUREIRO, 2012, p.101).

Com relação à visão de EA dos membros da Câmara, durante a entrevista fiz uma pergunta direcionada a isso e a coordenadora disse que não saberia responder se os membros, no caso os professores(as) coordenadores(as) de núcleo pedagógico (PCNP), possuem a visão da EA crítica. Ela diz que sente que algumas pessoas sim, mas outras não se sentem à vontade na Câmara ainda.

A participação é mais verdadeira e produtiva quando o grupo se conhece e se mantém informado sobre o que acontece dentro e fora de si. A qualidade da participação se fundamenta na informação, implicando num contínuo processo de criação de conhecimento pelo grupo, tanto sobre si mesmo como sobre seu redor. Esse processo requer a abertura de canais informativos confiáveis e desobstruídos (BORDENAVE, 1993).

Nesse caminho, pensando na participação dos membros da CT-EA, a coordenadora diz que está utilizando estratégias para estimular a participação desses professores(as) por meio dos grupos de trabalho (GT), mas entende que as demandas desse professores(as) são muitas em suas diretorias de ensino. Com relação aos demais membros da Câmara, ficam claras questões, antes colocadas na análise das reuniões, tais como modo de expressar as falas de alguns sujeitos, a imposição de ideias, entre outros comportamentos como verificamos no depoimento abaixo:

E têm pessoas, na Câmara, que têm uma forma de se colocar que inibem as outras, às vezes entram em contradição, em conflito, até comigo. E aí lidar com esse conflito é um aprendizado. Você conseguir, sem ser autoritária, mas também sem fazer algo que não considere bom, não é fácil. Já aconteceu comigo, que é acabar deixando que aconteça uma coisa que você naquele momento tinha uma responsabilidade de forma que não poderia ter acontecido. Então têm dessas coisas.

O uso da expressão “até comigo” trazida na fala da coordenadora demonstra, na minha compreensão, um cunho hierarquizado, como se as pessoas devessem tratar diferente a coordenação pelo “status” que a estrutura política coloca.

Percebo, ao longo do depoimento, várias nuances sobre participação no sentido horizontal colaborativo, conforme citado anteriormente no plano de bacias, onde ela coloca elaboração participativa em seu relato, como no caso dos(as) professores(as).

Mas num certo ponto do diálogo ela traz uma fala sobre um projeto em conjunto com os PCNP, como se ela escrevesse e mudasse a hora que quisesse a ideia e conteúdos da

proposta. Isso indica um nível de participação hierarquizada, onde ela enquanto coordenadora pode realizar modificações nas propostas individualmente, e ela se coloca nessa posição:

Adota-se a educação ambiental crítica e não só a fala, mas a gente tenta fazer pra algo mais prático, vamos dizer assim. Traz essa questão. Isso aqui se eu fosse escrever hoje eu já faria diferente, porque eu já conheço outros referenciais que inclusive criticam essa questão do professor reflexivo, mas, enfim, naquele momento era o que tinha mais próximo do que a gente estava compreendendo.

Outra fala nesse sentido foi com relação à formação dos grupos de trabalho da CT-EA.

Ela afirma:

A gente não tinha coordenações dos GTs até o início dessa gestão. Foi uma sugestão minha pra aumentar a participação na própria coordenação. A gente tem coordenador, coordenador adjunto e secretário. E aí eu entendi que seria importante se a gente fizesse vários GTs e cada um com coordenadores e são pessoas já com experiência”.

Fica claro, por esse depoimento, que ela conduz de forma individualista os caminhos da CT-EA. Nesse sentido, Freire (2010, p. 101) coloca:

Conhecer que é sempre um processo supõe uma situação dialógica. Não há estritamente falando um eu penso, mas um nós pensamos. Não é o eu penso o que constitui o nós pensamos, mas, pelo contrário, é o nós pensamos que me faz possível pensar.

Mas, ao mesmo tempo, nessa ideia de dividir a coordenação faz-se um processo participativo, fazendo com que as pessoas se insiram em assuntos da Câmara.

Com relação à perspectiva de ambiente no depoimento, consegui depreender a visão multidimensional quando foi citada a ficha de critérios para a aprovação de projetos. Essa característica de multidimensionalidade pode ser entendida na seguinte fala da coordenadora da CT-EA:

Isso aqui foi feito de forma participativa dentro da Câmara. Então o que a gente analisa? Se está no contexto territorial, se trabalha com uma concepção multidimensional de meio ambiente, se está integrado com outras temáticas, se são processos permanentes e não uma coisa só ações pontuais, se é construção de valores e não simplesmente transmissão. Processo coletivo contínuo, trocas de experiências, se a linguagem está adequada, acesso a informação a grupo social ambientalmente vulneráveis, mobilização de rede, de coletivo, movimento social, participação na vida pública, continuidade, articulação, educação formal, não formal.

A partir desse relato consigo perceber que, como construção participativa desses critérios, onde a coordenadora se coloca juntamente com os demais membros da câmara, entendem o ambiente de forma integrada e holística. Pensando em processos de ações permanentes, processo coletivo contínuo e trocas de experiências, esses pontos são indicativos de uma transformação de realidade multidimensional.

Ainda como transformação de realidade, no depoimento, surgem questões como a melhoria da Política de EA dos Comitês PCJ, denotando um nível de transformação de realidade política. Também encontro indicativos de uma transformação de realidade ecológica e informativa quando a coordenadora, em seu depoimento, afirma que outras instâncias dos comitês PCJ vêem a EA como forma de a população reduzir o consumo de água como veículo de produção e distribuição dos *folders*.

Uma proposta da CT-EA, que considero como uma ação que busca transformação da realidade é a produção de vídeos educacionais. A fala da coordenadora traz os objetivos desses vídeos:

Produzir materiais educativos adequados à realidade de cada uma das sete sub-bacias envolvendo mobilizar a sociedade pra que conheça as características das sub-bacias e se envolva na questão dos recursos hídricos e em outras ações por melhoria na quantidade e qualidade de água. Propiciar um espaço para que os habitantes das bacias PCJ possam expressar seu olhar. Então não só recebam, mas eles possam se expressar e divulgar também as iniciativas desenvolvidas.

Nos objetivos dessa ação percebo a intenção de promover a participação da sociedade, de ser um meio de divulgação das ações que já aconteceram ou estão acontecendo sobre o tema, propiciando um espaço de valorização dessas ações. Essas características demonstram um nível de participação de forma horizontal, sendo um processo educacional. Ao mesmo tempo, vejo os vídeos com um forte cunho ecológico quando é colocada a questão para melhoria da qualidade e quantidade de água, reflorestamento e conservação de áreas e com cunho informativo para a população.

Em suma, na entrevista da coordenadora da CT-EA, percebo que ela tem uma visão crítica da EA, porém enquanto coordenadora tem uma posição clara na tomada de decisão da Câmara, com algumas posturas hierarquizadas, apesar de sempre tentar praticar processos participativos e de construção coletiva.

A segunda entrevista foi realizada com a Coordenadora Adjunta da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, *Júlia*, na Diretoria de Ensino de Bragança Paulista no dia 24 de fevereiro de 2015.

O diálogo, nessa entrevista, foi mais direcionado a problemas internos dos Comitês PCJ e externos com o FEHIDRO e a Coordenadoria de Educação Ambiental do Estado de São Paulo (CEA), além de questões sobre concepções de EA dos membros da CT-EA e sobre a atualização da Política de EA dos Comitês PCJ.

No anseio em entender a ruptura dos financiamentos dos projetos de EA nos comitês PCJ, busquei informações sobre a relação do FEHIDRO com os Comitês e, pelo depoimento da coordenadora adjunta da CT-EA, os maiores problemas aconteceram na CEA e no próprio PCJ.

[...] a CEA tem problemas estruturais lá dentro [...] a secretaria não põe funcionário o suficiente, aí começou a empenhar [sic] por conta disso, arranjos lá da secretaria e paralelamente a isso, nós enquanto categoria não demos conta de escrever bons projetos e aplicar bons projetos principalmente por conta de administração do projeto, não por causa da ideia do projeto, a ideia educadora, todas as ideias educadoras eram legais, não teve nenhum projeto aprovado que não fosse aprovado pela CT-EA, visto pela CT-EA, os projetos eram legais mais a gente não sabe administrar, e aí quando começa essa dificuldade de administração de projetos com o problema interno que eu não sei explicar da CEA começou a empenhar no estado como um todo.

Considero o posicionamento da coordenadora adjunta horizontal no sentido de perceber que a CT-EA como um todo, incluindo a gestão, tiveram culpa nesse processo e fizeram ações para melhorar esse cenário, porém não foi suficiente até o momento.

E aí o comitê PCJ é muito rigoroso sabe, e a gente começou a não ter projeto, projeto cancelado, aí o comitê PCJ começou a perguntar: *gente o que é isso? O projeto não é bom? CT-EA vocês estão aprovando projeto ruim?* Não, a gente não tá aprovando projeto ruim. Aí então começaram a perceber que era a administração que não dá conta, que não sabe, e aí o PCJ tem uma agilidade, precisa mudar a situação muito rapidamente virou e falou assim: *projeto espontâneo, enquanto não souber gerir esse negócio fecha isso.* E você vai dizer não? A gente até tentava dizer não mais sem dizer não, concordando: *gente é isso mesmo, sabe, ninguém discordava, só que ao mesmo tempo o que fazer?* Aí então a gente começou a fazer oficina de projetos pra gente ensinar a fazer projetos, aprender e ensinar, só que quando a gente começou a fazer as oficinas de projetos veio a notícia: *não vai ter mais espontâneo.* Por que, só porque disseram que não vai ter mais dinheiro para a CT-EA, elegeram as ações prioritárias, então *a gente não tá dizendo não para a EA só que a gente só tem isso de dinheiro, precisa mudar rapidamente, vamos investir aqui, se vocês fossem mais eficientes, a gente podia, sejam mais.* Você não tem o que falar.

Acredito que a CT-EA deva ter um maior posicionamento dentro dos Comitês PCJ, mas, por outro lado, ela tem caráter consultivo e não de tomada de decisão. Nesse caso, faz-se necessário compreender que, politicamente, a CT-EA não possui força dentro de uma estrutura maior, como dos Comitês PCJ como um todo.

No contexto ainda sobre a falta de financiamento dos projetos de EA, a coordenadora adjunta coloca que em todas as bacias do Estado de São Paulo esse problema está acontecendo e esclarece que uma ação conjunta das CT-EA está se desenvolvendo em prol de um fortalecimento da EA nos comitês de bacias hidrográficas.

Todas as bacias. Tanto que no diálogo a gente conversou sobre isso, que a gente quer abrir, então a gente está movimentando isso via diálogos porque tem que ser o estado, é uma decisão do estado [...] Então, a gente quer que modifique a CEA, a forma com que ela trata as coisas e aí começa a dar problema, porque o técnico não tem tempo de ligar, de acompanhar, então ele tá sobrecarregado então é assim: *me entrega em tal data*, sabe aquela coisa assim, não tem as ponderações, não tem as conversas, nós tivemos um projeto cancelado que nós enviamos.

Com a relação truculenta dos Comitês PCJ com a CT-EA, a coordenadora adjunta cita em seu depoimento o seu desânimo, mas ao mesmo tempo ressalta que essa última gestão está sendo muito elogiada dentro dos comitês PCJ. Porém, ela ressalta uma busca pela melhora dentro da CT-EA, embora haja pouca participação fora das reuniões ordinárias e extraordinárias, assim como nos encaminhamentos.

Meu ânimo modificou entende? E aí agora com essa possibilidade de estragar essa forma de trabalho (os vídeos) sabe, então, isso que me deixa [...] por isso que eu falei para a Clarice, a Clarice disse assim para mim: *Júlia, vocês, nessa última gestão aqui na agência, a gente percebeu uma melhora*. E teve uma melhora, nesses últimos dois anos a gente teve uma melhora substancial, a gente recebeu tanta bordoadá [sic] que o povo então resolveu dar sangue para segurar a bordoadá né? E aí a gente começou a querer dar sangue, um grupo pequeno, eu, Clarice, Maria Cristina, você percebe quem né? Então a gente vai e se vira para segurar e dizer: não, a EA vai segurar. Só que se agente começar a patinar de novo aí vai ser muito difícil retomar a CT-EA e tem CT-EA que tá fechando no Brasil e até em São Paulo que é mais difícil de fechar, mais tem muita CT-EA fechando.

Com relação às concepções de EA dos membros da CT-EA, eu perguntei sobre a existência de um momento de formação, de estudos. Segue a resposta da coordenadora adjunta:

[...] fazer ações para isso a gente não faz [...]. Mas é um momento de formação como um todo, a gente passa a concepção de EA quando a gente

está fazendo isso [...]. Aí a gente vai aprendendo no próprio andar [sic] da carruagem [...]. Não tem. Esse momento de formação é para você entender o que é um comitê, compreender como as coisas funcionam, compreender os assuntos, é para isso, é formar a pessoa como um todo. Então assim, discutisse conceitos de EA tal dentro da visão que a gente tem e aí a gente tá formando as pessoas dentro daquela linha? De um modo geral eu nunca vi, por mais que haja divergências que a gente tenha, são mais divergências de encaminhamentos do que divergências conceituais [...]. Nem sei dizer o quanto tem, tem uma diversidade mais não sei se tem divergências profundas na diversidade. Eu percebo que é diverso e não divergente. Não sei dizer sobre isso, nunca vi essas coisas não.

Essa fala da coordenadora adjunta mostra que ela tem uma visão de processo educativo acontecendo como um todo, na prática, mas acredito que um momento sobre concepções e contextos do campo da educação ambiental deva existir.

Nesse sentido, trago um trecho de Loureiro (2012, p. 101), que entendo ser pertinente ao assunto: “a teoria sem prática é exercício racional abstrato sem efeito concreto, prática sem teoria é ativismo que não resulta em processos de mudança”. Pensar a CT-EA como um espaço de discussão, onde a EA é a base das discussões, acredito eu, que estudos aprofundados sobre o tema devam ser realizados. Concordo com o depoimento da coordenadora adjunta quando diz que o processo como todo é educador e que aprendemos com ele, mas acredito que esse espaço tem potencial para extrapolar o senso comum de uma EA conservadora.

Com relação à Política de EA dos Comitês PCJ, ela esclarece o porquê a CT-EA achou importante a reformulação da política:

Ela é de 2004 se eu não me engano, ela já tem uns 10 anos e quando a gente começou a ler a gente achou que precisava mudar alguns conceitos não muito, não tinha nada assim de horroroso que precisava assim, a gente quis só ajustar. A gente ajustou, dez anos depois, muita coisa aconteceu, por exemplo, lá estava escrito assim sociedade sustentável e aí a gente falou: *vamos por um S nesse negócio*, então a gente mudou, não mudou se você for ver [...]. Mudou o olhar, mudaram umas colocações, escritas diferentes e tal, foi um ajuste, uma atualização porque ela já existia, a palavra atualização cai bem.

Em nenhuma das entrevistas encontro motivos contundentes para a “atualização” da política de EA dos Comitês PCJ. Mas, pensando na questão de concepções de EA e entendendo a percepção da coordenadora adjunta sobre o processo em si mesmo ser educador, acredito que, nesse caso de reformulação da política, o andamento foi educador, visto que

aconteceu com a intenção de ser de forma participativa com extensa leitura e construção de ideias embasadas em concepções de EA, apesar de ter tido pouca participação dos membros.

Em resumo, na entrevista com a coordenadora adjunta da CT-EA percebo que sua concepção de EA é crítica onde ela não se coloca numa posição hierárquica com os demais membros da CT-EA, dando ênfase aos processos educativos e participativos.

5.2 Coerência e/ou Incoerência na(s) Concepção(ões) de EA da CT-EA

5.2.1 Análise Comparativa entre as Entrevistas, as Reuniões e os Documentos Orientadores

Como forma de verificar as coerências e/ou incoerências da(s) concepção(ões) de EA presentes nos documentos, nas reuniões e nas entrevistas, realizei uma análise comparativa entre os mesmos.

A deliberação de criação da CT-EA coloca que as Atas devem conter as discussões e decisões referentes às reuniões. Porém, as Atas das reuniões observadas não apresentam quaisquer discussões acontecidas durante as reuniões. Trazem apenas o assunto discutido e qual foi a decisão e/ou encaminhamentos sobre o mesmo. Dessa forma, há uma incoerência entre o documento e a prática, e a ausência das discussões limitam o acompanhamento documental das reuniões da CT-EA.

Nos documentos que aprovam as Políticas de EA dos Comitês PCJ (2004 e 2015), em seus objetivos, princípios e/ou diretrizes é apresentada a busca pela integração e comunicação da CT-EA com outras CT dos Comitês PCJ. Em uma reunião foi realçado que existe uma falta de diálogo da CT-EA com as outras CT e outras instâncias do PCJ. A coordenadora ressaltou naquele momento que há uma convergência de ideias dentro do PCJ e que tenta dialogar na “língua” dos outros e, nas entrevistas, essa questão de hierarquia e por vezes falta de diálogo com outras instâncias também surgem. Considero então haver uma incoerência entre o proposto nas Políticas de EA e as reuniões e entrevistas sobre o assunto.

Na deliberação que aprova a CT-EA, em suas considerações é ressaltada a importância da EA como ferramenta para envolver a população com programas de uso racional da água e recursos naturais. Mesmo com a *Primeira Política de EA*, onde observa forte atuação em projetos de EA dentro dos comitês PCJ, e com a elaboração e aprovação da *Política Atual de EA*, existem muitos indícios que a CT-EA, em 12 anos de atuação nas bacias hidrográficas,

ainda não foi reconhecida por outras instâncias dos Comitês PCJ como tendo uma postura crítica, reflexiva e emancipadora, realçada durante as entrevistas. Logo, considero esse distanciamento entre proposição, práticas e resultados uma incoerência entre os documentos, entre os documentos e as entrevistas e entre os documentos e as práticas da CT-EA dentro dos Comitês PCJ.

A produção de materiais educativos e comunicativos aparece dentro das Políticas de EA dos Comitês PCJ e é observada nas práticas da CT-EA por meio das oficinas de construção dos vídeos educacionais como processo participativo, tendo essa ação caráter de EA Crítica. Por sua vez, a produção do *folder* com caráter comunicativo, informativo, pode ser considerado como EA Pragmática. Há uma coerência entre as ações propostas, mas há incoerência de concepção de EA presente nas Políticas de EA e o observado na prática.

Quanto à forma de articulação de parcerias estimulando a participação de diversos atores no âmbito da EA, formas essas previstas nos documentos da CT-EA, há uma coerência com as reuniões onde foram realizadas reuniões preparatórias para o ciclo de debates - Eventos Hidrológicos Extremos, realizado em conjunto com uma empresa e outras instâncias do PCJ, tendo essas ações características de uma EA Crítica.

Na *Primeira Política de EA* destaco a seguinte diretriz: “4. Assegurar a formação continuada dos atores sociais e garantir seu envolvimento com programas de educação ambiental, especialmente os educadores ambientais”. Na *Política Atual de EA* é colocada uma diretriz também sobre o tema: “7. Realizar processos para formação dos membros dos Comitês PCJ”. Em ambos os documentos essa questão da formação dos membros da CT-EA se torna importante, porém, nas reuniões esse processo não foi observado. Apenas em uma reunião um integrante da CT-EA mostrou uma atividade que faz com seus alunos, e esse momento foi chamado de “formação” pelos presentes. Considero essa ação como troca de experiência e não como um momento de formação, onde acredito ser um espaço para o diálogo de questões do campo da EA. Nas entrevistas, tanto a coordenadora como a coordenadora adjunta da CT-EA deixam claro que esse momento formativo não acontece. Portanto, considero esse fato uma incoerência entre o proposto pelos documentos e o que foi observado durante as reuniões e registrado nas entrevistas.

As Políticas de EA dos Comitês PCJ indicam o anseio em ter uma “construção coletiva e contínua do conhecimento utilizando metodologias participativas que valorizam os conhecimentos e experiências de todos os participantes”. Durante as reuniões percebi pouca

participação e interação entre os membros da CT-EA, principalmente durante a reformulação da Política de EA dos Comitês PCJ, onde muitas pessoas não opinavam por falta de conhecimento dos assuntos. Em outros momentos a coordenação sempre sugeria maior participação dos membros, porém poucas pessoas se manifestavam.

Outra incoerência encontrada foi a divergência entre a concepção de EA presente na *Política Atual de EA* e a visão da deliberação que aprova projetos de EA no âmbito do licenciamento ambiental. Nessa deliberação é apresentada uma EA Pragmática enquanto que na *Política Atual de EA* é adotada uma EA Crítica. Ambos os documentos foram elaborados e aprovados por uma mesma coordenação, por isso considero uma incoerência substancial entre os documentos.

Dentro da CT-EA não há uma só concepção de EA, elas se misturam, ou melhor, nas práticas pode-se depreender variadas e distintas concepções, indicando que não há uma compreensão e/ou clareza dos participantes e da coordenação sobre qual concepção a CT-EA deve se sustentar. Nas Políticas de EA dos Comitês PCJ, em especial na Atual, denota-se a perspectiva de EA Crítica, com viés multidimensional de ambiente e de transformação da realidade além de propor uma participação de forma horizontal; essa mesma concepção é depreendida das entrevistas. Nas práticas (reuniões e oficinas) não há uma só concepção praticada, mas diversas. Consequentemente, as reuniões e oficinas não acompanham os princípios e fundamentos da *Política Atual de EA* ocorrendo uma incoerência entre os documentos, as práticas e as entrevistas.

Assim, no conjunto dos elementos observados, observa-se uma predominância da incoerência entre os mesmos, em que, entre outros aspectos, a EA crítica prevalece no plano das intenções e a EA pragmática no plano das ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

tudo todos e o todo

Somos feitos de barro e do fogo
e por isso somos o desejo e o amor.
Fomos feitos de terra e de água
e assim somos eternos como a vida
e somos passageiros como a flor.
Somos a luz a sombra, o claro, a escuridão
a memória de deus, a história e a poesia.
Somos o espaço e o tempo, a casa e a janela
e a noite e o dia, e o sol e o céu e o chão.
Somos o silêncio e o som da vida.
O estudo, a lembrança e o esquecimento.
Somos o medo e o abandono.
A espera somos nós e somos a esperança.
Pois não somos mais e nem menos do que o todo
e nem somos menos e nem mais que tudo.
Somos o perene e o momento, a pedra e o vento
a energia e a paz, a vida criada e o criador.
Somos o mundo que sente, e irmãos da vida
somos a aventura de ser vida e sentimento.
E assim em cada ave que voa há nossa alma,
e em cada ave que morre, a nossa dor.

Carlos Rodrigues Brandão

Refletindo sobre os objetivos dessa pesquisa, acredito ter conseguido atendê-los, sendo necessária a retomada dos mesmos para discussão:

- Identificar e discutir as concepções de EA presentes nos documentos orientadores da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ.
- Identificar e discutir as concepções de EA presentes nas práticas da CT-EA e nos discursos de duas gestoras da Câmara.
- Analisar a coerência e/ou incoerência das concepções de EA presentes, comparando os documentos da CT-EA, as práticas da CT-EA e os discursos das gestoras, e uma análise comparativa entre as práticas, discursos e documentos.

Com relação ao primeiro objetivo, em síntese, os documentos orientadores da CT-EA apontam para diferentes concepções de educação ambiental. As Políticas de EA dos Comitês PCJ, que são documentos base para o funcionamento da CT, estão bem escritas e elaboradas, apresentando uma perspectiva de EA Crítica, um viés multidimensional de ambiente, o anseio de participação democrática e sinaliza o anseio por uma transformação da realidade política e social.

No Programa de EA, fazendo uma análise geral, a concepção de EA mais evidente é a Pragmática, caracterizada pela busca da melhoria da qualidade da água e pelo incentivo a campanhas de seu uso racional. As perspectivas de ambiente que consegui depreender de todos os programas propostos nesse documento são as visões utilitarista e ecológica de ambiente, onde há uma grande preocupação com a conservação, a proteção e o uso racional dos *recursos* hídricos, além de levantamentos de fauna e flora e estudos geo-ambientais.

Na deliberação que aprova projetos de educação ambiental no âmbito do licenciamento ambiental depreendo uma concepção de EA Pragmática, pois a deliberação coloca a EA como forma de resolução de problemas ambientais.

O segundo objetivo, tomando como ponto as práticas da CT-EA constituídas pelas análises das Atas, Reuniões e Oficinas, consigo perceber diversas concepções de EA sendo colocadas em prática, não seguindo o proposto pela *Política Atual* de EA.

Das Atas, foram depreendidos o viés de EA Conservadora e da EA Pragmática, demonstrando uma perspectiva ecológica de ambiente, com um nível de participação horizontalizado e por vezes verticalizado. Os registros das Reuniões e Oficinas demonstram que não há uma só concepção de EA, mas várias concepções, classificadas conforme o referencial teórico dessa pesquisa: EA Conservadora, Pragmática e Crítica. Essa

multiplicidade de concepções de EA sinaliza uma falta de clareza e/ou compreensão dos participantes e da coordenação sobre qual educação ambiental a CT-EA deve sustentar em suas práticas.

Depreendo da entrevista com a coordenadora da CT-EA uma concepção de EA Crítica, apresentando uma posição clara na tomada de decisão da Câmara, com algumas posturas hierarquizadas, apesar de sempre buscar a participação e a construção coletiva das ações. A coordenadora adjunta da CT-EA tem um viés crítico de EA, não se colocando numa posição hierárquica com os demais membros da câmara, dando ênfase aos processos educativos e participativos.

Em resposta ao terceiro objetivo, considero coerente a coordenação da CT-EA com relação à concepção de EA, onde ambas coordenadoras sinalizam uma visão crítica, emancipadora e reflexiva, buscando uma maior participação dos membros da CT em suas ações.

Há uma coerência de concepção de EA entre a coordenação e a *Política Atual* de EA sendo entendida como Crítica. Porém há uma incoerência entre a *Política Atual* e as entrevistas quando comparadas às práticas da CT. Durante as práticas pude perceber diversas concepções de EA, sinalizando uma dissonância entre o proposto no documento orientador (*Política Atual* de EA) e as práticas (atas, reuniões e oficinas).

Vários fatores podem ser apontados como estímulos para essa multiplicidade de concepções de EA depreendidas das práticas, fatores esses como a diversidade de olhares, de percepção, de ação dos participantes, da postura política individual, da condução das reuniões e oficinas pela coordenação, da relação da CT com outras câmaras e outras instâncias dos Comitês PCJ, da clareza ou falta de clareza do campo da EA e do proposto pela *Política Atual* de EA dos Comitês PCJ pelos membros da câmara. Esses e diversos outros fatores podem influenciar os caminhos da CT-EA.

Outra incoerência encontrada tanto nos documentos, nas práticas e nas entrevistas é com relação a posição da CT-EA dentro dos Comitês PCJ. São posturas que se contradizem, onde é colocada que a CT-EA deve articular-se com outras câmaras técnicas e outras instâncias, porém o observado é que existe muito pouco diálogo nessa estrutura política dos Comitês PCJ e que a EA ainda é reconhecida por essa estrutura como uma ferramenta para a população usar racionalmente a água, o que contradiz a concepção de EA Crítica encontrada na *Política Atual* de EA e nas entrevistas. Além dessa incoerência de concepção de EA, existe

uma incoerência em nível de participação e integração da CT-EA com o restante dos Comitês PCJ.

Como forma de reconhecer as fragilidades desta pesquisa e como proposta de melhoria, considerando a metodologia, instrumentos de coleta, análise dos dados e referencial teórico adotados, acredito que eu, enquanto pesquisadora, poderia ter mais tempo dedicado inicialmente para um maior amadurecimento teórico antes de ir a campo coletar dados; ter delineado os indicadores de análise no começo da pesquisa; e poderia ter realizado entrevistas com outros atores sociais, mas não houve tempo hábil para isso. Esses pontos levantados poderiam ter enriquecido mais os elementos de análise nesta dissertação.

Como contribuições da pesquisa, aponto o desvelar das concepções de EA da CT-EA dos Comitês PCJ, entendendo que o contexto da CT-EA é constituído de pessoas com diversos olhares, vivências e expectativas sobre o campo da EA e que essa diversidade acaba por influenciar na multiplicidade de concepções de EA encontradas nas práticas da câmara, contribuindo também para entendermos que nem sempre a política e a coordenação orientam suas práticas.

Importante ressaltar também que existe uma influência política de outras instâncias dos Comitês PCJ sobre as práticas da CT-EA, sendo essa câmara técnica parte integrante de uma estrutura política maior. Dessa forma, pelas análises das Políticas de EA, são colocadas como sendo EA Crítica, porém não são críticas o suficiente para questionar a estrutura ou as formas de trabalho dos Comitês PCJ a fim de colocar-se como parte integrante, participativa e fundamental dentro das ações e discussões dos Comitês PCJ.

Também contribui para a compreensão de que fóruns e espaços de discussão e de tomada de decisão fazem parte de uma estrutura política dependente de diversos outros atores sociais e instâncias e que muitas vezes sofrem influências em suas decisões e posturas.

Ao refletir sobre todas as considerações feitas, sinalizo possíveis novas pesquisas que complementam esta dissertação e que possam ser de interesse de pesquisadores e pesquisadoras sobre essa temática, como: pesquisar formas e tipos de participação dentro da CT-EA dos Comitês PCJ, entrevistando diversos atores sociais; realizar uma análise dos projetos de EA financiados no âmbito dos Comitês PCJ; pesquisar outras câmaras técnicas de educação ambiental ao longo do estado de São Paulo e até mesmo do Brasil tendo como base a presente dissertação; e, por fim, analisar as concepções de EA encontradas no evento estadual “Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos”.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebeca; JORGE, Karina D. Descentralização da gestão da água: por que os comitês de bacia estão sendo criados? **Ambiente & Sociedade**, v. VIII, n° 2, p.1-26, 2005.

ABERS, Rebeca N.; FORMIGA-JOHNSON, Rosa M; FRANK, Beate; KECK, Margaret E.; LEMOS, Maria C. Inclusão, Deliberação e Controle: três dimensões de democracia nos comitês e consórcios de bacias hidrográficas do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XII, n. 1, p. 115-132, 2009.

ALVES-MAZOTTI, Alda J; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

AMARAL, Ivan A. **Em busca da planetização**: do ensino de ciências para a educação ambiental. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, p. 70 – 72, 1995.

_____. Educação Ambiental e ensino de Ciências: uma história de controvérsias. **Pró-posições**, Campinas, v.12, n.1, p. 73-93, mar. 2001.

_____. A educação Ambiental e o Currículo Escolar. Contestado e Educação – **Revista Virtual**, n. 6, n.p., out/dez.2003.

_____. **A educação ambiental nos currículos escolares**. Campinas: Faculdade de Educação, Unicamp, n.p., 2006. [Trabalho não publicado].

_____. (Re)Educando pelo vai e vem das águas. **Revista Ciências em Foco**, Campinas: Unicamp, v. 1, n. 2, p. 1 – 6, 2009.

ANDRÉ, Marli E. D. A. de. Estudo de Caso em Pesquisa e Avaliação Educacional. Brasília: Liberlivros, p. 7-70, 2005 *apud* MERRIAM, Sharan B. **Case study research in education: a qualitative approach**. São Francisco: Jossey-Bass, 1988.

BACCI, Denise C. de La; PATACA, Ermelinda M. Educação para a água. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 63, p. 211-226, 2008.

BAGNOLO, Carolina M. Empresariado e ambiente: algumas considerações sobre a Educação Ambiental no espaço escolar. **Ciência & Educação**, Bauru, v.16, n. 2, p. 401-413, 2010.

_____. **Encontros e desencontros das empresas e escolas no território da Educação Ambiental**. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, 2012, 202 p.

BARBI, Fabiana. **Capital social e ação coletiva na gestão das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá**: os desafios da gestão compartilhada do Sistema Cantareira – SP. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2007, 158 p.

BARBOSA, Gláucia S. **Educação Ambiental e formação de professores de uma escola rural do entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – MG**. Tese de Doutorado, Campinas: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2015, 342 p.

BORDENAVE, Juan E. D. **O que é participação?** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BRASIL. **Política de Águas e Educação Ambiental**: processos dialógicos e formativos em planejamento e gestão de recursos hídricos. Brasília: MMA, 2013, p. 167-172.

_____. Agência Nacional Das Águas. **Disponibilidade e demandas de recursos hídricos no Brasil**. Cadernos de Recursos Hídricos 2. Ministério do Meio Ambiente: Brasília, 2007.

BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental**. Coleção teses. Santa Catarina: Letras contemporâneas, 1994.

_____. **Educação ou adestramento ambiental?** Chapecó: Editora Argos, 2004.

BUSTOS, Myriam R. **A Educação Ambiental sob a Ótica da Gestão dos Recursos Hídricos**. Tese de Doutorado em Engenharia, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003, 194 p.

CAMPOS, Valéria N. O.; FRACALANZA, Ana P. Governança das Águas no Brasil: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIII, n. 2, p. 365-382, 2010.

CARVALHO, Isabel C. M. As Transformações na Cultura e o Debate Ecológico: desafios políticos para a educação ambiental. In: NOAL, Fernando O.; REIGOTA, Marcos; BARCELOS, Valdo H. de L. (Orgs). **Tendências da Educação Ambiental brasileira**. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 115 - 146.

_____. Mapeando a educação ambiental desde uma pesquisa em rede. **Revista Brasileira de Educação Ambiental/Rede Brasileira de Educação Ambiental**. Brasília, v.II, n.3, 2008.

CUNHA, Tássio B. **Conflitos pelo uso da água envolvendo a barragem Manoel Novais (Mirorós): o caso dos irrigantes no município de Itaguaçu da Bahia**. Monografia de Graduação. João Pessoa – PB, Universidade Federal da Paraíba, 2009, 157p.

CUNHA, Tássio B; OLIVEIRA, Diego B. S. de.; LINHARES, Franklin M.; SANTOS, José Y. G. dos.; VIANNA, Pedro C. G. **Uma sinopse na política mundial da água**. Anais do XUI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre - RS, 2010.

ESCHWEGE, Wilhelm. L. Von. **Pluto Brasiliensis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 1, 1979.

FERREIRA, Lúcia C. da; CAMPOS, Simone V. de; PARESCHI, Ana Carolina C. Ação Social e Cidadania. **Caderno 4 – Qualidade Ambiental e Desenvolvimento Regional nas Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari, Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais – NEPAM/Unicamp**, Campinas, p. 35, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 13ª reimpressão, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.

FONSECA, Alberto F. C.; PRADO FILHO, José F. do. Um Importante Episódio na História da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil: o controle da coroa portuguesa sobre o uso da água nas minas de ouro coloniais. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, Porto Alegre, v. 11, n.3, p. 5-14, 2006.

FRACALANZA, Ana P. Água: de Elemento Natural a Mercadoria. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.17, n. 33, p. 21-36, 2005.

GADOTTI, Moacir. **A carta da Terra**. Série Cidadania Planetária, São Paulo: Ed'L, 2010, 106 p.

GALLOPÍN, Gilberto C. El Modelo Mundial Latinoamericano ("Modelo Bariloche"): Tres décadas atrás In: HERRERA, A. O. *et al.* ¿Catastrofe o nuevasociedad? Modelo Mundial Latinoamericano 30 años después. 2 ed. Buenos Aires: IIED, 2004.

GRANJA, Sandra I. B; WARNER, Jeroen. A hidropolítica e o federalismo: possibilidades de construção da subsidiariedade na gestão das águas no Brasil? **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 1097-1121, nov./dez 2006.

GRUN, Mauro. **Ética e Educação Ambiental: uma conexão necessária**. Campinas: Papirus, 2009.

HERRERA, Amílcar O. **Los recursos minerales y los límites del crecimiento económico**. Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 1974.

KOBATA, Cláudia. **Educação Ambiental como Ferramenta da Gestão Participativa na Microbacia do rio Cambucaes, Silva Jardim, RJ**. Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental, Niterói: Universidade Federal Fluminense, [s.n.] 2006.

LAHÓZ, Francisco C.C. **Meio ambiente e cultura no século 21**. Apresentação de mesa no IV Diálogo Interbacias de Educação Ambiental e, Recursos Hídricos. Avaré, São Paulo, 2006.

LAYRARGUES, Phillipe P.; LIMA, Gustavo F. C. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

LEAL, Antônio C. **Gestão das Águas no Pontal do Paranapanema – São Paulo**. Tese de Doutorado em Geociências, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, [s.n.] 2000.

LEFF, Henrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. **Epistemologia ambiental**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Gustavo F. da C. **Educação Ambiental no Brasil: informações, identidades e desafios**. Campinas: Papirus, 2011.

LOUREIRO, Carlos F. B. **Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MALHEIROS, Tadeu F.; PROTA, Mariza G.; RINCÓN, Mario A. P. Participação Comunitária e Implementação dos Instrumentos de Gestão da Água em Bacias Hidrográficas. **Ambiente & Água**, Taubaté, v. 8, n.1, p. 98-118, 2013.

MARCONI, Marina A. de; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas e elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2011.

McCORMICK, John. **The global environment movement**. West Sussex: John Wiley & Sons Ltd, 1992.

MINAYO, Maria C. de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. de S, GOMES, S. F. D. R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 61-77.

MORGADO, Alessandra. **A influência do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ) na descentralização da gestão hídrica brasileira – avaliação quantitativa da participação da sociedade civil de 1993-2003**. Dissertação de Mestrado em Ecologia Aplicada, Piracicaba: Universidade de São Paulo, 2008, 154 p.

NOBRE, Antônio. D. **O futuro climático da Amazônia: relatório de avaliação científica**. São Paulo: ARA - Articulação Regional da Amazônia, 2014.

PALMIERE, Maria L; RIBEIRO, Dorisney; NAMURA, Vera.; ARANHA, Cecília B. Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ: 10 anos de história. In: BRASIL. **Política de Águas e Educação Ambiental: processos dialógicos e formativos em planejamento e gestão de recursos hídricos**. Brasília: MMA, 2013, p. 167-172.

PAULA, Gabriela O. de. **A Água: percepções e compromisso** Estudo de caso na Região Metropolitana de Campinas. Tese de Doutorado – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Campinas, 2002, p. 281.

REIGOTA, Marcos. Educação Ambiental: fragmentos de sua história In: NOAL, Fernando O.; REIGOTA, Marcos; BARCELOS, Valdo H. de L. (Orgs). **Tendências da Educação Ambiental brasileira**. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 13 – 27.

REZENDE, Dijanira F. de. **Mineração nos Morros das Minas Gerais: conflitos sociais e o estilo dos pequenos exploradores (1711 – 1779)**. Dissertação de Mestrado – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP, Ouro Preto, p. 151, 2013.

RINK, Juliana. **Ambientalização curricular na Educação Superior: tendências reveladas pela pesquisa acadêmica brasileira (1987-2009)**. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, SP, 2014, 240 p.

SANTOS, Boaventura de S. Para uma Sociologia das Ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra/Portugal, n. 63, p. 237-280, 2002.

SÃO PAULO. **Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 002/03, de 22/05/2003**. Aprova a criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – CBH-PCJ e PCJ Federal. 3 p., 2003. Disponível em: <<http://www.comitespcj.org.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

_____. **Deliberação CT-EA PCJ nº 001/04, de 09/09/2004**. Aprova a Política de Educação Ambiental da Câmara Técnica de Educação Ambiental para os Comitês PCJ. 3 p., 2004. Disponível em: <<http://www.comitespcj.org.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

_____. **Deliberação CT-EA nº 003/2004, de 08/11/2004**. Aprova o Programa de Educação Ambiental da Câmara Técnica de Educação Ambiental para os Comitês PCJ. 7 p., 2004. Disponível em: <<http://www.comitespcj.org.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

_____. **Deliberação dos Comitês PCJ nº 115/11, de 28/06/2011**. Altera os critérios para a exclusão de membros das Câmaras Técnicas constantes da Deliberação dos Comitês PCJ nº 039/09 e cria o cargo de “Secretário” das Câmaras Técnicas. 2 p., 2011. Disponível em: <<http://www.comitespcj.org.br/>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

_____. **Deliberação dos Comitês PCJ nº 204/14, de 08/08/2014**. Estabelece diretrizes para programas de educação ambiental a serem apresentados no âmbito do licenciamento ambiental referentes aos empreendimentos submetidos à análise dos Comitês PCJ. 2 p., 2014. Disponível em: <<http://www.comitespcj.org.br/>>. Acesso em: 15 set. 2014.

_____. **Listagem de Projetos de Educação Ambiental concluídos com financiamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos**. Disponível em: <<http://fehido.sigrh.sp.gov.br/cgi-bin/FehLivre.exe/listagem>>. Acesso em: 01 set. 2014.

_____. **Deliberação dos Comitês PCJ nº 231/2015, de 12/08/2015**. Aprova a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ. 4 p., 2015. Disponível em: <<http://www.comitespcj.org.br/>>. Acessado em: 20 ago. 2015.

_____. **Companhia Ambiental do Estado de São Paulo- CETESB**. Disponível em <<http://www.cetesb.sp.gov.br/servicos/financiamentos/22-FEHIDRO>>. Acesso em 16 mar. 2014.

_____. **Histórico do CBH-PCJ**. Disponível em:

<<http://www.comitepcj.sp.gov.br/Paginas.php?CodPagina=2>>. Acesso em 16 mar. 2014.

_____. **Plano de Bacias 2010 – 2020**. Relatório final - Agências de Água PCJ. Disponível em: <http://www.comitepcj.sp.gov.br/download/PB/PCJ_PB-2010-2020_RelatorioFinal.pdf>. Acesso em 16 mar. 2014.

SELBORN, Lord. **A Ética do Uso da Água Doce: um levantamento**. Cadernos UNESCO Brasil - Série Meio Ambiente, v. 3, 2001.

SETTI, Arnaldo A.; LIMA, Jorge E. F. W.; CHAVES, Adriana G. M.; PEREIRA, Isabella C. **Introdução ao Gerenciamento de Recursos Hídricos**. Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica, Agência nacional de Águas, 3 ed. 2001, 328p.

SORRENTINO, M. **Educação Ambiental e Universidade: um estudo de caso**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

SORRENTINO, Marcos. **Vinte anos de Tbilisi, cinco da Rio-92: A Educação Ambiental no Brasil**. Debates Socioambientais. CEDEC, São Paulo, ano II, n. 7, p.3-5, jun./set 1997.

SZYMANSKI, Heloísa (org.); ALMEIDA, Laurinda R. de; PRANDINI, Regina C. A. R. **A Entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Líber Livro, 2008 (Série Pesquisa em Educação, v. 4).

TANIGUTI, Marco S. **Capacitação de Agentes Multiplicadores para a Semana da Água – 2005: Concepções e Práticas de Educação Ambiental**. Dissertação de Mestrado em Educação, Rio Claro: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2006, 189 p.

TONSO, Sandro. A Educação Ambiental que desejamos desde um olhar para nós mesmos. **Revista Ciências em Foco**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 15, 2010.

_____. Diálogo e Educação Ambiental no Campo das Águas In: BRASIL. **Política de Águas e Educação Ambiental: processos dialógicos e formativos em planejamento e gestão de recursos hídricos**. Brasília: MMA, p. 33-38, 2013.

VARGAS, Éverton V. Água e relações internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 178 – 182, 2000.

UNESCO. **Water for people, water for life**. World Water Assessment Programme. 36 p. 2003.

XAVIER, André L. dos S. **A Contribuição dos Comitês de Bacia Estadual e Federal à gestão das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá em São Paulo. Ações mais relevantes, perspectivas e desafios (1993 – 2006)**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, 188 p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

APÊNDICE 1

Transcrição da entrevista com a coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

Data:10/02/2014

Local: Estação Experimental de Tupi

Clarice: eu vou te falar o que você vai encontrar aqui nas reuniões da CT-EA, que não é exatamente o que você precisa para suas questões de pesquisa a não ser que você queira abordar no seu trabalho um contexto mais geral, para suas questões de pesquisa exatamente não vai ter isso daqui.

Jessica: Certo. O que eu queria entender assim: qual é a contribuição da CT-EA para o comitê? Eu já vi aqui nesse capítulo do livro que você me deu tem muitas das minhas questões.

Clarice: Eu vou mostrar para você as atribuições da Câmara, esse documento é novo, a gente acabou de fazer agora na reunião de dezembro, aprovou. Antes era uma questão bastante genérica, né, estava-se falando de fazer a política de EA, implementar a política e subsidiar os Comitês PCJ nas questões de EA. E aí ficou que nós discutimos e vimos que é atribuição: implementar, divulgar, avaliar e revisar a política de EA dos Comitês PCJ. Não sei se você teve contato com esse material, está no site. Essa política então nós vamos revisar agora, já estamos montando uma oficina para revisar essa política, então, depois, além dessa política o que teria: elaborar, implementar, divulgar, monitorar, avaliar e revisar o plano de EA dos Comitês PCJ. Esse plano a gente está discutindo né, como a gente está organizado na CT-EA, nós decidimos pela organização em GTs, então tem um grupo de trabalho que é de planejamento em EA que está cuidando dessas questões do plano de EA, então a gente conversou muito como seria isso, se seria algo a parte do plano de bacias, se não... Não sei se você conhece o plano de bacias.

Jessica: sim, é bem longo né?! Aqui tem uma parte de EA né? Um pouquinho...

Clarice: Então, não é muito assim, não tem nada específico, então nós pensamos, ao invés de nós fazermos um plano de EA como algo separado do plano de bacia nós entregamos uma proposta para a secretaria executiva em dezembro do ano passado para criar o plano de EA dentro do processo de revisão do plano de bacia. Isso tudo tem seus prós e seus contras. Um problema é que não é uma instituição específica com experiência em EA, mas aí o problema de não fazer assim é que ficaria algo separado, a gente não teria inclusive de onde tirar recurso, teria que buscar esse recurso, seria uma questão mais complicada conseguir algo separado e foi uma sugestão da própria secretaria executiva que fosse dentro do plano de bacias e a gente entende que é interessante pela questão de a EA realmente não ser algo separado, ser algo junto, então até se você quiser, não sei se te interessa isso

Jessica: interessa.

Clarice: Porque a gente aprovou algumas orientações para esse plano de EA, então como a gente está imaginando fazer isso. Não é nem o comitê que faz isso, é o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que fala quais são os PDCs (Programas de Duração Continuada) e nós temos vários e um deles é o 8, que é capacitação técnica, educação ambiental e comunicação social. O que está dentro dele são as ações elegíveis, as ações que cada projeto para ser financiado tem que estar enquadrado pelo menos um deles, quem fez isso foi a câmara técnica há alguns anos. Olhando esse material, a gente vê que está muito confuso. Ao mesmo tempo que abre pra tudo, restringe pra tudo, então está muito ruim isso aqui. O que a gente imagina é que nessa revisão do plano, nessa construção do plano de EA a gente vai reformular isso daqui. Precisa ser algo claro, objetivo, dentro do que a gente acredita que tem que ter na questão da EA.

Jessica: o plano de bacia, tá, mais aí vocês podem mudar o PDC somente para o PCJ?

Clarice: É, até aqui a gente não pode mudar porque vem do conselho estadual, isso daqui a gente pode mudar, então é isso que a gente está querendo. Então o que a gente vai fazer? Uma oficina né, é, isso dentro do processo de revisão do plano de bacia é o que a gente mandou de orientação para que seja incluído no termo de referência que vai contratar: que seja feito então esse diálogo né do PDC 8, dessas ações aqui, com a política de EA dos Comitês PCJ, porque não tem esse diálogo, isso aqui está muito confuso né, está precisando de uma boa de uma revisão, pensando naqueles princípios, pensando na política já revisada a gente pretende fazer essa integração .

Jessica: certo

Clarice: Outra coisa: no diagnóstico, que aí também te interessa, que é reconhecer as ações existentes de educação ambiental. A gente não faz aqui diagnóstico de como está o saneamento? Como está isto? Como está aquilo? Então, então a gente quer unir um diagnóstico de educação ambiental e pra isso não só a gente quer que faça, mas também a gente pode entregar alguns materiais. Quais são eles? A gente tem um primeiro documento que o GT Projetos, de Educação Ambiental, que está dentro da Câmara, fez, em relação aos dados dos projetos de educação ambiental financiados. A gente tem esse material e eles estão trabalhando, mas estava bastante genérico, então eles estão trabalhando a partir do que a gente precisa agora.

Esse documento veio do próprio sistema aqui, do SINFehidro que vou explicar como se usa, e de uma conversa com os tomadores. Mas ele ainda está bem genérico.

Então a gente vai entregar esse material, que o GT Projetos está trabalhando e ele está trabalhando em cima do que? Os programas e projetos já desenvolvidos precisam ser identificados a partir dos seus objetivos, temática, resultados obtidos... [é isso que está faltando nesse levantamento do GT Projetos. Resultados. A gente quer saber mesmo os resultados] ...e bem como localizados por sub-bacias e público alvo.

Inclusive você pode participar desse grupo, do GT Projetos, dentro da CT-EA.

Jessica: Dentro da Educação Ambiental vocês têm quantos grupos de trabalho?

Clarice: Hoje nós temos o GT Projetos, GT Planejamento e Educação Ambiental e eu posso te mostrar nosso grupo de trabalho.

É que uma coisa vai abrindo a outra. O que você prefere, termino aquele documento ou te mostro?

Jessica: Pode ser.

Clarice: Pelo plano de trabalho eu consigo te mostrar tudo que está acontecendo na Câmara.

Jessica: Isso que eu encontrei que eu queria conversar com você também.

Clarice: Você encontrou?

Jessica: Eu baixei o 11, 12, 13 e 14.

Clarice: Eu te explico certinho, vamos só terminar o plano.

Então, a gente tem esse material GT Projetos, a gente tem um material que é o seguinte: tem um programa, Gestão Municipal, que a Câmara Técnica de Planos de Bacia está fazendo. Qual que é o objetivo desse programa? Atualizar as informações para o Plano de Bacias. Então eles vão em cada prefeitura aplicar um questionário. Então nós pensamos: vamos aproveitar isso e colocar algumas questões de educação ambiental. Então o que nós mandamos para eles? Nós mandamos essa proposta de questionário pra ser incluída no levantamento que eles já vão fazer. Então pergunta se o Município tem uma política pública regulamentada na área de educação ambiental, se sim, qual é? São desenvolvidos projetos, programas ou atividades de educação ambiental e recursos hídricos? Isso é uma questão que você vai ter que definir na sua pesquisa: o que é projeto? Você tem várias possibilidades. Uma delas, que é a mais fácil, é você definir: eu vou trabalhar com os empreendimentos financiados pelo FEHIDRO e Cobranças PCJ. Pronto. Definiu. Aqui nós colocamos: projetos, programas ou atividades, porque cada um tem um entendimento de projeto, inclusive na minha dissertação eu analisei projetos de educação ambiental em escolas e eu tive essa dificuldade: o que é projeto? Eu trouxe alguns autores, discuti, mas eu considerei o quê? Porque eu analisei dissertações e teses que analisaram projetos de educação ambiental nas escolas. O que eu fiz? Eu considerei o que os autores falaram que era projeto. É uma saída. Então é por isso que a gente colocou de um jeito abrangente aqui e por isso eu não sei se vai...

Jessica: E sem ser o Fehidro, projetos municipais entram?

Clarice: Então, isso daqui que a gente vai diagnosticar. Não são os projetos financiados pelas Cobranças PCJ, mas os projetos de educação ambiental que acontecem nas bacias PCJ. A gente vai ter isso à partir do material temático de recursos hídricos. A gente está colocando aqui de uma forma genérica e aí tem uma questão sobre recursos hídricos que vai delinear os temas. Aqui a gente colocou assim: se forem desenvolvidos projetos, programas e/ou atividades em recursos hídricos, preencha os campos abaixo. Caso haja mais de um, descreva-os, sendo que pra cada projeto, programa e/ou atividade deverão ser preenchidos todos os itens: nome do projeto, objetivos, a situação, a duração, as estratégias.

Chegar nisso aqui não foi fácil, porque você tem um monte de jeitos de pensar, estratégias, então esse questionário foi feito a partir de alguns levantamentos municipais que já existiam. Aqui em Piracicaba está tendo

agora o GMEA que é um grupo de educação ambiental municipal, então nós usamos o questionário do GMEA como base.

Os temas, o público, os indicadores de avaliação: isso daqui pra gente é muito importante, a gente quer saber o que se usa. E a questão da avaliação na educação ambiental é o calcanhar de Aquiles. E como que a gente vai fazer critérios de avaliação? Não é fácil, principalmente se a gente tem uma visão mais crítica da educação ambiental, não vai querer avaliar algo simplesmente com pergunta e resposta: O que é meio ambiente? Se melhorou a resposta é porque a ação de educação ambiental deu resultado? Será?... Não é só com mudança de comportamento, porque pode ser um adestramento ambiental, a pessoa pode estar fazendo aquilo, mas nem estar pensando.... Enfim, então como? O que a gente tem de avaliação hoje? É isso que a gente quer saber pra trabalhar em cima.

É um objetivo da Câmara, não vai ser nessa gestão, porque tem muita coisa e era impossível incluir isso, mas é um objetivo da Câmara construir esses indicadores de avaliação.

O que a gente tem hoje são critérios de avaliação dos projetos que querem ser financiados, que aí eu posso te mostrar.

Jessica: Isso vocês analisam dentro da Câmara Técnica?

Clarice: Sim, quando o tomador apresenta o projeto. Então isso a gente tem. Agora, indicadores de resultados, avaliação de resultados a gente não tem nada e isso é uma coisa que precisa ser desenvolvida, inclusive seu trabalho acho que pode contribuir nesse sentido.

Jessica: Só pegando esse gancho de resultados, vocês têm os resultados dos projetos que são financiados?

Clarice: A gente tem algumas coisas, por exemplo, tem um projeto muito interessante.

Jessica: E o andamento? Vocês participam do andamento dos projetos ou também não?

Clarice: Eu tenho que te explicar todo o contexto. Vamos lá. Esse material é muito interessante, é um projeto de 2007, não me lembro agora se é de 2007 ou 2009, mas eu tenho todos os dados. Esse material foi impresso no ano passado e eu posso te explicar todas as dificuldades que a gente tem nos projetos. Eu fui da Coordenadoria de Educação Ambiental, que era responsável pela análise dos projetos, então consigo te explicar todo esse contexto e o que mudou. Então, assim: alguns tomadores entregam material pra gente. O que a gente faz? Na hora que analisa o projeto e fala “não, tudo bem, esse projeto pode ser financiado”, a gente pede e é obrigação deles já pelo Manual de Procedimentos Operacionais entregar uma cópia dos materiais produzidos, mas muitas vezes não é o que acontece. É por isso que a gente criou o GT Projetos: pra saber o que está acontecendo nos projetos que estão em andamento e também estudar os antigos e saber exatamente esse resultado, porque isso não tem acontecido. E você vê, demora demais.

Jessica: E hoje você faz parte desse GT Projetos?

Clarice: Eu estou na coordenação da Câmara, então assim, é impossível participar de todos. Então estou coordenando o de planejamento de educação ambiental, participo do grupo de educação ambiental em empreendimentos e os outros eu sempre procuro os coordenadores, converso. A gente já combinou de eles sempre darem esse retorno, apresentarem, na própria reunião da Câmara. Dia 18, na parte da tarde, de manhã praticamente vai ser só a discussão da barragem, mas na parte da tarde a gente vai fazer um relato dos GTs e os encaminhamentos. Então isso é importante.

A gente não tinha coordenações dos GTs até o início dessa gestão. Foi uma sugestão minha pra aumentar a participação na própria coordenação. A gente tem coordenador, coordenador adjunto e secretário. E aí eu entendi que seria importante que a gente fizesse vários GTs e cada um com coordenadores e são pessoas já com experiência. Só que o GT Projetos, a coordenadora está saindo da Câmara agora, então a gente vai ter que fazer uma nova indicação, indicação pela Câmara. Aqui não falo em eleição, porque não tem um monte de candidatos, é perguntado: “dentro do GT quem poderia assumir?”.

Estava no Programa de Gestão Municipal. Te mostrei o material até o final?

Jessica: Não.

Clarice: Então, aqui no questionário pergunta sobre indicadores de avaliação, parcerias... “descreva as instituições em forma de parcerias, as metodologias”. Isso daqui também foi algo que veio de um questionário desenvolvido pelo GMEA (Grupo Municipal de Educação Ambiental), de algumas outras fontes, “A sua instituição possui informações de educação ambiental na internet?” Isso aqui é pra que a gente possa inclusive buscar mais detalhes do que a gente está perguntando. “A sua instituição já utilizou o Plano das Bacias

PCJ [que é aquele material, aquela síntese que te mostrei]” e “Tem alguma atividade de educação ambiental? Se sim descreva os pontos positivos e as dificuldades encontradas, se não, por quê?”

Porque isso também é o que a gente está tentando estimular. A gente fez algumas palestras em alguns lugares, inclusive para os dirigentes de ensino, com ideias de como utilizar esse material [síntese do Plano de Bacia] como recurso pedagógico. Ele é em linguagem técnica? É, mas é possível trabalhar. E na hora que eu for te mostrar tudo o que a gente está fazendo, uma das coisas é fazer um material educativo sobre o plano de bacias.

Jessica: Numa linguagem mais disponível, mais acessível?

Clarice: É. E que seja feito de forma participativa, não seja uma coisa difícil de entender, porque a demanda da secretaria executiva era o quê? Contratar uma empresa pra ela passar da linguagem técnica pra linguagem acessível. A gente não concorda que isso seja a melhor forma, então por isso a gente está trabalhando de uma outra forma, de elaboração participativa.

Então vai usar esses dados e nós temos também, na própria Unicamp, o Sistema Aquaeduca, você conhece?

Jessica: Ele é da Unicamp?

Clarice: É. Deixa eu abrir aqui.

Jessica: Você é bióloga?

Clarice: Sou gestora ambiental. Você é bióloga?

Jessica: Eu sou. O seu mestrado?

Clarice: Na parte de educação. Estou fazendo agora doutorado. Entrei agora. O mestrado foi na Unesp, de Rio Claro.

Eu consigo te dizer quais são as informações que têm lá no Aquaeduca no questionário que eu respondi sobre as ações de educação ambiental da Coordenadoria de Educação Ambiental quando eu trabalhava lá.

Jessica: O Aquaeduca não foi criado por vocês?

Clarice: Foi, foi criado. Eu vou te explicar toda a complicação.

Jessica: A Júlia é adjunta?

Clarice: É adjunta.

O que foi o Aquaeduca? O aquaeduca é um projeto que foi feito pela Câmara Técnica pra diagnóstico do que acontece de educação ambiental nas Bacias PCJ recursos hídricos. O que acontece? Ele é de 2007, se não me engano, eu tenho todos os dados, depois eu te passo. Ele teve um monte de problemas burocráticos, que depois eu vou te explicar todo o contexto, e aí teve um monte de problemas e ele foi cancelado no ano passado e a Unicamp teve que devolver todo o dinheiro. Tem todo o material, tem todo o diagnóstico pronto. Esse material não chegou pra gente. A gente precisa marcar uma reunião da Emília, que é a representante da Unicamp e responsável pelo projeto com a Secretaria Executiva pra que seja entregue, porque ela se disponibilizou a entregar tudo o que foi feito, porém tudo que foi feito está numa plataforma de dados antiga, com dados antigos. Está vendo a complicação?

Jessica: E por que ele foi?

Clarice: A hora que eu te explicar todo o contexto você vai entender.

Jessica: Ele tinha um financiamento...

Clarice: Pelo Fehidro. Então, no questionário perguntava: Quais os programas de educação ambiental desenvolvidos pela instituição, quais os projetos, objetivos, situação, duração, tipos de atividades, abrangência gráfica, ambiente, abrangência temática, público, quem realiza, como são desenvolvidas, financiamento das atividades, site, material, parceiros. Isso daqui era pra cada ação. Esse questionário ajudou a gente a fazer aquele do programa de gestão municipal. Só que ele [questionário do Aquaeduca] era grande.

Jessica: Cada projeto tinha que entrar nesse sistema?

Clarice: Isso. Então, tinha tudo isso pra cada projeto. E o que foi feito? Os projetos das entidades da própria Câmara Técnica, já que a gente tem várias entidades participando. Então, já tem uma gama de ações de educação ambiental aí.

Esse material tem todo esse problema que eu falei pra você, mas de qualquer forma a gente está dizendo aqui que vai disponibilizar o sistema.

Dentro do Plano de Bacias tem uma parte que é “proposições e metas”, então a gente entende que dentro dele é possível fazer a parte de educação ambiental. Tem um diagnóstico e a parte de proposições e metas. Por compreender que a educação ambiental é parte fundamental no processo de mudança necessária pra atendimento pleno dos objetivos do plano de bacias, entende-se que as ações e metas do plano de educação ambiental devem ser propostas no conjunto das proposições e metas do plano de bacias e não como algo à parte. Então, a ideia não é fazer um capítulo de educação ambiental dentro do plano também. É fazer educação ambiental de forma mais integrada com todo plano. Como? Aí tem o como. A seguinte sequência de oficinas: oficina com objetivo de interação com o PDC8 e a política, que é aquela que a gente já tinha falado; Oficina pra apresentação dos resultados do diagnóstico, posições de educação ambiental, bem como complementação dos dados com as iniciativas de conhecimento dos participantes das oficinas.

Isso aqui a gente está sugerindo que seja nas sete sub-bacias, que aí a gente consegue uma representatividade boa.

Oficinas pra apresentação do diagnóstico das ações de educação ambiental e elaboração das proposições e metas do plano de educação ambiental que está dentro do plano de bacias. Então, qual seria o público? Membros da própria CT-EA, mas não só da CT-EA, mas também das outras Câmaras Técnicas, a gente tem doze, e demais entidades e instituições que atuam na área. Quais são os produtos esperados? As ações de curto, médio e longo prazo, sendo que as de curto prazo é que vão substituir aquelas que você viu, que eu falei que estão confusas. São produtos esperados também metas, cronograma de execução, ou seja, como que a gente vai fazer isso ao longo do tempo, e os indicadores de avaliação do plano (como saber se o plano está sendo cumprido ou não?). E aí, depois, apresentar e aprovar isso dentro da Câmara Técnica de educação ambiental. Então esse é o processo que a gente está propondo e dentro disso o GT de planejamento de educação ambiental é que vai acompanhar todo o processo, porque a Câmara se reúne só a cada dois meses, então tem que ter um grupo já mais ativo. A versão do plano de educação ambiental é aprovada pela CT-EA, vai ser apreciada dentro do âmbito dos comitês PCJ em audiência pública integrada ao processo de apreciação da revisão do plano de bacias, porque a revisão do plano de bacias vai passar pela Câmara Técnica de Planejamento, vai passar por todas as coisas. Então a ideia é que isso tudo que a gente falou é pré, é fazer tudo isso pra depois ir pra apreciação dentro do próprio comitê em todas as instâncias. Então, é isso que a gente está propondo pra como fazer o plano.

Como que isso está agora? Nós apresentamos isso, entregamos oficialmente pra secretaria executiva, eles estão fazendo esse TR e tentando já incluir. Falamos que estamos à disposição pra contribuir, mas ainda não recebemos esse TR pra ver se está incluso ou não e como poderia melhorar. Então, a gente está nesse processo, aguardando esse TR pra poder fazer isso acontecer, porque é difícil. A educação ambiental é sempre vista como algo menos importante. Então é difícil dentro do próprio comitê conseguir mostrar a importância, que a educação ambiental é algo sério, que não é algo superficial e pra fazer marketing, não é só isso.

Jessica: As outras Câmaras Técnicas têm um pouco desse olhar?

Clarice: Tem. E tem algo a mais que é todo esse contexto da educação ambiental, sabe? De muito projeto cancelado....

Jessica: Não dialoga com as outras câmaras técnicas?

A gente tem tentado, têm várias iniciativas nesse sentido, inclusive de sentar com algumas Câmaras. Ano passado, a gente fez isso de sentar com as Câmaras Técnicas, Recursos Naturais, Rural, Plano de Bacias e falar assim: como que a gente pode contribuir? O que é importante no processo de elaboração do plano de trabalho da Câmara? Nós fizemos isso. Sentamos, conversamos.

Jessica: E vocês falaram qual é a concepção de Educação Ambiental de vocês? Porque você falou que segue essa linha mais crítica e pelo visto eles não muito assim.

Clarice: Não. É que, assim, se a gente chegar no discurso assim de que é educação ambiental mais crítica, não sei o que, a gente já é descartada na hora. Educação ambiental, ficar usando palavra mais difícil, sócio biodiversidade, educomunicação, enfim.... O que eles entendem? O que eles esperam da educação ambiental muitas vezes? Simplesmente divulgar o comitê e fazer as pessoas usarem de forma racional a água e tal, e não é o que a gente entende, não é o que a nossa política fala. Então, tem um conflito e aí o que a gente tenta fazer? É entrar na linguagem deles trazendo os nossos valores e a nossa forma de agir. Por exemplo, essa foi a oportunidade, porque o que aconteceu, da onde veio essa ideia de plano de educação ambiental? A gente fez um projeto de forma participativa chamando todos os PCNPs, os professores coordenadores dos núcleos pedagógicos, da bacia do Rio Capivari e nós definimos que seria interessante fazer um trabalho de educação ambiental com a bacia do rio Capivari pela questão de áreas críticas que a gente tem. É uma região que tem muitos problemas de diagnosticados do plano de bacias e, ao mesmo tempo, é uma região que a gente tem articulação, a gente tem pessoas que participam da CT-EA e seria mais fácil do que a de Jundiá. Então

chamamos esse PCNPs, fizemos essa articulação com a Secretaria Estadual de Educação, fizemos reuniões conjuntas, apresentamos uma primeira ideia, eles deram sugestões, dividimos “quem pode fazer a justificativa? quem pode não sei o quê?” Tentar participar mesmo, assim. Foi a primeira experiência nesse sentido assim, de realmente se construir junto. Fizemos mais uma reunião, apresentamos tudo, aprovamos, todos juntos, com os PCNPs, eles ainda não participavam da câmara técnica, e tudo mais. Fizemos todo esse trabalho, montamos um curso de formação de professores dessa forma que estou falando pra você.

“O Plano de Bacias nas escolas, do que temos, do que queremos e do que podemos ter?”. Esse projeto que foi feito junto. Ele não é perfeito.

Jessica: Vocês que propuseram?

Clarice: A gente que escreveu o projeto.

Jessica: A Câmara Técnica de Educação Ambiental?

Clarice: Sim, junto com os PCNPs. O que a gente entende? Primeiro, que é importante trabalhar com o formador, não direto com o público, porque a gente consegue valorizar mais esse profissional, educador, e a gente consegue ter uma abrangência maior também. Então, a gente entende que seria importante trabalhar com o formador. É uma política, inclusive na própria coordenadoria de educação ambiental, quando eu estava lá (entre os funcionários, não na diretoria, não os diretores, mas os funcionários, que a gente fez todo um planejamento participativo da coordenadoria e depois foi jogado fora, mas nós fizemos todo um planejamento e era uma diretriz nossa também essa questão de privilegiar os formadores). E isso já é uma coisa que o próprio comitê não concorda. Então tem aqui os municípios que a gente ia trabalhar.

Jessica: Esse “ia” já me deixou bem triste, mas vamos lá.

Clarice: Os municípios, tipo de alunos, justificativas, objetivos, o que a gente ia fazer então? Primeiro fazer um trabalho com os dirigentes, porque como que começou essa aproximação com a secretaria da educação? No Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos. Então, o que acontecia? A Secretaria de Educação ia lá e ficava de ouvinte. A partir do ano passado, ano retrasado, eles começaram a participar da organização, então foi muito legal. E outra: o Diálogo não tinha diálogo, o Diálogo era um monte de palestras, um monte de oficinas, cursos e ponto. A gente falou: não, espera aí, cadê o diálogo? Então a gente começou a propor formas de fazer esse diálogo, pôr representantes dos comitês de bacias junto com os PCNPs e um grande resultado que a gente teve, por exemplo, aqui no PCJ é que a gente tem todas as diretorias de ensino da região participando da Câmara Técnica, oficialmente.

Jessica: De educação ambiental?

Clarice: De educação ambiental.

Jessica: Isso veio depois desse projeto que pelo visto não aconteceu?

Clarice: Sim. Exatamente. Então, esse projeto veio dessa conversa com a Educação no Diálogo, inclusive a gente chamou a Kida que é coordenadora da parte de educação ambiental na secretaria da educação, do núcleo pedagógico, e a gente convidou. Ela veio, conseguiu convocação oficial dos PCNPs pra gente fazer sessões de construção desse processo. Então a gente conversou que horário: Que seria bom? Que público? Seria melhor focar em um determinado ou seria melhor deixar os “professores”, de forma geral? Enfim...

Jessica: Vocês tiveram dificuldades, voltando à concepção de educação ambiental, porque quem participou aí foram os coordenadores e professores?

Clarice: Não, foram só os PCNPs. O que é o PCNP? PCNP tem dois por diretoria de ensino, que são interlocutores de educação ambiental. Então eles que vão nas escolas, eles que fazem as formações dos professores.

Jessica: Então eles têm essa visão de participação voltada pro crítico, não tanto pro de conservação assim?

Clarice: Eu não consigo te dizer se eles têm essa visão. O que eu consigo te dizer é que oficialmente a secretaria da educação, e aí eu posso te dizer da Kida, ela tem adotado essa linguagem, inclusive nas orientações técnicas. Eu dei uma orientação técnica aqui em Piracicaba sobre a educação ambiental crítica. Então, assim, oficialmente é essa orientação, agora, se cada um tem essa ideia, tem essa concepção, não consigo te dizer. O que a gente fez? A gente propôs nesse sentido [da EA crítica] e eles gostaram da ideia e contribuíram nesse sentido. Agora, se não tivesse uma proposta inicial, se eles fossem fazer, se eles iriam pra essa área da EA crítica eu não sei. O que eu sinto, às vezes, é que algumas pessoas sim. Tem, por exemplo, uma pessoa na Câmara Técnica que é de diretoria de ensino que é uma pessoa extremamente crítica, combativa, que se coloca, que dá sugestões nesse sentido da participação e tudo o mais. Agora, muitos não estão tão à vontade dentro da Câmara ainda. Não sei se vão ficar,

mas a gente tem feito de tudo pra que eles participem. Eles não podem participar dos GTs, porque é difícil pra eles, por causa da grande quantidade de atribuições.

Eu não sei mais que estratégias podem ser usadas nesse sentido. A gente tem os GTs, a gente estimula que eles participem, porque é lá que realmente acontece. A gente vai sentar e vai fazer junto.

Jessica: Aí foi uma ação sim, pontual, vamos dizer, que vocês conseguiram reunir os de Capivari?

Clarice: Sim. A gente consegue. Se a gente fizer algo muito específico a gente consegue. É uma grande coisa: eles já estão na Câmara Técnica. Estão na Câmara Técnica e eles têm contribuído, dado alguma sugestão e tal, mas ainda está bem aquém do que a gente espera de integração, de realmente participar de uma forma mais efetiva. Não sei se essa participação mais efetiva vai acontecer por causa da quantidade de atribuições, porque é muitas atribuições que eles têm, entendeu?

Jessica: E trabalhar na PCJ são muitos municípios né?

Clarice: O que a gente fez? Por exemplo, no Diálogo Interbacias a gente sentou, teve um momento entre nós e a gente sentou e inclusive eu coloquei isso: pra eles se sentirem mais a vontade pra falar, porque às vezes na reunião, você vai perceber, a reunião a gente tem uma a cada dois meses e é muita coisa para discutir, ela acaba sendo muitas vezes muito burocrática, porque tem coisa que tem que andar, não dá pra gente ficar muito tempo em um assunto.... Até porque se a gente ficar fazendo outras coisas, por exemplo, oficina, uma coisa a mais, a gente não consegue dar conta da pauta. Então, o que a gente tenta fazer? Os GTs e os GTs programarem atividades que possam ser feitas com a Câmara que não sejam na reunião ordinária, sejam em outro momento.

Jessica: E os GTs se encontram uma vez por mês?

Clarice: É por trabalho. Então o GT tem isso, isso e isso pra apresentar para a próxima reunião, aí ele vai se encontrar. Os encontros são agendados conforme a demanda de trabalho.

Jessica: E não tem um lugar fixo?

Clarice: Não, assim como as reuniões, são sempre rodando por bacia. Não têm dia, não têm horário fixado os GTs. Cada GT se organiza. O coordenador tem que organizar. Então, a gente tem essa dificuldade dessa participação mais efetiva e a gente tem buscado. Por exemplo, lá no Diálogo a gente conversou sobre isso, veio até uma ideia da gente fazer um encontro mais assim de troca de experiências, mais lúdico, mais gostoso. A gente apresentou isso na reunião e acharam que pro ano passado não dava, estava muita correria. Esse ano a gente precisa retomar. Não vai dar pra fechar isso agora, porque tem um monte de demandas pra essa reunião do dia 18, mas a gente precisa marcar pra ter um momento mais de descontração, um final de semana, uma coisa assim que aproxime mais.

A gente fez um amigo secreto sustentável no último dia.

E tem pessoas, na Câmara, que tem uma forma de se colocar que inibem as outras, às vezes entram em contradição, em conflito, até comigo. E aí lidar com esse conflito é um aprendizado. Você conseguir, sem ser autoritária, mas também sem fazer algo que não considere bom, não é fácil. Já aconteceu comigo, que é acabar deixando que aconteça uma coisa que você naquele momento tinha uma responsabilidade de forma que não poderia ter acontecido. Então, têm essas coisas.

Mas, enfim, a gente está tentando trazer, a gente está tentando fazer.

E aí como que estava então? O projeto era sensibilizar os dirigentes, então era um trabalho com os dirigentes, uma reunião mesmo, explicar o que era o curso, realizar o curso, avaliar o processo de desenvolvimento dos projetos, que dentro do curso eles tivessem uma atividade de desenvolver projetos de educação ambiental nas escolas e esses projetos seriam acompanhados pelos PCNPs. Então, o curso é pra professores, mas para os PCNPs também e eles iriam acompanhar esses projetos nas escolas. “Promover a troca de experiências”. Então depois do curso, que iria ser em vários módulos e em lugares diferentes, porque a gente conversou assim: Como que seria melhor a estratégia? Conversando com as PCNPs, eles falaram: não pode ser muito distante. A gente faria em alguns pontos da Bacia Capivari e depois iria fazer um grande evento de troca de experiências entre todos os pontos. Então eles iriam contar dos projetos, das dificuldades, das perspectivas de continuidade e tudo mais.

E depois a gente ia compartilhar esses resultados com todas as diretorias de ensino e todos os interessados. Por que? Porque esse seria um projeto piloto que depois a gente faria nas bacias PCJ como um todo.

Então, tem tudo aqui, bonitinho, metodologia, que a gente coloca os princípios e explica como que a gente entende que eles seriam incorporados dentro do material. Adota-se a educação ambiental crítica e não só fala, mas a gente tenta trazer pra algo mais prático, vamos dizer assim. Traz essa questão. Isso aqui se eu fosse

escrever hoje eu já faria diferente, porque eu já conheço outros referenciais que inclusive criticam essa questão do professor reflexivo, mas, enfim, naquele momento era o que tinha mais próximo do que a gente estava compreendendo. Então, a gente colocou algumas coisas. O que a gente queria com isso, na verdade? Que fosse conhecimento teórico, fundamentação de educação ambiental, então trabalhar essa concepção de educação ambiental, metodologias de ensino, porque senão a gente fica só no teórico e aí pra pôr isso na prática? E metodologia não de forma que a gente dê tudo pronto, mas que a gente construa junto. E a experiência prática. Então, planejando, implantando e acompanhando os projetos.

Aí tinha a equipe técnica, tinha todos os custos, meta 1, atividade 1, responsável, o período, tudo direitinho.

Como que ia ser o curso? No primeiro encontro apresentação dos participantes, o segundo encontro seria sobre os fundamentos da educação ambiental, o terceiro sobre o conceito de bacia hidrográfica, de comitê. O quarto sobre o plano de bacias e aí a gente ia fazer uma coisa que não era só sobre o plano de bacias, mas fazendo uma interface entre o plano de bacias e a realidade próxima a escola. Então, a gente ia tentar trabalhar essa questão do local – regional, essa relação.

Isso foi feito com tanto carinho... E o quinto, que a gente ia fazer essa parte mesmo de planejar as ações nos HTPCs. Todos eles tinham uma atividade, entre os encontros, que eram à distância. Então, por exemplo, as atividades a distância não eram em uma plataforma em EAD, eram algumas atividades pra serem feitas até o próximo encontro. Então também teria o diagnóstico das ações de educação ambiental na escola, pra que não fosse algo fora do contexto, que eles fizessem algum projeto, que eles propusessem, fortalecendo algo que já têm na escola, aproveitando as experiências. Elaboração de textos sobre como seria possível aprimorar, à partir das discussões realizadas no curso, uma ação de educação ambiental que eles participam ou conhecem. Então tentar realmente, o que a gente discutiu aqui: educação ambiental crítica. Se eu tenho um projeto de coleta seletiva na escola, como que eu posso transformar esse projeto? Como que eu posso melhorar, aprimorar, considerando toda a experiência e esse conhecimento que a gente está conversando aqui? Essas ideias de educação ambiental e tudo o mais...

Pesquisas de imagens e informações da realidade do entorno da escola. Elaboração de textos sobre o que eles entendem sobre a bacia hidrográfica, comitê de bacias, instrumentos de gestão, pra tentar ver o que realmente ficou. E quando você escreve você aprende mais.

Elaboração de texto sobre o que os participantes entenderam sobre o plano das bacias PCJ. E aí, o que ficou para eles sobre esse tema? E elaboração e realização dos projetos. Então tinha o período de realização e carga horária de cada uma dessas atividades.

A gente tinha uma estratégia pra ter pelo menos 50% dos participantes previstos, que é uma regra do FEHIDRO. Então a gente falava como ia evitar a falta e tal...

Tinha tudo bonitinho. Você não imagina o trabalho que isso deu. Tinha tudo certinho como que a gente ia fazer o seminário de troca de experiências. A gente ia ter os espaços de diálogos, café interativo com as experiências de projetos. Palestra sobre os critérios de sustentabilidade dos projetos pra que algo fosse realmente contínuo. A gente fez uma proposta de avaliação do projeto. Avaliação pelos participantes por meio de metodologias participativas. Saber o que eles acharam. Avaliação do curso ao final do último encontro por meio de questionário sobre a percepção. Avaliação de cada encontro e de cada curso realizado pelos técnicos trazendo os aspectos positivos e negativos do encontro. Avaliação da metodologia ao término do primeiro curso pra ver se realmente deu certo, o que tem que melhorar e tal, já que ele ia acontecer acho que em três polos. Avaliação pela equipe técnica IPCAPs, que agora chama PCNPs dos projetos desenvolvidos nas escolas. Então saber como funciona esses projetos, que eles iam fazer visitas, fazer relatórios dessas visitas. E, no mínimo, o que se consideraria? Se os projetos consideraram o diagnóstico de educação ambiental nas escolas ou se é algo totalmente desvinculado do resto. Se estando funcionando, quais os projetos trabalhados pelo grupo. E se consideram realidade os desafios, as necessidades das bacias PCJ. Então a gente ia ver, com esses projetos, se o curso teve frutos, se a gente conseguiu que dentro dos temas trabalhados no curso tenham realmente se manifestado em práticas, se concretizado em práticas.

Avaliação dos resultados. Então, considerando tudo isso, a gente ia fazer um relatório final com a descrição e análise por meio de indicadores qualitativos e quantitativos do curso, dos projetos desenvolvidos pelos professores e desse projeto como um todo. Nesse relatório também teriam os elementos facilitadores, os desafios, as soluções, as estratégias.

E aí a gente ia passar isso pra todo mundo.

Jessica: E aí?

Clarice: Aí, o que aconteceu? Bom, tem toda essa questão que eu falei pra você, que dentro do próprio comitê... O que aconteceu? A gente fez isso, essa é a versão final, ela foi aprimorada a partir das avaliações dentro do comitê. Como que foi? Primeiro, teve uma análise que o comitê começou a fazer assim, antes era uma análise só da secretaria executiva, que inclusive eu fui da secretaria executiva também, eu ajudei nessas análises antes. Depois decidiram... o que acontece? Era tudo muito demorado e tal, então qual que era a ideia? Você fazer uma análise mais forte aqui dentro pra conseguir que chegue no agente técnico já pronto pra execução, porque a gente tem uma demora de uns dois anos entre apresentar o projeto e começar. Começar!!! Então, assim, é uma ideia muito interessante essa questão de melhorar a avaliação interna, mas aí o que fizeram? Contrataram uma consultoria. A consultoria não é de educação ambiental né? Então eles mandaram o parecer técnico. Então eles consideraram, primeiro que eles acharam que era muito grande o projeto, então solicitaram pra ele ser refeito pra só um pólo, em uma das seis diretorias de ensino, porque a gente ia fazer em cada uma das diretorias. Só que aí o que acontece? Esse projeto foi apresentado por demanda induzida. O que é demanda induzida? Demanda induzida é algo que o comitê é que apresenta, não é um tomador. E como que eram as regras pra demanda induzida nessa época? A Câmara Técnica escrevia. Antes de tudo era uma instituição que fazia, tipo uma ONG que apresentava e aí a Câmara Técnica ajudava e apresentava como da Câmara. Que foi o que aconteceu com a Unicamp, no Aquaeduca. Nesse momento não, foi a Câmara que escreveu. A gente sentou e escreveu esse projeto junto com os PCNPs. E aí tem uma regra lá que tem que ser uma sub-bacia inteira no projeto de demanda induzida. E quando eles mandaram isso, se a gente fosse fazer só em uma diretoria não ia pegar a bacia inteira. Não ia poder ser plano de demanda induzida. Entende a contradição? Isso que a gente explicou, e não pode ser espontâneo, pois já tinha sido feita toda a análise de demanda induzida e tudo mais. Enfim, daí a gente colocou isso, eles pediram a parte de avaliação que a gente melhorou, que foi aquele material que eu te mostrei. Comprovação formal de parceria com a diretoria regional de ensino eles também pediram, a gente apresentou tudo, toda documentação. A proposta de avaliação a gente melhorou.

No tocante ao orçamento, aí ele fala dos itens do orçamento, a gente tinha que doar, tudo mais. Esse aqui é o segundo parecer, depois de já termos atendido o primeiro. Teve um outro ainda, antes desse, que falava um monte de coisas do orçamento, que eles falavam que não tinha que pedir. Aquela situação que nada pode. O que acontece? Uma obra de engenharia você tem um custo muito alto de material. Num projeto de educação ambiental, qual o custo mais alto? Das pessoas. Não, mas vocês estão pedindo um preço muito caro! O que acontece? A gente colocou e tem que ser assim, cada coisinha, cada grampeador. Isso aqui deu um trabalho! A gente colocou tudo bonitinho, a gente fez planilha de horas mostrando por que são tantas horas. Eram três técnicos. Três técnicos pra fazer um projeto deste tamanho. E tem que ter um valor bom de hora. Por que? Porque isso vai acontecer daqui há dois anos. A gente pediu dentro do valor, a gente usou o valor máximo que o fehidro nos coloca. Por que? Porque inclusive nesse valor está todo o dinheiro que o tomador vai ter que pagar para os funcionários, não só de salários, mas ele tem as obrigações dele como empreendedor. Então, por exemplo, se eu ponho aqui dois mil reais, vai mil pro funcionário, porque o resto são as despesas contratuais. É caro.

Isso dentro do comitê. Fizemos uma mudança, diminuindo e tal. Foi. Passou dentro do comitê. Chegou na Coordenadoria de educação ambiental, que é o agente técnico. Sabe o que eles fizeram? Compararam o valor de hora que estava ali com o valor de hora nosso, dos funcionários. Tipo, não dá pra comparar. Aquilo é bruto? É bruto. Mas é bruto, não está considerando tudo que a SMA vai ter que pagar de imposto e não está considerando que vai ser daqui há dois anos. Então eles acharam muito caro. Então a gente mexeu no projeto, a gente diminuiu o valor, não por hora, mas o total. A gente mexeu e tal. Essa versão não está comigo. Por que o que aconteceu? A gente teve que indicar um tomador. Esse tomador é a Associação Terceira Via. E aí, assim, eu conversei, a gente viu o parecer da CEA e como eu já tinha sido analista eu consegui explicar bem pro tomador, já fazer uma proposta pra apresentar. A gente fez isso, só que eu sugeri pra ele: olha, vai ter que abaixar essa hora, esse valor de hora, senão eles não vão aprovar. Ele falou: só que se abaixar, com todas as despesas que tem é inviável pra mim, então eu vou justificar, mas eu vou deixar esse valor.

O que aconteceu? Cancelou. Não, vai ficar muito caro. Todas as outras questões que eles pediram, de especificar melhor a formação de profissional, a gente fez. Agora essa questão do valor da hora eles acharam muito caro. E a gente justificou: está dentro do possível, dentro dos valores estipulados pelo Fehidro. Tem um projeto desse tomador que está nesse valor de horas e foi aprovado por vocês. E eles aprovaram. Aí o que acontece? O que acontece é que a gente chegou pra secretaria executiva e falou: olha, isso aqui foi reprovado, é só a gente mudar a hora, o projeto igualzinho, sem mudar nada. Ele foi elogiado inclusive pelo agente técnico, está prontinho, a gente apresenta isso como demanda induzida esse ano e só muda o valor da hora e pega outro tomador que aceite a alteração da hora. O que aconteceu? A gente fez essa proposta. A resposta foi: Não, a gente não financia nada pra educação ambiental enquanto vocês não tiverem um plano de educação ambiental, porque vários projetos foram cancelados, como esse da Unicamp, como outros, porque tem toda a complicação do agente técnico, que eu posso te explicar melhor. E educação ambiental não dá resultados, é jogar dinheiro no lixo (não usaram essas

palavras), então a gente só financia a hora que vocês tiverem certinho o que vocês querem: tenham um plano mesmo de educação ambiental.

Jessica: Então não está acontecendo nada?

Clarice: Não. Por isso que esse projeto parou, a gente está trabalhando nessa questão do plano.

Jessica: Então todos esses projetos que estão lá “em execução” não....

Clarice: Os “em execução” estão acontecendo. Estão.

Jessica: Eu achei cinco.

Clarice: Eu vou te mostrar. Não sei se tem mais algum, mas a gente faz a busca junto.

Mas, o que acontece? Dentro do próprio comitê da hidro... Só uma coisa, não aconteceu isso só aqui. Aconteceu no Estado inteiro. O Alto Tietê, por exemplo, que tinha um monte de projetos de educação ambiental, todos foram reprovados. Por que? Qual que era a dinâmica disso? Inclusive quando eu estava sendo analista técnica a gente recebia ao projeto, a gente fazia as considerações. Antes, quem recebia? Era São Paulo. São Paulo recebia, os técnicos da Capital pegavam esses projetos, analisavam, mandavam um parecer de complementação, a pessoa fazia as complementações, se precisasse mandava outro, fazia e depois aprovava. Aí melhorou, teve uma melhoria no sentido de que os próprios técnicos do interior analisassem. Por que? Porque aí você já conhece a realidade da região, já participou da Câmara, então tem um contato maior. Então eu ligava pro tomador: olha, na planilha você precisa fazer assim, assim, assim. Coisa que não dá pra fazer por escrito, você não consegue explicar tudo isso. Então a gente fazia várias conversas antes de sair um parecer de complementação. Então assim agilizava, porque a gente conseguia ter esse contato e outra, lá eram quatro pessoas para o Estado inteiro e aqui a gente tinha um pra cada bacia hidrográfica. Então é diferente. Então teve esse processo, a gente participou, a gente ficou uma semana em São Paulo fazendo capacitação pra fazer isso, analisou junto. Não era o técnico do interior sozinho, a gente analisava junto com o técnico da Capital e tudo mais, enfim.... Qual que foi a política? Mudou a direção da coordenadoria, o planejamento participativo que estava sendo feito foi desconsiderado.

Jessica: Na coordenadoria...?

Clarice: De educação ambiental, da Secretaria do Meio Ambiente. Cuidado hein...

Jessica: Pode deixar.

Clarice: Foi descartado e há orientação pra todos os técnicos, bom, saiu da mão do interior, voltou tudo pra Capital, para os quatro técnicos, teve um monte de problema, que vários técnicos saíram, aí começou a ir pra técnico que nunca tinha analisado projeto e dos mais diferentes centros, dentro da CEA. Aí, qual foi a orientação? Vocês estão proibidos de conversar com o tomador, vocês vão analisar e se tiver qualquer coisa pra arrumar é reprovado, ele que entre com recurso e peça e aí vocês analisam.

Primeiro, o que acontece? A CEA não quer ser agente técnico, eles não têm esse interesse, então eles fizeram isso, eles pediram pra não ser, conseguiram. Então teve uma hora que todos os projetos pararam. Todos. Em andamento, em análise. Tudo parou. Todo mundo ficou louco, porque, meu Deus, não sai nada. Aí depois voltou, mas voltou com essa política.

Então o que aconteceu em relação a Unicamp? Teve problemas de todos os lados. Teve muito problema burocrático dentro da Unicamp. Aí depois teve muito problema com o agente técnico com essa conversa. Não sei te dizer quem está certo, quem está errado, mas sei que teve muito problema e o projeto foi cancelado.

Então esse projeto também foi cancelado. E assim é muito difícil a gente conseguir, dentro do comitê, que eles aprovem, que recebam projetos de tomadores.

Jessica: E ainda assim está tendo uma participação grande dentro da Câmara Técnica?

Clarice: Está. Até maior.

Jessica: Ou diminuiu um pouco depois disso?

Clarice: Não, não. Só que em cima do gestor existe um trabalho de chamar mesmo e a gente tem bastante gente na Câmara. Então isso mostra.... Porque, o que a gente escuta dentro do comitê? Ah, as pessoas só está lá porque vão apresentar projetos.

A nossa participação, a nossa quantidade de entidades que tem hoje na Câmara Técnica provam que não é assim, que eles não estão aqui só para apresentarem projetos, porque se tivesse na Câmara Técnica não teria mais ninguém.

O que aconteceu? Aconteceu tudo isso, mudaram as regras dos projetos de demanda induzida, a gente não pode mais apresentar um projeto da Câmara. Como que é feito agora? A agência de bacias, que faz o papel de secretaria executiva, é que montou um plano, um plano plurianual. Montou esse plano, colocou lá todas as ações. O que eles dizem? Que foi com base no plano de bacias. Só que eles não chamaram as Câmaras Técnicas. Quando a gente viu o que estava de educação ambiental, a gente não se encontrou ali, a gente viu algumas oportunidades, como a questão da TV PCJ, mas o que estava de educação ambiental ali? Eu tenho aqui. O plano plurianual das bacias PCJ, o que tem de educação ambiental é o que a gente pode ter recurso, só o que estiver lá dentro pode ser demanda induzida. A gente não pode criar.

Então o que a gente tem lá? Depois eu posso achar e te mostrar, mas é uma questão bem assim: divulgar o comitê.

Na questão do material, sobre o plano de bacias, era essa a ideia, pegar o plano, uma empresa transformar em acessível e pronto. A TVPCJ, então eram essas coisas.

Então a gente se sentiu, assim, de mãos atadas. O que a gente fez? Então demanda induzida não conseguimos, a gente não pode apresentar esse projeto, por exemplo, como demanda induzida, não pode. Então o que a gente pensou? Vamos lutar para ter demanda espontânea, que é para os tomadores apresentarem, aí a gente pode, por exemplo, dar para algum tomador apresentar esse projeto. E a gente entende que a educação ambiental não pode ser feita só pelo comitê, tipo, tem que dar dinheiro para as instituições que estão na sua realidade, que tem todo um trabalho na área que possa fazer e a gente acompanhar, mas precisa ter essa questão descentralizada. É que tem uma visão muito assim: a ONG só está ali pra ganhar dinheiro. E não é assim. Tem ONG que é assim? Tem. Óbvio. Por isso que a gente tem que fiscalizar e tudo mais, mas tem coisa que não é assim. Aliás, eu já fui de ONG, e eu falaria que eu não aconselho pegar dinheiro de fundo, mesmo porque têm umas regras que são absurdas. Por exemplo, você é uma ONG, aí você escreve um projeto, mas você não pode remunerar ninguém da sua ONG. Você precisa terceirizar, então você precisa contratar outra ONG ou empresa pra fazer o projeto de fato ou então você contrata profissionais.

Quem vai assinar um projeto pra não ganhar nada? Por mais que você acredite na causa, todo mundo tem um custo. O que isso obriga as instituições a fazerem? Fazerem coisa errada. Elas fazem, colocam seus funcionários nas empresas que vão concorrer, burlam, pedem orçamentos das empresas que não vão ganhar. Por que isso? Por causa dessa regra que é absurda. Porque se você for fazer do jeito certo a Instituição não ganha nada. Como que ela vai trabalhar num projeto para não ganhar nada? Por mais que seja uma ONG? É supercomplicado e ainda, tudo isso, de falarem que as instituições só estão ali pra ganhar dinheiro. Não sei como! Porque com todas essas regras, eu, sinceramente, não sei como eles conseguem ganhar dinheiro.

Então tem tudo isso.

Jessica: E tem muita ONG, dentro do Comitê, participando ou são poucas?

Clarice: Mais ou menos. Tem bastante prefeitura. Tem um pouco de ONG, mas acho que é bem mais reduzido pela questão de que eles que têm que pagar seu transporte, eles têm que pagar tudo, não tem nenhum tipo de ajuda de custo e ainda não pode apresentar projeto.

Jessica: Você comentou dessa Terceira Via. Naquele site que você tinha me dado eu percebi que eles têm três projetos que estão em execução. É isso mesmo né?

Clarice: Sim.

Jessica: Por isso que então vocês estão fazendo o plano agora?

Clarice: Sim.

Jessica: Pra melhorar essa questão.

Clarice: Pra mostrar que a educação ambiental é algo sério, que tem metas, tem cronograma. Porque, a partir do momento que a gente fizer um plano dizendo, por exemplo, essa questão dos professores, que tem que ter formação de professores, assim, assim, assim, a gente vai ter que apresentar um projeto, a gente vai ganhar espaço para apresentar projeto. Então essa é a ideia.

Jessica: É muito burocrático né?

Clarice: Muito. Bom, a gente fez o nosso plano de trabalho. O que era o nosso plano de trabalho? Vamos lá, a outra versão. A versão completa. A primeira atividade é capacitação, análise e acompanhamento dos projetos. Então a gente ia fazer oficinas, que a gente fez, a gente fez duas oficinas, em 2012, para orientação dos tomadores, de forma participativa, a gente não só explicou como são as regras, como geralmente se faz, mas a gente fez trabalho em grupos sobre textos de educação ambiental pra trabalhar a questão da concepção de

educação ambiental. Então a gente apresentou a política, os critérios dos projetos, os critérios que a gente usa para analisar os projetos, a gente apresentou como resultado da discussão que os grupos tinham feito. Isso foi de manhã. À tarde, ao invés da gente chegar e falar: o orçamento é assim, a metodologia é assim, como que a gente fez? Cada um recebeu um rascunho de um projeto bem mal feito, então eles tiveram que falar: esse objetivo não está bom por causa disso, disso e disso. Então eles discutiram, depois a gente apresentou e conforme a gente ia apresentando a gente pedia para os grupos darem as contribuições a partir das análises que eles tinham feito. Foi muito legal.

A gente fala aí no plano de trabalho, só que o que acontece? A gente fez as duas oficinas, gastou dinheiro público e depois parou a demanda espontânea? Imagina a rasteira que a gente sentiu!

Jessica: E até mesmo vocês devem ter sido muito criticados por pessoas que estão participando.

Clarice: Então a gente tinha proposto fazer duas edições da oficina. Isso a gente propôs em junho do ano passado, que era o início da gestão. Aí a gente ia fazer plantões pra tirar dúvidas. Porque, o que acontece? Os projetos chegavam muito ruins, então a gente queria melhorar isso pra já ir para o agente técnico bom, bem feito.

Outra ação do plano de trabalho: acompanhamento da situação e análise da ficha de critérios pra verificar se a gente precisava aprimorar. A ficha de critérios você viu também né, no site?

Isso aqui foi feito de forma participativa dentro da Câmara. Então o que a gente analisa? Se está no contexto territorial, se trabalha com uma concepção multidimensional de meio ambiente, se está integrado com as outras temáticas, se são processos permanentes e não uma coisa só ações pontuais, se é construção de valores e não simplesmente transmissão. Processo coletivo contínuo, trocas de experiências, se a linguagem está adequada, acesso a informação a grupos social ambientalmente vulneráveis, mobilização de rede, de coletivo, movimento social, participação na vida pública, continuidade, articulação, educação ambiental formal, não formal (ambas têm critérios de pontuação específicos também).

A gente dá ponto também para quem participa da CTA. Enfim, está em consonância com tudo, com todas as políticas e tudo o mais. Pontua também se tem indicadores de desempenho. E se não chega a 30 pontos não é aprovado na Câmara. Então, a gente teve muitos projetos que a gente reprovou também.

Pra você ter uma ideia, a gente recebeu um projeto uma vez que era sampling (uma técnica de marketing) de copinho de água. Então iriam entregar folheto e copinho de água nas escolas. Depois a gente sentou com esse tomador, em outro momento que ele nos procurou, a gente sentou e ele ficou com vergonha de ter mandado aquilo. Então, assim, falta orientação. A gente ia trabalhar nisso.

Só que como foi reprovada a demanda espontânea (quando o tomador apresenta o projeto para financiamento), e, a partir dessa conversa com a secretaria executiva, a gente mudou e ficou só mapeamento e acompanhamento, já que a gente não tem por que fazer oficina. Então é isso que a gente está fazendo.

Jessica: Então isso está acontecendo?

Clarice: Está acontecendo, que é o GT Projetos, que é o material que eu vou te mostrar que a gente já tem, no qual eles estão trabalhando.

Outra coisa, a gente tem análise de empreendimentos. Que empreendimentos? A barragem de Santa Maria da Serra, um Condomínio que vai fazer aqui, loteamentos... Alguma coisa que venha pra análise do comitê. Então a Câmara de educação ambiental sempre pede um programa de educação ambiental e a gente analisa esse programa como condicionante para que o empreendedor consiga o licenciamento ambiental. Então isso é uma forma interessante de fazer.

Jessica: Esses é a Câmara Técnica que está fazendo?

Clarice: É. A Câmara pede para o empreendedor elaborar um programa de EA, dá as orientações de como deve ser o programa, analisa e pede complementações, se necessário.

Jessica: Não é nenhum tomador ambiental?

Clarice: Não, isso aqui é a Câmara Técnica. O que a Câmara faz? Pra você entender a relação das coisas. A Câmara faz isso, essa questão do acompanhamento, do mapeamento, essa questão dos programas de empreendimentos. Por exemplo, a gente solicitou um programa de EA pro sistema Cantareira, que foi ignorado, a gente fez toda uma proposta de como deveria ser o programa. A gente analisou esse programa do aterro industrial de Americana, que estava horrível, horrível. A gente sentou com eles, o GT sentou com eles e mostrou porque que não está legal, fez todo um processo educativo mesmo, de não simplesmente falar: está horrível. Não. A gente tentou explicar mesmo o que a gente está esperando, porque não está bom, e tentar mandar isso inclusive por escrito. A gente mandou toda uma análise para eles melhorarem.

A gente vai fazer diretrizes para programas, projetos e ações de educação ambiental em empreendimentos. Então como esses projetos devem ser? A gente está trabalhando nisso. E análise de outros programas que venham, como a questão da barragem, por exemplo.

Esse aqui a gente viu que está tendo a atualização do plano diretor de reflorestamento dos comitês PCJ. Nessa reunião que a gente sentou com CT-RN(?), CT-Rural e CT- ID, ID é integração de pesquisas e tecnologias, eles falaram: olha, está acontecendo a atualização do plano, por que vocês não ajudam a gente, fazem um programa de educação ambiental dentro da atualização do plano? O que fizemos? GT específico pra isso. Nós nos mobilizamos. O que está acontecendo agora? Ouvimos: “Não, isso não estava previsto no termo de referência! Não dá pra entrar em educação ambiental”. Então esse não está acontecendo, porque o pessoal está em reunião e até me pediu ajuda, a coordenadora do GT. E eu estou pensando o que vou escrever pra ela, porque... E agora? Preciso ler o material que ela mandou e ver se a gente consegue inserir de algum jeito. Se não tem recurso, não está previsto no TR, como que a gente vai intervir...? Entende? O máximo que a gente vai poder fazer é alguma contribuição muito assim, sei lá, de aumentar a participação da comunidade em alguma coisa que já esteja prevista. Um trabalho de educação ambiental não dá. Não dá, porque não tem recurso, porque não está previsto.

Aí tem o plano de educação ambiental, que eu falei pra você, que a gente está trabalhando, mas olha, vou te falar uma coisa, estou um pouco com medo também, porque é uma revisão do plano de bacias e a gente não recebeu ainda esse TR pra ver se entrou ou não entrou. A gente vai cobrar que aconteça, mas será que vai acontecer? Não sei.

A revisão das atribuições da Câmara já foi feita.

Elaboração de subsídios do GT gestão municipal, a gente já fez, era aquele questionário.

A gente fez uma proposta de material educativo para entregar nessa visita, a gente apresentou isso, só que tinha várias figuras que foram achadas na internet, então agente falou: olha, tem esse material, mas pela questão de direitos autorais vai ter que mexer nisso, substituir as imagens, a gente pede ajuda de vocês. Nenhum retorno tivemos ainda de como vai ficar isso, porque eles ficaram de ver se iam conseguir contratar uma empresa pra ela poder usar o seu próprio banco de imagem.

Jessica: E tem o Aquaeduca de novo.

Clarice: O Aquaeduca. Isso é assim, eu preciso ver uma data com a Emília e agendar essa reunião, que é importante. Tem que ser feito logo.

Inserir os dados que vão vir do GT gestão municipal no sistema Aquaeduca. Integrar essas coisas se for possível integrar.

Como eu falei pra você, o Aquaeduca está com dados muito antigos, então eu não sei como vai ficar isso.

E aqui desenvolvimento de processos e produtos educacionais, didático pedagógicos. Então, qual que era a ideia? Iria ter um termo de referência de contratação de serviços pra continuidade. Você conhece?

Jessica: Não.

Clarice: Tem um programa chamado “Valor da Água” que tem matérias sobre várias coisas relacionadas ao que acontece no PCJ. E o que a gente fez? Uma proposta pra elaboração de programas educacionais. Por que? Esse programa que tem hoje, que é o Valor da Água, é só informativo e a gente gostaria de envolver as pessoas e fazer uma coisa mais transformadora.

Então isso aqui é o que foi aprovado, o que a gente apresentou pra secretaria executiva. Qual era o objeto? Produção e veiculação, na TV PCJ, de uma série de oito programas educacionais, ou seja, desenvolvidos de forma participativa. Aí aqui a gente explica o que é: processo colaborativo de criação e produção que visa educar e comunicar um processo de produção e veiculação. Programas de oito a dez minutos criados e produzidos em oficinas participativas nas sete sub bacias e também uma na CT-EA. Uma primeira será com os membros da Câmara.

Então qual é o objetivo disso? Produzir materiais educativos adequados à realidade de cada uma das sete sub-bacias envolvendo mobilizar a sociedade pra que conheça as características das sub-bacias e se envolva na questão de recursos hídricos e em outras ações por melhoria na quantidade e qualidade de água. Propiciar um espaço para os habitantes das bacias PCJ possam expressar o seu olhar. Então não só recebam, mas eles possam se expressar e divulgar também as iniciativas desenvolvidas.

Qual é a proposta? Elaboração desses oito programas com as seguintes etapas: preparação: oficina de oito horas pra apresentação da proposta e definição das características do programa. Isso daqui a gente conversou com uma empresa de comunicação que nos ajudou a escrever isso, que fez um material de forma participativa. Até a

característica do material mesmo, se ia ser papel reciclado, o que ia ter... Tudo foi feito de forma participativa. Foi uma experiência muito interessante.

Então a gente chamou essa empresa que fez esse material educativopra nos ajudar nisso, ela nos deu as dicas de como que poderia escrever isso no TR.

Então seriam essas oito horas pra definir essas características, a partir da identificação dos problemas e ações; produção: eles disseram, que é possível fazer o roteiro à distância e preparar toda a etapa de gravação; fazer a gravação em uma oficina de oito horas pra os participantes mesmos pegarem as coisas, gravarem, com a orientação da empresa. E a edição seria feita pela empresa pra que a gente pudesse ter algo de qualidade, porque é possível fazer exercício de edição, mas não fica tão bom. E aí seriam 20 participantes em cada programa e a empresa teria que ter experiência mínima de dois anos na colaboração participativa e programas de comunicação. Então é isso que a gente entregou.

E aí, o que acontece? A gente precisa agendar uma conversa com a Agência das Bacias PCJ pra ver o que a gente precisa detalhar pra que isso realmente se transforme num termo de referência. Porque o que eles falaram? Não dá pra ser dentro da renovação do contrato da TV PCJ, porque é algo específico, tem que ser uma empresa de educação, não dá pra ser a mesma empresa que faz o Valor da Água. Então, vamos fazer algo separado.

A minha preocupação é dinheiro, porque se não for dentro do que já estava previsto no plano plurianual... Mas, enfim, a Secretaria Executiva disse que vai fazer esse trabalho. Então vamos fazer separado. Então a gente precisa sentar e detalhar isso. Eles precisam nos ajudar, porque a gente não tem experiência com licitação. Vamos detalhar isso junto. Essa é a ideia de a gente trabalhar nesse sentido.

Jessica: Então esse plano de trabalho são sete atividades?

Clarice: Isso.

Jessica: Tirando aquela do reflorestamento, as outras estão acontecendo com verba do próprio comitê?

Clarice: Sim. Tem mais coisas. O outro produto de educação é um plano de bacias em linguagem pedagógica, então a gente quer fazer isso de forma participativa. Isso aqui não está pronto ainda, mas está sendo construído dentro do GT. Eles estão melhorando, porque a gente discutiu que ainda não estava bom. Mas, qual a ideia? Fazer esse processo de elaboração de forma participativa, democratizar acessos, enfim....

Os produtos: um documento em formato impresso digital, de publicação de material didático para os atores dos sistemas de recursos hídricos.

Documento impresso digital do material pedagógico para educadores do ensino médio. Então a ideia era fazer dois tipos de materiais. Um material acessível pra todo mundo que participa do sistema e outro mais específico pra educadores.

E aí, como a gente faria isso? Oficina com os membros das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ pra definir junto as características gerais dessas publicações, forma participativa mesmo.

Divulgar a primeira versão de material para envio de sugestões. Então a empresa, a partir dessas características, a empresa monta uma primeira versão, divulga pra todo mundo e todo mundo pode dar sugestões. Aí faz uma oficina sobre as sugestões encaminhadas para a definição das alterações propostas. Seriam oficinas em dois lugares da bacia. Aí apresentaria pra CT-EA, que faria readequações e aprovaria.

A gente colocou alguns pré-requisitos que vai ter que repensar. Fui eu que falei de repensar. É que a gente não pode falar como que tem que ser a equipe, porque a empresa muitas vezes vai contratar, então a gente tem que falar como a gente quer a empresa, a experiência da empresa, requisitos da empresa, os profissionais em si não podemos especificar, então isso aqui a gente vai ter que arrumar.

E o cronograma como seria feito e a gente faria essa supervisão. Então esse material está sendo trabalhado e vai ser aprovado na reunião do dia 18. Vai ser discutido e se possível aprovado no dia 18.

Jessica: Dia 18 vai ser o dia inteiro?

Clarice: O dia inteiro. Até às quatro da tarde.

Jessica: É lá naquele endereço que está no site?

Clarice: Não. Mudou. Porque iria ser na Sanasa, não vai ser mais. Estou mandando pra você.

Então é isso que a Câmara faz.

Os critérios eu te mostrei, o plano de trabalho também. Os documentos do GT projetos estão muito “crus” ainda, não vão te ajudar muito.

Eu acho que eles só pegaram coisa do próprio site. Não tem muita coisa.

Jessica: O que eu achei são três da Terceira Via, uma obra sustentável...

Clarice: Então, tem esse “Multiplicando Conhecimentos pra Gestão das Águas”, que é do Consórcio.

Jessica: Esse já foi concluído.

Clarice: Já foi concluído. Tiveram um monte de problemas também. Esse aqui é o Aquaeduca.

Jessica: Também foi de 2007.

Esse aqui Ribeirão Piracicamirim.

Clarice: Tem esse “Capacitação, Gestão Estratégica...”, que foi concluído também, voltado pra Agroindústria. Foi o Consórcio PCJ o tomador.

Esse daqui concluído, graças a Deus, era de 2008. Ele foi concluído ano passado. Fiquei em cima desse tomador.

Jessica: Foi o tomador que comandou a verba?

Clarice: Não consigo avaliar isso, mas, assim, fiquei em cima do tomador, porque ele não dava prestação de contas final. Enfim, mas eu não acompanhei todo o processo, então não posso dizer, mas, assim, foi concluído.

Jessica: Todos esses do fehidro?

Clarice: Fehidro. Esse aqui a Construção de Cartilha Participativa, é esse que eu te mostrei. Ele foi concluído! Graças a Deus! 15/04. Esse é de 2008 também. Teve um monte de problema pela questão burocrática e tudo o mais, mas eles conseguiram. Foi muito interessante e muito legal esse processo todo, de participação mesmo.

“Água é vida, lixo é dinheiro”, foi concluído? Também.

Jessica: 15/01, agora.

Clarice: “Projeto de Capacitação e Conscientização de Professores, de Limeira”. Foi concluído também, 27/01. Que bom!

Ela acabou de fazer essa pesquisa e eu ainda não tinha visto.

“Educação Ambiental: Programa Vida”, Indaiatuba. Concluído também! Olha, que bom!

“Água e Ambiente, Ações Integradas de Educação Ambiental, Planejamento de Preservação”, Piracaia. Esse daqui está em execução.

Jessica: Esse eu não tenho. Posso pegar?

Clarice: Você não quer esperar? Você pode pegar, sim, mas ele ainda está incompleto.

Acho que é interessante te explicar que alguns projetos, como esse de Piracaia, o da Terceira Via, de Bragança e tem um de Joanópolis também, eles são iguais. Por que? Porque foi uma estratégia do coletivo educador, então eles construíram os projetos juntos pra mandar pra cada um dos municípios pra conseguir verba. É muito interessante esse projeto. Trabalha com a questão de diagnóstico participativos problemas ambientais e proposição de ações. Então, eles realmente tentam trabalhar essa questão da cidadania de forma mais ativa.

Jessica: Então é esse Bragança Sustentável, esse Joanópolis e esse de Piracaia. É bem parecido né?

Clarice: Eles são iguais. Inclusive quando eu fui analisar, eu cá nisso, falei: gente, mas não pode ter projeto igual né? Aí eu fui conversar e o tomador falou: não, a gente usou como estratégia esse método. Eu falei: t então vocês fazem uma carta dizendo isso pra eu conseguir justificar. Porque é uma estratégia.

Jessica: Eu já tinha lido esses dois e eu falei: eles são muito parecidos.

Clarice: Você leu o projeto em si?

Jessica: Não. Eu li no site da Terceira Via aquele pouquinho que eles colocam. Eu não tive acesso ao projeto.

Clarice: Eu tenho, mas eu não posso te mandar por uma questão de direitos autorais, mas eu posso te mostrar aqui como que é a metodologia do projeto.

Jessica: Eu pretendo entrar em contato com eles.

Clarice: Isso. O Gian é muito gente boa. Eles são bem acessíveis.

Jessica: E eles participam da CT-EA?

Clarice: Não têm conseguido participar, mas eles às vezes participam pra saber como que estão as coisas e tal. Mas é isso. Eles têm um monte de projetos, não pode apresentar projeto pelo PCJ. E tem gente que fala: ah, eles só queriam ganhar dinheiro! Lógico que existe isso. Mas realmente eles têm uma equipe muito reduzida pra fazer um monte de coisas. Aqui não tem recursos. A pessoa quer sair. Não é uma questão de só querer dinheiro.

Jessica: Você não sabe em que pé que está né, esses três? Já estão na fase final?

Clarice: Não. Porque estava tudo parado. Tipo, o ano passado, quando eu conversei com ele, estava tudo parado ainda. Aí eu não sei se já consegui fazer as coisas. Ele estava até desmobilizando equipe, ia ter que demitir pessoas, porque ele não tinha como pagar e ia ter que esperar pra poder vir a decisão da análise da prestação de contas. Esse negócio da CEA foi complicado.

Então, esse projeto de Limeira eu acompanhei um pouquinho. Foi desenvolvido um projeto que envolvia material didático. Eu tenho ele aqui. Esse foi concluído agora. Mas, o que é esse concluído? Quando manda a última prestação de contas depois que já fez toda execução física.

Isso, vai ter diferentes concepções, sim. Uma análise superficial minha é que, por exemplo, esse do Pisca (de construção participativa de material didático sobre a Bacia do Ribeirão Piracicamirim) e esse do Coletivo (dos projetos que são iguais, de diagnóstico participativo e busca coletiva de resolução dos problemas socioambientais) têm uma visão mais transformadora, crítica. Esse, de Limeira, eu já vejo como uma coisa um pouco mais conservador.

Eles já tinham esse livrinho e eles aplicaram esses jogos. É uma coisa interessante. Fizeram uma historinha.

Jessica: Foi nas escolas?

Clarice: Foi. Foi com os professores. E eles aplicaram esses jogos.

Jessica: Interessante. Esse é de Limeira?

Clarice: É.

Jessica: E esse foi feito pela Prefeitura?

Clarice: Foi.

Jessica: Você tem os contatos pra que eu possa procurar?

Clarice: Tenho e eles são super-acessíveis, participam da Câmara. Você vai encontrá-los no dia 18.

Jessica: Porque eu quero entender essa construção mesmo e até o que as pessoas envolvidas acharam, estão achando, pra eu entrar nesse processo.

Clarice: Eu acho que seu trabalho vai trazer vários elementos bons pra gente analisar esse processo. Inclusive pra gente mostrar: olha, apesar de todos os problemas tem coisas boas e tem coisas pra melhorar. Então é interessante.

Aqui, de Indaiatuba, concluiu também. Eu sei que teve um processo, teve teatro na escola, algumas coisas assim.

Eu acho que ela vai pela mesma concepção, assim, numa análise muito superficial do que eu conheci, do de Limeira.

Esse projeto Água Boa é de Nazaré Paulista. Esse daqui é do IPÊ. Está em execução e eu não sei como está.

Jessica: Porque o que acontece? Como são projetos muito grandes eu não sei se eu vou conseguir trabalhar com todos esses. Talvez eu foque em algum. Ou igual você falou, que esse Bragança Sustentável e esse de Piracaia, eles têm o mesmo....

Clarice: Mas eu acho que seria interessante você ter esse geral primeiro. Você pode, depois, não sei, uma sugestão, porque estou fazendo doutorado. Por exemplo, você pode fazer um mapeamento geral e aí focar em algum, mas já dar algumas indicações gerais, porque aí você consegue mapear mesmo. Você pode fazer uma análise inicial, de todos, e aí você aprofunda. Uma sugestão.

Jessica: Até chegar na participação efetiva, que é o que eu quero.

Clarice: Esse do Coletivo tem bastante essa questão da participação. Eu vou te mostrar aqui, que é o Bragança Sustentável e o de Joanópolis. Esse aqui é de sociobiodiversidade. Esse aqui, por exemplo, a secretaria executiva

“comeu o nosso fígado” por a gente ter aprovado, porque o que acontece? Eles trabalham com a questão de produtos medicinais, só que foi muito interessante a justificativa que eles fizeram, porque, assim, a gente não fala em pagamento por serviços ambientais? A gente não pode fazer projetos nesse sentido? Então. Vamos fazer projetos da questão educativa com alternativa de renda pra população, porque aí você trabalha as plantas medicinais pra que você possa preservar as APPs, você possa preservar a produção de água na propriedade. Então nós achamos bem interessante. Eles acham que não tem nada a ver, que não deveria ser financiado, porque não é específico de recursos hídricos, só que esse critério de ser “específico de recursos hídricos” é outra divergência nossa, porque a gente compreende que recursos hídricos é algo amplo, é uma relação com os recursos hídricos, então você pode trabalhar vários temas, até biodiversidade, até a questão de resíduos sólidos, se você trabalhar a relação disso com os recursos hídricos, porque tem relação e muito forte. Você não pode restringir. A gente entende que não deve restringir o trabalho educativo à questão de uso racional. Não é só isso recursos hídricos. Tem todo um trabalho. Então isso aqui “dá muito pano pra manga”. E voltou pra Câmara e a gente acabou aprovando.

Jessica: Eu vi também que a Terceira Via trabalha com o lado agroecologia também né?!

Clarice: Sim, e nesse projeto aqui tem essa questão.

Aí teve curso dirigido na gestão de recursos hídricos, que foi concluído, foi um dos primeiros.

Jessica: Porque pelo que está aí começou mesmo em 2007 né?

Clarice: Não. Isso aqui é bem mais antigo. Vou te mostrar. Eu tenho uma planilha.

Conscientização e capacitação de produtores rurais, que foi do Sindicato Rural de Campinas. Como que está a situação? Foi concluída. Também eu estava super em cima.

Teve um lado bom do “endurecimento” da CEA, se a gente pode dizer assim, que foi a questão de que os projetos que estavam há muito tempo ou terminava ou cancelava. Então nesse lado foi bom. Só que o ruim é que muitos projetos foram cancelados. Então, assim, é importante ter um endurecimento, mas não desse jeito de inviabilizar tanto os projetos.

Jessica: Porque agora, pelo que eu entendi então, esses são os últimos, financiados, até vocês conseguirem fechar a divulgação.

Clarice: Isso. Exatamente. Os “últimos moicanos”.

Então deixa eu te mostrar, eu acho que esse material pode te ajudar bastante. O que aconteceu? Qual foi a nossa história, dos especialistas ambientais? A gente entrou no concurso, da Secretaria de Meio Ambiente, pra, no meu caso, Coordenadoria de Educação Ambiental, nas cidades. E qual era o acordo pré-estabelecido? A gente ficaria na secretaria executiva do comitê. A secretaria executiva geralmente acontece no DAEE, Departamento de Água e Energia Elétrica, e a gente ficaria lá. Então a gente seria da Secretaria do Meio Ambiente no DAEE, mas como secretaria executiva do comitê. Uma confusão. A hora que a gente chegou teve muita complicação. Eu, graças a Deus, com meu antigo chefe foi muito tranquilo, era uma pessoa maravilhosa, não tenho do que reclamar, mas teve muita gente que teve problema. E, de repente, a hora que saiu a coordenadoria de recursos hídricos de dentro da Secretaria do Meio Ambiente, a gente foi para as unidades de conservação, áreas protegidas, CETESB, CBRN (Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais) e tudo o mais. E depois veio a decisão: não queremos mais funcionários no interior. Numa segunda-feira. Como eu já estava aqui, a opção era ir pra CBRN ou ir pra CEA, em São Paulo, que ficava supercomplicado, tinha gente querendo sair e aí eu decidi ir para o IF. A gente fez toda uma articulação dentro do Instituto Florestal pra ficar no Florestal trabalhando com educação ambiental. A gente era em 22, 6 foram para o IF, todos os outros foram pra fiscalização, pra CBRN, pra coisas nada a ver com educação ambiental. E prestaram concurso pra área de educação ambiental. Então teve todo esse processo.

Quando a gente estava dentro da Secretaria Executiva uma demanda que veio da CEA é que a gente fizesse um mapeamento dos projetos do Fehidro. Então eu tenho esse mapeamento.

A gente apresentou isso pra Câmara. Eu tenho a apresentação em Power Point.

Jessica: Você tem os trabalhos até quando?

Clarice: Tenho tudo aqui. Até 2010. Tenho todos de 1998 a 2010. Fala do PCJ, fala da metodologia que foi usada, resultados e discussões. Então tenho o total de indicações, quanto foi de saneamento, quanto foi de Fehidro, por ano, da cobrança paulista, da cobrança federal; quantidade de projetos e valores financiados nos projetos de educação ambiental, por ano. Então você consegue ver que aumentou bastante agora. A situação dos projetos em 7 de junho de 2010.

Local: se é sub-regional, se é regional. Segmento da sociedade: principalmente a sociedade civil. Fala de educação ambiental: f os principais temas abordados, as principais atividades executadas pelos projetos, os materiais técnicos, materiais educativos, participação dos diferentes públicos nos projetos, materiais impressos.

Jessica: Uma aventura né?

Clarice: Isso aqui deu trabalho. Tipo de material educativo: material áudio visual, de apoio didático...

E a gente criou critérios pra todo mundo fazer igual em todas as Bacias. E a gente conseguiu juntar tudo.

Infraestrutura financiada pelo Fehidro, produtos promocionais, certificado, banco de dados, documentos técnicos. E aí eu faço uma análise. E aí eu tenho todos os projetos. Isso aqui que eu acho que vai te ajudar. Já tem o tomador, o segmento, objetivo, princípio, abrangência, tema, natureza, duração, público.

Jessica: O que é aquele “não iniciado”? Porque não aconteceu?

Clarice: Não. Não iniciado é que naquele momento ainda não tinha liberado a primeira parcela.

Jessica: Mas todos que estão aí é porque já tinham sido aprovados?

Clarice: Já tinham sido aprovados. Em análise ainda não tinham sido aprovados. Eram 24.

Então tem todo esse material. Aí, no site, é aqui, acesso ao cidadão, aí você tem dois. Você tem colegiado, aí você vem aqui no PCJ e tem que entrar nos dois, PCJ e PCJOB, COB é cobrança. Aí você vem aqui e põe CEA e aí você põe o que você quer.

Jessica: Ali eu coloquei concluído, execução e em análise.

Clarice: Você não quer saber dos cancelados?

Jessica: Pode ser também. Foi nesse lugar que eu puxei.

Clarice: Então vou colocar todos. Situação, nome do empreendimento, interessados. São todos esses. Aí você entra e em cada um deles vai ter todas as informações. Foi isso que você fez?

Jessica: Foi.

Clarice: Veja se têm todos aí. “Multiplicando conhecimentos”, “capacitação estratégica”. São esses.

Não sei se eu consegui te responder. Você tem mais alguma dúvida?

Jessica: Só essa última parte aqui. Como dentro da Câmara Técnica têm vários segmentos, tem a sociedade civil, tem as prefeituras, tem as diretorias de ensino e tudo mais, vocês fazem, por exemplo, você falou que foi muito corrido, mas como que vocês fazem para transmitir essa leitura, essa concepção de educação ambiental pra todos? Igual você falou, tem aquela ONG que mandou aquele projeto de pets...

Clarice: Não foi uma ONG não, foi uma empresa.

Jessica: Ele não participava da Câmara Técnica?

Clarice: Era sim da Câmara, mas não foi a pessoa que participava que elaborou.

Então, onde que a gente trabalhou essa questão da concepção? Nas duas oficinas de elaboração de projetos. Nesse sentido foi interessante, porque tinha muita gente da CT-EA. A gente fez também, no ano de 2012, algumas oficinas sobre o Plano de Bacias, que foram interessantes.

Mas com relação à concepção, a gente trabalha nos critérios, então na hora que vai explicar pra fazer análise dos projetos, nas oficinas. A gente trabalhou nas oficinas de elaboração de projetos e a gente vai trabalhar agora nesse processo do Plano, da política e do Plano.

Jessica: Agora não tem mais essa parte de explicação pra assumir seu projeto. Vocês vão trabalhar em cima do plano?

Clarice: Isso, e agora da política. Da política, questão dos princípios, vai trabalhar bem isso e no Plano.

Jessica: E o Plano, as pessoas que fazem parte da Câmara Técnica estão participando na elaboração?

Clarice: Na elaboração do Plano, que é aquele processo participativo que a gente sugeriu que seja feito. A ideia é que todo mundo da Câmara participe.

Jessica: Me ajudou muito.

Clarice: Você quer ver o projeto que eu não posso te mandar?

Só pra você ter uma ideia de como é. Conceito de meio ambiente e sustentabilidade de educação sócio-política ambiental, inserção do ser humano e do cidadão no espaço de discussão sobre questões ambientais, instância de atuação política e seu papel, percepção ambiental no espaço urbano, rural, local e regional, exercitar o olhar crítico dos nossos problemas sócio ambientais, importância das bacias hidrográficas pra proteção, estabelecer relação entre causas e consequências dos problemas, uma abordagem mais integrada. Identificação de riscos e estabelecimento de prioridades, avaliação de grandes ações impactantes como desmatamentos, obras, crescimento urbano, industrialização, agricultura, preparação de trabalho de campo, exercício do papel de comunidade interpretativa, realização de diagnóstico socioambiental na sua comunidade.

Módulo 3: avaliação de coleta de informações para o trabalho de campo, elaboração dos projetos orçamentais, que daí é a ideia de tentar resolver os problemas. Financiamento de ações, apoios e parcerias, como executar ações, programas e projetos orçamentais. Como a sociedade pode atuar ou participar na proteção dos recursos hídricos e mananciais. Acompanhamento dos resultados dos projetos, fóruns de participação sócio-política formal e informal, preparação de evento de mobilização popular, montagem da rede social local. Está muito legal esse projeto. E é legal você ver como aconteceu na prática.

Jessica: Os outros dois sai desse molde também.

Clarice: A mesma ideia. E aqui a parte EAD, as coisas que eles vão trabalhar.

Trabalho de campo: promover uma ação de pesquisa e identificação na comunidade participante de um problema ambiental, que o problema possa ser descrito e identificado.

Aí tem todo embasamento conceitual. Tem toda a forma como eles vão fazer, o material didático, os produtos. É muito legal.

O Bragança Sustentável deixa eu ver se eu tenho aqui. Não sei se eu tenho mais o Bragança Sustentável, porque esse não fui eu que analisei. Mas é bem parecido. Eles fizeram focos, então são públicos diferentes. Vai ter um grupo de estudantes de universidades, um grupo de moradores de um bairro... Bem assim, focos bem interessantes.

Eu fui no lançamento do projeto Bragança Sustentável, como CEA ainda, pra acompanhar o projeto. Fiz um relatório do acompanhamento desse projeto. Deixa eu ver se tenho.

Era a ideia de que o pessoal que está no interior fosse ver os projetos acontecendo, acompanhassem mesmo, não só por prestação de contas, mas fossem nos eventos, vissem os cursos, analisassem.

Jessica: E eles propuseram isso?

Clarice: A CEA (Coordenadoria de Educação Ambiental) propôs esse acompanhamento, era a política da CEA, mas aí mudou tudo.

Não vou ter, mas tem bastante coisa interessante.

Final da entrevista.

APÊNDICE 2

Transcrição da entrevista com a coordenadora-adjunta da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

Data: 24/02/2015

Local: Diretoria de Ensino – Bragança Paulista

Jessica: Bom então vamos lá, aproveitar que você começou a falar então dos projetos, o que aconteceu com relação ao FEHIDRO que até agora assim eu não consegui entender, o comitê que não repassa a verba para a CT-EA para a demanda espontânea?

Júlia: Não é bem assim, o dinheiro, o comitê tem basicamente três fontes de renda ou duas, pode falar em duas, que são os fundos, eu falei três porque é o fundo estadual mineiro e o fundo estadual paulista, mais são fundos estaduais e o dinheiro da cobrança, são as duas fontes de dinheiro do Comitê. Até onde eu sei, não conheço outra, se tiver eu não conheço. Ai o Fehidro, quem coordena e aprova os projetos de EA é a secretaria de meio ambiente do estado de SP pelo dinheiro de SP e lá tem a CEA, e a CEA tem problemas estruturais lá dentro, que eu não sei falar, e lá eles começaram a, como eu vou dizer isso, a Clarice podia falar porque ela é de dentro, ela sabe melhor dizer, é mais ou menos uma coisa de, sabe quando você não cuida da EA e você acomoda, e aí tem os responsáveis pelos projetos e eles começaram, eu não sei queriam ação para acontecer lá, começaram a cobrar muito, a não aceitar umas coisas básicas de projeto, eu não sei falar muito mais há problemas com lá, mais porque não investem, a secretaria não põe funcionário o suficiente, ai começou empenhar por conta disso, arranjos lá da secretaria e paralelamente a isso, nós enquanto categoria não demos conta de escrever bons projetos e aplicar bons projetos principalmente por conta de administração do projeto, não por causa da ideia do projeto, a ideia educadora, todas as ideias educadoras eram legais, não teve nenhum projeto aprovado que não fosse aprovado pela CT-EA, visto pela CT-EA, os projetos eram legais mais a gente não sabe administrar, e ai quando começa essa dificuldade de administração de projetos com o problema interno que eu não sei explicar da CEA começou a empenhar no estado como um todo. E ai o comitê PCJ é muito rigoroso sabe, e a gente começou a não ter projeto, projeto cancelado, ai o comitê PCJ começou a perguntar: *gente o que é isso? O projeto não é bom? CT-EA vocês estão aprovando projeto ruim?* Não, a gente não ta aprovando projeto ruim. Ai então começaram a perceber que era a administração que não dá conta, que não sabe, e aí o PCJ tem uma agilidade, precisa mudar a situação muito rapidamente virou e falou assim: *projeto espontâneo, enquanto não souber gerir esse negócio fecha isso.* E você vai dizer não? A gente até tentava dizer não mais sem dizer não (risos), concordando: gente é isso mesmo, sabe, ninguém discordava, só que ao mesmo tempo o que fazer? Ai então a gente começou a fazer oficina de projetos pra gente ensinar a fazer projetos, aprender e ensinar, só que quando a gente começou a fazer as oficinas de projetos veio a notícia, não vai ter mais espontâneo. Por que, só porque disseram que não vai ter mais dinheiro para a CT-EA, elegeram as ações prioritárias, então a gente não tá dizendo não para a EA só que a gente só tem isso de dinheiro, precisa mudar rapidamente, vamos investir aqui, se vocês fossem mais eficientes, a gente podia, sejam mais. Você não tem o que falar.

Jessica: E os projetos que estavam em andamento com a verba continuaram.

Júlia: Continuaram, aqueles que não conseguem não conseguem vão ser cancelados e aí tem uma conta para ser feita, que a Clarice tinha conhecimento e que eu não vou saber orientar agora o que fazer com essa contagem de projeto, o que vai fazer com isso, eu acho que é desenganar por enquanto e ser eficiente, por isso que a gente não pode perder isso, porque mostra a incompetência nossa.

Jessica: E aí essas oficinas fazer parte da demanda induzida?

Júlia: Induzida. Não desculpa, ela faz parte do plano de trabalho da CT-EA, faz parte do PPA do comitê

Jessica: Que eu vi que tem umas 4 ou 5 ações lá.

Júlia: Isso, tem uma meia dúzia de ações, e aí a gente tá fazendo com o dinheiro da agência, agente manda, de todo o dinheiro que a gente recebe, a gente manda um tanto para a agencia funcionar para tocar projeto, para tocar coisas assim. Esse dinheiro que a gente manda para a agência as câmaras podem usar para os planos de trabalho. Então nós estamos usando para investir em comunicação, comunicação mais educativa para o comitê, ela nem chega a ser exatamente, nem sei se ela chega a ser uma demanda induzida, porque ela ta dentro do PPA. A demanda induzida pelo o que eu entendo é quando a CT manda solicitar pelos recursos tal e esse dinheiro veio pelo PPA, então precisa fazer até o esclarecimento se isso é demanda induzida, eu tô entendendo que não, que faz parte do PPA do comitê das câmaras.

Jessica: E o que vocês fizeram de demanda induzida desse processo de que bloqueou demanda espontânea, vai ter só demanda induzida, você lembra?

Júlia: Depois?

Jessica: Oficina, alguma coisa?

Júlia: Tenho que olhar.

Jessica: Por exemplo.

Júlia: Eu acho que essa deve ser a proposta, a primeira atividade depois que tudo isso aconteceu.

Jessica: Que isso foi agora em 2013? Essa decisão?

Júlia: Começou a rolar em 2012 e firmou em 2013, acho que a deliberação, os papéis rolaram em 2013.

Jessica: Porque o que acontece, eu ia fazer minha pesquisa com a terceira via nos projetos diretamente.

Júlia: A sim.

Jessica: Aí eu fui conversar com ele (Gianmarco), conversei com o Sandro e eu vi que estava estourando essa *bucha*, aí eu falei *meu, vou ter que mudar minha pesquisa*.

Júlia: Por isso que você foi para a CT-EA.

Jessica: Porque eu ia trabalhar com os projetos, entendeu? Eu ia para a parte prática e não ia ficar muito na parte política.

Júlia: É. Eu acho que se você tiver dúvidas, quiser esclarecer isso é melhor conversar com a Clarice, porque ela é da secretaria e ela participou desse negócio pela secretaria então ela tem o histórico.

Jessica: Na primeira entrevista que eu fiz com ela, ela falou disso, mais ela falou por cima, agora que eu tô entendendo mais eu preciso agendar outra entrevista com ela.

Júlia: Porque é um ponto importante, para o seu trabalho. Mais não é o PCJ, é um problema com o estado.

Jessica: O pessoal do Tietê também está com problema.

Júlia: Todas as bacias. Tanto que no diálogo a gente conversou sobre isso, que a gente quer abrir, então a gente está movimentando isso via diálogos porque tem que ser o estado, é uma decisão do estado.

Jessica: Eu vi na reunião que eu acompanhei com vocês que estava todo mundo falando da CEA.

Júlia: Então, a gente quer que modifique a CEA, a forma com que ela trata as coisas e ai começa a dar problema, porque o técnico não tem tempo de ligar, de acompanhar, então ele ta sobrecarregado então é assim *me entrega em tal data*, sabe aquela coisa assim, não tem as ponderações, não tem as conversas, nós tivemos um projeto cancelado que nós enviamos, ele foi induzido.

Jessica: Junto com a DE não foi?

Júlia: Agora não estou lembrando do projeto.

Jessica: Não foi aquele o rio que temos, o rio que queremos...

Júlia: Foi, foi esse, esse foi cancelado, que era para nós, esse foi demanda induzida,

Jessica: E ele foi cancelado?

Júlia: Foi cancelado. Porque eles disseram que os nossos valores eram incompatíveis e a gente pegou valores de projetos que tinham sido aprovados, sabe?

Jessica: E quem reprovou foi a CEA?

Júlia: Foi a CEA.

Jessica: E o porquê vocês não utilizaram o dinheiro da cobrança?

Júlia: Porque o projeto foi encaminhado pelo *modus operante*, a gente escreveu ele lá, lá ele não foi aprovado.

Jessica: E vocês não poderiam pegar esse projeto

Júlia: Até poderia, mais aí o negócio foi para outro lado e já tinham coisas. E esse tipo de projeto não entra em PPA entende, PPA é quando o comitê vai fazer.

Jessica: Eu li esse projeto e ele era muito legal.

Júlia: Né? E a gente gastou um tempão para fazer o projeto. E o projeto era bom, aí tem o desânimo da CT-EA, enfraquece a CT-EA, quem quer ser coordenador da CT-EA?

Jessica: E aí quando tem essa quebra toda, FEHIDRO, cobrança, um monte de não, você sentiu que diminuiu o número de entidades por conta de não ter o financiamento de projetos?

Júlia: Eu não percebi diminuição exatamente, porque é assim, veja as listas, você já analisou? Deu diferença?

Jessica: Eu estou analisando ata desde 2003, então eu ainda não sei

Júlia: Sei. Porque além da ata você poderia pegar a lista de presença para ver isso, não a ata.

Jessica: Onde eu consigo isso?

Júlia: Se eu não me engano é com o Roni.

Jessica: Porque as atas estão disponíveis lá né?

Júlia: É, é o Roni, manda um e-mail para a Vanessa pedindo isso. Daí você fala com ela tal, porque ela é da secretaria executiva, mais para quem a gente manda, eu agora estou aprendendo isso, quem costuma mandar? Quem costuma mandar é a Clarice, mais quem cobra a gente das listas de presença é o Roni.

Jessica: Que é da agência?

Júlia: É da agência. Nós temos que entregar tanto ata quanto lista de presença. Eu acho que pela lista de presença a gente mata isso. Eu não percebi.

Jessica: Mais você sentiu que enfraqueceu?

Júlia: Meu ânimo modificou entende? E aí agora com essa possibilidade de estragar essa forma de trabalho (os vídeos) sabe, então, isso que me deixa...por isso que eu falei para a Clarice, a Clarice disse assim para mim: *Júlia, vocês, nessa última gestão aqui na agência, a gente percebeu uma melhora*. E teve uma melhora, nesses últimos dois anos a gente teve uma melhora substancial, a gente recebeu tanta bordoadada que o povo então resolveu dar sangue para segurar a bordoadada né? E aí a gente começou a querer dar sangue, um grupo pequeno, eu, Clarice, Maria Cristina, você percebe quem né? Então a gente vai e se vira para segurar e dizer: não, a EA vai segurar. Só que se agente começar a patinar de novo aí vai ser muito difícil retomar a CT-EA e tem CT-EA que ta fechando no Brasil e até em São Paulo que é mais difícil de fechar, mais tem muita CT-EA fechando. E se eu não me engano Alto-Tietê nem tem CT-EA.

Jessica: Já?

Júlia: Sabe. Então é uma coisa que pode acabar. Porque você não tem coordenador? Quem quer assumir? E não vai ser a secretária executiva e não vai ser o comitê que vai fechar a CT-EA, ela mesma se fecha, por conta das situações. E aí o que eu fico brava, é porque quando eu vou e dou essa cacetada eu contribuo para fechar, por isso que eu fiquei tão brava comigo, faltou polidez na hora do negócio, porque criou uma tensão na agência, se a tensão tivesse ficado só entre nós tudo bem mais a tensão chegou lá. E aí o que vai segurar agora? Eu vou me acalmar para receberem aqui, essa coisa, o que a empresa vai fazer também, foi muito importante eu ter enviado aquelas observações para todos, porque eu tô acreditando na coerência das pessoas, que não vão deixar o rio ir para oeste, todos os rios do Brasil irem para oeste, entendeu? Então é aí que eu vou, mais ao mesmo tempo a agência deu uma segurada na minha rédea, que também se fosse eu lá teria segurado, que não pode deixar brigar. Que briga dentro do comitê é briga, quantas reuniões que a gente foi e teve briga? Na CT-EA, quase não tem. Mais no comitê tem brigas em tudo quanto é canto, homéricas.

Jessica: E como relação, eu já te perguntei mais para gravar, com relação a saída da atual coordenadora, por enquanto você falou que assumiu até a próxima reunião

Júlia: Até a próxima reunião que vai ser em abril.

Jessica: E aí abre normalmente para o colegiado a votação

Júlia: Eu vou chegar na reunião e vou dizer assim, então oficialmente a Clarice enviou tal, vou compor a carta da Clarice na documentação, e como eu não posso assumir né, quando a Clarice fez ela já falou que não ia, porque o normal é colocar o que está adjunto e chamar alguém para compor o adjunto, mas aí como eu não posso ir a gente vai abrir para a CT-EA, primeiro eu vou perguntar quem deseja? Ai já tem um pacto formado, o Tiago vai levantar a mão, se nada acontecer até lá, ele vai levantar a mão e vai dizer *eu aceito, estou disponível*. Ai a gente vai perguntar para o povo mais alguém deseja, não, a gente tem um candidato e o eleger.

Jessica: E o secretário vai mudar também?

Júlia: Não vai continuar como está. Porque a eleição é em junho, então já tá aqui.

Eu: A eleição é a cada dois anos?

Júlia: Cada dois anos. Então se eu assumisse, o Moretti disse deixa quieto, porque a gente vai ter uma reunião em abril e a outra já é eleição, mais tem trabalho, esses meses tem muito trabalho, então se eu segurasse não precisava fazer, mais como eu não posso segurar precisa abrir.

Jessica: Aí em junho tem uma nova eleição para os três.

Júlia: Aí muda até o plenário, porque agora teve eleição do Comitê ou vai ter, a eleição do Comitê novos membros, então tem entidade que sai do comitê do plenário. É que a CT-EA é câmara aberta, entra quem quer, não são todas as câmaras que entram quem quer, as vezes as entidades brigam para poder entrar na câmara.

Jessica: E esse momento da eleição é o que pode ser que renove as pessoas?

Júlia: Que chegam novas entidades que não faziam parte, outras voltam.

Jessica: Ou alguma se desliga.

Júlia: Isso. Porque não está podendo participar e em outro momento ela volta. Então vai renovar o plenário, o comitê se renova.

Jessica: E aí com essa renovação, como vocês veem o fortalecimento da CT-EA com relação a concepção que vocês têm de EA? Porque com a renovação isso não tem que ser trabalhado? Porque não é todo mundo que tem o entendimento de um EA mais reflexiva, mais crítica, que até então é o que vocês estão trabalhando.

Júlia: Sim, trabalhar, trabalhar, fazer ações para isso a gente não faz, a gente faz só quando a gente indica o coordenador, porque a gente vai indicar o Tiago, eu não conheço muito bem a postura política dele, mas o pouco que eu conheço dele ele nunca fez nada que pudesse dizer não as ponderações dele no plenário foram incoerentes. Então, embora eu particularmente não o conheça, não tenho nenhuma objeção, nunca vimos nada, e até onde a gente conhece ele, ele é uma pessoa legal e dentro do que a gente percebe.

Jessica: Mas e esses momentos de formação, o que são esses momentos? Por exemplo, vocês tiveram oficina para montar projeto, no fim não adiantou muito mais tiveram, eu fui em uma orientação técnica para os professores, como é esse momento, porque PE um momento de formação

Júlia: Mais é um momento de formação como um todo, a gente passa a concepção de EA quando a gente está fazendo isso.

Jessica: Porque eu fico pensando, esses novos membros estão entrando mais o que eles sabem o que é EA?

Júlia: Aí a gente vai aprendendo no próprio andar da carruagem.

Jessica: Não tem nada específico?

Júlia: Não tem. Esse momento de formação é para você entender o que é um comitê, compreender como as coisas funcionam, compreender os assuntos, é para isso, é formar a pessoa como um todo. Então assim, discutisse conceitos de EA tal dentro da visão que a gente tem e aí a gente tá formando as pessoas dentro daquela linha? De um modo geral eu nunca vi, por mais que haja divergências que a gente tenha, são mais divergências de encaminhamentos do que divergências conceituais, mais assim não tem muito, tem um negócio aí você começa a conversar e ver que não é essencial, não me lembro de ter uma coisa assim, não me lembro. Nem sei dizer o quanto tem, tem uma diversidade mais não sei se tem divergências profundas na diversidade. Eu percebo que é diverso e não divergente. Não sei dizer sobre isso, nunca vi essas coisas não.

Jessica: Outra questão que eu queria saber com relação a política de EA. Já existia uma política anterior e aí vocês reformularam a política?

Júlia: Isso. Ela é de 2004 se eu não me engano, ela já tem uns 10 anos e quando a gente começou a ler a gente achou que precisava mudar alguns conceitos não muito, não tinha nada assim de horroroso que precisava assim, a gente quis só ajustar. A gente ajustou, dez anos depois, muita coisa aconteceu, por exemplo, lá estava escrito assim *sociedade sustentável* e aí a gente falou *vamos por um S nesse negócio*, então a gente mudou, não mudou se você for ver.

Jessica: Mudou o olhar.

Júlia: Mudou o olhar, mudaram umas colocações, escritas diferentes e tal, foi um ajuste, uma atualização porque ela já existia, a palavra atualização cai bem.

Jessica: E todas as ações que vocês fazem, vocês procuram se embasar na política?

Júlia: Na política. E porque é importante ter a política nos comitês PCJ? Porque os projetos as ações, principalmente no GT-Empreendimentos, a gente fala *siga a política*. Então é a política. Se alguém quiser fazer alguma coisa, ou quiser que a gente dê opinião sobre alguma coisa o que eu vou usar como referência, a política.

Jessica: Então como referência vocês tem a política.

Júlia: A política.

Jessica: Depois vocês têm o plano de bacias.

Júlia: É o plano de bacias e a política. Política é uma coisa, plano é outra. Então nós temos a política e o plano.

Jessica: Essa alteração ainda não foi aprovada.

Júlia: Vai ser, o Moretti nos solicitou para ser na próxima gestão, então essa reunião de março é a última reunião da CT-PL nessa gestão, aí vai ter eleição e vai ter os novos membros e o Moretti tá solicitando a nós para os novos membros aprovarem a política, então vai ser daqui a pouco.

Fim da entrevista.

ANEXO I

Deliberação que aprova a criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 002/03, de 22/05/2003.

Aprova criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - CBH-PCJ e PCJ FEDERAL.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL), no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Lei Federal n.º 9.433 de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e, nos art. 37 e 38, atribui competência aos Comitês de Bacias para promoverem o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

Considerando a Lei Estadual n.º 7.663, de 30 de dezembro de 1991, que institui, no Estado de São Paulo, o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos que visa à execução da Política Estadual de Recursos Hídricos, congregando órgãos estaduais e municipais e a sociedade civil, nos termos do artigo 205 da Constituição do Estado;

Considerando a Lei Federal n.º 9.765 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental prevendo a definição de diretrizes, normas e critérios para a promoção da educação ambiental em todas as suas modalidades e sua regulamentação de junho de 2002;

Considerando que o CBH-PCJ e o PCJ FEDERAL são formados por colegiados com representação dos diversos segmentos da sociedade que buscam a ampla participação democrática e que a educação ambiental é um processo participativo fundamental a ser fomentado no, e a partir do próprio Comitê;

Considerando a proposta de um programa de Educação Ambiental que vem sendo construída e discutida na Câmara Técnica de Proteção e Conservação dos Recursos Naturais (CT-RN) e no Grupo Técnico de Difusão de Pesquisas e Tecnologias (GT-ID) e divulgada nos eventos promovidos pelo CBH-PCJ;

Considerando a importância da Educação Ambiental como ferramenta para o envolvimento da população com os programas de uso racional da água e recursos naturais na gestão dos recursos hídricos;

Considerando a necessidade de se implementar e de fortalecer as ações integradas entre educação, ambiente e saúde no contexto da aplicação da "Atenção Primária Ambiental" nas bacias PCJ, que garantam um ambiente saudável e adequado para todos;

Considerando as iniciativas de Educação Ambiental na área de abrangência do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, por meio de desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, da atuação das organizações não governamentais – ONGs, prefeituras, empresas, redes locais e regionais de educação ambiental;

Considerando o grande número de programas e projetos de Educação Ambiental voltados à gestão dos recursos hídricos que são apresentados em órgãos financiadores;

Considerando os termos da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 001/03, de 22/05/2003, que aprova normas gerais para criação e funcionamento das Câmaras Técnicas do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL;

Deliberam:

Artigo 1º - Fica criada a Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, composta por:

I – Representantes dos órgãos e entidades dos governos federal, estaduais e municipais das áreas de recursos hídricos, meio ambiente, educação, saúde, agricultura, saneamento, dentre outras:

- a) Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP;

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

- b) Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB;
- c) Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI;
- d) Departamento de Água e Esgoto de Sumaré;
- e) Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE;
- f) Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - EMBRAPA/MA;
- g) Município de Cabreúva;
- h) Município de Campinas;
- i) Município de Capivari;
- j) Município de Extrema;
- k) Município de Indaiatuba;
- l) Município de Limeira;
- m) Município de Mairiporã;
- n) Município de Piracicaba;
- o) Município de Rio Claro.
- p) Secretaria da Saúde;
- q) Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SADS;
- r) Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Atibaia.

II – Representantes das entidades do setor privado, representativas dos usuários das águas nas áreas comercial, industrial, serviços, agrícola, mineração e pecuária nos âmbitos federal, estaduais e municipais:

- a) Associação Brasileira das Concessionárias de Serviços Públicos de Água e Esgoto - ABCON;
- b) Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE/Campinas;
- c) Sindicato Rural de Rio Claro.

III - Representantes da sociedade civil organizada, dos meios de comunicação e de instituições de ensino, pesquisa e extensão nos âmbitos federal, estaduais e municipais:

- a) Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Limeira - AEAL;
- b) Associação dos Engenheiros, Agrônomos e Arquitetos de Artur Nogueira - AAEEAN;
- c) Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico - ANEDE;
- d) ELO Ambiental;
- e) Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - ESALQ;
- f) Escola Técnica Estadual "Benedito Storani";
- g) Fórum Permanente das Entidades Cíveis que exercem atividades no PCJ;
- h) Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas - FUNDESPA.
- i) Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba - FUMEP;
- j) Instituto de Estudos do Vale do Tietê - INEVAT;
- k) Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC Campinas;
- l) Sindicato do Engenheiros do Estado de São Paulo - Deleg. Regional de Piracicaba - SEESP;
- m) Sociedade para Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba – SODEMAP;
- n) Sociedade Rioclarense de Defesa do Meio Ambiente - SORIDEMA;
- o) Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP;
- p) Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" / Instituto Biociências – UNESP.

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

§ 1º - Cada órgão ou entidade membro da Câmara Técnica de Educação Ambiental deverá indicar seus representantes, um titular e um suplente, para fins de verificação de quórum e para os quais serão encaminhadas as correspondências e feitos os contatos inter-institucionais, no âmbito do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL.

§ 2º - Novos órgãos ou entidades poderão ser incluídos como membros da Câmara Técnica de Educação Ambiental, desde que haja solicitação formal do interessado e aprovação de pelo menos 2/3 dos presentes à reunião em que for apreciada tal solicitação, sendo que as inclusões deverão ser comunicadas às Secretarias Executivas do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL.

Artigo 2º - A Câmara Técnica de Educação Ambiental será coordenada pelo representante titular de um dos órgãos/entidades membros, a ser escolhido quando da realização de sua primeira reunião, em conformidade com o disposto no Artigo 8º da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 001/03, de 22/05/2003, aprovada nesta reunião.

Artigo 3º - Compete à Câmara Técnica de Educação Ambiental:

- a) Propor uma Política de Educação Ambiental a partir da proposta do programa de Educação Ambiental elaborada pela Câmara Técnica de Proteção e Conservação dos Recursos Naturais-CT RN e pelo Grupo Técnico de Difusão e Pesquisas Tecnológicas - GT ID para os Comitês CBH-PCJ e PCJ FEDERAL;
- b) Auxiliar na consolidação da Política de Educação Ambiental do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL;
- c) Avaliar e acompanhar a implementação da proposta da Política de Educação Ambiental no CBH-PCJ e PCJ FEDERAL;
- d) Auxiliar na divulgação da Política de Educação Ambiental dos comitês e das ações decorrentes de sua aplicação nos diversos segmentos da sociedade inclusive em fóruns, congressos e outros eventos do gênero;
- e) Subsidiar o CBH-PCJ e o PCJ FEDERAL com pareceres, dados e outras atividades, para a tomada de decisões e na elaboração do Plano de Bacia e do Relatório de Situação do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL;
- f) Elaborar, aprovar e alterar, quando couber, seu Regimento Interno e Plano de Trabalho;

Artigo 4º - Em conformidade com o artigo 13 da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 001/03, de 22/05/2003, perderão a condição de membros da Câmara Técnica de Educação Ambiental as entidades cujos representantes faltarem a duas reuniões consecutivas, ou 4 (quatro) alternadas, sem justificativa por escrito.

Artigo 5º - Em todas as reuniões da Câmara Técnica de Educação Ambiental deverão ser lavradas Atas que contenham as discussões e decisões adotadas, que deverão ser encaminhadas, juntamente com a lista dos presentes, às Secretarias Executivas do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL e aos participantes da Câmara Técnica.

Artigo 6º - A Câmara Técnica de Educação Ambiental tem duração indeterminada.

Artigo 7.º - Esta Deliberação entra em vigor a partir da sua aprovação pelo CBH-PCJ e pelo PCJ FEDERAL.

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

CLAUDIO ANTONIO DE MAURO
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

LUIZ CARLOS BERGAMIN
2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

EDUARDO LOVO PASCHOALOTTI
Vice-presidente do CBH-PCJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

Publicada no Diário Oficial do Estado em 24/06/2003.

ANEXO II

Deliberação que aprova a Política de Educação Ambiental da Câmara Técnica de Educação Ambiental para os Comitês PCJ

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

Deliberação CT_EA PCJ nº 001/04, de 09/09/2004.

Aprova a Política de Educação Ambiental da Câmara Técnica de Educação Ambiental para os Comitês PCJ.

A Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, criada e instalada segundo a **Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 002/03, de 22/05/2003**, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que, a Política Nacional de Recursos Hídricos instituiu que a Bacia Hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política de Educação Ambiental, por meio dos Comitês de Bacias Hidrográficas;

Considerando que historicamente, a deterioração das bacias hidrográficas e da qualidade de vida da população é resultado de processo de extração/uso/consumo de recursos ambientais, sua conseqüente geração de resíduos e relações socioeconômicas desiguais;

Considerando que a Educação Ambiental constitui-se em eficaz processo na formação de cidadãos responsáveis pela construção e manutenção de justas e equilibradas relações sócio-ambientais;

Considerando que o processo de Gestão de Recursos Hídricos necessita da Educação Ambiental para a sua real efetivação integrando os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais;

Faz-se necessário implantar a Política de Educação Ambiental conforme os objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos.

Artigo 1º. OBJETIVOS:

1. Integrar a educação ambiental na Gestão dos Recursos Hídricos, de forma que esta se torne um componente essencial e permanente dos Planos de Bacia dos Comitês CBH-PCJ e PCJ Federal para elevar a eficácia, eficiência e efetividade dos programas e projetos de gestão integrada dos recursos hídricos;
2. Promover a integração entre as Câmaras Técnicas dos Comitês CBH-PCJ e PCJ Federal e os demais Comitês com relação à comunicação, troca de informações e ações;
3. Definir critérios para a inclusão e priorização das ações de Educação Ambiental nos Planos de Bacia e para a utilização dos recursos financeiros disponíveis;
4. Estimular e articular parcerias para promover a integração entre os diversos setores da sociedade no âmbito da Educação Ambiental;
5. Promover o aprimoramento dos conhecimentos e das práticas de Educação Ambiental;
6. Produzir e difundir materiais educativos que contribuam para a implementação e o desenvolvimento dos diferentes dimensões de Educação Ambiental;

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

Artigo 2º - PRINCÍPIOS:

1. **Compreensão integrada do meio ambiente:** A compreensão da interdependência entre os diferentes aspectos que compõem o meio ambiente tais como: os naturais, sociais, econômicos, políticos e culturais para uma visão de conjunto da bacia hidrográfica.
2. **Fortalecimento da ação local:** compreende-se a espacialidade local como noção de “lugar” que, culturalmente, possa representar sentidos aglutinadores de identificação simbólica e afetiva para o indivíduo; a terra natal; o lugar de convívio – a fazenda, o bairro, a praça, a rua, uma cachoeira, a escola, etc.
3. **Fortalecimento da ação regional:** tendo como ponto de partida para a construção coletiva e difusão do conhecimento teórico e prático a referência espacial a Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, que inclui trechos dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, considerando as inter-relações ambientais em escala local e global;
4. **Construção de uma sociedade sustentável:** adoção de novos padrões de relação entre a sociedade humana e os sistemas naturais, para garantir qualidade de vida atual e para as gerações futuras;
5. **Construção da Cidadania:** Incentivar a participação democrática com a atuação de diversos atores sociais no processo de tomada de decisão, buscando-se um consenso que possa beneficiar o maior número de interessados.
6. **Construção coletiva e contínua do conhecimento:** Garantir o conhecimento e a compreensão das causas reais dos problemas ambientais tendo em vista uma perspectiva histórica.
7. **Ações integradas:** valorização de ações articuladas entre órgãos municipais, estaduais, federais e os diversos setores e segmentos sociais;
8. **Pluralismo de idéias:** Respeitar as várias
9. dimensões do conhecimento, diversidade de referências teóricas e metodológicas na construção de projetos educativos;
10. **Interdisciplinaridade:** Contribuição das diferentes disciplinas científicas e conhecimentos para a compreensão da realidade total na construção do saber ambiental.

Artigo 3º - DIRETRIZES:

1. Integração com a Política Nacional de Recursos Hídricos: conforme a lei 9.433/97 e as legislações dos estados envolvidos.
2. Integração com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) segundo a lei 9795/99.
 1. Promover e incentivar as ações conjuntas entre as Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ Estadual Federal; (tirar esse texto dos princípios e manter aqui);
 2. Assegurar a formação continuada dos atores sociais e garantir seu envolvimento com os programas de educação ambiental, especialmente os educadores ambientais;
 3. Considerar a realidade da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá como ponto de partida para a construção coletiva e difusão do conhecimento teórico e prático;
 4. Valorizar a troca de experiências e a difusão do conhecimento construído a partir da realidade local e sob o enfoque da qualidade de vida;
 5. Acompanhar e avaliar as ações do Programa de Educação Ambiental na Bacia Hidrografia PCJ, por meio da Câmara Técnica de Educação Ambiental;
 6. Apoiar a produção e a elaboração de conhecimentos e materiais educativos para os processos de educação ambiental, bem como a divulgação de estudos e pesquisas, relativos a questão sócio-ambiental;

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

Artigo 4º - INSTRUMENTOS:

1. O Programa de Educação Ambiental dos Comitês CBH-PCJ e PCJ Federal;
2. O Plano de Bacias dos Comitês CBH-PCJ e PCJ Federal;
7. Atribuir à Câmara Técnica de Educação Ambiental a elaboração e aplicação dos critérios de hierarquização e classificação dos projetos que busquem a captar recursos FEHIDRO, no que tange à Educação Ambiental;
3. Os procedimentos de acompanhamento e avaliação das ações do Programa de Educação Ambiental na Bacia PCJ a serem executados pela Câmara Técnica de Educação Ambiental;
4. Aplicação de um sistema de comunicação permanente que possibilite a troca de informações e de conhecimentos entre as Câmaras Técnicas dos Comitês CBH-PCJ e PCJ Federal;
5. Os bancos de dados que contemplem os projetos de educação ambiental na Bacia Hidrográfica PCJ;
6. Os materiais educativos que contemplem os conhecimentos relativos à questão sócio-ambiental e a Gestão dos Recursos Hídricos;
7. Utilização dos ambientes formal, não formal, informal (midiático) para o desenvolvimento de ações relativas à educação ambiental que deverão estar em conformidade com o Plano de Bacias dos Comitês CBH-PCJ e PCJ Federal e com diretrizes para efetivar a Gestão dos Recursos Hídricos;
8. A Lei Estadual n.º 9.034, de 27/12/94 que assegura recursos financeiros destinados à Educação Ambiental, nos projetos financiados pelo FEHIDRO, por meio dos Programas de Duração Continuada previstos no Anexo IV – artigos 18 e 19;

ANEXO III

Deliberação que aprova a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Deliberação dos Comitês PCJ nº 231/15, de 12/08/15.

Aprova a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, criado e instalado segundo a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ), denominados Comitês PCJ, no uso de suas atribuições legais, em sua 13ª Reunião Extraordinária, no âmbito de suas respectivas competências:

Considerando que a educação ambiental está presente nos programas e nas metas estratégicas dos Planos Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, bem como no Plano de Bacias dos Comitês PCJ;

Considerando que as Políticas Nacional e Estaduais de Educação Ambiental (Lei Federal nº 9.797/1999 e Lei Estadual Paulista nº 12.780/2007 e Lei Estadual Mineira nº 15.441/2005) entendem a educação ambiental como um componente essencial e permanente da educação, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal;

Considerando que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Resolução CNRH 98/2009);

Considerando que o Conselho Nacional de Meio Ambiente estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de educação ambiental (Resolução CONAMA nº 422/2010);

Considerando que o Conselho Nacional de Educação estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE nº 2/2012);

Considerando que o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, elaborado no Fórum Global, evento paralelo à 2ª Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, preconiza que a educação ambiental é um processo dinâmico em permanente construção que deve propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação;

Considerando que a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), dos Comitês PCJ, reunida em 08/05/2015, no Consórcio PCJ, em Americana/SP, em sua 61ª Reunião Ordinária, apreciou e aprovou a proposta da Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, proposta pela Câmara Técnica de Educação Ambiental;

Deliberam,

Art. 1º São objetivos da educação ambiental nos Comitês PCJ:

1. Colaborar nos processos de construção de sociedades ambientalmente responsáveis, economicamente viáveis, culturalmente diversas, politicamente atuantes, socialmente justas e hidricamente sustentáveis;
2. Integrar a educação ambiental na gestão dos recursos hídricos, como componente essencial e permanente do Plano das Bacias PCJ colaborando para atingir a eficácia, eficiência e efetividade dos programas e projetos de gestão integrada dos recursos hídricos;
3. Definir critérios tanto para a inclusão e priorização das ações de educação ambiental no Plano das Bacias PCJ como para a utilização dos recursos financeiros disponíveis;
4. Articular parcerias para a integração entre os diversos setores da sociedade;
5. Fortalecer e aprimorar os conhecimentos e as práticas de educação ambiental;
6. Aprimorar continuamente os processos de comunicação entre os Comitês PCJ e a sociedade;

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



7. Estreitar relações com os meios de comunicação visando à difusão dos temas tratados nos Comitês PCJ;
8. Contribuir para a educação ambiental em processos permanentes, contínuos, articulados e envolventes da totalidade dos que vivem e/ou atuam nas Bacias PCJ;
9. Potencializar a atuação das instituições e entidades nos Comitês PCJ para estimular o envolvimento dos cidadãos de sua região nos processos de tomada de decisão referentes à gestão dos recursos hídricos e gestão socioambiental nas Bacias PCJ;
10. Estimular que os empreendedores viabilizem, por meio de processos de educação ambiental, a participação das comunidades nas discussões referentes aos seus empreendimentos quando da análise dos processos de licenciamento ambiental submetidos à manifestação dos Comitês PCJ;
11. Estimular, nos processos de educação ambiental, círculos de aprendizagem participativa voltada à formação de modo capilarizado;
12. Incentivar a efetiva inserção da educação ambiental nas políticas públicas no território das Bacias PCJ.

Art. 2º São princípios da educação ambiental nos Comitês PCJ:

1. Reconhecimento da bacia hidrográfica como unidade territorial para o planejamento e realização dos processos de educação ambiental: a compreensão das interrelações entre as questões socioambientais locais no contexto desse recorte territorial (bacia hidrográfica) e a articulação e integração entre os processos de educação ambiental desenvolvidos pelos diversos segmentos sociais ao longo da bacia.
2. Compreensão integrada, complexa e crítica do meio ambiente: a compreensão da interdependência entre os diferentes aspectos que compõem o meio ambiente, tais como os naturais, sociais, econômicos, políticos e culturais para uma visão de conjunto da bacia hidrográfica, de forma a possibilitar a reflexão crítica e a transformação do território.
3. Construção coletiva e contínua do conhecimento: a utilização de metodologias participativas que valorizam os conhecimentos e experiências de todos os participantes dos processos educativos, de forma a possibilitar a construção colaborativa de novos conhecimentos.
4. Construção da cidadania: o incentivo à participação das pessoas em instituições e espaços de tomada de decisão referentes à gestão dos recursos hídricos.
5. Diversidade e transversalidade da educação ambiental: o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a abordagem integrada, transversal, contínua e permanente da educação ambiental em todas as áreas do conhecimento no âmbito dos processos educativos formais e não formais.
6. Consciência ética e respeito a todas as formas de vida: a compreensão das interrelações entre os recursos hídricos e as diversas formas de vida no âmbito dos processos de gestão dos recursos hídricos.
7. Valorização dos saberes locais e regionais: resgate e valorização, no âmbito dos processos educativos, dos saberes da população a respeito do valor cultural e histórico dos recursos hídricos de determinada região.
8. Articulação entre as Câmaras Técnicas: atuação articulada entre as Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ e os demais comitês com relação à comunicação e ações conjuntas.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



9. Construção coletiva de materiais educativos e comunicativos: a valorização da participação dos diversos segmentos sociais no desenvolvimento de produtos educativos e comunicativos, privilegiando a educomunicação.
10. Fomento à educomunicação: a promoção de processos colaborativos que proporcionem meios interativos e democráticos para a sociedade produzir conteúdos e disseminar conhecimentos, de modo a educar e comunicar, tanto no processo de produção quanto na veiculação, no contexto das bacias hidrográficas.
11. Integração com as Políticas Nacional, Paulista e Mineira de Recursos Hídricos, respectivamente, Lei Federal 9.433/97, Lei Estadual 7663/91 e Lei Estadual 13199/99.
12. Integração com as Políticas Nacional, Paulista e Mineira de Educação Ambiental, respectivamente, Lei Federal 9.795/99, Lei Estadual 12.780/07 e Lei Estadual 15.441/05.

Art. 3^º São diretrizes da educação ambiental nos Comitês PCJ:

1. Incentivar processos de formação continuada de educação ambiental, com foco em recursos hídricos, que valorizem os conhecimentos e experiências dos professores das diferentes áreas do conhecimento em toda a estrutura escolar, da educação infantil à pós-graduação, em uma perspectiva transversal e interdisciplinar.
2. Incentivar processos de educação ambiental formais, com foco em recursos hídricos, conectando a administração escolar, os docentes, os funcionários e os grupos organizados da escola como grêmios estudantis, associações de pais e mestres, conselhos escolares e comissões de meio ambiente e qualidade de vida.
3. Incentivar processos não formais de educação ambiental, com foco em recursos hídricos, conectados às ações de redes, coletivos, movimentos sociais, instituições governamentais e organizações não governamentais públicas e privadas que atuam no território.
4. Incluir metas e indicadores de avaliação nos programas, projetos e ações de educação ambiental dos Comitês PCJ.
5. Realizar processos de educação ambiental integrados às políticas de educação ambiental nacional, estaduais e municipais.
6. Produzir e difundir materiais educativos que privilegiem processos educomunicativos na área de recursos hídricos.
7. Realizar processos para formação dos membros dos Comitês PCJ.
8. Contribuir com processos de educação ambiental com pessoas e instituições que participam da elaboração e execução de políticas públicas voltadas aos recursos hídricos.

Art. 4^º Os principais instrumentos são:

1. O Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá;
2. O Caderno Temático de Educação Ambiental do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá;
3. O Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP - PCJ);

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



4. As Diretrizes para programas de educação ambiental a serem apresentados no âmbito do licenciamento ambiental, referentes aos empreendimentos submetidos à análise dos Comitês PCJ, aprovadas por meio da Deliberação nº 204/14, de 08/08/2014.

5. O Banco de informações sobre educação ambiental nas Bacias PCJ.

Art. 5º O detalhamento das metas, atividades e ações de educação ambiental dos Comitês PCJ deverá constar do Caderno Temático de Educação Ambiental do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá em cada período de sua vigência.

Art. 6º - Esta Deliberação entra em vigor após sua aprovação pelos Comitês PCJ.

Jefferson Benedito Rennó
Presidente do CBH-PJ e
2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

Gabriel Ferrato dos Santos
Presidente
CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL

Leonildo Ednilson Urbano
Secretário-executivo
dos Comitês PCJ

Publicada no DOE em 14/08/2015.

ANEXO IV

Deliberação que aprova o Programa de Educação Ambiental da Câmara Técnica de Educação Ambiental para os Comitês PCJ

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

Deliberação CT-EA N.º 003/2004, de 08/11/2004

Aprova o Programa de Educação Ambiental da Câmara Técnica de Educação Ambiental para os Comitês PCJ.

A Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, criada e instalada segundo a **Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ n.º 002/03, de 22/05/2003**, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que, a Política Nacional de Recursos Hídricos instituiu que a Bacia Hidrográfica é a unidade territorial para implementação do Programa de Educação Ambiental, por meio de ações que qualifiquem os agentes do futuro, visando a difusão de práticas educativas, orientadas para a construção de conhecimentos, desenvolvimento de valores e de atitudes positivas com vistas a gestão dos recursos hídricos.

Considerando a importância da formulação do Programa de Educação Ambiental dos Comitês PCJ como processo, tendo como eixo à gestão integrada dos recursos hídricos, por meio dos Programas de Duração Continuada. Faz-se necessário implantar o **“PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL”** no Plano de Bacias.

2. O PLANO DE BACIAS

2.1 – INTRODUÇÃO

O processo da educação ambiental é um dos pontos de sustentação das ações que visam controlar os problemas socioambientais junto as suas políticas de atuação. É necessário subsidiar a concepção participativa e integrada, em que a educação ambiental é um dos elementos de base para a adoção de critérios nas mudanças de comportamento humano.

Na visão de muitos autores, a educação ambiental é um processo que não só atinge a educação ambiental formal, como também questiona o ser humano e a natureza durante toda a vida, já que é constante e contínua, formando atitudes dos indivíduos e criando competências a favor do meio ambiente.

A formulação do Programa de Educação Ambiental dos Comitês PCJ tem como eixo à gestão integrada dos recursos hídricos, por meio de Programas de Duração Continuada e diretrizes que possibilitem:

- 1) O fortalecimento da capacitação de agentes de educação ambiental para o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental.
- 2) Uma maior articulação das ações dos Comitês PCJ e demais instituições nos níveis federal, estadual e municipal.
- 3) O desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de forma sistematizada e contínua envolvendo órgãos públicos e não governamentais.
- 4) A destinação de recursos orçamentários para apoiar e viabilizar a prática de ações de Educação Ambiental nas bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.
- 5) A consolidação de uma política que prioriza a Educação Ambiental como estímulo à formação de uma consciência pública de recuperação e conservação dos recursos hídricos, contribuindo para o exercício da cidadania.
- 6) O aprofundamento de estudos, pesquisas e metodologias que permitam a aplicação de práticas de Educação Ambiental, a nível formal e informal (midiático), bem como a geração de materiais educativos e a difusão de conhecimentos e informações.

2.2 OBJETIVOS DO PROGRAMA

São objetivos do programa:

- 1) Promover a qualificação de recursos humanos, visando a difusão de práticas educativas, orientadas para a construção de conhecimentos, desenvolvimento de valores e de atitudes políticas com vistas à cidadania relacionadas com as questões ambientais e suas consequências nos recursos hídricos.
- 2) Apoiar e incentivar o desenvolvimento de metodologias e técnicas para subsidiar as práticas em educação ambiental como parte do desenvolvimento sustentável.
- 3) Produzir e difundir materiais educativos, que contribuam para o desenvolvimento das diferentes dimensões da educação ambiental, o exercício da cidadania e o respeito dos recursos hídricos.

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

- 4) Integrar a gestão dos recursos e a educação ambiental de forma que se torne um componente essencial e permanente do Comitê PCJ, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal, não formal e informal.
- 5) Estabelecer um compromisso entre os comitês PCJ, e os setores Gestão dos Recursos Hídricos e as instituições nos níveis federal, estadual e municipal, na troca de experiências e difusão de práticas inovadoras, em ações amplas com clareza e sinergia.
- 6) Estimular empresas a participarem do financiamento de projetos destinados à aplicação de tecnologias ambientais apropriadas, bem como para o desenvolvimento de projetos e atividades de educação ambiental voltadas a técnicos, docentes e à comunidade em geral.

2.3 PROGRAMAS PROPOSTOS

Com base nos objetivos do programa de educação ambiental foram definidos programas de ação nos diferentes âmbitos, visando à viabilização dos objetivos propostos. Os programas propostos devem considerar no âmbito do seu desenvolvimento os aspectos pedagógicos, inerentes a ações em Educação Ambiental, a seguir são definidos os programas e sub-programas a serem implementados no Plano de Bacias.

PROGRAMA 1: CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Contempla ações de qualificação de agentes de Educação Ambiental nas áreas formal, não formal e informal, visando à construção de conhecimentos, desenvolvimento de valores e de atitudes políticas com vistas à cidadania relacionadas com a formação de uma consciência ambiental, orientada para o desenvolvimento de uma sociedade econômica e socialmente sustentável e o fortalecimento da cidadania. Os projetos de capacitação a serem apresentados, para requisitar recursos da FEHIDRO ou outra instituição, deverão estar integrados com pelo menos mais uma Câmara Técnica dos Comitês PCJ, objetivando a parceria de ações e a assimilação dos temas prioritários.

Subprograma 1.1: desenvolvimento de programas de Comunicação Social e Educação Ambiental.

Objetivos: difundir a importância de utilização racional, conservação e proteção dos recursos hídricos.

Proposta: Viabilizar recursos necessários à confecção de material publicitário didático e explicativo, com linguagem e conteúdo acessíveis aos diversos setores da sociedade. No intuito de esclarecer e sensibilizar os vários setores sociais da importância da preservação da qualidade da água dos rios pertencentes às bacias PCJ e os fatores a esta relacionada, os temas abordados deverão constar de:

- 1) -Qualidade da água;
- 2) -Importância da rede pública de coleta e tratamento de água, esgotos e resíduos sólidos;
- 3) - Economia de água pela racionalização dos usos;
- 4) -Conservação do solo e proteção dos mananciais;
- 5) -A questão das águas nas bacias PCJ;
- 6) -Cobrança pelo uso da água.

Subprograma 1.2: mobilização e formação de agentes de Educação Ambiental na área de educação formal, informal e não formal.

Objetivos: contribuir no diagnóstico, avaliação e estabelecimento de estratégias adequadas a gestão dos recursos hídricos, através da qualificação de agentes e multiplicadores em prol da ampliação e eficiência de ações educativas por meio da incorporação da Educação Ambiental nos projetos sociais desenvolvidos nos municípios.

Proposta:

- 1) -Qualificar agentes de Educação Ambiental em nível formal, informal e não formal.

Formal: Incentivar parcerias na rede de ensino municipal com o intuito de capacitar professores de forma a viabilizar a difusão de conhecimentos e vivências, nas questões de qualidade e quantidade de recursos hídricos e as questões intrínsecas dessa abordagem, entre crianças e adolescentes.

Informal: Avaliar recursos financeiros para a elaboração e divulgação de campanhas de cunho ecológico em prol da conservação da qualidade e quantidade de água nas bacias PCJ, de forma a atingir grandes públicos.

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

Não Formal: Avalizar recursos financeiros para organizações comunitárias e sociais, como organizações não-governamentais, associações e entidades como forma de incentivo a programas de disseminação e capacitação de agentes em educação ambiental, frente aos problemas enfrentados nas bacias PCJ.

Subprograma 1.3: atualização, aperfeiçoamento e especialização de docentes e de técnicos de entidades de ensino ambientais e sociais.

Objetivos: Incentivar a formação de pessoal altamente qualificado, de acordo com o perfil de sua atividade.

Proposta: Mobilizar parcerias entre instituições de ensino públicas e/ou privadas junto a centro de excelência em Educação Ambiental, de forma a viabilizar o ingresso de docentes e técnicos de entidades de ensino ambiental e social no intuito de promover a atualização, o aperfeiçoamento e a especialização dos profissionais de ensino.

Subprograma 1.4: Capacitação de técnicos para o desenvolvimento de ações na área de ecoturismo e vigilância ambiental.

Objetivos: Promover a capacitação de agentes como: Guarda Florestal, Guia Turístico, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Polícia Ambiental, em uma perspectiva educativa, considerando os aspectos naturais e culturais da Bacia PCJ.

Proposta: Mobilizar recursos para empresas e instituições de ensino pública ou privada, entidades e outras formas de organizações sociais, para a promoção de cursos de educação ambiental no âmbito do ecoturismo e vigilância ambiental, capacitando profissionais de diversas áreas no desenvolvimento de ações em educação ambiental sob uma perspectiva educativa, pertinente a situação dos recursos hídricos nas bacias PCJ.

Subprograma 1.5: Capacitação de profissionais de comunicação de massa.

Objetivos: Incentivar a capacitação de profissionais que atuam nos meios de comunicação de massa, de forma a contribuir para uma melhor formação da opinião pública, ao fazer veicular informações sobre temas ambientais.

Propostas: Fomentar investimentos em programas de qualificação direcionados a profissionais de comunicação social. O processo de qualificação parte de organizações da sociedade, instituições ou empresas capacitadas na preparação de profissionais de comunicação para a prática da difusão de informações direcionadas ao meio ambiente, especificamente o caso das bacias PCJ.

Subprograma 1.6: Recuperação e conservação dos ecossistemas da Bacia PCJ:

Objetivos: Viabilizar oportunidades para reflexão, compreensão, discussão de questões e de propostas de recuperação e de conservação dos ecossistemas da Bacia PCJ.

Propostas: Fomentar a realização de estudos aprofundados sobre os diversos ecossistemas que compõem o cenário das bacias PCJ, abordando suas relações com os problemas de qualidade e quantidade de água na região. Os resultados devem ser disponibilizados ao público geral de forma acessível quanto a linguagem e conteúdo. A divulgação dos resultados poderá ser através de encontros, palestras ou outros eventos, ou ainda, de forma impressa.

Subprograma 1.7: Capacitação de gestores e tomadores de decisões.

Objetivos: Capacitação de gestores e tomadores de decisões, visando um melhor direcionamento da política de educação ambiental nas Bacias PCJ.

Propostas: Incitar a formação de diretorias ou centros de gerenciamento, atuantes na avaliação permanente das ações em Educação Ambiental e aptos a fomentar discussões em âmbito regional, a cerca das necessidades reais das bacias PCJ em termos ambientais.

PROGRAMA 2. INSTRUMENTOS E METODOLOGIAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Referem-se aos estudos, pesquisas e tecnologias apropriadas desenvolvidas como forma de geração de referenciais conceituais, metodológicos e práticos nos projetos a serem desenvolvidos nas Bacias PCJ.

Para requisitar recursos financeiros do FEHIDRO ou de outra instituição, é importante justificar que se trata de um projeto de abrangência regional, ou seja, envolvendo uma ou todas as bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Estas regiões possuem características distintas, o que requer metodologias e instrumentos diferenciados para dar suporte aos projetos de Educação Ambiental.

Subprograma 2.1: Desenvolvimento de métodos e técnicas orientadas em Educação Ambiental em nível escolar.

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

Objetivos: Implantação de projetos de pesquisa que envolva o desenvolvimento de métodos e técnicas orientados para a melhor aplicação da Educação Ambiental nos conteúdos dos currículos escolares.

Propostas: Promover e discutir a gestão ambiental, a busca pelo desenvolvimento sustentável e a mudança pessoal de comportamento na comunidade escolar, através do incentivo a estudos e pesquisas que visem esclarecer a situação atual da comunidade frente à questão dos recursos hídricos nas bacias PCJ e projetos de implantação de novas ações ambientais no âmbito escolar, assim como sub-projetos de gerenciamento de resíduos sólidos, conservação de água e energia, estrutura física e ambiente escolar (bosques, pomares, jardins etc).

Subprograma 2.2: Métodos e técnicas para reconhecimento da realidade ambiental.

Objetivos: Incentivar a geração de métodos e/ou técnicas que favoreçam o conhecimento da realidade ambiental, voltados para a utilização adequada dos recursos hídricos locais.

Propostas: Incentivar estudos em nível de comunidade/município voltados ao diagnóstico do nível de percepção ambiental da população autóctone como base para a implantação de programas, atividades e ações integradas para o reconhecimento e esclarecimento de questões ambientais relevantes em nível de bacia hidrográfica, bem como identificar medidas mitigadoras de processos de degradação ambiental.

Subprograma 2.3: Desenvolvimento de projetos e atividades de Educação Ambiental na área de conservação dos recursos hídricos

Objetivos: Fomentar a realização de estudos geo-ambientais, como mapeamentos temáticos e inventários da flora e fauna, em áreas de preservação ambiental (APA) da Bacia PCJ, para a realização de projetos de EA específicos para a conservação dos recursos hídricos. Apoiar o desenvolvimento de oficinas de recursos hídricos de forma sistemática e contínua (exposições, feiras de ciências, preparação de aulas práticas, kits e outros).

Propostas: Firmar parcerias entre entidades, fundações ou organizações voltadas à proteção dos recursos naturais regionais, aptas a realizarem estudos de identificação dos atributos naturais de unidades de conservação inseridas total ou parcialmente nas bacias PCJ. Os estudos realizados deverão gerar o mapeamento da unidade de conservação, o levantamento das condições de fauna e flora, a fundamentação histórica da região entre outras características julgadas relevantes, como princípio básico para a elaboração de atividades de educação ambiental em nível formal, não formal e informal. As atividades deverão ser específicas, respeitando-se as características intrínsecas de cada unidade de conservação, tendo como foco principal a importância da conservação dos recursos hídricos e sua implicação em nível social, econômico e ambiental. Paralelamente deverão estar previstas atividades voltadas aos educadores, como forma de dar continuidade no processo de difusão de conhecimento, extrapolando o nível de abrangência das informações.

Subprograma 2.4: Criação de centros de referência em Educação Ambiental

Objetivos: Criar centros de referência sobre Educação Ambiental visando a organização das informações em um banco de dados de uso múltiplo, com articulação entre os diversos órgãos ambientais e as Redes de EA. Criação de centros de leitura escrita e visual de temas de recursos hídricos como espaço de referência para atividades sistemáticas e continuadas.

Propostas: Mobilizar a implementação de centros municipais de educação ambiental. Estes centros deverão constar de estrutura física adaptada a recepção de público específico, como salas de audiovisuais e espaços interativos, promovendo a leitura escrita e visual de temas relacionados principalmente aos recursos hídricos, como forma de divulgação. Os centros deverão apoiar demais atividades de educação ambiental que se insiram no âmbito das bacias PCJ e seus recursos hídricos, desde que coerentes em suas propostas e dentro das possibilidades do mesmo. Paralelamente, os centros deverão organizar todas as informações regionais a cerca de recursos hídricos e educação ambiental em forma de banco de dados disponível e interligado a redes de Educação Ambiental e órgão públicos ambientais.

PROGRAMA 3. PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS

Correspondem à elaboração e divulgação de materiais educativos, baseados nos estudos e pesquisas, relativos à prática de EA, objetivando a promoção e o apoio.

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

Subprograma 3.1: Produção e divulgação de material específico em Educação ambiental

Objetivos: A produção e a divulgação de livros, cartilhas, folhetos, vídeos, fitas e outros, dirigidos a diversos níveis do público alvo, no âmbito da educação ambiental formal e não formal.

Propostas: Incentivar parcerias entre instituições, órgãos, entidades e organizações em geral, com experiência comprovada em atividades de educação ambiental. Desta forma, viabilizando a elaboração, produção e divulgação de materiais diversos de cunho ambiental, voltados para os atuais problemas enfrentados nas bacias PCJ. O material de divulgação deverá abranger os temas:

- 1) Importância da rede pública de coleta e tratamento de água, esgotos e resíduos sólidos;
- 2) - Economia de água pela racionalização dos usos;
- 3) -Conservação do solo e proteção dos mananciais;
- 4) -A questão das águas nas bacias PCJ
- 5) -Cobrança pelo uso da água

Subprograma 3.2: Legislação de recursos hídricos e meio ambiente

Objetivos: divulgação da legislação de recursos hídricos e meio ambientes, junto às empresas e à sociedade em geral.

Propostas: Viabilizar a confecção de cartilhas explicativas para campanhas junto a população das bacias PCJ e, cursos, seminários e palestras junto às empresas públicas e privadas de forma a divulgar as leis que regem as questões de recursos hídricos em uma bacia hidrográfica. Desta forma, reforçando a importância da adoção de comportamentos favoráveis à conservação e manutenção da qualidade e quantidade de água na região.

Subprograma 3.3: Difusão e intercâmbio em conhecimentos de Educação Ambiental e Recursos Hídricos

Objetivos: realização de Fóruns, Seminários, Encontros e outros eventos, que possibilitem a difusão e o intercâmbio de conhecimentos de recursos hídricos e práticas de Educação Ambiental.

Propostas: Incentivar o planejamento, desenvolvimento e execução de eventos na área de educação ambiental e recursos hídricos, direcionados aos problemas enfrentados pelas bacias PCJ. Desta forma poderão ser integrados os diversos estudos realizados por instituições de ensino fundamental, médio, superior e de outros setores da sociedade, com vistas ao estabelecimento de elos de ligação entre os diversos atores envolvidos na questão ambiental. Os eventos deverão possuir caráter crítico frente às ações desenvolvidas ou em desenvolvimento, avaliando os resultados de forma prática e direta e fomentando discussões em âmbito estadual e federal.

Subprograma 3.4: Difusão de informações relacionadas aos recursos hídricos e ao meio ambiente,

Objetivos: difusão de forma sistemática e contínua de ações, eventos e informações relacionadas aos recursos hídricos e ao meio ambiente, através dos sistemas de comunicação de massa.

Propostas: Incentivar parcerias entre veículos de comunicação, empresas de publicidade e propaganda e organizações sociais preocupadas com a questão das águas nas bacias PCJ, para a divulgação efetiva dos eventos, atividades e outras ações de caráter ambiental específicos.

Subprograma 3.5: Sistemas de Outorgas e Cobrança e informações Sobre Recursos Hídricos e Meio Ambiente

Objetivos: Implantar um sistema de “comunicação” entre as Câmaras Técnicas do Comitê PCJ e a comunidade, por meio da sensibilização dos diversos atores sociais envolvidos na proteção dos mananciais visando promover o “diálogo” e a participação de forma consultiva no planejamento e ou estabelecimento de indicadores de utilização racional, conservação e proteção dos recursos hídricos.

Propostas: Viabilizar a realização de encontros comunitários periodicamente, com a participação equipe qualificada, em prol da sensibilização da sociedade frente a escassez de recursos hídricos de qualidade e quantidade adequados. A comunidade, possivelmente em nível de microbacia, deverá ser envolvida de forma a se tornar agente fiscalizador dos conflitos existentes.

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

PROGRAMA 4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A verificação da efetividade de um programa de Educação Ambiental é importante para a garantia da sua continuidade e principalmente para que se possa avaliar, no que se referem aos conteúdos, metodologias e forma de atuação.

A Câmara Técnica de Educação Ambiental deverá ser um fórum de debate para a discussão destes sistemas de avaliação. Para isso, é importante o desenvolvimento de fichas de avaliação com os assuntos abordados voltados aos temas das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ. Os indicadores deverão ser definidos por meio de uma matriz de assuntos relacionados às prioridades contidas no Plano de Bacias.

O processo de avaliação dos trabalhos de Educação Ambiental dos Comitês PCJ será definido de acordo com os critérios estabelecidos pela Câmara Técnica de Educação Ambiental. Desta forma, os projetos apresentados visando a obtenção de recursos FEHIDRO no CBH-PCJ serão submetidos à avaliação considerando-se inicialmente dois critérios, aos quais serão atribuídas pontuação específica de forma a elencar aqueles considerados prioritários. Os critérios são:

- 1) O projeto de educação ambiental estabelece mais de uma parceria para a execução (as parcerias poderão ser em nível federal, estadual, municipal, ONGs, Serviço de água e Esgoto, Associação Amigos de Bairro etc.
- 2) O projeto de educação ambiental irá complementar projetos executados ou em andamento financiados anteriormente pelo FEHIDRO nos itens: proteção de mananciais de águas superficiais e subterrâneas, reflorestamento e recomposição de vegetação ciliar e áreas degradadas, redução e controle de perdas, conservação e proteção de mananciais superficiais de abastecimento urbano, racionalização do uso dos recursos hídricos, sistemas de outorga e cobrança e de informações sobre os recursos hídricos e meio ambiente, rede hidrológica e de monitoramento da qualidade das águas, educação ambiental e sistema de transporte e disposição de esgotos urbanos.
- 3) A avaliação dos programas de educação ambiental deverá ser contínua, e para tal, é necessário que se adotem indicadores eficazes, que apontem o grau de abrangência e consolidação das ações junto ao público alvo e seus efeitos diretos na qualidade ambiental das bacias PCJ. Com base nessas premissas, propõem-se:

Subprograma 4.1. Avaliação dos programas de Educação Ambiental.

Objetivos: Adoção de indicadores que possam delinear as ações em educação ambiental, de forma a avaliar as ações existentes e em desenvolvimento, indicando caminhos efetivos e direcionando as ações, no intuito de prover bases sólidas para as tomadas de decisão.

Propostas: Incentivar parcerias entre instituições públicas ou privadas de ensino e agentes de educação ambiental atuantes nas bacias PCJ, na investigação de indicadores e outros artifícios que possam ser adotados como forma de avaliação das ações em educação ambiental.

3. ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS

Viabilizam as propostas contidas no Programa de EA dos Comitês PCJ procurando utilizar os recursos técnicos, materiais e financeiros, bem como a redução de ações paralelas por parte das instituições atuantes. As estratégias utilizadas para atingir os objetivos da Educação Ambiental são muito variadas, cabendo a cada educador, dentro de sua realidade, a escolha daquela mais indicada.

Os programas que utilizam estratégias que adotam o uso material publicitário ou explicativo estão sujeitos, em alguns casos, a obter pouco resultado efetivo, com desperdício de recursos financeiros. É importante direcionar parte dos recursos alocados para esta finalidade no incentivo a realização de jogos, dinâmicas de grupo e visitas as bacias hidrográficas por parte de associações comunitárias, escolas, empresas entre outras, engajadas na sensibilização e envolvimento de todos os setores da sociedade.

Neste item é importante o desenvolvimento de Roteiros de Estudo do Meio, Jogos de Simulação e Dinâmicas de Grupo a serem publicadas e divulgadas a todos os setores das bacias PCJ

A seguir são elencadas as estratégias a serem adotadas em prol da viabilização das propostas.

1) Planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de Educação Ambiental nas Bacias PCJ.

Objetivos: Coordenar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações de Educação Ambiental nas Bacias PCJ.

2) Formação de parcerias entre organizações públicas, privadas e representativas da sociedade civil, nos níveis internacional, nacional, estadual e municipal.

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

Objetivos: Articulação intra e interinstitucional, visando à formação de parcerias entre organizações, de modo a facilitar a captação de recursos financeiros e imprimir maior eficácia no seu uso, bem como eficiência no desenvolvimento das ações.

3) Criação de Núcleos ou Câmaras Setoriais

Objetivos: Descentralização das ações, através da criação de Núcleos ou Câmaras Setoriais para avaliar os trabalhos em cada área de estudo, buscando a eficácia das ações em Educação Ambiental.

4) Elaboração de planos de trabalho em Educação Ambiental

Objetivos: Elaboração de planos de trabalho em Educação Ambiental, com periodicidade anual, incluindo-os na programação e na respectiva alocação de recursos orçamentários das instituições envolvidas.

4.INDICAÇÃO DE AÇÕES NOS PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA

PROGRAMA 5: Sistema de transporte e disposição de esgotos urbanos ou agrícolas.

Objetivos: prever as ações de educação ambiental a ser incorporadas antes e depois das obras, visando à sensibilização da comunidade e futuros usuários, com vistas à sustentabilidade do projeto.

Propostas: Implementar forte campanha de esclarecimento e incentivo a adoção de comportamento ambientalmente correto frente ao programa a ser implementado. Incentivo ao desenvolvimento e difusão de cartilhas, folders, veiculação em rádio e TV da importância da adesão da rede de esgoto domiciliar a rede municipal em áreas urbanas e da adequação dos esgotos de domicílios rurais em formas individuais de tratamento preliminar, bem como outras informações relevantes sob o ponto de vista de saneamento básico, em fases iniciais de implantação. Após inteiramente implantado o sistema de transporte e disposição de esgotos, sensibilizar a população usuária da rede da importância da utilização de produtos menos agressivos ao meio ambiente, em suas atividades cotidianas e dos prejuízos econômicos e ambientais da disposição de rejeitos sólidos (borracha, tecido etc) na rede pública.

PROGRAMA 6: Reflorestamento e Recomposição de Vegetação Ciliar e de Áreas degradadas, Prevenção e Defesa Contra Inundações, Prevenção e Defesa Contra a Erosão do Solo e o Assoreamento dos Corpos D água

Objetivos: adotar conjuntamente ações de educação ambiental visando a sensibilização de toda a comunidade local e futuros usuários da bacia hidrográfica do respectivo manancial, com vistas a sustentabilidade da interferência.

Propostas: Incentivar ações, em nível comunitário, de sensibilização e esclarecimento a cerca da problemática gerada pelos diferentes usos e ocupação dos solos e seus reflexos ambientais, sociais e econômicos. Promover, principalmente, a discussão e viabilização de projetos mitigadores dos processos de erosão e assoreamento de mananciais.

PROGRAMA 7: Redução e Controle de Perdas de Água, Racionalização do Uso dos Recursos Hídricos, Saúde Ambiental, Proteção dos Mananciais de Águas Superficiais e Subterrâneas e Melhorias da Qualidade da Água.

Objetivos: formação de monitores para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental coerentes com a política e o programa de Educação Ambiental.

Proposta: Viabilizar a capacitação de agentes municipais junto a população e órgãos públicos no incentivo a adoção de medidas que promovam a conservação da água em termos de qualidade e quantidade. Os agentes deverão realizar visitas periódicas a centro e organizações comunitárias como forma de extrapolar a abrangência das informações veiculadas.

5.INDICADORES FINANCEIROS

Os valores que orientarão parte do orçamento dos projetos apresentados serão aqueles utilizados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP e Banco do Brasil, disponíveis para consulta *on line* nos sites:

www.fapesp.br

www.bb.com.br

ANEXO V

Deliberação que estabelece diretrizes para programas de educação ambiental a serem apresentadas no âmbito do licenciamento ambiental referentes aos empreendimentos submetidos à análise dos comitês PCJ

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Deliberação dos Comitês PCJ nº 204/14, de 08/08/2014.

Estabelece diretrizes para programas de educação ambiental a serem apresentados no âmbito do licenciamento ambiental referentes aos empreendimentos submetidos à análise dos Comitês PCJ.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, criado e instalado segundo a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ), denominados Comitês PCJ, no uso de suas atribuições legais, em sua 11ª Reunião Extraordinária, no âmbito de suas respectivas competências e:

Considerando que os termos da Resolução SMA nº 54, de 30 de julho de 2008, estabelecem “procedimentos para o DAIA receber contribuições/sugestões técnicas dos Comitês de Bacia para análise dos Estudos de Impactos Ambiental – EIA e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental – RIMA”;

Considerando os termos da Lei Estadual nº 13.542, de 8 de maio de 2009, que transfere as atribuições do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA/SMA para a CETESB e do Decreto Estadual nº 54.653, de 6 de agosto de 2009, que “Reorganiza a Secretaria do Meio Ambiente - SMA e dá providências correlatas”;

Considerando que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, aprovou em 28 de outubro de 2008, a Deliberação CRH nº 87 que “estabelece diretrizes para os Comitês de Bacias Hidrográficas se manifestarem a respeito dos Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental - RIMA encaminhados pelo órgão ambiental licenciador”;

Considerando os termos da Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, do Estado de Minas Gerais, nº 031, de 26 de agosto de 2009, que “estabelece critérios e normas gerais para aprovação de outorga de direito de uso de recursos hídricos para empreendimentos de grande porte e potencial poluidor pelos Comitês de Bacias Hidrográficas”;

Considerando a Deliberação dos Comitês PCJ nº 116/11, de 28/06/2011, que altera a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 035/09, de 21/05/2009, e seu Anexo, adota providências em decorrência da Deliberação Normativa CERH nº 031/09, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais e acrescenta atribuições ao GT-Empreendimentos;

Considerando a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ;

Considerando a importância da educação ambiental na mitigação dos impactos ambientais negativos gerados pelos empreendimentos nas Bacias PCJ, especialmente em relação aos recursos hídricos:

Deliberam:

Art. 1º - Ficam estabelecidas as diretrizes, constantes desta deliberação, para os programas de educação ambiental a serem apresentados por empreendedores, no âmbito do licenciamento ambiental referentes aos empreendimentos submetidos à análise dos Comitês PCJ nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 116/11, de 28/06/2011.

Art. 2º - Os programas de educação ambiental serão condicionantes para a manifestação favorável dos Comitês PCJ para a emissão das Licenças de Instalação dos empreendimentos.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



§ 1º – O programa de educação ambiental proposto pelo empreendedor será submetido à análise da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ, a qual poderá solicitar adequações; sendo que a manifestação favorável dos Comitês PCJ estará condicionada à aprovação do referido programa pela CT-EA.

§ 2º - Será sugerido ao órgão licenciador a apresentação, pelo empreendedor, de relatório de desenvolvimento do programa, que deverá ser aprovado pela CT-EA, como condicionante para a emissão ou renovação da Licença de Operação do empreendimento.

Art. 3º - Os programas de educação ambiental devem estar baseados na Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ e no Plano das Bacias PCJ.

Art. 4º - Os programas de educação ambiental deverão conter a seguinte estrutura:

I - descrição da realidade socioambiental das áreas de influência direta e indireta do empreendimento;

II - justificativas;

III - objetivos e metas;

IV - público-alvo;

V - metodologia, que deverá contemplar conceito pedagógico, práticas pedagógicas, materiais educativos, conteúdo e detalhamento das atividades;

VI - cronograma de execução;

VII - estratégias e indicadores de avaliação;

VIII - estratégias de continuidade;

IX - descrição da equipe técnica e instituições parceiras, quando houver.

Art. 5º - Esta deliberação entrará em vigor na data da sua aprovação pelos Comitês PCJ.

JEFFERSON BENEDITO RENNÓ
Presidente do CBH-PJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
dos Comitês PCJ

Publicada no DOE em 13/08/2014.

ANEXO VI

Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias observadas

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



Câmara Técnica de Educação Ambiental
63ª Reunião Ordinária da CT-EA – 18/02/2014 - 9h00min.
UNICAMP-FEC - Av. Albert Einstein, 951 - Cidade Universitária, Campinas - SP

Membros Presentes	
Entidade	Representante
4ª Cia de Polícia Ambiental	Marco Antonio da Silva (T)
ASSEMAE	Janete Maria Teles (T)
Associação dos Atrativos de Salto	Dorisney Ribeiro de Campos (T)
Casa do Amor Fraternal	Amarildo dos Santos (T) Rosimeire Aparecida de Oliveira (S)
CETESB	Vera Lucia Namura (T)
DAE Jundiá	Cláudia Debroi de Campos (T)
DAE Santa Barbara d' Oeste	Sônia Regina Franco de Freitas Rosalen (T)
Diretoria de Ensino Campinas Leste	Viviane Artioli (S)
Diretoria de Ensino Campinas Oeste	Juvenal Alves Pereira (S) Maria Cristina de Oliveira (S)
Diretoria de Ensino de Americana	Edevaldo Nonis Sanches (S)
Diretoria de Ensino de Bragança Paulista	Hercimary Bueno de Oliveira (S) Maria Aparecida Prezoto (S)
Diretoria de Ensino de Capivari	Alline Silva Risso (S) Samuel da Silva (S)
Diretoria de Ensino de Limeira	Carine Bosqueiro (S) Thaís Helena Dorigan Cardozo (S)
Diretoria de Ensino de Piracicaba	Carlos Henrique de Oliveira (S) Marly Ap. G. Marsulo (S)
Diretoria de Ensino de Sumaré	Cleonice Cruz de Souza (S) Everilda Camília Lopes (S) Karin Serraneto (S)
Foz do Brasil	Tais de Alencar Lucato (T) Roberta de Cássia Perino (S)
GRUDE	Evandro Rogério Santos (T)
IF	Maria Luísa Bonazzi Palmieri (T)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
Jaguatiba A.P.A	José Cláudio Hofling (T)
P.M. de Águas de São Pedro	Maria Bernardete Deléo Aguiar (T)
P.M. de Americana	Maurício Bianchi Santos (S)
P.M. de Bragança Paulista	Francisco A. de Conceição(T) Fernanda Batazza G Batista(S) Maria Cristina Muñoz (S)
P.M. de Capivari	Lorena Sérgio de Quadros (T)
P.M. de Hortolândia	Paulo José Mancuso (S)
P.M. de Itatiba	Gustavo Cocenza de Almeida Franco (T)
P.M. de Limeira	Tiago Valentin Georgette(T)
P.M. de Rio Claro	Edison Norberto de Andrade (T) Roberto Foresti Junior(S)

SAAE Ambiental Salto	Tatiane Tedeschi Gasparini(S)
SAAE Atibaia	Marcos N. da Silva(S) Hélio Silva Júnior(S)
SABESP	Adilson Octaviano(T)
SANASA	Janete Maria Teles(S)
SEMAE	Felipe Augusto Gaparotto(T) Gabriel Benjamin Siqueira Forti(S)
SEME Salto	Célia Spinardi Milioni(T) Francisco Antonio Moschini(S)
SMA	Maria Luísa Bonazzi Palmieri (T)
UNICAMP	Emília Wanda Rutkowski(T)
Entidades Ausentes	
ACEPEUB	
AEEA - Americana	
AESABESP	
Fundação Energia e Saneamento	
GVS XX – Piracicaba	
Instituto Vale das Garças	
IPÊ	
P.M. de Cabreúva	
P.M. de Cordeirópolis	
P.M. de Itapeva	
P.M. Piracicaba	
P.M. de Salto	
P.M. de Sumaré	
P.M. de Vargem	
P.M. de Vinhedo	
PIRA 21	

Convidados	
Entidade	Representante
P.M. Santa Gertrudes	Everaldo Antonio João
MPSP- GAEMA	Ivan Carneiro Castanheiro
IF SMA	Isac Serafim
SLT/ DH	Casemiro Tércio Carvalho
CGHTP	Guilherme Tadeu Stetter
CGHTP	Nelson Gabriel Domingues
CGHTP	Talita Ceconelli

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



Câmara Técnica de Educação Ambiental
63ª Reunião Ordinária da CT-EA – 18/02/2014 - 9h00min.
UNICAMP-FEC - Av. Albert Einstein, 951 - Cidade Universitária, Campinas - SP

Consórcio TEVU	Ubirajara P. Fontes
Consórcio TEVU	Maria Silvia P.P. Moreira
UNICAMP - PGCIM	Jéssica Prudencio T. Souza
DAE – S.B.O.	Miriã Lemos da Fonseca
DH - SLT	Marcelo Poci Bandeira
SEMA - Limeira	Danilo Passagnolo Fazio

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

1. Pauta: A pauta e o convite da reunião foram enviados aos membros por meio de mensagem eletrônica no dia 03/02/2014. **2. Abertura:** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Maria Luísa Bonazzi Palmieri, coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, que deu boas-vindas aos participantes e agradeceu a cessão do espaço pelo UNICAMP-FEC. **3. Apreciação da minuta de ata da 62ª Reunião Ordinária da CT-EA:** a ata da 62ª Reunião Ordinária CT-EA foi aprovada sem alterações. **4. Informes:** Foi apresentada aos membros da Câmara a Sra. Jéssica Prudencio T. Souza que está desenvolvendo um trabalho de pós-graduação na UNICAMP, fará uma análise de projetos de EA nos Comitês PCJ; Comunicação das entidades excluídas por motivo excesso de faltas. Na ocasião a Sra. Maria Luísa reforçou que não há problema algum dessas entidades excluídas participarem das reuniões como convidadas e ressaltou a importância dessas. A Sra. Emília Wanda Rutkowski da UNICAMP comunicou que no dia 19/03/2014 ocorreu no Auditório de Ciências dos Médicos o Observatório Regional para discutir a reciclagem; A Sra. Dorisney Ribeiro de Campos informou que a Secretaria Executiva da Gestão Municipal ofereceu um seminário no Programa de Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos; A Sra. Maria Luísa propagou que a Agência Nacional da Água (ANA) está promovendo curso em EAD e convida a Câmara Técnica a realizarem, convida também os professores da Rede Estadual de Ensino; A Sra. Maria Luísa procedeu à reunião e houve a Proposta do GT Planejamento de revisão e encaminhamentos dos GTs da CT-EA nas Políticas de Ações da CT-EA/PCJ, também foi proposta aos membros a aprovação de uma reunião extraordinária para o dia 25/03/2014 para revisão das ações. A reunião foi aprovada para a data proposta e sugestão de acontecer em Bragança Paulista. A Sra. Emília Wanda sugeriu estender o convite da Reunião Extraordinária para representantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e também para a Agência Nacional da Água (ANA). **5. Barragem de Santa Maria da Serra: análise do empreendimento e do seu Programa de Educação Ambiental:** A Sra. Maria Luísa

agradeceu a presença do Sr. Dr. Ivan Carneiro Castanheiro, Promotor de Justiça do MPSP- GAEMA e do Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo. O Sr. Marcelo Poci Bandeira do Departamento Hidroviário apresentou aos membros da CT-EA o empreendimento da Barragem de Santa Maria da Serra. Após a apresentação o Sr. Dr. Engenheiro Casemiro Tércio Carvalho do Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo, apresentou o Plano Diretor Hidroviário, modos operantes da equação da economia verde, modos de transporte hidroviário, ferroviário e rodoviário, também foi apresentado dados comparativo dos aspectos ambientais (perdas e ganhos). A Sra. Maria Luísa pediu ao grupo que esclarecessem as dúvidas e indagações para os convidados do Departamento Hidroviário. O Sr. Francisco Antonio Moschini do INEVAT do Município de Salto pediu a palavra e explanou a respeito de não haver necessidade de alongamento de determinado trecho, o mesmo acompanhou e fundamental algo idêntico com a História da Hidrovia na Região de Salto – SP. Seguindo a reunião e exposição do empreendimento, também foram apresentados dados técnicos do estudo ambiental do empreendimento, os quais aborda a qualidade das Águas superficiais, estimativa de cargas poluidoras, ponto de monitoramento da CETESB, índice de qualidade da Água, rede de amostragem e resultados. A Sra. Maria Silvia P.P. Moreira, do consorcio TEVU apresentou o Programa de Educação Ambiental no processo de Licenciamento Ambiental. Apresentou os programas e projetos que irá tratar com a comunidade local. Houve questionamentos pelos membros os quais foram esclarecidos com a intervenção do Sr. Marcelo Poci Bandeira justificando quais impactos reais que a biodiversidade Tanquan sofreria no espaço e a comunidade do Tanquan. Na sequência o Sr. Dr. Ivan Carneiro do GAEMA do Estado de São Paulo questionou vários itens que não foram esclarecidos e suficientes para o convencimento da aceitação do empreendimento. O Sr. Dr. Ivan fez 12 questionamentos que foram respondidos pelo Sr. Dr. Tércio do Departamento dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo e na oportunidade convidou a todos para participarem com contribuições no empreendimento. A Sra. Maria Luísa agradeceu os convidados e concluiu que as manifestações são bem vindas mesmo porque as audiências são públicas. O Sr. Evandro Rogério Santos da entidade GRUDE fez a apresentação da Área do Tanquan por PPT. **6. Revisão e Encaminhamentos do GT EA Empreendimentos:** O Sr. Thiago Valentim Georgette apresentou a Proposta elaborada pelo GT EA Empreendimentos a Câmara Técnica. Foi solicitado contribuição dos membros para enriquecimento do texto, o qual sofreu reformulação e adequações. Houve revisão na renovação da Outorga do Sistema Cantareira com a sugestão que a SABESP deverá apresentar um projeto de Educação Ambiental para o sistema. Foi reformulada a Proposta da CT-EA no Empreendimento Barragem de Santa Maria propondo

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



Câmara Técnica de Educação Ambiental
63ª Reunião Ordinária da CT-EA – 18/02/2014 - 9h00min.
UNICAMP-FEC - Av. Albert Einstein, 951 - Cidade Universitária, Campinas - SP

ao empreendedor que elabore um programa de Educação Ambiental. Também será elaborado pelos GTs, um documento que deverá conter as instruções para elaboração de Projeto de Educação Ambiental a ser entregue aos empreendedores para facilitar o processo. A Sra. Maria Luísa Propõe nova coordenação para o GT Projetos que está precisando ser recomposto, pois é de fundamental importância a atuação do GT EA Projetos. **7. Material Educativo sobre o Plano das Bacias PCJ:** A Sra. Dorisney Ribeiro de Campos, Coordenadora Adjunta da Câmara Técnica de Educação Ambiental, apresentou a Proposta para elaboração do material pedagógico. Sugeriu que o material educativo deva ser elaborado com as Diretorias de Ensino juntamente com a empresa contratada. Pois acredita que as Diretorias de Ensino tem fundamento das necessidades que as escolas se encontram e de como esse material deve ser criado e adequado. Ficou a sugestão que se retome em pauta na próxima reunião esse item. Proposta aprovada pelos membros, lembrando que será apresentado e executado apenas no final de 2015, pois só poderá ser executado após a revisão do Plano de Bacias. **8. Outros Assuntos:** A Sra. Cláudia Debroi de Campos do DAE Jundiá comentou a respeito do Workshop que ocorreu na ESALQ, ressaltou que a empresa contratada não tem nenhuma proposta e ações em Educação Ambiental para revisão do Plano de Bacias. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a coordenação da CT-EA agradeceu a presença de todos e encerrou-se a reunião.

Maria Luísa Bonazzi Palmieri
Coordenadora da CT-EA dos Comitês PCJ

Dorisney Ribeiro de Campos
Coordenadora Adjunta da CT-EA dos Comitês PCJ

Carlos Henrique de Oliveira
Secretario da CT-EA dos Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



Câmara Técnica de Educação Ambiental
17ª Reunião Extraordinária da CT-EA – 25/03/2014 - 9h00min.
Núcleo de Apoio ao Professor e ao Aluno – Rua São Bento, s/v – Vila Aparecida,
Bragança Paulista - SP

Membros Presentes	
Entidade	Representante
ASSEMAE	Janete Maria Teles (T)
Associação dos Atrativos de Salto	Dorisney Ribeiro de Campos (T)
Casa do Amor Fraternal	Amarildo dos Santos (T) Rosimeire Aparecida de Oliveira (S)
CETESB	Vera Lucia Namura (T)
DAE Jundiá	Cláudia Debroy de Campos (T)
DAE Santa Barbara d' Oeste	Sônia Regina Franco de Freitas Rosalen (T)
Diretoria de Ensino Campinas Oeste	Maria Cristina de Oliveira (S)
Diretoria de Ensino de Americana	Sandra Helena Gomes Bandini(S)
Diretoria de Ensino de Bragança Paulista	Hercimary Bueno de Oliveira (S) Maria Aparecida Prezoto (S)
Diretoria de Ensino de Capivari	Alline Silva Risso (S) Samuel da Silva (S)
Diretoria de Ensino de Limeira	Carine Bosqueiro (S)
Diretoria de Ensino de Piracicaba	Carlos Henrique de Oliveira (S)
Diretoria de Ensino de Sumaré	Everilda Camilia Lopes (S)
GVS XX – Piracicaba	Rita Cássia dos Santos Viveiros(T) Elisabete Morandi(S)
IF	Maria Luísa Bonazzi Palmieri (T)
Jaguatibaia A.P.A	José Cláudio Hofling (T)
P.M. de Americana	Mauricio Bianchi Santos (S)
P.M. de Bragança Paulista	Francisco A. de Conceição(T) Fernanda Batazza G Batista(S) Maria Cristina Muñoz (S)
P.M. de Cabreúva	Andréa Manami Yoshikawa(T)
P.M. de Cordeirópolis	Kelly Cristina Soares Alves Licatto(T)
P.M. de Hortolândia	Paulo José Mancuso (S)
P.M. Piracicaba	Giseli Aparecida Lambertuchi Barion(T) Elisabeth da Silveira Nunes Salles(S)
P.M. de Rio Claro	Edison Norberto de Andrade (T) Roberto Foresti Junior(S)
SAAE Atibaia	Ligia Galtarocha de Oliveira(T) Marcos N. da Silva(S) Hélio Silva Júnior(S)
SABESP	Adilson Octaviano(T)

SANASA	Janete Maria Teles(S)
SEMAE	Felipe Augusto Gaparotto(T)
SMA	Maria Luísa Bonazzi Palmieri (T)
UNICAMP	Emília Wanda Rutkowski(T)

Entidades Ausentes

4ª Cia de Polícia Ambiental
ACEPEUB
AEAA - Americana
AESABESP
Diretoria de Ensino Campinas Leste
Foz do Brasil
Fundação Energia e Saneamento
GRUDE
INEVAT
Instituto Vale das Garças
IPÉ
P.M. de Aguas de São Pedro
P.M. de Capivari
P.M. de Itapeva
P.M. de Itatiba
P.M. de Limeira
P.M. de Salto
P.M. de Sumaré
P.M. de Vargem
P.M. de Vinhedo
PIRA 21
SAAE Ambiental Salto
SEME Salto

Convidados

Entidade	Representante
P.M. Cordeirópolis	Adriano Victor
USP	Marcos Sorrentino
UNICAMP	Jessica P.T. Souza

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

1. Pauta: A pauta e o convite da reunião foram enviados aos membros por meio de mensagem eletrônica no dia 21/02/2014. **2. Abertura:** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Maria Luísa Bonazzi Palmieri, coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, que deu boas-vindas aos participantes e agradeceu a cessão do espaço pela Prefeitura de Bragança Paulista. A Sra. Maria Luísa lembrou a todos que a realização desta reunião extraordinária foi aprovada na 63ª Reunião Ordinária da CT-

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



Câmara Técnica de Educação Ambiental
17ª Reunião Extraordinária da CT-EA – 25/03/2014 - 9h00min.
Núcleo de Apoio ao Professor e ao Aluno – Rua São Bento, s/v – Vila Aparecida,
Bragança Paulista - SP

EA dos Comitês PCJ, realizada no dia 18 de fevereiro de 2014 na UNICAMP, em Campinas. A metodologia dessa reunião será diferenciada, com um palestrante convidado e trabalhos em grupos. **3. Revisão da Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ:** A reunião iniciou-se com a palestra “Políticas de Educação Ambiental e Gestão de Bacia Hidrográfica” ministrada pelo Sr. Marcos Sorrentino, professor da ESALQ/USP. O Sr. Marcos enfatizou que para que a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ seja efetiva, é preciso pactuar com todos os habitantes desse território, considerando todos os desejos e sonhos individuais e coletivos, de forma que as pessoas conectem seus projetos de vida individual com projetos da coletividade. Ressaltou que o processo de educação ambiental não pode acontecer somente na escola, pois educação não acontece somente na infância, adultos também precisam ser educados. Apresentou também diversas sugestões para o aprimoramento da Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ. Após a palestra, houve debate sobre o tema, com diversas manifestações de membros da CT-EA e complementações do palestrante. Os membros foram, então, divididos em grupos e tiveram a missão de analisar a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ e, com base em seus conhecimentos, experiências e em alguns documentos fornecidos (Políticas Nacional e Paulista de Educação Ambiental, Diretrizes Curriculares Nacionais, Tratado de Educação Ambiental e os resultados das oficinas sobre educação ambiental e o Plano das Bacias PCJ), elaborar sugestões para o aprimoramento da mesma. Os grupos apresentaram suas propostas em plenário e o GT Planejamento de Educação Ambiental assumiu a responsabilidade de elaborar, com base nesses resultados, uma minuta de deliberação com a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ revisada. Também ficou acordado que serão discutidas estratégias para buscar a ampliação da discussão sobre o documento. **4. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a coordenação da CT-EA agradeceu a presença de todos e encerrou-se a reunião.

Maria Luísa Bonazzi Palmieri
Coordenadora da CT-EA dos Comitês PCJ

Dorisney Ribeiro de Campos
Coordenadora Adjunta da CT-EA dos Comitês PCJ

Carlos Henrique de Oliveira
Secretário da CT-EA dos Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



Câmara Técnica de Educação Ambiental
Minuta de ata da 65ª Reunião Ordinária da CT-EA – 27/05/2014 - 9h00min.
Anfiteatro da FAAL – Faculdade de Artes e Administração de Limeira, Av. Engº
Antônio Eugênio Lucatto, 2515, Vila Camargo, Limeira - SP

Membros Presentes	
Entidade	Representante
ASSEMAE	Janete Maria Teles (T)
Casa do Amor Fraternal	Amarildo dos Santos (T) Rosimeire Aparecida de Oliveira (S)
DAE Jundiá	Claudia Debroy de Campos (T)
DAE Santa Barbara d' Oeste	Sônia Regina Franco de Freitas Rosalen (T)
Diretoria de Ensino Campinas Leste	Viviane Artioli (S)
Diretoria de Ensino Campinas Oeste	Juvenal Alves Pereira (S)
Diretoria de Ensino de Americana	Sandra Helena Gomes Bandini (S)
Diretoria de Ensino de Bragança Paulista	Maria Aparecida Prezoto (S)
Diretoria de Ensino de Capivari	Alline Silva Risso (S)
Diretoria de Ensino de Limeira	Carine Bosqueiro (S)
Diretoria de Ensino de Piracicaba	Carlos Henrique de Oliveira (S)
Diretoria de Ensino de Sumaré	Karin Serraneto (S)
Foz do Brasil	Roberta de Cássia Perino (S)
GRUDE	Evandro Rogério Santos (T) Edenilson Carlos Stoque (S)
GVS XX – Piracicaba	Rita Cássia dos Santos Viveiros (T) Elizabeth Morandi (S)
IF	Maria Luísa Bonazzi Palmieri (T)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
Jaguatibaia A.P.A	José Cláudio Hofling (T)
P.M. de Americana	Mauricio Bianchi Santos (S)
P.M. de Bragança Paulista	Maria Cristina Muñoz (S)
P.M. de Capivari	Lorena Sérgio de Quadros (T)
P.M. de Cordeirópolis	Kely Cristina Soares Alves Licatta (T)
P.M. de Hortolândia	Paulo José Mancuso (S)
P.M. de Itatiba	Gustavo Cosenza de Almeida Franco (T)
P.M. de Limeira	Tiago Valentin Georgette (T)
P.M. Piracicaba	Giseli Aparecida Lambertuchi Barion (T) Elizabeth da Silveira Nunes Salles (S)
P.M. de Rio Claro	Roberto Foresti Junior (S)
P.M. de Sumaré	Everth Ribeiro de Lima (S)
SAAE Ambiental Salto	Bianca Piratello Camargo (R)

SAAE Atibaia	Lígia G. de Oliveira (T) Marcos N. da Silva (S)
SABESP	Adilson Octaviano (T)
SANASA	Janete Maria Teles(S)
SEME Salto	Célia Spinardi Milioni (T) Francisco Antonio Moschini (S)
SMA	Maria Luísa Bonazzi Palmieri (T)
Entidades Ausentes	
4ª Cia de Polícia Ambiental	
ACEPEUB	
AEAA - Americana	
AESABESP	
Associação dos Atrativos de Salto	
CETESB	
Fundação Energia e Saneamento	
Instituto Vale das Garças	
IPÊ	
P.M. de Águas de São Pedro	
P.M. de Cabreúva	
P.M. de Itapeva	
P.M. de Salto	
P.M. de Vargem	
P.M. de Vinhedo	
PIRA 21	
SEMAE	
UNICAMP	

Convidados	
Entidade	Representante
D.E Campinas Oeste	Miguel Silveira
UNICAMP	Jéssica P. T. Souza
ISCA Faculdades	Renata R. Dalfré
UNICAMP/ Prefeitura	Danilo P. Fazio
SME Salto	Carlos Henrique R. Miguel
P.M. Cordeirópolis	Adriano Victor
SME Salto	Bianca Peratello Camargo

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



Câmara Técnica de Educação Ambiental

Minuta de ata da 65ª Reunião Ordinária da CT-EA – 27/05/2014 - 9h00min.
Anfiteatro da FAAL – Faculdade de Artes e Administração de Limeira, Av. Engº
Antônio Eugênio Lucatto, 2515, Vila Camargo, Limeira - SP

1. Pauta: A pauta e o convite da reunião foram enviados aos membros por meio de mensagem eletrônica no dia 12/05/2014. **2. Abertura:** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Maria Luísa Bonazzi Palmieri, coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, que deu boas-vindas aos participantes e agradeceu a cessão do espaço pela FAAL – Faculdade de Artes e Administração de Limeira e à Prefeitura Municipal de Limeira pelo apoio logístico. **3. Proposta de inclusão de itens na pauta:** Foi apresentada, pela coordenação da CT-EA, a proposta de inserção do seguinte item de pauta, a qual foi aprovada: Demandas do GT EA Estiagem. **4. Apreciação da minuta de ata da 64ª Reunião Ordinária da CT-EA:** a ata da 64ª Reunião Ordinária CT-EA foi aprovada sem alterações. **5. Demandas do GT Estiagem** A Sra Maria Luísa, Coordenadora da CT-EA, apresentou aos membros desta Câmara as três propostas de slogan escolhidas na reunião do grupo de comunicação do GT-Estiagem realizada no dia 23 de maio, na Agência das Bacias PCJ: “Para tomar água, tome atitude!”, “Já economizou água hoje?” e “Economize água: compartilhe essa atitude”. A partir dessas ideias, houve amplo diálogo sobre o tema e foi escolhida a seguinte proposta: “Para ter água, tome atitude!”. A Sra. Maria Luísa, apresentou também a proposta de folder sobre Estiagem nas Bacia PCJ. Foram recomendadas modificações nas imagens e no corpo do texto pelos membros dessa Câmara Técnica e a proposta final da CT-EA foi aprovada. A Sra. Maria Luísa reforçou que esta proposta seria enviada para o GT Estiagem e dependeria da aprovação deste, podendo ainda sofrer modificações. **6. Termo de Referência para a produção de materiais educativos sobre o Plano das Bacias PCJ:** A Sra. Maria Luísa apresentou o Termo de Referência para a produção de materiais educativos sobre o Plano das Bacias PCJ, elaborado pelo GT-Educomunicação. Após amplo diálogo entre os membros, foram realizadas alterações e adequações no conteúdo e o Termo de Referência foi aprovado. **7. Encaminhamentos dos GTs da CT-EA:** A Sra. Maria Luísa solicitou aos Coordenadores dos GTs da CT-EA que apresentassem o andamento dos trabalhos dos GTs. Em relação ao GT-EA e Floresta, a Sra. Cláudia Debroy de Campos, do DAE Jundiá, relatou que foi realizada uma reunião no dia 21 de maio com a Agência das Bacias PCJ, IPEF e demais integrantes do grupo responsável pela elaboração do Termo de Referência sobre a atualização do Plano Diretor de Reflorestamento. Nessa reunião, ficou acordado que a atuação da CT-EA será importante após a elaboração do Plano Diretor a fim de divulgá-lo e ajudar na sua operacionalização junto aos públicos envolvidos. Dessa forma, decidiu-se que o GT-EA e Floresta continuará acompanhando e contribuindo com o processo e terá uma atuação mais propositiva após a finalização do Plano. Em relação ao GT-Projetos, a Sra. Maria Luísa agradeceu à Sra. Rosimeire Aparecida de Oliveira (S), da Casa do Amor

Fraterno, pelo contato realizado com os proponentes de projetos de educação ambiental financiados pelos Comitês PCJ e solicitação de relatórios parciais e finais dos projetos. A Sra. Rosimeire colocou-se à disposição para continuar contribuindo com o processo por meio da sistematização das informações dos relatórios. Ficou aprovado que o fruto dessa sistematização será encaminhado para análise do GT-Projetos e apresentação na próxima reunião ordinária da CT-EA. Quanto ao GT-Diagnóstico de EA, a Sra. Elizabeth da Silveira Nunes Salles, da PM de Piracicaba, explicou que foi desenvolvido, em 2013, pela CT-EA, um material sobre o Plano das Bacias PCJ como instrumento para a educação ambiental, bem como um material sobre a própria câmara, ambos a partir de apresentações em slides realizadas pela CT sobre esses temas. Os materiais seriam ilustrados e diagramados pela Agência. Porém, considerando uma reanálise dos mesmos pelo grupo e o fato de o Plano de Bacia e as atribuições da CT-EA encontrarem-se em processo de revisão, o GT sugeriu o cancelamento do material, sugestão aprovada por todos. **8. Informes:** A Sra. Maria Luísa informou sobre a mudança do email da CT-EA, que passou a ser ctea@comitespcj.org.br. Informou também a respeito do XII Diálogo Interbacias, que acontecerá nos dias 01 aos 04 de setembro de 2014. Foi aprovado que os interessados em representar os Comitês PCJ no evento deveriam se manifestar até o dia 11/06/2014 através do novo email e a coordenação desta Câmara seria responsável pela escolha dos representantes, a partir de critérios a serem divulgados posteriormente. A Sra. Elizabeth Nunes, da PM de Piracicaba, informou sobre as sugestões de oficinas e palestras feitas pela CT-EA na reunião de organização do evento. O Sr. Roberto Foresti Júnior, da Prefeitura de Rio Claro, informou que o Encontro Regional da Baixa Bacia do Consórcio PCJ, parte das atividades da Semana da Água, foi realizado com Rio Claro e Santa Barbara d’Oeste no dia 22/05/2014. Ele também mencionou que em Rio Claro ocorreu também a Semana do Meio Ambiente, nos dias 02 a 08 de junho. O Sr. Evandro Rogério Santos, do GRUDE, convidou todos os membros a participarem da 5ª Expedição Rio Jaguari, a ser realizada no dia 1º de Junho de 2014. **Outros assuntos:** Foi decidido que a 66ª Reunião Ordinária da CT-EA ocorrerá no Parque da Cidade, na cidade de Jundiá, no dia 19/08/2014, às 9h. **12: Revisão da Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ:** Optou-se por tratar este item de pauta na 18ª Reunião Extraordinária da CT-EA, a ser realizada no dia 29 de julho, às 9h, no SAAE Atibaia. **13. Encerramento:** O Sr. Tiago Valentim Georgette, da Prefeitura Municipal de Limeira, agradeceu o espaço cedido pela FAAL e divulgou os cursos na área ambiental da Faculdade e as ações realizadas de reaproveitamento e captação de água de chuva. Nada mais havendo a tratar, a coordenação da CT-EA agradeceu a presença de todos e encerrou-se a reunião.

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí



Câmara Técnica de Educação Ambiental
Minuta de ata da 65ª Reunião Ordinária da CT-EA – 27/05/2014 - 9h00min.
Anfiteatro da FAAL – Faculdade de Artes e Administração de Limeira, Av. Engº
Antônio Eugênio Lucatto, 2515, Vila Camargo, Limeira - SP

Maria Luísa Bonazzi Palmieri
Coordenadora da CT-EA dos Comitês PCJ

Dorisney Ribeiro de Campos
Coordenadora Adjunta da CT-EA dos Comitês PCJ

Carlos Henrique de Oliveira
Secretario da CT-EA dos Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



Câmara Técnica de Educação Ambiental
Minuta de ata da 18ª Reunião Extraordinária da CT-EA – 29/07/2014 - 9h00min.
SAAE Atibaia- Praça Roberto Gomes Pedrosa, nº 11, Atibaia - SP

Membros Presentes	
Entidade	Representante
4ª Cia de Polícia Ambiental	Marcus Vinícius Tavares Gomes (S)
ASSEMAE	Ana Lúcia Vieira (T)
Associação dos Atrativos de Salto	Dorisney Ribeiro de Campos (T)
Casa do Amor Fraternal	Amarildo dos Santos (T) Rosimeire Aparecida de Oliveira (S)
CETESB	Vera Lucia Namura (T)
DAE Jundiá	Cláudia Debroi de Campos (T)
Diretoria de Ensino Campinas Oeste	Juvenal Alves Pereira (S)
Diretoria de Ensino de Limeira Bragança Paulista	Maria Aparecida Prezoto (S)
Diretoria de Ensino Limeira	Carine Bosqueiro (S)
Diretoria de Ensino de Piracicaba	Carlos Henrique de Oliveira (S)
Diretoria de Ensino de Sumaré	Karin Serraneto (S) Everilda Camília Lopes (S)
GRUDE	Evandro Rogério Santos (T) Edenilson Carlos Stoque (S)
GVS XX – Piracicaba	Rita Cássia dos Santos Viveiros (T) Elizabeth Morandi (S)
IF	Maria Luísa Bonazzi Palmieri (T)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
IPÊ	Andrea Pupo Bartazini (T)
P.M. de Águas de São Pedro	Maria Bernardete Deléo Aguilar (S)
P.M. de Bragança Paulista	Francisco Assis de Conceição (T) Maria Cristina Muños (S)
P.M. de Cordeirópolis	Adriano Victor (R)
P.M. de Itatiba	Gustavo Cosenza de Almeida Franco (T)
P.M. de Limeira	Tiago Valentin Georgette (T)
P.M. Piracicaba	Giseli Aparecida Lambertuchi Barion (T) Elizabeth da Silveira Nunes Salles (S)
P.M. de Rio Claro	Edison Norberto de Andrade (T) Roberto Foresti Junior (S)
SAAE Ambiental Salto	Bianca Piratello Camargo (R)
SAAE Atibaia	Lígia G. de Oliveira (T) Marcos N. da Silva (S) Hélio Silva Junior (S)
SABESP	Adilson Octaviano (T)
SANASA	Ana Lúcia Vieira (T)
SEMAE	Felipe Augusto Gasparotto (T)

SEME/Salto	Célia Spinardi Milioni (T) Francisco Antonio Moschini (S)
SMA	Maria Luísa Bonazzi Palmieri (T)
UNICAMP	Emília Wanda Rutkowski (T)
Entidades Ausentes	
ACEPEUB	
AEAA - Americana	
AESABESP	
DAE Santa Barbara d' Oeste	
Diretoria de Ensino Campinas Leste	
Diretoria de Ensino de Americana	
Diretoria de Ensino de Capivari	
Foz do Brasil	
Fundação Energia e Saneamento	
Instituto Vale das Garças	
Jaguatibaia A.P.A	
P.M. de Americana	
P.M. de Cabreúva	
P.M. de Capivari	
P.M. de Hortolândia	
P.M. de Itapeva	
P.M. de Salto	
P.M. de Sumaré	
P.M. de Vargem	
P.M. de Vinhedo	
PIRA 21	

Convidados	
Entidade	Representante
P.M Salto	Carlos Henrique R. Miguel
UNICAMP	Jéssica P. T. Souza

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

1. Pauta: A pauta e o convite da reunião foram enviados aos membros por meio de mensagem eletrônica no dia 10/07/2014. **2. Abertura:** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Maria Luísa Bonazzi Palmieri, coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, que deu boas-vindas aos participantes e agradeceu a cessão do espaço pelo SAAE Atibaia. **3. Informes:** A Sra. Maria Luísa informou que estão abertas as inscrições para o XII Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos, que acontecerá nos dias 01 a 04 de setembro de 2014. Foi apresentada novamente a lista dos subsidiados que

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



Câmara Técnica de Educação Ambiental

Minuta de ata da 18ª Reunião Extraordinária da CT-EA – 29/07/2014 - 9h00min.

SAAE Atibaia- Praça Roberto Gomes Pedrosa, nº 11, Atibaia - SP

representarão os Comitês PCJ no evento e reforçada a necessidade destes fazerem suas inscrições. Também foi informado que todos os comitês elaborarão um artigo com o tema “Os desafios frente à escassez de água nos CBHs” para a revista do evento e que a coordenação da câmara preparará uma primeira versão do texto e encaminhará ainda esta semana para contribuições de todos os membros e posterior encaminhamento à Secretaria Executiva e organização do evento. Outro informe foi a respeito da Reunião do Comitê Editorial da TV-PCJ realizada no dia 21 de julho na Agência das Bacias PCJ. A Sra. Maria Luísa informou que na referida reunião houve amplo diálogo sobre o Programa Valor da Água e foram propostas as seguintes mudanças: inclusão de quadro com perguntas da população aos Comitês PCJ; apresentação bastante resumida sobre os eventos realizados; utilização de animações; produção de programas temáticos e mais dinâmicos, apresentando vários pontos de vistas sobre um determinado tema. O tema inicial escolhido foi estiação, sendo que no primeiro programa será tratado o tema relacionado a sistemas de abastecimento público. Também foi informado que a empresa ganhadora da licitação ofereceu um serviço de filmagens aéreas, que poderia ser contratado a parte. A Sra. Ana Lúcia Vieira, representante da SANASA, afirmou que a SANASA possui filmagens aéreas de alguns pontos e sugeriu que os Comitês PCJ façam um contato para verificar as possibilidades de utilizá-las nos programas da TV-PCJ. A Sra. Maria Luísa disse que fará essa sugestão à Agência das Bacias PCJ. A Sra. Dorisney Ribeiro de Campos, Coordenadora Adjunta desta Câmara Técnica, sugeriu que na próxima reunião da TV-PCJ sejam definidos os temas dos próximos programas para viabilizar o encaminhamento de sugestões de conteúdo da CT-EA. Outro informe foi a respeito da reunião do GT-Empreendimentos realizada no dia 8 de julho sobre o empreendimento “Centro Tratamento e Destinação de Resíduos (CTDR)”, em Amparo. Identificou-se que o empreendimento está bem próximo ao local que se pretende construir a Barragem de Duas Pontes e que este fato não foi considerado no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), por isso foi solicitado que se refaça o estudo. Em vista disso, todas as demais considerações das Câmaras Técnicas sobre o empreendimento foram guardadas pela Secretaria Executiva para utilização na análise do EIA quando este for reapresentado. Também foi informado que a 11ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ será realizada no dia 08 de agosto, às 9:30h, no Centro de Convenções Aydil Pinesi Bonachella, sito à Rua das Primaveras, 210, Jardim Pompéia, no município de Indaiatuba-SP. Entre as pautas da referida reunião, constam as seguintes: Programas de Educação Ambiental a serem apresentados no âmbito do licenciamento ambiental, referentes aos empreendimentos submetidos à análise dos Comitês PCJ; Processo Eleitoral dos Comitês PCJ: CBH-PCJ e PCJ-Federal (para o mandato 2015-2017); Plano de Efetivação do Enquadramento do

Plano de Bacias 2010-2020; e Plano de Aplicação Plurianual (Relatório de execução 2013 e programação para 2014). Outro informe foi sobre o e-mail da CT-EA, que voltou a ser ctea@agenciapcj.org.br devido a problemas técnicos com o outro servidor. Também foi reforçado o convite a todos os membros para participar do Diálogo sobre o tema “Orientação Técnica sobre a Estiação nas Bacias PCJ”, com as Secretarias Municipais de Educação, Diretorias e Superintendências de Ensino localizadas nas Bacias PCJ. A referida reunião ocorrerá no dia 30/07/2014 (4ª feira), das 9 às 13h, no Parque da Cidade, localizado na Rodovia João Cereser, km 66, Pinheirinho, Jundiá. A Sra. Maria Luísa também informou que o material da Orientação Técnica e o folder sobre estiação já foram finalizados e encaminhados via email. A Sra. Emília Wanda Rutkowski, representante da UNICAMP, comentou que acredita que, nos próximos materiais produzidos, seria interessante atentar para a utilização de ilustrações que considerem a diversidade social brasileira. A Sra. Emília também informou que a ABES organizou o “Dia do Sol”, um concurso infantil em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Outro informe foi realizado pela Sra. Lígia G. de Oliveira, representante do SAAE Atibaia, que apresentou a ferramenta de busca “Ecosia”, pela qual é plantada uma árvore por pesquisa realizada, e incentivou todos os membros a adotarem a ferramenta, a qual se encontra disponível no seguinte site: www.ecosia.org. **4. Apreciação da minuta de ata da 65ª Reunião Ordinária da CT-EA:** a ata da 65ª Reunião Ordinária CT-EA foi aprovada sem alterações. **5. Revisão Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ:** A Sra. Dorisney Ribeiro de Campos apresentou a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ. Após amplo diálogo entre os membros, foram realizadas alterações e adequações no conteúdo e a Política de Educação Ambiental foi aprovada para encaminhamento ao processo de consulta pública e às demais instâncias dos Comitês PCJ. **6. Termo de Referência “Produção de materiais educativos sobre planejamento e gestão participativa nos Comitês PCJ”:** A Sra. Maria Luísa explicou que, em conversa com a Secretaria Executiva, foi compreendido que, devido ao fato de que o processo de revisão do Plano de Bacias será iniciado em breve, uma publicação que tratasse especificamente do Plano de Bacias ficaria desatualizada em pouco tempo. Dessa forma, a sugestão foi que a publicação não fosse somente sobre o Plano de Bacias, mas sobre o processo de planejamento e gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ e pudesse ser utilizado para a mobilização de todos os setores sociais no processo participativo de revisão do Plano de Bacias. Nesse contexto, foi realizada a leitura do TR e foram feitas contribuições e adequações no texto. O TR foi aprovado. A Sra. Maria Luísa explicou ainda que o GT-Educomunicação, responsável pela elaboração do TR analisado e também do TR de programas educacionais

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



Câmara Técnica de Educação Ambiental
Minuta de ata da 18ª Reunião Extraordinária da CT-EA – 29/07/2014 - 9h00min.
SAAE Atibaia- Praça Roberto Gomes Pedrosa, nº 11, Atibaia - SP

para a TV-PCJ, já aprovado nesta CT, entendeu que seria temerário realizar uma licitação que considerasse apenas o menor preço. Por isso, o GT elaborou uma proposta de técnica e preço, semelhante para os dois TRs. Após a apresentação da proposta, houve grande diálogo sobre a mesma e deliberou-se que a decisão sobre o tema será tomada pelo GT-Educomunicação em conjunto com a Agência das Bacias PCJ, ouvido o setor jurídico da mesma.

10. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a coordenação da CT-EA agradeceu a presença de todos e encerrou-se a reunião.

Maria Luísa Bonazzi Palmieri
Coordenadora da CT-EA dos Comitês PCJ

Dorisney Ribeiro de Campos
Coordenadora Adjunta da CT-EA dos Comitês PCJ

Carlos Henrique de Oliveira
Secretario da CT-EA dos Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

Câmara Técnica de Educação Ambiental
ATA da 68ª Reunião Ordinária da CT-EA – 02/12/2014 - 9h00min.
Câmara Municipal dos Vereadores de Capivari



Membros Presentes	
Entidade	Representante
4ª Cia de Polícia Ambiental	Marco Antônio da Silva (T)
ASSEMAE	Janete Maria Teles (T)
Associação dos Atrativos de Salto	Dorisney Ribeiro de Campos (T)
Casa do Amor Fraternal	Amarildo dos Santos (T) Rosimeire Aparecida de Oliveira (S)
DAE Jundiá	Claudia Debroy de Campos (T)
DAE Santa Barbara d' Oeste	Mônica Tortelli (S)
Diretoria de Ensino Campinas Leste	Viviane Artioli (S)
Diretoria de Ensino Campinas Oeste	Juvenal Alves Pereira (S)
Diretoria de Ensino de Bragança Paulista	Hercimary Bueno de Oliveira (S)
Diretoria de Ensino de Capivari	Elizete Cristina Aguiar (R)
Diretoria de Ensino de Piracicaba	Carlos Henrique de Oliveira (S)
Diretoria de Ensino de Sumaré	Karin Serraneto (S)
IF	Maria Luísa Bonazzi Palmieri (T)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
Jaguatibaia A.P.A	José Cláudio Hofling (T)
P.M. de Águas de São Pedro	Maria Bernardete Deléo Aguilar (T)
P.M. de Bragança Paulista	Francisco Assis de Conceição (T) Maria Cristina Munoz (S)
P.M. de Cordeirópolis	Adriano Victor (S)
P.M. de Hortolândia	Paulo José Mancuso (S)
P.M. Limeira	Tiago Valentin Georgette (T)
P.M. Piracicaba	Elisabeth da Silveira N. Salles (S)
P.M. de Sumaré	Fernanda Dacar Uslar (T) Everth Ribeiro de Lima (S)
SAAE Atibaia	Hélio Silva Junior (S)
SABESP	Douglas de Albuquerque Leite (S)
SANASA	Janete Maria Teles (S) Júlio César do Nascimento (S)
SEMAE	Felipe Augusto Gasparotto (T)
SEME/Salto	Célia Spinardi Milioni (T)
SMA	Maria Luísa Bonazzi Palmieri (T)
Entidades Ausentes	
ACEPEUB	
AEAA – Americana	
AESABESP	
CETESB	

Diretoria de Ensino de Americana	
Diretoria de Ensino Limeira	
Foz do Brasil	
Fundação Energia e Saneamento	
GRUDE	
GVS XX – Piracicaba	
Instituto Vale das Garças	
IPÊ	
P.M. de Americana	
P.M. de Cabreúva	
P.M. de Capivari	
P.M. de Itapeva	
P.M. de Itatiba	
P.M. de Rio Claro	
P.M. de Salto	
P.M. de Vargem	
P.M. de Vinhedo	
PIRA 21	
SAAE Ambiental Salto	
UNICAMP	
Convidados	
Entidade	Representante
Câmara de Vereadores Capivari	Junior Pazianote
Diretoria de Meio Ambiente Capivari	Guilherme Pagotto
Diretoria de Meio Ambiente Capivari	Jéssica Martins
UNICAMP	Jéssica P. T. Souza

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

1. Pauta: A pauta e o convite da reunião foram enviados aos membros por meio de mensagem eletrônica no dia 17/11/2014. **2. Abertura:** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Maria Luísa Bonazzi Palmieri, coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, que deu boas-vindas aos participantes e agradeceu a cessão do espaço pela Câmara Municipal dos Vereadores de Capivari. O Sr. Junior Pazianote, Presidente da Câmara dos Vereadores desse Município, deu boas vindas aos membros e na ocasião explanou os projetos ambientais em desenvolvimento nesta cidade. Na sequência o Sr. Guilherme Pagotto e a Sra. Jéssica Martins, responsáveis pela Diretoria Ambiental da PM de Capivari, apresentaram os trabalhos desenvolvidos pela Diretoria de Meio Ambiente. **3. Inversão de Pauta:** a Sra. Maria Luísa propôs que a pauta “Elaboração de vídeos

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



Câmara Técnica de Educação Ambiental
ATA da 68ª Reunião Ordinária da CT-EA – 02/12/2014 - 9h00min.
Câmara Municipal dos Vereadores de Capivari

educativos: análise de proposta inicial de trabalho” fosse trabalhada no final da reunião, o que foi aprovado. 4.

Informes: A Sra. Maria Luísa informou sobre a ocorrência da Reunião do GT-Estíagem no dia 05/11/2014, na qual foi decidido que seria elaborado um relatório sobre as atividades do GT e seria apresentada, à CT-PL, a proposta de criação de um GT-Eventos Extremos. A Coordenação da CT-EA também informou que na semana dos dias 23 a 27 de novembro, aconteceu em Maceió-AL o XVI ENCOB, que contou com a participação da Sra. Maria Luísa Bonazzi Palmieri e do Sr. Carlos Henrique de Oliveira pela CT-EA, os quais se responsabilizaram em encaminhar seus relatórios sobre o evento para todos os membros, compartilhando os conhecimentos adquiridos. Foi informado também a respeito da Oficina do Plano de Bacias que seria realizada no dia 09/12/2014, das 8:30 às 12:30, no CIESP Jundiá, e as inscrições poderiam ser feitas até o dia 03/12/2014. A Sra. Elisabeth Nunes, da Prefeitura de Piracicaba, convidou os membros a participarem do Encontro de Educação Ambiental promovido pelo Grupo Multidisciplinar de Educação Ambiental no dia 11/12/2014 na Secretaria Municipal de Educação de Piracicaba, com inscrições até o dia 08/12/2014 no link que a Sra. Elisabeth encaminhou no grupo da CT-EA.

5. Inclusão de novos membros: a Empresa ODEBRECHT Ambiental da Cidade de Limeira enviou, via ofício, a indicação da representante Sra. Nara Luiza Soares Ferreira para compor essa CT, a qual foi aprovada. **6. Apreciação da minuta de ata da 67ª Reunião Ordinária da CT-EA:** foi dispensada a leitura da ata 67ª Reunião Ordinária CT-EA, na sequência, a ata foi aprovada sem alterações. **7. Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ:** a Sra. Maria Luísa apresentou e fez considerações junto aos membros na Política de Educação Ambiental PCJ. Foi retirado o inciso 2 do Art. 4º e houve alteração no inciso 1. A política foi aprovada para encaminhamento à CT-PL. **8. Análise do relatório de atividades do Programa de Educação Ambiental do empreendimento "EntreVerdes";** O Sr. Tiago Valentin Georgette, coordenador do GT-EA em empreendimentos, contextualizou o empreendimento e disse que o GT manifestou-se favoravelmente à aprovação do relatório de atividades apresentado. A CT-EA aprovou o relatório e está aguardando o projeto 4 deste empreendimento para análise. **9. Análise do Programa de Educação Ambiental da ampliação do Aterro Sanitário de Bragança Paulista, em regime de Codisposição de Resíduos Domiciliares e Industriais Não Perigosos (classe II):** O Sr. Tiago, coordenador do GT-EA em empreendimentos, apresentou o Programa de Educação Ambiental desse empreendimento o qual foi rejeitado pelo fato de, na primeira vez, ter sido

apresentado um programa de EA do município e não do empreendimento. E na segunda vez, foram feitas pequenas alterações. A Sra. Maria Luísa reforçou a necessidade do detalhamento de acordo com a deliberação dos Comitês PCJ para apresentação dos projetos e programas de EA. A Sra. Maria Cristina Munoz, da PM de Bragança Paulista, lembrou que na área do entorno do empreendimento não há escolas estaduais ou particulares, somente escolas municipais. Reforçou, como sugestão, que seja indicada aos técnicos responsáveis pela elaboração do programa (empresa de consultoria contratada) a importância de se trabalhar a comunidade do entorno, utilizando, por exemplo, os espaços do Programa Saúde da Família. A Sra. Maria Luísa reforçou que a ideia não é a reprovação do Programa e sim no apoio para que seja um programa bem elaborado para que se alcance os resultados esperados. Realizadas considerações a respeito do Programa de Educação Ambiental, foi sugerido que em uma próxima reunião a Associação 3ª Via seja chamada para apresentar o a situação atual do Programa Bragança Sustentável. **10. Mapa das Unidades Regionais de Administração de Ensino para os municípios inseridos nas Bacias PCJ:** A Sra. Dorisney Ribeiro de Campos, Coordenadora Adjunta da CT-EA, apresentou e revisou com todos a localização da área de atuação de cada DE no mapa das 7 principais sub bacias PCJ, observando em quais Oficinas de produção dos vídeos Educativos os PCNPs irão participar. Após revisão, a Sra. Dorisney reforçou a importância da atuação dos educadores na produção dos vídeos de cada sub-bacia. **11. Outros assuntos:** A Sra. Maria Luísa disse que a CT-EA foi convidada a participar da elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental desse Município. Foram indicados o Sr. Paulo Mancuso da P.M de Hortolândia e o Sr. José Cláudio Hofling membro titular da entidade Jaguatibaia A.P.A, para representarem a CT-EA nesta questão. A Sra. Maria Luísa reforçou aos mesmos que participem da reunião e terão espaço nas reuniões desta Câmara para retornarem com as informações a respeito da elaboração do Plano Municipal de E.A no Município de Campinas para a CT-EA. A Sra. Maria Luísa também afirmou que o Sr. Roberto Polga, Coordenador Regional de Meio Ambiente da FIESP e ex-coordenador da CT-Indústria, solicitou o apoio da CT-EA para elaborar um plano, de forma pedagógica, para reduzir o consumo de Água nas escolas do SESI Americana juntamente com 5 alunos. Os membros da CT-EA sugeriram que o Sr. Roberto Polga e representantes do SESI sejam convidados para apresentarem a proposta e o que se espera da CT-EA. A Sra. Maria Luísa sugeriu ainda que o Sr. Roberto Polga fosse convidado, na próxima reunião, para fazer a palestra que deu origem a esta proposta no SESI. Os

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



Câmara Técnica de Educação Ambiental
ATA da 68ª Reunião Ordinária da CT-EA – 02/12/2014 - 9h00min.
Câmara Municipal dos Vereadores de Capivari

encaminhamentos foram aprovados. **12. Elaboração de vídeos educomunicativos: análise de proposta inicial de trabalho:** a proposta inicial foi apresentada pela Sra. Vera Sanada e o Sr. Yuri Sanada, da empresa Aventuras Produções e Edições Educativas Ltda. A Sra. Vera apresentou as experiências da empresa na área de educomunicação e os motivos de interesse na participação dessa licitação. Em seguida apresentou o cronograma de trabalho e este foi ajustado com os membros para não ocorrer concomitância das agendas pessoais com o cronograma dos primeiros 8 ciclos de oficinas. As duas primeiras oficinas serão em dias consecutivos, sendo no primeiro semestre de 3ª e 4ª feira e no segundo semestre de 4ª e 5ª feiras. Entre as oficinas 1 e 2 haverá um intervalo de 15 dias. A Sra. Maria Luísa reforçou a importância da presença dos membros da CT-EA no 1º ciclo de oficinas, que conta com 20 vagas. Representantes das Diretorias de Ensino Campinas LESTE, OESTE, Bragança Paulista e demais DEs declararam que o excesso de demandas já estabelecidas em suas respectivas Diretorias impedem a participação dos PCNPs em todas as oficinas, ainda com agravante devido não poder mais convocar via Secretaria Estadual de Educação de (SP) SEE, o que dificulta o deslocamento desses. A Sra. Maria Luísa sugeriu que em cada oficina haja pelo menos um representante de DEs. **11. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a coordenação da CT-EA agradeceu a presença de todos e encerrou-se a reunião.

Maria Luísa Bonazzi Palmieri
Coordenadora da CT-EA dos Comitês PCJ

Dorisney Ribeiro de Campos
Coordenadora Adjunta da CT-EA dos Comitês PCJ

Carlos Henrique de Oliveira
Secretario da CT-EA dos Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



Câmara Técnica de Educação Ambiental
ATA da 69ª Reunião Ordinária da CT-EA – 10/02/2015 - 9h00min.
Escola SENAI – Av. Brasil, 2801 – Parque Residencial Nardini – Americana - SP

Membros Presentes	
Entidade	Representante
ASSEMAE	Janete Maria Teles (T)
Casa do Amor Fraternal	Amarildo dos Santos (T) Rosimeire Aparecida de Oliveira (S)
CETESB	Vera Lucia Namura (T)
Diretoria de Ensino Campinas Oeste	Juvenal Alves Pereira (S)
Diretoria de Ensino de Americana	Edevaldo Nonis Sanches (S) Sandra Helena Gomes Bandini (S)
Diretoria de Ensino Limeira	Carine Bosqueiro (S)
Diretoria de Ensino de Piracicaba	Carlos Henrique de Oliveira (S) Antonio Fernando Bovi (R)
Diretoria de Ensino de Sumaré	Karin Serraneto (S)
Odebrecht Ambiental	Nara Luiza S. Ferreira (T) Roberta de Cássia Perino (S)
GRUDE	Evandro Rogério Santos (T)
GVS XX – Piracicaba	Elizabete Morandi (S)
IF	Maria Luísa Bonazzi Palmieri (T)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
Jaguatibaia A.P.A	José Cláudio Hofling (T)
P.M. de Cordeirópolis	Adriano Victor (S)
P.M. de Itatiba	Gustavo C. de A. Franco
P.M. Limeira	Tiago Valentin Georgette (T)
P.M. Piracicaba	Elisabeth da Silveira N. Salles (S)
P.M. de Rio Claro	Roberto Foresti Júnior (S)
P.M. Santa Gertrudes	Everaldo Antonio João (T) Paulo Fernando (S)
SAAE Atibaia	Hélio Silva Junior (S) Miki Moriyma (R)
SANASA	Janete Maria Teles (S)
SEME/Salto	Célia Spinardi Milioni (T) Francisco Antonio Moschini (S)
SMA	Maria Luísa Bonazzi Palmieri (T)
Entidades Ausentes	
4ª Cia de Polícia Ambiental	
ACEPEUB	
AEAA – Americana	
AESABESP	
Associação dos Atrativos de Salto	
DAE Jundiá	
DAE Santa Barbara d' Oeste	
Diretoria de Ensino Campinas Leste	
Diretoria de Ensino de Bragança Paulista	
Diretoria de Ensino de Capivari	

Fundação Energia e Saneamento	
Instituto Vale das Garças	
IPÊ	
P.M. de Águas de São Pedro	
P.M. de Americana	
P.M. de Bragança Paulista	
P.M. de Cabreúva	
P.M. de Capivari	
P.M. de Hortolândia	
P.M. de Itapeva	
P.M. de Salto	
P.M. de Sumaré	
P.M. de Vargem	
P.M. de Vinhedo	
PIRA 21	
SAAE Ambiental Salto	
SABESP	
SEMAE	
UNICAMP	
Convidados	
Entidade	Representante
SENAI Americana	Guilherme Dias, Allan Barros, Lucas Borba, Wealey S. Silva, Kethle Alves, Ronaldo Secco, Miguel Seguin, Aline Domingos, Karina C. de Oliveira e Paulo Grabriel
FIESP	Roberto Polga
Consórcio PCJ	Andréa Borges
UNICAMP	Jéssica P. T. Souza
SESI Americana	Danilo Bueno
IANDÉ Educação Sustentável	Cristiano G. Pastor
IZ/APTA/ SAA	João José Demarchi

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

1. Pauta: A pauta e o convite da reunião foram enviados aos membros por meio de mensagem eletrônica no dia 27/01/2015. **2. Abertura:** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Maria Luísa Bonazzi Palmieri, coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, deu boas-vindas aos participantes e agradeceu a cessão do espaço pelo SENAI Americana. **3. Inclusão de item de pauta:** A Sra. Maria Luísa solicitou a inclusão do item de pauta “Encaminhamentos da análise do Programa de

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



Câmara Técnica de Educação Ambiental
ATA da 69ª Reunião Ordinária da CT-EA – 10/02/2015 - 9h00min.
Escola SENAI – Av. Brasil, 2801 – Parque Residencial Nardini – Americana - SP

Educação Ambiental do Aterro de Americana”, a qual foi aprovada. **4. Proposta de ações educativas sobre recursos hídricos com o SESI e SENAI:** o Sr. Roberto Polga, membro da CT Indústria do Comitê PCJ, ministrou a palestra: “Escassez Extrema de Água e a Influência dos Ciclos Solares no Clima”. O palestrante iniciou o assunto com uma breve explicação a respeito e funcionamento dos Comitês PCJ e suas Câmaras Técnicas. Na sequência, contextualizou diversos conceitos hidrológicos e de gestão hídrica. Houve a apresentação de alunos do SENAI a respeito de um protótipo de reaproveitamento da água de enxague após uso na máquina de lavar, o qual foi o tema do TCC desses estudantes. O Sr. Polga apresentou os responsáveis pela turma de formandos do SENAI, o qual provocou para se implantar um projeto de educação ambiental utilizando os métodos abordados na palestra, em parceria com SESI e SENAI. Diante da palestra, foi aberto aos membros perguntas e sugestões para o projeto sugerido. A Sra. Maria Luísa agradeceu a participação do palestrante e a de todos e sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho para dar continuidade à proposta do SESI Americana, para que em abril/2015 possa atingir a meta de 20% na redução de consumo de água, a qual foi aprovada. O GT foi formado com a participação do Sr. Evandro Rogério Santos (GRUDE), Sr. Cristiano (Aguapé/Iandé – Piracicaba), Sra. Elizabeth da Silveira N. Salles (PM Piracicaba), Sr. Amarildo dos Santos e Sra. Rosimeire Aparecida de Oliveira (Casa do Amor Fraternal) e das DE's (as quais ficaram de consultar sua Secretaria). Ficou acordado que a Sra. Aline (do Sesi Americana) irá enviar, via e-mail, para a Sra. Maria Luísa os e-mails dos alunos do SESI para posterior envio à Sra. Elizabeth da Silveira (PM Piracicaba) para organização e elaboração do grupo de discussão no sistema googlegroups. **5. Proposta de realização de encontros sobre eventos extremos em parceria com o Consórcio PCJ:** a Sra. Maria Luísa apresentou a proposta da realização de encontros sobre eventos extremos em parceria com o Consórcio PCJ.. Explicou que a empresa Iandé e o Consórcio PCJ a procuraram para contribuir na elaboração desses encontros e que ela considerou a proposta pertinente à CT-EA devido ao fato de estar presente, no Plano de Trabalho desta CT, a realização de uma oficina e um seminário para elaboração de ações de educação ambiental voltadas à estiagem. Assim, a proposta da coordenação da CT foi no sentido de substituir estas ações, previstas no Plano de Trabalho da CT-EA, pela organização, em conjunto com o Consórcio PCJ, desses encontros sobre eventos hídricos extremos (estiagem e cheias). A Sra. Andréa Borges (Consórcio PCJ) contextualizou a respeito do surgimento da proposta, ressaltando que a PETROBRÁS/REPLAN solicitou em 2006 o aumento de outorga na captação de água e que esta solicitação foi aprovada com mais 10 ações condicionantes a serem realizadas, dentre elas ações de educação ambiental. Uma dessas ações envolve a realização de quatro encontros sobre eventos extremos, sendo um na bacia do Rio Piracicaba, um na bacia do Rio Capivari, um na bacia do Rio Jundiá e um de fechamento das propostas sobre o tema. Para a realização

desses encontros, foi realizada uma licitação, na qual a empresa “Iandé: educação e sustentabilidade” foi vencedora.. Na ocasião, o Sr. Cristiano G. Pastor (Iandé) apresentou a empresa, os parceiros e o Plano de Trabalho aos membros da CT-EA, incluindo o cronograma de execução. O Plano de Trabalho já havia sido enviado aos membros da CT-EA via email para apreciação. O Sr. Cristiano enfatizou que as sugestões e o envolvimento dos membros da CT-EA são bem vindos. A proposta de realização conjunta dos encontros foi aprovada e o Sr. Tiago Valentim Georgette (PM Limeira) e a Sra. Janete Maria Teles (Sanasa) ficaram responsáveis por representar a CT-EA na organização do evento e manter a CT informada sobre o assunto. **6. Apreciação da minuta de ata da 67ª Reunião Ordinária da CT-EA:** a ata foi aprovada sem alterações. **7. Indicação de representante da CT-EA para o “Curso de Especialização em Gerenciamento de Recursos Hídricos” da Escola de Engenharia de Piracicaba (EEP):** A Sra. Maria Luísa disse que a CT-EA recebeu a manifestação de interesse dos Srs. Amarildo dos Santos (Casa do Amor Fraternal) e Tiago Valentin Georgette (PM de Limeira). Considerando que o critério de seleção no ano passado foi a priorização dos coordenadores dos GTs, foi decidido que seria utilizado o mesmo critério, de forma a realizar a indicação do Sr. Tiago, coordenador do GT EA em Empreendimentos. **8. Encaminhamentos da análise do Programa de Educação Ambiental do Aterro de Americana:** A Sra. Maria Luísa informou aos membros que o empreendedor encaminhou o programa sem tempo hábil para análise nesta reunião. Foi decidido que o GT-EA Empreendimentos e a Coordenação da câmara deliberarão sobre o tema, em reunião do GT, aberta a todos, no dia 23/02/2015 2ª feira as 09:00h no Consórcio PCJ em Americana – SP. **9. Informes:** A Sra. Maria Luísa informou a respeito do 1º Ciclo de Oficinas de Educação da CT-EA e reforçou a importância da participação dos membros nas oficinas. A Sra. Elizabeth (PM Piracicaba) convidou os membros a participarem do 21º Arrastão Ecológico no Rio Piracicaba, no sábado, dia 28 de fevereiro de 2015 no Largo dos Pescadores em Piracicaba - SP. **10. Encerramento:** A CT-EA decidiu que a reunião do dia 14 de Abril de 2015 será realizada no SENAI em Americana – SP. Nada mais havendo a tratar, a coordenação da CT-EA agradeceu a presença de todos e encerrou-se a reunião.

Maria Luísa Bonazzi Palmieri
Coordenadora da CT-EA dos Comitês PCJ

Carlos Henrique de Oliveira
Secretário da CT-EA dos Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



Câmara Técnica de Educação Ambiental
ATA da 70ª Reunião Ordinária da CT-EA – 14/04/2015 - 9h00min.
CATI Campinas – Av. Brasil, 2340 – Vila Itapura – Campinas - SP

Membros Presentes	
Entidade	Representante
4ª Cia de Polícia Ambiental	Marco Antônio da Silva (T) Adilson da Rocha Leal (S)
ASSEMAE	Janete Maria Teles (T) Ana Lúcia Vieira (S)
Associação dos Atrativos de Salto	Dorisney Ribeiro de Campos (T)
Casa do Amor Fraternal	Amarildo dos Santos (T) Rosimeire Aparecida de Oliveira (S)
CETESB	Vera Lucia Namura (T)
Diretoria de Ensino Campinas Leste	Raquel P.R. de Paula (S)
Diretoria de Ensino Campinas Oeste	Juvenal Alves Pereira (S)
Diretoria de Ensino de Americana	Edevaldo Nonis Sanches (S) Sandra Helena Gomes Bandini (S)
Diretoria de Ensino de Bragança Paulista	Maria Aparecida Prezoto (S)
Diretoria de Ensino de Piracicaba	Carlos Henrique de Oliveira (S) Antonio Fernando Bovi(S)
Diretoria de Ensino de Sumaré	Karin Serraneto (S)
Odebrecht Ambiental	Nara Luiza S. Ferreira (T)
GRUDE	Evandro Rogério Santos(T)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
Jaguatibaia A.P.A	José Cláudio Hofling (T) José Carlos Perdigão (S)
P.M. de Bragança Paulista	Francisco Assis de Conceição (T)
P.M. de Cordeirópolis	Kelly Cristina Soares Alves Licatta (S) Adriano Victor (S)
P.M. Limeira	Tiago Valentin George (T)
P.M. Piracicaba	Elisabeth da Silveira N. Salles (S)
P.M. de Rio Claro	Roberto Foresti Júnior (S) Edison Norberto de Andrade (T)
P.M. de Sumaré	Fernanda Dacar Uslar (T)
P.M. de Vinhedo	Roselice Chate Vasconcelos de Figueiredo (S)
SAAE Atibaia	Marcos Nonato da Silva (S) Miki Moriyama (S)
SANASA	Ana Lúcia Vieira (T) Janete Maria Teles (T)
SEMAE	Felipe Augusto Gasparotto (T)
SEME/Salto	Célia Spinardi Milioni (T) Francisco Antonio Moschini (S)
Entidades Ausentes	
ACEPEUB	
AEAA – Americana	
AESABESP	
DAE Jundiá	
DAE Santa Barbara d' Oeste	
Diretoria de Ensino Limeira	
Diretoria de Ensino de Capivari	
Diretoria de Ensino de Limeira	
Fundação Energia e Saneamento	

GVS XX – Piracicaba
IF
Instituto Vale das Garças
IPÊ
P.M. de Águas de São Pedro
P.M. de Americana
P.M. de Cabreúva
P.M. de Capivari
P.M. de Hortolândia
P.M. de Itapeva
P.M. de Itatiba
P.M. de Salto
P.M. de Vargem
PIRA 21
SAAE Ambiental Salto
SMA
SABESP
UNICAMP

Convidados	
Entidade	Representante
Essencial	Felipe Pereira
Consórcio PCJ	Jussara C. Santos
UNICAMP	Jéssica P. T. Souza
IEMA	Ana Lúcia Maestral e Juan Piva
IANDE Educação Sustentável	Cristiano G. Pastor e Camila G. Pastor
IZ/APTA/ SAA	João José Demarchi

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

1. Pauta: A pauta e o convite da reunião foram enviados aos membros por meio de mensagem eletrônica no dia 01/04/2015. **2. Abertura:** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Dorisney Ribeiro de Campos (Dora Ribeiro), coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, deu boas-vindas aos participantes e agradeceu a ONG Jaguatibaia a cessão do espaço da CATI Campinas e passou a palavra para José Perdigão para dar boas vindas, esclarecer a transferência de local da reunião e apresentar a todos com Cartões Postais da APA Joaquim Egídio. **3. Inclusão de item de pauta:** A Sra. Dora Ribeiro solicitou a inclusão do item de pauta “Parecer do GT Empreendimentos CT – EA” e o item “Diagnóstico das ações de Educação Ambiental da Bacia PCJ”, itens de inclusão aprovado. **4. Informes:** A Sra. Dora Ribeiro informou a respeito da mudança da secretaria executiva dos Comitês PCJ, o Sr. Luiz Roberto Moretti deixou a função e quem assumiu foi o Sr. Leonildo Ednilson Urbano. Outro informe, foi a aprovação pela CT – PL da solicitação de alteração do Plano de Trabalho da CT – EA substituindo a atividade Seminário para elaboração de ações de educação ambiental voltadas à estigam pela atividade Encontros sobre Eventos Extremos a ser realizado em parceria com o Consórcio PCJ. Nessa mesma reunião houve a recomposição do GT – Estigam e a coordenação da CT EA continuará como membro. A Sra.

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



Câmara Técnica de Educação Ambiental

ATA da 70ª Reunião Ordinária da CT-EA – 14/04/2015 - 9h00min.
CATI Campinas – Av. Brasil, 2340 – Vila Itapura – Campinas - SP

Elizabeth Nunes (PM Piracicaba), divulgou que está acontecendo o curso “EDUCATRILHA” com professores da rede pública estadual em Piracicaba, com parceria PM Piracicaba (SEDEMA – NEA), Diretoria de Ensino de Piracicaba (SEE), Instituto Florestal (SMA- SP) e USP – ESALQ. O Sr. Roberto Foresti Junior (PM Rio Claro), divulgou que na cidade de Rio Claro acontecerá no 1º Semestre de 2015, as Olimpíadas Ambientais para os alunos da rede pública de ensino em parceria com a SEE Municipal. **5. Apreciação da minuta de ata da 69ª Reunião Ordinária da CT-EA:** A Sra. Dora Ribeiro, realizou a leitura da ATA aos membros, a qual foi aprovada sem alterações. **6. Parecer Programa de Educação Ambiental Aterro Industrial Resíduos não Perigosos Americana:** A Sra. Dora encaminhará o Programa de Educação Ambiental do Aterro de Americana aos membros, via email para apreciação de todos. Foi informado que a reunião do GT – Empreendimentos está ocorrendo no dia de hoje e o Sr Thiago da Prefeitura de Limeira está representando a CTEA. Foi aprovado por unanimidade, no âmbito do GT-Empreendimentos da CT-EA, o Programa de Educação Ambiental das obras de Ampliação do Aterro Sanitário de Bragança Paulista, sob responsabilidade da empresa EMBRALIXO Ltda. A ONG Jaguatibaia declarou na reunião que o projeto de Educação Ambiental do loteamento “Quinta das Águas”, de Valinhos, plagiou o Projeto de Educação Ambiental “Entre Verdes”, realizado por esta ONG. **7. Apresentação da atividade Diagnóstico de Educação Ambiental e seu produto o livro A História Contada por Nós Mesmos:** A Sra. Dora apresentou aos membros o Sr. Felipe Pereira (ESSENCIAL) empresa contratada pelo Consórcio PCJ para realizar esta ação que compõe as condicionantes de renovação da outorga da Petrobras/Replam. Rafael apresentou o formulário a ser preenchido pelos membros da CTEA informando sobre 03 (três) experiências de educação ambiental que considerarem as mais significativas durante o período de 1990 a 2014. O formulário será disponibilizado via email e o prazo para envio dos questionários até o dia 22 de Maio. O Sr. Felipe reforçou que no formulário enviado aos membros, há toda orientação para preenchimento. **8. Andamento da organização dos Encontros sobre eventos extremos em parceria com o Consórcio PCJ:** a Sra. Dora apresentou o Sr. Cristiano Pastor e a Sra. Camila Pastor (IANDÉ), que apresentaram a versão final da logística dos encontros. O Sr. Cristiano introduziu o assunto aos membros e reforçou a respeito do formato dos encontros, no sentido de despertar a real situação crítica da Água na atualidade. A Sra. Camila apresentou o objetivo geral do evento, solicitado em reunião anterior dessa CT. Apresentou o cronograma e pauta dos 4 encontros sobre eventos extremos planejados pela empresa IANDÉ com apoio do Consórcio PCJ. Reforçou ainda que o conteúdo, cronograma e convite foram enviados via email aos membros da CT - EA. Na oportunidade solicitou a ampla divulgação dos eventos extremos educação ambiental PCJ. **9. Andamento das Oficinas de Produção dos vídeos educacionais:** a Sra. Dora apresentou o andamento dos trabalhos, quantidade de participantes em cada oficina, entre

10 e 16 pessoas o previsto era 20 pessoas e solicitou maior participação e divulgação pela CT-EA na produção desses vídeos. Foi apresentado o vídeo do 1º episódio aos membros, este foi aprovado com uma salva de palmas e as dúvidas de ajustes na edição causadas por divergências entre o GT Educomunicação e a Diretoria da Agência PCJ foram discutidas e deliberadas. Estava previsto no Termo de Referência dos Vídeos Educomunicativos a deliberação dos temas para os episódios 9, 10, 11 e 12 devido ao andamento dos trabalhos o GT Educomunicação solicitou que esta ação seja deliberada na próxima reunião da CTEA em junho. Solicitação aprovada. **10. Andamento do Plano de Trabalho:** Por ser a última reunião desta coordenação a Sra. Dora apresentou o andamento de cada uma das 6 ações que compõe o Plano, destas 4 foram realizadas e duas tiveram os seguintes encaminhamentos: 1- Encontro Formativo para Troca de Experiências em E.A a ser inserido no Plano de Trabalho 2015-2016. Proposta aprovada. 2- Análise e acompanhamento de programas, projetos e ações de educação ambiental em empreendimentos. O Sr. José Claudio Hofling (Jaguatibaia) solicitou que seja cobrado um relatório anual dos projetos financiados pelos Comitês PCJ e aprovados pela CT-EA que sejam monitorados e retornem como relatório desses para apresentação na CT-EA aos membros. Como encaminhamento esta ação também será inserida no próximo Plano de Trabalho **11. Encerramento:** a Sra. Dora ressaltou que em junho de 2015, ocorrerá a próxima reunião da CT-EA, esta será chamada pela Secretaria Executiva e terá como pauta a posse de novos membros e a eleição da nova coordenação da CT-EA, a data e convite serão enviados posteriores pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ. Nada mais havendo a tratar, a coordenação da CT-EA agradeceu a presença de todos e encerrou-se a reunião.

Dora Ribeiro
Coordenadora da CT-EA dos Comitês PCJ

Carlos Henrique de Oliveira
Secretario da CT-EA dos Comitês PCJ

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Ata da 71.ª Reunião Ordinária - 09/06/2015 - 9h30min
Parque do Engenho Central - Piracicaba/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AEAA - Americana	Bruno Rodrigues Factore (T) Lenita Secco Brandão (S)
ASSEMAE	Ana Lúcia Vieira (S)
Associação dos Atrativos do Salto	Dorisney Ribeiro de Campos (T)
Caminho Verde	Danilo Resende de Moraes (T)
Casa do Amor Fraternal	Amarildo dos Santos (T) Rosimeire Aparecida de Oliveira (S)
CATI	Melissa Pin Lucheti Sampaio (T) Simeire Aparecida Manarin (S)
CETESB	Vera Lúcia Namura (T) Francisco da Chagas Murer Davi (S)
DAE Jundiá	Cláudia Debroi de Campos (T)
Diretoria de Ensino de Americana	Edevaldo Nonis Sanchez (S) Sandra Helena Gomes Bandini (S)
Diretoria de Ensino de Bragança Pta,	Hercimary Bueno de Oliveira (S) Valdemir Augusto Pinheiro (S) Maria Aparecida Prezoto (S)
Diretoria de Ensino de Capivari	Cláudia Moretto (S)
Diretoria de Ensino de Limeira	Alexandre Litron (S)
Diretoria de Ensino de Piracicaba	Carlos Henrique de Oliveira (S)
Diretoria de Ensino de Sumaré	Diceuza Biscola Pereira (T) Everilda Camília Lopes (S) Karin Serraneto (S)
ESALQ/USP	Marcos Sorrentino (S)
Fundação Florestal	Antônio Alvaro Buso Júnior (T)
GRUDE	Evandro Rogério Santos (T) Edenilson Carlos Stoque (S)
GVS XX - Piracicaba	Elizabete Morandi (T) Rita Cássia dos Santos Viveiros (S)
IEMA	Ana Lúcia Maestrello de Micheli (T) Juan Piva (S)
IF	Edgar Fernando de Luca (T)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
Instituto de Zootecnia	Valdinei Tadeu Paulino (T) Márcia Aauri Cardeli de Lucena (S)
Jaguatiba A.P.A.	José Cláudio Höfling (T)
Odebrecht Ambiental	Nara Luiza Soares (T)
P.M. de Bragança Paulista	Francisco Assis de Conceição (T) Maria Cristina Muñoz (S)
P.M. de Cordeirópolis	Adriano Victor (S)
P.M. de Hortolândia	Paulo José Mancuso (S)
P.M. de Itatiba	Gustavo C. de Almeida Franco (T)
P.M. de Limeira	Dorisney Ribeiro de Campo (R)
P.M. de Piracicaba	Elizabeth da Silveira N. Salles (T) Elaine Moraes Bargiela Seguezzi (S)

P.M. de Rio Claro	Roberto Foresti Júnior (S) Marineide Ap. Carrara Martins (S)
P.M. de Salto	Érica Vanessa Maggiorini (T) Carlos Henrique Russafa Miguel (S)
SAAE Atibaia	Hélio Silva Júnior (T)
SABESP	Adilson Octaviano (T)
SANASA	Ana Lúcia Vieira (T)
SEMAE	Felipe Augusto Gasparotto (T)
SEME/SALTO	Celia A. Spinardi Milioni (T) Francisco Antonio Moschini (S)
UNICAMP	Carlos Alberto Mariotoni (T)

Membros Ausentes	
Entidade	
4ª Companhia de Polícia Ambiental	
AESABESP	
DAE Santa Bárbara d'Oeste	
Diretoria de Ensino de Campinas Leste	
Diretoria de Ensino de Campinas Oeste	
Fundação Energia e Saneamento	
Instituto Vale das Garças	
IPÊ	
P.M. de Águas de São Pedro	
P.M. de Americana	
P.M. de Cabreúva	
P.M. de Capivari	
P.M. de Itapeva	
P.M. de Nazaré Paulista	
P.M. de Nova Odessa	
P.M. de Sumaré	
P.M. de Vargem	
P.M. de Vinhedo	
Pira 21	
SAAE Ambiental de Salto	

Convidados	
Entidade	Representante
SE-PCJ	Leonildo Ednilson Urbano
Agência PCJ	Vanessa C. Bortolazzo Longato Juliana Prado Guilmo
Manifesta Cerimonial	Ronnie Carlos Peguim
SAAE Atibaia	Marcos Nonato
DAE Jundiá	José Maurício Balota
UNICAMP	Jéssica P. Trujilho Souza
Instituto de Zootecnia	Benedito Fernandes Maria das Dores Reis

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica no dia 28 de maio de 2015. 2. Abertura da 71ª Reunião Ordinária: A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Leonildo Urbano,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ata da 71.ª Reunião Ordinária - 09/06/2015 - 9h30min

Parque do Engenho Central - Piracicaba/SP

Secretário-executivo dos Comitês PCJ, que agradeceu a Prefeitura Municipal de Piracicaba pela cessão do espaço e informou aos presentes a existência de quorum qualificado para o início da reunião. **3. Apresentação dos Comitês PCJ:** O Sr. Urbano proferiu apresentação sobre: a estrutura do CBH-PCJ, do PCJ FEDERAL e CBH-PJ; o processo de integração entre os mesmos; e as normas de funcionamento das câmaras técnicas. **4. Posse dos novos membros e eleição da Coordenação para o biênio 2015-2017:** O Sr. Urbano, enquanto Secretário-executivo e de acordo com o disposto na Deliberação dos Comitês nº 039/09, empossou os membros, destacando a importância da necessidade de participação e empenho de todos para o bom andamento dos trabalhos da Câmara Técnica. Concluídas as explanações e esclarecidos os questionamentos dos presentes, iniciou-se o processo de eleição do Coordenador, Coordenador-adjunto e Secretário da CT-EA. Após discussões foram eleitos por aclamação o Sr. Tiago Valentim Georgette (P.M de Limeira) como Coordenador, Sr. Paulo José Mancuso (P.M. de Hortolândia) como Coordenador-adjunto e a Srª. Rosimeire Aparecida de Oliveira (Casa do Amor Fraternal) foi indicada para o cargo de Secretária. **5. Elaboração de Calendário das Reuniões Ordinárias da CT-EA para 2013, 2014 e 2015:** O Sr. Urbano solicitou que os membros da CT-EA definissem a agenda de reuniões ordinárias da CT-EA para os anos de 2015, 2016 e 2017 e os respectivos locais onde elas serão realizadas. Foi aprovado que as reuniões ordinárias serão bimestrais, nas terças-feiras de cada mês, com início às 9h00, conforme segue: 72ª Reunião Ordinária, dia 18 de agosto de 2015, no CCA-SANASA-Campinas/SP; 73ª Reunião Ordinária, dia 20 de outubro de 2015, no NAPA-Bragança Paulista/SP; 74ª Reunião Ordinária, dia 15 de dezembro de 2015, no NEA-Piracicaba/SP; 75ª Reunião Ordinária, dia 16 de fevereiro de 2016, no Parque da Cidade-DAE Jundiá – Jundiá/SP; 76ª Reunião Ordinária, dia 19 de abril de 2016, na D.E. de Sumaré/SP; 77ª Reunião Ordinária, dia 21 de junho de 2016, na D.E. de Bragança Paulista/SP; 78ª Reunião Ordinária, dia 16 de agosto de 2016, na P.M de Itatiba/SP; 79ª Reunião Ordinária, dia 18 de outubro de 2016, no Parque Ecológico-Americana/SP; 80ª Reunião Ordinária, dia 13 de dezembro de 2016, na D.E. de Piracicaba/SP; 81ª Reunião Ordinária, dia 21 de fevereiro de 2017, na P.M. de Hortolândia/SP e a 82ª Reunião Ordinária, dia 18 de abril de 2017, na P.M. de Limeira/SP. **6. Redefinição da Composição do Grupo de Trabalho e dos Grupos de Acompanhamento:** O Sr. Urbano solicitou aos presentes que manifestassem seu interesse em participar do Grupo de Trabalho e dos Grupos de Acompanhamento da CT-EA. Após as manifestações, decidiu-se que o Grupo Técnico e os Grupos de Acompanhamento serão compostos na próxima reunião da CT-EA. Em seguida o Sr Urbano passou a palavra a Sra. Dora Ribeiro que agradeceu a oportunidade de ter participado da coordenação da CTEA, gestão de 2013 a 2015, agradeceu em especial a Sra. Maria

Luísa Bonazzi Palmieri, exaltou os grupos de trabalho destacando a relevância da aprovação da Política de Educação Ambiental e a série de 12 programas educacionais – O Saber das Águas, ainda neste ato lembrou do processo de revisão do Plano das Bacias PCJ, bem como do desafio de elaboração do Caderno de Educação Ambiental que irá compor o Plano das Bacias PCJ. **7. Outros Assuntos:** Plágio do Programa de Educação Ambiental do empreendimento Entre Verdes produzido pela ONG Jaguatibaia. O Sr. Claudio explanou sobre o EIA-RIMA do empreendimento Quinta das Águas, expondo que quando da leitura do documento supracitado na última reunião ordinária de abril da CTEA, foi observado a existência de plágio, solicitando ainda que seja realizada providências cabíveis no que tange esta situação, informando ainda que a questão foi apresentada CETESB, nesta ato a Sra. Vera Lúcia Namura (representante da CETESB, informou que há possibilidade de providências neste caso, uma vez que o EIA-RIMA do empreendimento Quinta das Águas foi aprovado e encontra-se em andamento, após discussão e esclarecimentos ficou deliberado a emissão de ofício pela Câmara Técnica de Educação Ambiental, solicitando que a empresa apresente as referências bibliográficas consultadas na elaboração do Programa de Educação Ambiental empreendimento Quinta das Águas. **8. Agenda de produção dos vídeo Educomunicativos:** O Sr. Urbano passou a palavra para o Sr. Mancuso, que a Srª Dorisney, que conduziu o processo de discussão e agendamento das reuniões de produção dos vídeos educacionais no 2º semestre de 2015, **8. Elaboração de cronograma para 2º semestre dos vídeos Educomunicativos para 2015** após discussão e deliberação ficou assim aprovado: 30 de Junho Elaboração do Roteiro do 10º Episódio – Diálogos Interbacias- Hortolândia- 9h00, 12, 13 e 26 de agosto – 7º episódio Sub Bacia Atibaia, 1, 2 e 3 de Setembro – 10º Episódio –Diálogo Interbacias, 16,17,30 de Setembro – 8º episódio Sub Bacia Jaguari, 7,8,29 de Outubro – 6º Episódio – Sub Bacia Capivari, 4,5 e 18 de Novembro 11º episódio Processos de EA, 9 de Dezembro 12º episódio – O processo de Produção dos Vídeos. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sr. Paulo José Mancuso agradeceu a presença de todos e foi dada por encerrada a reunião.

Leonildo Ednilson Urbano
Secretário-executivo dos Comitês PCJ

Tiago Valentim Georgette
Coordenador da CT-EA

Paulo José Mancuso
Coordenador-adjunto da CT-EA

Rosimeire Aparecida de Oliveira
Secretária da CTEA